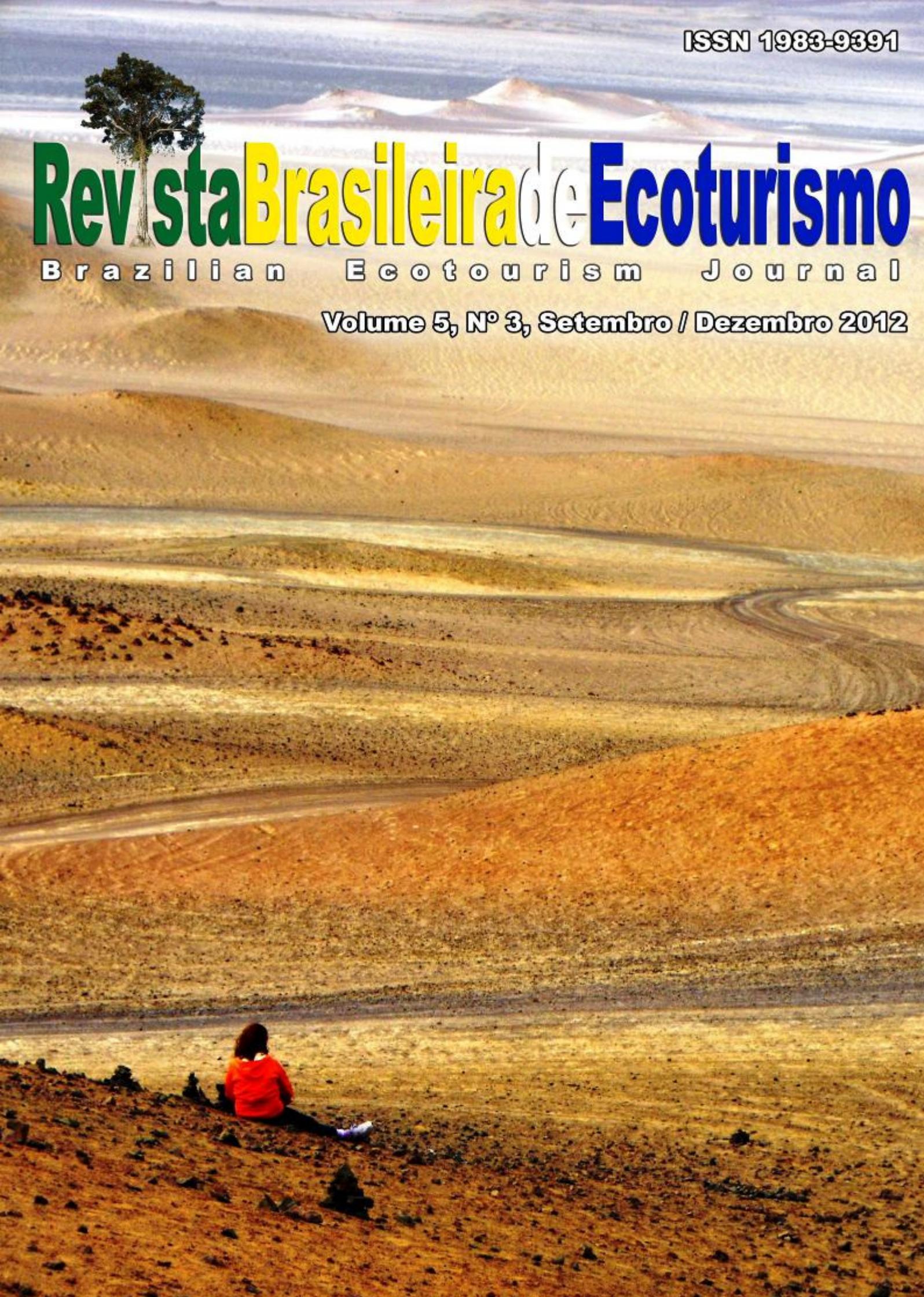


ISSN 1983-9391



Revista Brasileira de Ecoturismo

Brazilian Ecotourism Journal

Volume 5, Nº 3, Setembro / Dezembro 2012

Revista Brasileira de Ecoturismo

Volume 05, Número 03, setembro/dezembro de 2012

Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.



Editor-Chefe

Prof. Dr. Zysman Neiman

Editores:

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editor Executivo

Prof. Esp. Carlos Eduardo Silva

Editoras de Idiomas

Gabrielle Amorim Rosa

Malila Carvalho de Almeida Prado

Editor de Design (Capa e layout do site)

Lucas Neiman

Fotos

Andréa Rabinovici (capa)

Zysman Neiman

Website: www.sbecotur.org.br/rbecotur

End.: Rua Dona Ana, 138, Vila Mariana,
São Paulo, SP - Brasil, CEP 04111-070

Comitê Avaliador:

Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró

Profa. Dra. Alcyane Marinho

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Prof. Dr. Alexandre Panosso Netto

Profa. Dra. Aline Vieira de Carvalho

Profa. Dra. Almerinda Antonia Barbosa Fadini

Profa. Dra. Ana María Wegmann Saquel

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez

Profa. Dra. Andréa Rabinovici

Profa. Dra. Beatriz Veroneze Stigliano

Prof. Drando. Bruno Pereira Bedim

Profa. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues

Profa. Dra. Célia Maria de Toledo Serrano

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

Profa. Dra. Denise de Castro Pereira

Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

Profa. Dra. Elizabete Tamanini

Profa. Dra. Fernanda Sola

Prof. Dr. Ferdinando Filetto

Prof. Dr. Flávio José de Lima Silva

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo

Prof. Dr. Giovanni de Farias Seabra

Arq. Hector Ceballos-Lascurain

Prof. Dr. Hermann Atila Hrdlicka

Profa. Dra. Heloisa Turini Bruhns

Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo

Prof. Dr. Ismar Borges de Lima

Prof. Dra. Ivani Ferreira de Faria

Prof. Dr. Jesús Manuel López Bonilla

Profa. Dra. Jasmine Cardoso Moreira

Prof. Dr. João Luiz de Moraes Hoefel

Prof. Dr. José Artur Barroso Fernandes

Prof. Dr. José Martins da Silva Júnior

Profa. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio

Profa. Dra. Lília dos Santos Seabra

Prof. Dr. Lucio Flavo Marini Adorno

Prof. Dr. Luiz Afonso Vaz de Figueiredo

Profa. Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Profa. Dra. Maria Cristina Basílio Crispim da Silva

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida

Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares

Profa. Dra. Maria Lúcia Ferreira da Costa Lima

Profa. Dra. Marília Cunha Lignon

Prof. Dr. Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas

Profa. Dra. Marlene Huebes Novais

Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Profa. Dra. Nadja Castilho da Costa

Profa. Dra. Odaleia Telles M. Machado Queiroz

Prof. Dr. Paolo Giuntarelli

Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires

Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César

Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

Prof. Dr. Sidnei Raimundo

Profa. Dra. Solange Terezinha de Lima Guimarães

Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan

Prof.a. Dra. Suzana Machado Padua

Profa. Dra. Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Profa. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Prof. Dr. Zysman Neiman

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	444
EDITORIAL	445
ARTIGOS	
Evaluation of Ecotourism Resources: a case study of Nameri National Park of Assam, India.....	450
Niranjan Das, Sujata Deori	
<i>Avaliação de Recursos Ecoturísticos: Estudo de Caso do Parque Nacional Nameri, Assam, Índia</i>	450
Niranjan Das, Sujata Deori	
<hr/>	
Corcovado: reflexões sobre imaginários e impressões dos turistas no Parque Nacional da Tijuca (RJ, Brasil) no contexto de valorização da cidade pela UNESCO.....	464
Marta de Azevedo Irving, Frances Vivian Corrêa, Bruna Ranção Conti, Eloise Silveira Botelho, Sônia Lúcia Peixoto	
Corcovado: Reflections about imaginaries and impressions of tourists in the National Park of Tijuca (RJ, Brazil) in the context of the city upgrade by UNESCO.....	464
Marta de Azevedo Irving, Frances Vivian Corrêa, Bruna Ranção Conti, Eloise Silveira Botelho, Sônia Lúcia Peixoto	
<hr/>	
Percepção do visitante sobre a relação entre turismo e meio ambiente no município de Campos do Jordão (SP)	482
Sara Ruiz Hirata, Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz	
Visitor's perception about the relationship between tourism and environment in the city of Campos do Jordão (SP, Brazil)	482
Sara Ruiz Hirata, Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz	
<hr/>	
Manifestação cultural: música e fé no Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Belém (PA)	502
Amanda da Silva Coutinho, Ananda Cristina de Oliveira Lima, Jéssika França	
Cultural expression: music and faith in the “Círio de Nossa Senhora de Nazaré”, Belém (PA, Brazil)	502
Amanda da Silva Coutinho, Ananda Cristina de Oliveira Lima, Jéssika França	
<hr/>	
A cafeicultura familiar e um possível modelo para o desenvolvimento do turismo do café em Minas Gerais.....	512
Helga Cristina Carvalho Andrade, Marina Carneiro Bernardes Moss	
The familiar coffee culture: a possible inspiration for the coffee tourism development in Minas Gerais State, Brazil.....	512
Helga Cristina Carvalho Andrade, Marina Carneiro Bernardes Moss	
<hr/>	
Promoção do turismo na Praia Grande (MA): entre a fantasia e a realidade no cenário do patrimônio cultural	530
Georgia Patrícia da Silva, Elizabete Melo Nogueira, Maria Neusa de Lima Pereira	
<i>Promoting Tourism in Praia Grande (MA): between fantasy and reality in the setting of cultural heritage</i>	530
Georgia Patrícia da Silva, Elizabete Melo Nogueira, Maria Neusa de Lima Pereira	
<hr/>	
Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade	546
Nathália Hallack Fabrino, Helena Araújo Costa, Elimar Pinheiro do Nascimento	
<i>Community Based Tourism (CBT): key elements to assess its performance in the perspective of sustainability</i>	546
Nathália Hallack Fabrino, Helena Araújo Costa, Elimar Pinheiro do Nascimento	

Apontamentos históricos sobre o Turismo Social560
Bernardo Lazary Cheibub

Historical notes on Social Tourism.....560
Bernardo Lazary Cheibub

Perfil dos guias de (eco)turismo e de sua atuação no Parque Estadual da Ilha Grande (RJ).....582
Luiz Renato dos Santos Alves, Nadja Maria Castilho da Costa

(Eco)tour guides profile and their operating in Ilha Grande State Park (RJ, Brazil)582
Luiz Renato dos Santos Alves, Nadja Maria Castilho da Costa

O Ecoturismo no Cerrado: reflexões e oportunidades na RPPN Santuário do Caraça (MG).....600
Isabela Barbosa Frederico, Heloísa Turini Bruhns

Ecotourism in "Cerrado" (Brazilian Savannah): reflections and opportunities in RPPN Caraça Sanctuary (MG, Brazil)600
Isabela Barbosa Frederico, Heloísa Turini Bruhns

O holofote ao patrimônio cultural imaterial como instrumento de salvaguarda: um ensaio sobre o Cururu sorocabano616
Angela Teberga de Paula

The searchlight to intangible cultural heritage as a tool for safeguarding: an essay on the 'Cururu' of Sorocaba (SP), Brazil.....616
Angela Teberga de Paula

Ludovicus: Um estudo do Instituto Câmara Cascudo enquanto produto turístico da cidade do Natal (RN)632
Patrícia Daliany Araújo do Amaral, Andreia Candida dos Santos, Josineide Silva Monteiro, Mickaella de Fátima Medeiros, Tatiana Gehlen Marodin

Ludovicus: a study by the Câmara Cascudo Institute while the tourism product of the Natal City (RN, Brazil).....632
Patrícia Daliany Araújo do Amaral, Andreia Candida dos Santos, Josineide Silva Monteiro, Mickaella de Fátima Medeiros, Tatiana Gehlen Marodin

Caracterizando os visitantes do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP): subsídio para o planejamento de atividades turística-educacional em áreas de manguezal.....648
Hélita Maria Teixeira Moaes, Marília Cunha Lignon

Characterizing the visitors of the State Park of Cardoso Island (SP, Brazil): support for the planning of tourism and educational activities in mangrove areas.....648
Hélita Maria Teixeira Moaes, Marília Cunha Lignon

RESENHA

Governança e regimes internacionais: desafios contemporâneos e enfoques teóricos.....668
Fernanda Sola

APRESENTAÇÃO

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica quadrimestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER).

MISSÃO: Publicar artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os **eixos temáticos** desta revista:

- **Eixo 1** - Ecoturismo e Educação Ambiental
- **Eixo 2** - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
- **Eixo 3** - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
- **Eixo 4** - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
- **Eixo 5** - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone e Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas ideias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman
Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editores da RBEcotur

EDITORIAL

Prezados leitores e colaboradores.

Esta edição da RBEcotur é comemorativa. Optamos por lançá-la no dia 27 de setembro de 2012, data em que se completam 50 anos do lançamento do livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson. Não há como negar a importância dessa obra para o movimento ambientalista. Quando de sua publicação, em 1962, o mundo assistia a um aumento significativo dos problemas ambientais, principalmente os oriundos da poluição provocada pela disseminação das indústrias, que só eram denunciados por um incipiente movimento de alguns poucos ambientalistas. Faltavam argumentos que, com o mesmo arcabouço do conhecimento científico no qual se alicerçava a tecnologia poluidora, apontassem para os malefícios de um crescimento não planejado da sociedade industrial. Rachel Carson teve a coragem de cumprir esse papel primordial, à custa de perseguição e calúnias, tornando-se a primeira a sistematizar os problemas provocados pelas substâncias tóxicas lançadas indiscriminadamente no meio ambiente, principalmente pela agricultura de grande escala.

“Primavera Silenciosa” é considerado um dos 10 livros ambientais mais importantes do século XX, num rol de obras que inclui títulos como Estado do Mundo do Instituto Worldwatch, Caminhos da Energia de Amory B. Lovins, Capitalismo Natural de Paul Hawken *et. al.*, e A Bomba Populacional, de Paul R. Ehrlich.

Coincidentemente, dia 27 de setembro também é a data na qual se comemora o Dia Mundial do Turismo. A data foi instituída pela OMT (Organização Mundial do Turismo), órgão que compõe o Sistema das Nações Unidas, em setembro de 1979, em homenagem à implantação do Estatuto da entidade, adotado desde 1970, um marco na história do turismo mundial.

Encerrando o nosso quinto volume, incluímos nesta edição os primeiros trabalhos apresentados no XII Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), em suas versões completas (em novembro publicaremos os anais no evento, com os resumos de todos os trabalhos), além de outras contribuições enviadas por renomados pesquisadores brasileiros e indianos. São quatorze artigos originais:

- Evaluation of Ecotourism Resources: a case study of Nameri National Park of Assam, India, de Niranjana Das & Sujata Deori;
 - Corcovado: reflexões sobre imaginários e impressões dos turistas no Parque Nacional da Tijuca (RJ, Brasil) no contexto de valorização da cidade pela UNESCO, de Marta de Azevedo Irving, Frances Vivian Corrêa, Bruna Ranção Conti, Eloise Silveira Botelho & Sônia Lúcia Peixoto;
 - Percepção do visitante sobre a relação entre turismo e meio ambiente no município de Campos do Jordão (SP), de Sara Ruiz Hirata & Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz;
 - Manifestação cultural: música e fé no Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Belém (PA), de Amanda da Silva Coutinho, Ananda Cristina de Oliveira Lima & Jéssika França;
 - A cafeicultura familiar e um possível modelo para o desenvolvimento do turismo do café em Minas Gerais, de Helga Cristina Carvalho Andrade & Marina Carneiro Bernardes Moss;
 - Promoção do turismo na Praia Grande (MA): entre a fantasia e a realidade no cenário do
-

patrimônio cultural, de Georgia Patrícia da Silva, Elizabete Melo Nogueira & Maria Neusa de Lima Pereira;

- Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade, de Nathália Hallack Fabrino, Helena Araújo Costa & Elimar Pinheiro do Nascimento;
- Apontamentos históricos sobre o Turismo Social, de Bernardo Lazary Cheibub;
- Perfil dos guias de (eco)turismo e de sua atuação no Parque Estadual da Ilha Grande (RJ), de Luiz Renato dos Santos Alves & Nadja Maria Castilho da Costa;
- O Ecoturismo no Cerrado: reflexões e oportunidades na RPPN Santuário do Caraça (MG), de Isabela Barbosa Frederico, Heloísa Turini Bruhns;
- O holofote ao patrimônio cultural imaterial como instrumento de salvaguarda: um ensaio sobre o Cururu sorocabano, de Angela Teberga de Paula;
- *Ludovicus*: Um estudo do Instituto Câmara Cascudo enquanto produto turístico da cidade do Natal (RN), de Patrícia Daliany Araújo do Amaral, Andreia Candida dos Santos, Josineide Silva Monteiro, Mickaella de Fátima Medeiros & Tatiana Gehlen Marodin; e
- Caracterizando os visitantes do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP): subsídio para o planejamento de atividades turística-educacional em áreas de manguezal, de Hélika Maria Teixeira Moaes & Marília Cunha Lignon.

Esta edição termina com a resenha enviada por Fernanda Sola, sobre o livro Governança global e regimes internacionais, de Alcindo Gonçalves & José Augusto Fontoura Costa.

Após a edição extra de novembro de 2012, onde publicaremos os resumos de todos os trabalhos apresentados no XII ENTBL, iniciaremos nosso 6º volume com novos artigos completos que foram aprovados e apresentados no evento, sendo que nas edições posteriores daremos prosseguimento na publicação desses artigos.

Para encerrar, anunciamos a chegada de novos membros ao nosso Comitê de Avaliadores, que já contribuíram sobremaneira na avaliação dos trabalhos apresentados no ENTBL: o Prof. Dr. Prof. Dr. **Alexandre Panosso Netto**, da Universidade de São Paulo, Profa. Dra. **Teresa Cristina de Miranda Mendonça**, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Profa. Dra. **Maria Geralda de Almeida**, da Universidade Federal de Goiás, Profa. Dra. **Marlene Huebes Novais**, da Universidade do Vale do Itajaí, a Profa. Dra. **Fernanda Sola**, da Universidade Federal de São Carlos, e o Prof. Dr. **Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira**, da Universidade Federal do Paraná, pesquisadores que muito irão contribuir com a excelência acadêmica desejada por nossa RBecotur. Sejam bem-vindos!

A todos, uma boa leitura!

Zysman Neiman
Editor Chefe



“Não tenho medo de acharem que sou uma sentimentalista quando digo que acredito que a beleza natural tem um lugar necessário no desenvolvimento espiritual de qualquer indivíduo ou qualquer sociedade. Acredito que sempre que destruimos a beleza, ou sempre que substituímos alguma coisa feita artificialmente pelo homem por uma característica natural da Terra, nós retardamos alguma parte do crescimento espiritual do homem.”

Rachel Carson

Nota dos Editores:

O Buriti (*Mauritia flexuosa*), presente no logotipo da RBECotur, é uma homenagem à Pindorama, a “Terra das Palmeiras”, com suas paisagens de grande potencial para o ecoturismo, bem como às suas veredas, que compõem alguns dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos de nosso país. A cada número da Revista, uma árvore brasileira será evocada. Neste número a homenageada é a Sumauma (*Ceiba pentandra*), uma árvore. A sumaumeira é uma árvore típica da várzea onde atinge um porte gigantesco de 45-50 m de altura por 1,5-2 m de diâmetro. Para os índios Ticuna, a sumaúma nos remete à formação da Amazônia. Encontrada nas matas de várzea, apresenta raízes tabulares, as sapopemas, que podem atingir, dependendo da idade, comprimentos superiores a 7 metros.



SEÇÃO
ARTIGOS

O “controle da natureza” é uma frase que exprime arrogância, nascida na era Neanderthal da biologia e da filosofia, quando se supunha que a natureza existisse para a conveniência do ser humano.

Rachel Carson
em “Primavera Silenciosa”





Evaluation of Ecotourism Resources: a case study of Nameri National Park of Assam, India

Avaliação de Recursos Ecoturísticos: Estudo de Caso do Parque Nacional Nameri, Assam, Índia

Niranjan Das, Sujata Deori

ABSTRACT

Tourism is currently the world's largest industry (US\$ 3.4 trillion annually) and ecotourism represents the fastest growing sector of this market. The term 'Ecotourism' was first coined by "*Hector Ceballos Lascurain*" in 1983, and was initially used to describe nature-based travel to relatively undisturbed area with an emphasis on education. Assam, comprising Eastern Himalaya is one of the Mega bio-diversity hot spots of the world (MYERS, 1991). It also forms part of two endemic bird areas, viz Eastern Himalaya and Assam plains (COLLAR *et al.*, 1994). Nameri National Park is a part of NBL (North Bank Landscape) and also is a part of Eastern Himalayan Mega Biodiversity Hotspot has immense potentialities for the ecotourism venture. The present research can provide an assessment of potential sites within the park, which can speed up tourism infrastructural development. Through the paper the author tries to highlight such possibilities on the basis of assessment of potentials Ecotourism resources of the Nameri National Park through field experience gained different parts of the study area.

KEYWORDS: Biodiversity; Ecotourism Resources; Applied Methodology and Potentiality Analysis.

RESUMO

O turismo é atualmente a maior indústria do mundo (US\$ 3,4 trilhões por ano) e ecoturismo representa o setor de mais rápido crescimento deste mercado. O termo "Ecoturismo" foi inicialmente cunhado por "*Hector Ceballos Lascuráin*" em 1983, e foi inicialmente utilizado para descrever viagens que têm como base a visita à natureza, em áreas relativamente tranquilas, com ênfase na educação. Assam, compreendendo a parte Oriental do Himalaia é um dos *hot spots* com mega biodiversidade do mundo (MYERS, 1991). A região faz parte também de duas áreas endêmicas de aves: o Leste do Himalaia e as planícies de Assam (COLLAR *et al.*, 1994). O Parque Nacional Nameri, que faz parte da NBL (*North Bank Landscape*) e do *hot spots* com mega biodiversidade do Leste do Himalaia, possui imensas potencialidades para empreendimentos de ecoturismo. A presente pesquisa pode fornecer uma avaliação dos locais potenciais dentro do parque, o que pode acelerar o desenvolvimento da infraestrutura para o turismo. Através do trabalho, destacam-se essas possibilidades com base na avaliação de potenciais recursos para o Ecoturismo do Parque Nacional Nameri através de análises de campo feitas em diferentes partes da área de estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade; Recursos Ecoturísticos; Metodologia Aplicada e Análise de Potencialidade.

Introduction

Ecotourism is a field of human activity where conservation and development can wisely effectively be balanced to achieve a mutual goal to the benefit of the people in the community. The term 'Ecotourism' was first coined by '*Hector Ceballos Lascurain*' in 1983, and was initially used to describe nature-based travel to relatively undisturbed area with an emphasis on education. This new approach of tourism is becoming an increasingly popular expression to conservation and sustainable development of the biodiversity (YADAY, 2002). It involves education and interpretation of natural environment and to manage it in an ecologically sustainable way. Here 'natural environment' includes cultural components and the term 'ecologically sustainable' involves appropriate returns to the local community and long term conservation of resources (GRANT, 1995). In this way a person eventually acquires a consciousness and knowledge of the natural environment, together with cultural aspects, that will convert people keenly involved in conservation issues (CEBALLOS, 1998).

Study Area

The study region covers Nameri National Parks of Assam located in 26°50'48''N to 27°03'43''N Latitudes and 92°39'E to 92°59'E Longitudes covering an area of 200 km² in the northern bank of river Brahmaputra in Sonitpur district. The area is crisscrossed by the river Jia-Bhoreli and its tributaries namely Diji, Dinai, Doigurung, Nameri, Dikorai, Khari etc. Nameri is covered by of Tropical evergreen, semi-evergreen, moist deciduous forest with cane and bamboo brakes and narrow stripes of open grassland along rivers. Grassland comprise of less than 10% of the total area of the park while the semi-evergreen and moist deciduous species dominate the area. The area is influenced by the tropical monsoon regime. The predominance of the southwest monsoon in this region causes precipitation to be highly seasonal (BARTHAKUR, 1986).

Objectives

The study is to be carried out within the Nameri National Park and the objectives stated as follows:

- to highlight how the physiographic base can be an attraction for tourists;
- to study the of tourist-flow pattern and their preferred destinations and needs; and
- to evaluate the status of existing facilities with the help of applied methodology for potentiality analysis of the ecotourism resources in the park

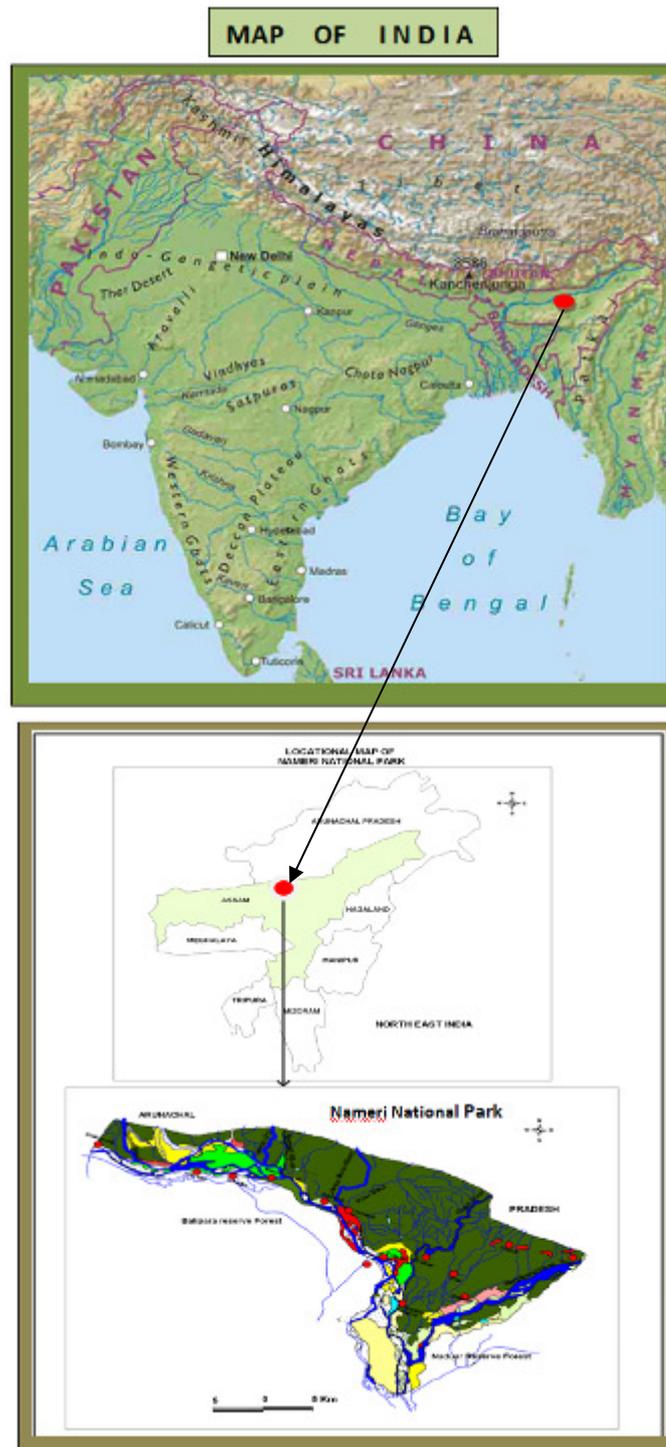


Figure 1: Locational map of Nameri National Park.
By authors, 2012.

Figura 1: Mapa de localização do Parque Nacional Nameri.
Org. autores, 2012.

map of Nameri National Park

Methodology

Potentiality analysis of ecotourism destination: A case study of Nameri National Park, Assam, India is based on research study; data and information were obtained on the spot observation of ecotourism resources by the author supported by secondary information sources like books, papers, reports, maps and information of local people. For this study, data related with tourist flow from Govt. tourist Dept, Dept, of Forest, field survey for primary information and different tourism promotion organization are used.

Method of Potentiality Determination

Potentiality of ecotourism in an area is indeed the result of interaction of tourist demand and supply or local availability of tourist resources. Tourist demand of an area can be assessed through the preference or choice of tourist towards various components of its unique attractions (background tourism resources). To gauge the preference pattern or the choice of tourist, it is necessary to compile a resource inventory incorporating both existing and potential resources possessed by the area (FERRARIO, 1982). Here an attempt has been made to judge the choice of the tourist through campaigns of purposively designed resource inventory of fifteen appeal elements or attractions possessed by the park. The inventory was prepared on the basis of the items of tourist attraction as campaigned in various publications and tourist brochures brought out by the state government and private tourism promotional agencies along with author's field experiences (DAS *et al.*, 2003).

The inventory was then handed over to the tourists for their comment. Percentage of tourist preferring each category of attraction is considered as an index to judge the significance of that category. The value are then rounded to a simple conversion scale of 1 to 10 minimize the complexity of manipulating them arithmetically. At the end, each of the attraction categories thus received a numerical coefficient of tourist demand. To have an overall picture of tourist demand of a particular location, the numerical coefficients of each of the attraction category were added, subject to their availability in that area. The second step was to evaluate the supply or local availability component of attraction possessed by an area so as to analyze how well the resources are able to satisfy the interest or choice of tourists. Availability or supply component of resources or attractions was assessed on the basis of some essential characteristics, which are common to all tourist attractions, irrespective of their varying nature.

A set of six criteria was selected on the basis of commonsense, observation and field experience. In fact, these qualifying criteria are some of the most important aspects necessary for any tourist resource, which also enable a place to emerge as a better tourist destination. The criteria considered are:

a. Importance

Some destinations may have similar type of attraction, but one may be comparatively well equipped and capable of offering better facilities and services to tourists. Hence importance of a destination may be estimated to be higher compared to those with similar resource base but lacking required organization for the promotion of

tourism.

b. Accessibility

Accessibility to a destination and its attraction represent its degree of availability over space. Importance of physical access is always underlined in connection with all tourist resources irrespective of their nature. A more accessible destination has greater advantage than a less accessible one.

c. Seasonality

Seasonality has an important role to play in the pattern of use of the available tourist base of an area. It is more important in the case of Nameri national park, as almost all the tourist resources of the park are meant for out-door recreation or nature based. A short tourist season with a considerably long off-season has limitation in this regard.

d. Popularity

Reputation is an asset of a destination and the tourists generally prefer to go to such places, which are preferred by most others. In course of time a positive image of the destination is built which gets diffused from tourist to tourist through the chain of tourist agencies and promoters.

e. Fragility

A tourist destination may have all the important qualities mentioned above, but can be inherently fragile and unable to sustain more pressure from strangers. Such destinations may lose their original natural and cultural characteristics in course of time. So, an understanding of the fragile nature of resources is a prerequisite for sound ecotourism practice.

f. Admission

Physical accessibility does not necessarily imply that an attraction is available to tourist. Many sites cannot be visited or activities enjoyed without obtaining prior permission, buying a ticket, or- in general-gaining admission.

For assessing the 'Local availability' or 'Supply component' of tourist resources of an area, each of the above mentioned criteria were rated by adopting a nominal scale (i.e. good, moderate, bad, etc.). To counterbalance the 'Demand component' a nominal scale 1-10 has been introduced to assess the total weight of the six selected criteria (Table 1).

In the processes of ranking, a location having the best position in terms of all the six selected criteria is given an aggregate weight of 10 (a weight of 2 is given to criteria having the highest position in the category concerned). On the other hand, a location having lowest weight in the rating scale for all the six selected criteria is given an aggregate weight of 1 (a weight of 0.5 is given to a criterion showing the lowest po-

sition in the category concerned). Assessment of the position of the criteria selected has been made on the basis of author's personal observation in the field and interaction with the tourist visited the concerned locations.

Table 1: Ranking scheme for assessing 'Local Availability' of Tourist Resource in Nameri National Park.

Tabela 1: Esquema de classificação para avaliar a "disponibilidade local" dos recursos turísticos no Parque Nacional Nameri.

Criteria selected	Rating scale	Weight
Importance	Among best attractions	2
	Good standard	1.5
	Moderate standard	1
	Less appeal	0.5
Accessibility	Excellent	2
	Adequate	1.5
	Limited	1
	Difficult	0.5
Seasonality	>6 months	2
	3-6 months	1.5
	2-3 months	1
	<2 months	0.5
Fragility	Large development potential	2
	Moderate development potential	1.5
	Controlled development potential	1
	No development potential	0.5
Popularity	>50% foreign visitor	2
	20 – 50% foreign visitor	1.5
	2 – 20% foreign visitor	1
	Rarely any foreign visitor	0.5
Admission	No permission	2
	Partial permission	1.5
	Adequate permission	1
	Restricted	0.5

Now each of the tourist locations has two comparable numerical values representing a demand or appeal component (A) and a local availability or supply component (B) of resources. A meaningful 'Tourist Potential Index' (TPI) can thus be calculated with the help of the numerical values of demand and supply of resources in an area (FERRARIO, 1982). Thus the tourist potential index of an area may be calculated as: $TPI = (A+B)/2$ (Table 2).

Table 2: Demands and Supply Components and tourist Potentiality Index of Destination .
Tabela 2: Demandas e fonte de componentes e Índice de Potencialidade turística dos destinos.

Destination	Appeal or Demand Component															Supply Component					Tourist Index			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Total	A	B	C	D		E	F	TI
1.Bogjuli Area	9	6				4							7	3	29	1.5	1.0	1.5	1.5	1.5	1.0	1.5	1.5	18.50
2.Balipung & Kurua Beel	9	-	-	-	7		-	-	6	-	-	-	8	6	36	1.5	1.5	1.0	1.5	1.5	1.5	2.0	22.50	
3.Jabhorali river	-	-	-	9	-	7	5	-	-	-	4	2	1	2	30	2.0	1.5	2.0	2.0	1.5	2.0	2.0	20.50	
4.Confluences of tributaries	-	-	-	9	-	6	3	-	-	-	-	2	-	-	20	1.0	1.0	1.5	1.5	1.0	2.0	2.0	14.00	
5.Bhalukpung & neighborhood	-	7	5	-	4	-	-	7	-	-	-	-	-	-	23	1.5	1.5	2.0	1.5	1.0	2.0	2.0	16.25	
6.Ecocamp & surrounding	7	5	4	6	5	-	-	4	-	3	-	-	4	3	41	1.5	1.5	1.5	1.5	2.0	2.0	2.0	25.50	
7.Fringe vil-lages	-	-	7	-	4	-	-	7	-	-	-	-	-	4	18	1.0	1.0	2.0	1.0	1.5	2.0	2.0	13.25	
8.Ethnobotany nearby envi-rons	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	4	11	0.5	1.0	1.5	1.0	1.0	2.0	2.0	9.00	
9.Tribal life	-	-	8	-	4	-	-	7	-	-	-	-	3	2	24	1.0	1.5	1.5	1.0	1.0	2.0	2.0	16.00	
10. Camp in the park	7	5	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	2	3	26	1.5	1.0	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	17.25	

Source: Based on survey conducted by the author in between 20010-2011. Fonte: Baseado em pesquisas dos autores entre 2010-2011.

Note: Demand Component- 1-Wild life 2-Scenery and natural landscape 3- Art and handicraft 4- Rafting 5- Native life and culture 6- Flora and Fauna 7-Angling 8-Adventure sports(land & air) 9- Local Dance and festivals 10- Spa Activities 11- Nightlife entertainment. 12- Water sport 13- Sun bath 14- Trekking 15- Research.

Ecotourism Destinations of the Park

1. Bogijuli Area

Bogijuli area is located in the most remote corner of the park in the bank of Bogijuli River near Assam Arunachal Pradesh interstate border. It is easy to wildlife sighting both from Himalayan region and from the plains with elephant safaris crossing most fragile parts of the area. These expeditions can prove to be ideal for appreciating the nature's beauty with the rich variety of flora and fauna. As regard of the local availability or supply component, tourist resources of the area are good standard but inadequate accessibility. The area can enjoy tourist's season of more than three months from October to March. From the view point of fragility the area can sustain controlled development of tourism. As the appeal elements of the area fragile in nature it requires controlled development of tourist venture. The tourist potentiality index for Bogijuli area is 18.50.

2. Balipung and Kurua Beel

Balipung, one of the most important potential sites for Spa activities located only in two kilometres away from Potasali camp has its unique character because there is a natural salt lick. This salt licks offered opportunities for mineral bath in the park. It is a kind of outdoor activities to cure from communicable skin diseases. Apart from the salt licks, the surrounding area is covered by moist deciduous forest with tall elephant grasses is the rich habitats of mammalian species like Gaur, Elephant, Deer, Hollock Gibbon, resident and migratory water birds etc. Both foreign and domestic tourist usually prefers to travel the area as a part of their tourist's ventures. It is a beautiful nature spots ideal for nature exploration, trekking and bird watching. The area can enjoy tourist's season over three months from November to March. From the fragility point of view, it has scope for controlled tourism venture. From popularity point of view, it is observed that the area has able to attract foreign tourists. The tourist potentiality index for Balipung area is 22.50.

3. Jiabhoreli River

The Jiabhoreli River forms the western boundary of the national park. The rafting down the river Jiabhoreli gives a unique experience to the tourist. The stretch of rafting is about 20kms in length from 16th mile to Potasali camp. The regulated angling is also permitted along with rafting for research and education on catch, record and release basis in the river within the stretch from 16th mile point to Potasali bank during the period from 1st November to 31st March. Rafting in the park is well organized and popular among both Indian and foreign tourists and their preference pattern is (10.47%) and (13%) respectively. During the course of rafting in the river a rafter has to cross rafting grade I to III. Regarding seasonality the destination can enjoy a tourist season of over three months, from October to March. As the appeal elements of the area are fragile in nature, it requires controlled development of tourist venture. The tourist potentiality index for Jiabhoreli River stands at 20.50.

4. Confluences of the Tributaries

There are five major tributaries namely Diji, Dinai, Doigrung, Nameri and Khari, which intersect the park from its different locations. Dinai flows from northern corner of the park has short in length. It adjoins the Jiabhorelli River near the 16th mile camp along with three small tributaries. The small catchment of the Dinai in the park consists of grassland and supports mammalian species. Diji, one of the tributary flows down from Arunachal Pradesh and carries enormous water during rainy seasons. Doigrung is another tributary flowing along with Diji and Dinai has small in bed width but comparatively deep. The bank of the Doigrung River is dominant with savannah grass locally known as *Bat and Tora*. These grasslands are the breeding ground of mammalian species of the park. Khari River flows nearby the Bogijuli camp and the bank of the river is used as shortest elephant path through Khari-Charali to the Potasali camp as the camp is located in the remote corner of the park. All the tributaries in the park are perennial nature. These two tributaries (Doigrung and Khari) traverse the park in a short distance and lead to meet in the middle of the Jiabhorelli River south of the park. The confluences of these tributaries in the park are important point for regulated angling. Angling seasons generally starts from November to March on catch and release basis. The confluences are the breeding ground of Golden Mahseer (*Labeo pengusia*) Sil Gharia (*Tor putitora*). The confluence of the Nameri River near 13th mile is one of the important points for the angling.

The confluences of the tributaries enjoy tourist's season over three months from November to March. From the fragility point of view, it has scope for controlled tourism venture. From popularity point of view, it is observed that the area has able to attract foreign tourists. The tourist potentiality index for the area is 14.00.

5. Bhalukpong and Neighbourhood

This pocket covers north-western part of Nameri National Park, Assam and its adjoining areas of Arunachal Pradesh. The pocket is ideal for ecotourism venture like trekking and rafting. Bhalukpong is an ideal point for picnic and hot spring bath. It also an ideal place to carry out interstate trekking venture along Nameri river touching Nilboha and Pakhui wildlife sanctuary (Arunachal Pradesh) up to the confluence of Papu river, a left bank tributary of the Kameng/ Jiabhoreli. This trek measures a distance of about 47 Km. and can provide scope of rafting for about 50 km. along the course of Jiabhoreli River up to Bhalukpong. The area also can provide opportunities for cyclist to appreciate natural beauty of the area, especially along Charduar-Bhalukpong-Tipi trek. In terms of supply of local availability, the area possesses some of the best tourist attractions of the state with adequate accessibility. The area can enjoy a tourist season of over three months, from October to February. From the viewpoint of fragility, the area can sustain controlled development of tourism. So far the popularity is concerned, the area has able to attract 49 percent of the foreign tourist visiting in the park. The tourist potentiality index for the Bhalukpong area stands at 16.25.

6. Eco camp and Surrounding

The southern buffer of Nameri National Park in Potasali area near the picturesque Jiabhoreli River, a camping facility was set up in 1994 for nature lovers and wild life enthusiast. The eco-camp is outcome of a joint effort of the Department of Forest, Government of Assam and Assam (Bhorelli) Angling and Conservation Association (A (B) ACA) with the financial support of the North Eastern Council. Eco camp arranges safaris conducted by the wildlife department to explore the fascinate habitat on foot or on elephant back.

Eco camp offer ideal site for stay of tourist who seek to visit the Nameri National Park. Tourist also experiences the comfortable stay in this camp which having thatched roof and wooden floor an eco-friendly accommodation. The area can enjoy a comparatively long tourist season of over six month from October to April. Considering the fragility angle the area can be said to have good development potentiality for ecotourism. In spite of varied tourist attractions in the surrounding areas, the area is gaining popularity among foreign and domestic tourists. So far cent percent tourist visited the resources of the area. The tourist potentiality index for the area is highest of all the resources in the park i.e. 25.50.

7. Fringe villages of the park

There are several villages, which are laying in the east or west buffer of the Nameri National Park. These fringe villages are dominated by Mishings, Karbi, Tea Garden laborers, Garo, Assamese and Bodo Communities. This indigenous ethnic identity flourishes with own tradition. The people of the fringe villages are bearing rich tradition of arts and crafts. Assamese craftsman still retain some of the crafts of the past through such activities as weaving, bamboo, cane, bell metal, pit clay and wood workers and ivory carvings. The craft of weaving cane certainly surpass the works of the many parts of the world. Weaving is considered as a part of the domestic chore of the folk in every rural indigenous home in the villages. The area has the tradition of producing three varieties of silk Viz. Pat, Eri ao Endi and Muga. The practice of providing this type of silk is common to all the indigenous people both tribal and non tribal residing in the fringe villages. Bamboo and cane crafts make a major contribution to the material cultural of the fringe villages. As the climate is suitable for growth of bamboo and cane, the artisans of nearby the park prepare varieties of cane and bamboo artifacts for day-to-day use, decoration and sale. Fringe villages near by the park are ideal site for tourist to know about the local customs, tradition and way of living. The area can enjoy comparatively a long tourist season of over six months, from September to March. The tourist potentiality index for the area is 13.25.

8. Ethno-Botany nearby environs

There are several communities inhabiting in the periphery of the park has often dependent on local plant species both for day-to-day life and for medicinal purposes. The ethno-botany of a particular area reflects the adoption of the communities in the existing environment. The people of the locality used different type of plants either for medicine or for daily use. Some of the plant species that are found in the area used as sacred grooves for their long back traditional system of rituals. Through the practices

of such traditional systems, the community acts as a conservationist of the surrounding area. The area can enjoy a comparatively long tourist season of over six months from October to April. The tourist potentiality index is 9.00.

9. Tribal social life

A glimpse of local life and culture of the rural tribal people can be observed along the fringe area of the park. The area is the home of several tribal and non-tribal communities viz, Mising, Garo, Karbi, Bodo, Nishi and typical Assamese and thus ideal for exploring the colorful elements of their life and culture.

The missing people reside in the forest villages of both the buffers. They are tribal people used to dwelling in 'Chang Ghar'. They have their own customs of management of their society. They are good in bamboo and cane craft.

The Karbi people used to dwell on 'Chang Ghar' and rear cattle for agricultural purposes. They weave their cloths in traditional Loom. Their population is limited in the area.

The Bodo people reside in both east and west buffer. They are having their own customs and culture. They also construct their dwelling houses mostly by locally collected building materials. They are also good in cane and bamboo craft.

The Garo people inhabit in the west buffer of the Nameri National Park. Garos are dwelling in traditional Chang Ghar.

Native life and culture, art and craft dance and festivals of the tribal community can certainly prove to be important source of attraction for tourists. Regarding supply or local availability of component, tourist resources of the area can be stated as among the best attraction in the park with adequate accessibility. The area can enjoy a tourist season more than six months from November to April. Lack of positive publicity and inadequate tourists' infrastructure, the area is able to attract 8 percent foreign tourists coming to the park. The tourist's potentiality index of the area stands at 16.00.

10. Camp in the park

Adventure activities like trekking, and jungle exploration can be done in an around camp both short and long duration. There are 15th camps in the Nameri National Park.

The anti-poaching camp in the park is- 1. Bhalukpung 2. 16th Mile camp 3. 14th Mile camp 4. Nameri 5. Doigurung 6. Baithakata 7. Upar Dikarai 8. Potasali 9. Ow-bari 10. Morisuti 11. Rangajan Chapori 12. Khari 13. Bordikorai 14. Seijosa 15. Bogijuli

The patrolling path within the park from one camp to another is considered as elephant riding as well as for trekking. Some of the important trekking routes are--

- i. Potasali camp to morisuti (3.5 Km.);
- ii. Potasali to Owbari (2.5 Km.);
- iii. Potasali to watch tower (1.2 Km.);
- iv. Ow-bari to Morisuti (1 Km.);

v. Morisuti to Tomaljuli (3 Km.)

The camp in the park enjoy tourist's season over three months from November to March. From the fragility point of view, it has scope for controlled tourism venture. From popularity point of view, it is observed that the area has able to attract foreign tourists. The tourist potentiality index for the area is 17.25.

Analysis of Potentiality Index

On the basis of the techniques adopted above, the tourist potentiality index for as many as 12 destination of the park has been calculated (Table 3). Tourist potential values for different destinations of the park range from 9.00-25.50. As demand component of a destination is represented by the total of weight of different categories of attractions, it's over all influence is well reflected in determining tourist potentiality of the destinations.

Table 3: Tourism Potentiality of Destinations in Nameri National Park, Based on Tourist Potential Index.
Tabela 3: Potencialidade dos Destinos Turísticos no Parque Nacional Nameri, com base no Índice de Potencial turístico

Sl. No.	Destination	Weights of demand element (A)	Weights of supply element (B)	Potentiality Index TP
1	Bogijuli area	29	8	18.50
2	Balipung and Kurua	36	9	22.50
3	Jiabhoreli river	30	11	20.50
4	Confluences of tributaries	20	8.0	14.00
5	Bhalukpung&	23	9.5	16.25
6	Ecocamp & surround-	41	10	25.50
7	Fringe villages	18	8.5	13.25
8	Ethno-botany nearby environs	11	7.0	9.0
9	Tribal life	24	8	16.00
10	Camp in the park	26	8.5	17.25

Source: Based on the survey conducted by the author (1st October 2010 to 31st March 2011).

Fonte: Com base nas pesquisas realizada pelos autores (1 de outubro de 2010 a 31 de Março de 2011).

For the purpose of prioritization of the destinations for future tourism promotional venture, all the associated tourist potential index values are grouped together under a five-fold scheme, viz. very high potential area (index value- > 21), High potential area (index value-18-21), high moderate potential area (index value 15-18), low moderate potential area (index value- 12-15) and low potential area (index value-<12). From the analysis it is found that only 2 destinations of the park belongs to very high potential category, 3 destinations belong to high potential category, 3 destinations belong to high moderate potential category, 3 destinations belong to low moderate potential category and one destination belong to low moderate potential category. Among the very high and high potential destinations, eco camp and surrounding area and Balipung & Kurua beel has adequate tourist facilities and services. These two destinations are able to get good response from both domestic and foreign tourists.

Conclusions

A high tourist potential index of an area reflects its high weights of 'Appeal' and 'Supply' element of resources. As such areas can offer highly rated tourists attractions and larger choices of things to see and to do by the tourists themselves. A destination may have high tourism potential but may possess fragile resources-cultural or natural. The very concept of tourist's potentiality is a dynamic one. In due course, potentiality may change with changing nature of tourist demand and supply of locally available tourist resources. It is believed that such scheme of prioritization of potential pockets of tourism may certainly provide a suitable framework for formulating tourism development strategies in Nameri National Park.

References

- BARTHAKUR, M. Weather and Climate of Northeast India. **Northeastern Geographer**, Vol. 18, No. 1 and 2, 1986.
- CEBALLOS, L.H. The Future of Tourism, **Mexican Journal**, Jan. 17, pp.13-14, 1988.
- COLLAR N.J.; CROSBY, M.J.; STATTERSFIELD, A.J. **Birds to watch 2: the world list of threatened birds**. Cambridge: Birdlife International, 1994.
- DAS, N.; SYIEMLIEH, H.J. Ecotourism Approach towards Sustainability: A Geo-Ecological study of Sonitpur District, Assam'. **Hill Geographer**, Vol. XIX. No. 1&2, pp. 42-50, 2003.
- FERRARIO, F.F. Method Approach for Evaluating Tourist Resources: Case of South Africa. *In*: SINGH, T.V. *et al.*, (ed), **Studies in Tourism Wildlife Parks Conservation**. New Delhi: Metropolitan, pp. 114-135, 1982.
- GRANT, J. The National Ecotourism Programme: Australia, Report. **Tourism Recreation Research**, Vol.XX, No. 1. p. 56, 1995.

MYERS, N. The Biodiversity challenge: Expanded 'Hotspots' analysis. **Environmental**, 10(4): pp.243-256, 1991.

YADAY, S. Ecotourism: Problems and Prospects. **Yojana**, Vol-46. August, pp.12-19, 2002.

Niranjan Das: North-East Centre for Social Science Research, Murhateteli, Tezpur-784001, Sonitpur (Assam)-INDIA
E-Mail: das_niranjan2002@yahoo.com, niranjannameri@gmail.com

Sujata Deori: Department of Geography, North Gauhati College, North Guwahati-784031, Kamrup (Assam)-INDIA.
E-Mail: sujatadeori@yahoo.com

Data de submissão: 08 de julho de 2012

Data de recebimento de correções: 26 de julho de 2012

Data do aceite: 26 de julho de 2012

Avaliado anonimamente

Corcovado: reflexões sobre imaginários e impressões dos turistas no Parque Nacional da Tijuca (RJ) no contexto de valorização da cidade pela UNESCO

Corcovado: Reflections about imaginaries and impressions of tourists in the National Park of Tijuca (RJ, Brazil) in the context of the city upgrade by UNESCO

**Marta de Azevedo Irving, Frances Vivian Corrêa,
Bruna Ranção Conti, Eloise Silveira Botelho, Sônia Lúcia Peixoto**

RESUMO

O Corcovado, um dos símbolos mais significativos do Rio de Janeiro, situado no Parque Nacional da Tijuca, representa um ícone do processo de reconhecimento da cidade como “Paisagem Cultural da Humanidade” pela UNESCO. E ilustra como poucos atrativos da cidade, a indissociabilidade entre natureza e cultura, principalmente no momento em que se rediscute as estratégias de planejamento ecoturístico, na perspectiva de parques nacionais no Brasil. Tendo em vista o valor simbólico do Corcovado neste debate e, a importância crescente da cidade para o turismo nacional e internacional, o objetivo deste trabalho é contribuir para interpretar como se expressa o imaginário e as impressões dos turistas que ali chegam, na perspectiva do debate sobre natureza e cultura. O trabalho se desenvolveu com base em pesquisa bibliográfica e documental, complementada com dados de campo. Esta pesquisa, embora exploratória e preliminar, ilustra, pedagogicamente, o sentido do título de “Paisagem Cultural da Humanidade” atribuído ao Rio de Janeiro pela UNESCO.

PALAVRAS-CHAVE: Corcovado; Imaginários; Turistas; Parque Nacional da Tijuca; UNESCO.

ABSTRACT

The Corcovado, one of the most important monuments and symbol of Rio de Janeiro, situated in the National Park of Tijuca, represents one icon in the process of recognition of the city as “Cultural Landscape of Humanity” by UNESCO. And this illustrates, as few attractions of the city, the link between nature and culture, especially in the moment of the discussion of the strategies of ecotourism in planning for national parks, in Brazil. Considering the symbolic value of Corcovado in this debate and, the growing importance of the city for the national and international tourism, the objective of this paper is to contribute to interpret how the imaginaries and impressions of the tourists are expressed, in the perspective of the debate connected to the relation between nature and culture. The work was developed based on documental and bibliographic research, complemented by data from field research. This paper although a preliminary approach to this complex theme, illustrates, pedagogically, the meaning of the title “Cultural, Landscape of Humanity” attributed to Rio de Janeiro by UNESCO.

KEYWORDS: Corcovado; Imaginaries; Tourists; National Park of Tijuca; UNESCO.

Introdução e objetivos da pesquisa

A cidade do Rio de Janeiro acaba de ser reconhecida como “Paisagem Cultural da Humanidade” pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura¹, o que reafirma o seu potencial turístico na expressão mais evidente da relação natureza e cultura, em uma área urbana complexa, construída e resignificada pelo modo de vida local e pelas identidades que, historicamente, compõem o sentido de paisagem.

No processo da UNESCO de afirmação de bens de valor global, o Rio de Janeiro foi a primeira cidade reconhecida como paisagem cultural urbana, por materializar a sinergia pulsante envolvida na indissociabilidade entre natureza e cultura, o que se traduz, no imaginário sobre a cidade, em uma nova perspectiva, que transcende o lugar comum dos cartões postais e impõe às políticas públicas uma nova maneira de interpretar o turismo não apenas como atividade de mercado mas também como fenômeno social complexo.

Anteriormente a decisão da UNESCO, Almeida e Lodi (2012) já tinham discutido esta temática argumentando sobre as especificidades da cidade e seu potencial para se transformar em um possível patrimônio mundial e da importância desse título para a sua preservação, no futuro. Para eles, a cidade possui uma das mais complexas paisagens culturais no plano global, integrando uma rica diversidade cultural e sítios naturais excepcionais, o que imprime um sentido de originalidade à paisagem urbana. Para os autores:

O valor universal excepcional do Rio é fruto da sensibilidade da ação do homem ao se deparar com uma natureza absolutamente singular e estonteante, que o estimulou a construir de forma deliberada, determinada, onde a relação homem-cidade-natureza mantém-se equilibrada e reconhecida como um monumento à qualidade de vida e ao prazer de viver em uma urbe (ALMEIDA; LODI, 2012, p.81).

Vale mencionar como ponto de partida para este argumento que, para Gagnon (2005), a noção de paisagem traduz, em si mesma, a resultante da inter-relação entre homem e natureza. Neste sentido, pode ser entendida como a “intermediação entre o físico e o fenômeno, entre a ecologia e o simbólico, entre o factual e o sensível” (BERQUE, 1995).

Esta afirmação parece também importante para ilustrar, uma vez mais, a interpretação que a cidade do Rio de Janeiro inspira aos turistas que ali chegam não apenas a partir da impressão de uma natureza exuberante e complexa mas o sentido de um lugar que se constrói e se reconfigura, permanentemente, em função do modo de vida local, das influências culturais históricas e do sentido cosmopolita de processo inacabado, conforme discutido por Irving, Corrêa e Moraes(2011).

Não se pode ignorar, neste contexto, o papel do Rio de Janeiro como “vitrine”

do país, principalmente a partir da década de 1980, com o movimento de valorização e investimento nacional no turismo, incrementado, mais recentemente, pelos Planos Nacionais de Turismo de 2003-2007 e 2007-2010. Nesse contexto, uma das principais portas de entrada do turista estrangeiro no Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, adquire um *status* ainda mais significativo em planejamento turístico, como sede de importantes eventos mundiais como a “Rio + 20”, evento da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, em junho de 2012, a final da Copa do Mundo, em 2014 e, os Jogos Olímpicos em 2016, apenas para citar os mais importantes.

Mas não se pode esquecer que no plano de reconhecimento do Rio de Janeiro como “Paisagem Cultural da Humanidade” e seu impacto global, alguns ícones permanecem como elementos simbólicos associados à sua identidade no imaginário global e à expressão da indissociabilidade entre natureza e cultura, entre eles, o Pão de Açúcar, o Aterro do Flamengo, a Enseada de Botafogo, a Praia de Copacabana e o Complexo do Corcovado, recentemente reconhecido como uma das Sete Maravilhas do mundo e um dos principais atrativos turísticos da cidade.

Este Complexo, localizado no maciço Tijuca, no interior do Parque Nacional da Tijuca (PNT), envolve uma vasta gama de atrativos naturais e culturais. Dentre os principais atrativos, o que mais se destaca é o monumento do Cristo Redentor², um dos principais cartões postais da “Cidade Maravilhosa” e símbolo identitário também para os seus habitantes.

A estátua do Cristo Redentor de braços abertos é também uma das imagens mais utilizadas no marketing turístico internacional sobre o Brasil. Em 2005, o mesmo foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), o que reforça a sua importância como patrimônio histórico-cultural, em âmbito nacional. E em 2007, o monumento foi eleito uma das novas Sete Maravilhas do Mundo Moderno³. O concurso que o elegeu teve grande repercussão na mídia, em nível mundial, uma vez que resultou de uma seleção que envolveu cerca de 100 milhões de votos, e teve forte apelo popular. Segundo os organizadores desta iniciativa, esta vitória ilustrou os sentimentos de orgulho e entusiasmo pela cultura carioca e o monumento que a representa, simbolicamente⁴. Este título rendeu ainda maior visibilidade ao atrativo, bem como incentivou o aumento do número de visitantes brasileiros e estrangeiros. Atualmente, a estátua do Cristo Redentor recebe uma média de 1.400.000⁵ visitantes por ano, se configurando como um dos pontos turísticos mais importantes da cidade e do país.

Mas o monumento do Cristo Redentor não representa um atrativo isolado da cidade, uma vez que integra o Complexo do Corcovado, em conjunto com o mirante do morro do Corcovado, o trem do Corcovado, o hotel das Paineiras (em revitalização) e o próprio Parque Nacional da Tijuca, uma das áreas protegidas de maior visibilidade da cidade do Rio de Janeiro e também do país. A visita ao Complexo permite também uma vista panorâmica da cidade, que envolve o morro do Pão de Açúcar, o estádio do Maracanã, as várias praias, bairros e favelas das zonas sul, norte e central e, demais atrativos turísticos associados à “Cidade Maravilhosa”.

Diante da relevância simbólica deste atrativo turístico como ícone do processo de reconhecimento da cidade como “Paisagem Cultural da Humanidade” pela UNESCO, de sua importância na rediscussão em planejamento turístico e ecoturístico, em particular (em função do resgate da relação natureza e cultura na perspectiva de planejamento ecoturístico em parques nacionais) e da estimativa de crescimento esperado do número de turistas na cidade, o objetivo deste trabalho é contribuir para interpretar como se expressa e se consolida o imaginário dos turistas que visitam o Complexo do Corcovado, tendo como foco as suas motivações, as impressões sobre a visita e os significados atribuídos à experiência.

Com este objetivo, o trabalho se orientou pelas seguintes questões: Qual é o imaginário desse turista e as suas reais motivações para buscar o Complexo do Corcovado? Quais são as impressões provocadas pela experiência da visita? O imaginário deste turista é re-significado após essa vivência? Que recomendações são explicitadas para a melhoria da experiência no Corcovado?

Caminho Metodológico da Pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida com base em abordagem predominantemente qualitativa e foi estruturada em cinco etapas metodológicas: a) pesquisa bibliográfica e documental para a contextualização do Complexo do Corcovado no âmbito do turismo do Rio de Janeiro, e sobre o tema do imaginário em turismo, elemento teórico inspirador do trabalho; b) planejamento de pesquisa de campo, a partir do planejamento logístico e acordos institucionais e da elaboração do instrumento de pesquisa destinado aos turistas domésticos e estrangeiros, que consistiu em questionário (em português e inglês) estruturado em blocos de questões relativas ao perfil do turista, suas motivações, impressões, significados e recomendações para a melhoria da experiência no Corcovado. Nesta etapa foi realizada também a seleção e capacitação dos pesquisadores de campo; c) resgate de pesquisa de campo, propriamente dita, realizada no Complexo do Corcovado, entre agosto e outubro de 2007, portanto na baixa estação. Os questionários foram aplicados de forma aleatória na Estação do Alto do Corcovado, ao final da visita ao monumento do Cristo Redentor, com o apoio da ESFECO (Estrada de Ferro Corcovado)⁶. Foram aplicados no período 757 questionários - 496 dirigidos aos turistas domésticos e 261 aos turistas estrangeiros⁷; d) sistematização estatística preliminar das informações obtidas⁸ para orientar a análise qualitativa, com base em três temas centrais: as motivações do turista para a visita, suas impressões e os significados atribuídos à experiência; e) análise das informações obtidas, tendo como base a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979) a partir dos temas mencionados.

O Complexo do Corcovado: foco da pesquisa

Diante da importância do Complexo do Corcovado para a cidade do Rio de Janeiro, se objetiva em um primeiro momento contextualizar este atrativo e o processo de uso turístico, que o transformou em símbolo do Rio de Janeiro como ponto de par-

tida para a presente pesquisa. Mas não se pode ignorar que o Complexo do Corcovado situa-se no Parque Nacional da Tijuca, um dos principais parques urbanos do mundo e importante atrativo para o ecoturismo nacional e internacional.

O Parque Nacional da Tijuca foi criado em 1961 e está localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), na região sudeste do Brasil. Sua área abrange a parte média superior do Maciço da Tijuca e, em sua inserção na malha urbana da cidade do Rio de Janeiro, estabelece fronteiras com 22 bairros do município. Possui, atualmente, uma área total de 3.953 ha sendo considerado o menor parque nacional brasileiro. A criação do parque incorporou as florestas da Tijuca, Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapicheiros, Andaraí, Três Rios e Covanca, então áreas de florestas públicas administradas pela União (ICMBio, 2008) e esta área protegida é reconhecida, atualmente, como importante testemunho do bioma Mata Atlântica em áreas urbanas.

No entanto é importante assinalar que muito antes de sua criação, desde o século XVI, o morro do Corcovado é reconhecido como um dos principais elementos naturais de referência para os próprios moradores da cidade do Rio de Janeiro. Mas foi apenas no século XVII, que D. Pedro I⁹ (1798-1834) inaugurou, neste local, o mirante do Corcovado, e este despertou, na população da cidade, o desejo de conhecimento do lugar para a prática de atividades de lazer e de turismo. Posteriormente, D. Pedro II¹⁰ (1825-1891) decidiu reflorestar áreas devastadas do Corcovado visando preservar mananciais de água que abasteciam a cidade, impulsionando o turismo no local (SEMENOVITCH, 1997). E, a partir do momento em que a visita ao morro do Corcovado ganhou importância como oportunidade de lazer, descanso e contemplação da paisagem, o local passou então a receber investimentos em equipamentos e infraestrutura, se consolidando assim como um atrativo turístico de importância nacional (GHETTI; MOREIRA, 2007).

Nesse percurso, a primeira melhoria de acesso à área foi a construção da Estrada de Ferro do Corcovado (1884), que contribuiu significativamente para reforçar o significado turístico do lugar. E mais do que uma linha férrea de acesso, Semenovitch (1997) aponta a importância dessa estrada de ferro para a própria história do Brasil, uma vez que foi essa a primeira ferrovia brasileira exclusivamente turística. Após a sua eletrificação e, conseqüentemente a redução do valor das passagens e do tempo da viagem para acesso ao local, houve um aumento progressivo no número de visitantes ao Complexo. Além disso, Fraga (2003) afirma que uma parcela significativa de visitantes que optam pela estrada férrea para acesso ao morro do Corcovado, considera o próprio trem de acesso ao monumento como um atrativo turístico, o que o torna um adicional no cenário turístico do lugar. Um outro atrativo turístico neste cenário é também o hotel das Paineiras, inaugurado em 1884, e construído com o objetivo de elevar o nível da hotelaria carioca aos padrões internacionais¹¹.

Mas a construção do monumento do Cristo Redentor, atualmente o principal atrativo do Complexo do Corcovado, foi iniciada somente em 1922. A estátua, inaugurada em 12 de outubro de 1931¹², está situada no topo do morro do Corcovado, possui 30 metros de altura e 08 metros de pedestal. Construída em concreto armado e

revestida em pedra sabão, constitui o elemento central da paisagem, que pode ser vislumbrado de diversos ângulos da cidade, e consolida o Complexo como principal ponto turístico da cidade do Rio de Janeiro (LINHARES; DAPIEVE; MENEZES, 2001).

Para facilitar o acesso ao Cristo Redentor, em 1936 foi construída a estrada rodoviária das Paineiras, ligando os bairros de Cosme Velho e Santa Tereza, ao monumento, o que potencializou o aumento no número de visitantes ao Complexo do Corcovado (GHETTI, MARQUES; MOREIRA, 2006). Na continuidade do processo histórico de constituição do Complexo do Corcovado, em 1961, na área circundante ao monumento do Cristo Redentor, foi criado o Parque Nacional da Tijuca (PNT), uma Unidade de Conservação federal de proteção integral¹³ de quase quatro mil hectares. Esse parque foi criado com os objetivos de prover parte do abastecimento de água da cidade (já que esta área abriga diversas nascentes); prevenir a erosão das encostas; contribuir para a redução da poluição atmosférica; propiciar recreação e melhor qualidade de vida aos habitantes da cidade; além de preservar a paisagem para fomentar o turismo. Assim, o Complexo do Corcovado está associado a um rico patrimônio de importância natural e cultural e importante atrativo ecoturístico da própria cidade.

Com este reconhecimento e, em consequência do movimento de valorização do Complexo como principal ponto turístico do Rio de Janeiro, no ano 2000, foi iniciado o primeiro projeto para a sua modernização, o Projeto Cristo Redentor. Esse projeto teve como objetivo a implantação de elevadores, de uma plataforma metálica, de escadas rolantes, e de nova iluminação e sinalização turística (GHETTI; MOREIRA, 2007). O projeto impulsionou o desenvolvimento do turismo no local, aumentou a visibilidade do Complexo na mídia, e intensificou a sua importância no imaginário coletivo. Como resultado desse processo, em 2005, o monumento do Cristo Redentor foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), recebendo proteção oficial e reconhecimento como patrimônio cultural, de valor nacional. Mais recentemente, em 2010, a estátua do Cristo Redentor foi restaurada e ganhou nova iluminação o que ampliou a visibilidade do Complexo para o Turismo.

Mas mesmo considerando esta trajetória de valorização do Complexo do Corcovado e as ações para a sua modernização, não se conhece, com clareza, como os turistas que o visitam apreendem a experiência no local. Por esta razão, interpretar este imaginário e o significado da experiência constitui a busca desta pesquisa, no sentido de contribuir para um olhar inovador em planejamento turístico.

Compreendendo a noção de imaginário em turismo

Com o objetivo mencionado, a pesquisa parte do referencial teórico construído a partir de Gastal (2005). A autora discute que o imaginário é formatado a partir de um observador, que o organiza segundo um determinado ponto de vista, em um determinado tempo e espaço particular. O imaginário representa a simplificação de várias associações e informações ligadas ao lugar, resultantes de uma opinião pessoal. É, por-

tanto, constituído por sentimentos pré-estabelecidos, alimentados por diversas redes de informações, em relação aos locais e atrativos turísticos. Kotler (*apud* GASTAL, 2005) discute ainda que o imaginário sobre um determinado lugar sintetiza crenças, ideias e impressões sobre ele.

Assim, a partir do momento em que se configura o imaginário sobre determinado objeto, o sujeito dá sentido a partir de suas ideias. “Para criar significado, entretanto, ele (sujeito) põe em atividade uma função da mente – a imaginação” (PITTA, 2005, p.11). Nesse sentido, Bachelard (*apud* PITTA, 2005) afirma que a organização do mundo não é resultado de uma série de raciocínios, mas sim uma elaboração mental que considera afetos e emoções. Maffesoli (*apud* GASTAL, 2005) discute ainda que os imaginários estão sempre vinculados a um determinado grupo social, funcionando como um cimento social e traduzindo o estado de espírito do mesmo, em seu próprio contexto ou no contexto de um país.

No que se refere ao turismo, estudos recentes destacam que, cada vez mais, o que os turistas mais “consomem” não são propriamente lugares, produtos e serviços mas os significados a eles agregados, e, portanto, o imaginário a eles associado. Dessa forma, o turismo não se configura apenas a partir de produtos concretos, mas de imaginários, em permanente transformação. A autora discute ainda que produzir e consumir imaginários passou a fazer parte das necessidades básicas humanas. E, neste caso, o imaginário construído sobre um determinado local pode re-significá-lo para além do sentido concreto do próprio lugar turístico.

Assim, a compreensão sobre o imaginário, traduzido em sentimentos, desejos e necessidades humanas tende a ser um conhecimento essencial para o planejamento e a promoção das localidades turísticas e para a sua tradução em políticas públicas e ações governamentais.

É importante enfatizar que, no caso específico desta pesquisa, na cidade do Rio de Janeiro, um dos principais símbolos vinculados ao imaginário da “Cidade Maravilhosa”, é o próprio Cristo Redentor. Ghetti, Marques e Moreira (2006) discutem que o imaginário a ele associado é carregado de “valores afetivos e simbólicos”, como a seguir ilustrado:

Como um símbolo, representa a integração de um aspecto vivenciado (o sentido) e de um componente espacial (a imagem). Transforma-se assim numa ponte entre a realidade psíquica (do visitante) e a realidade física (do lugar). Neste caso, traduz para o visitante a compreensão de uma realidade - a do caráter singular deste monumento e do caráter sensível do lugar que o abriga (GHETTI, MARQUES; MOREIRA *op.cit*, 2006, p.34).

Nesse sentido, a interpretação do imaginário deste turista que visita o Corcovado agrega o entendimento sobre as suas motivações para a visita, suas impressões e os significados a ela atribuídos, para além do simples deslocamento ao local e a pos-

sibilidade de “contemplação passiva” da paisagem que o monumento oferece. Com base nestes pressupostos, a questão que se pretende responder com este trabalho é como se expressa o imaginário do turista que visita o Corcovado?

O imaginário do turista sobre o Corcovado: entre suas motivações e significados da experiência

Como anteriormente mencionado, esta pesquisa partiu do pressuposto que o turismo se constitui em um fenômeno social complexo, que envolve o deslocamento voluntário e temporário de indivíduos e/ou grupos de pessoas por motivações que se constroem a partir do imaginário associado a um determinado lugar turístico. Esse imaginário, como previamente discutido, envolve informações e conhecimentos anteriores à viagem, que se traduzem em motivações; e se consolidam (ou não) em impressões que se constroem na própria experiência; e, por fim, nos significados a ela atribuídos que irão consolidar, ou não, as expectativas previamente estabelecidas.

Para contextualizar o perfil dos sujeitos da pesquisa: quem são estes turistas?

Evidentemente que uma pesquisa desta natureza tem alcance apenas indicativo e reflete um determinado tempo e perfil. Sendo assim e considerando estas limitações, quem são os turistas pesquisados?

No universo de 496 turistas domésticos pesquisados, a maioria pertence ao sexo feminino (57,1%), sendo uma parcela importante situada na faixa etária entre 18 e 49 anos (79%). Esses turistas são, essencialmente, oriundos das capitais do país, principalmente das regiões sudeste e nordeste (57%). O perfil profissional dominante na amostra pesquisada se vincula, principalmente, à condição de profissional liberal e, a maior parcela (42%) situa-se na faixa de renda familiar entre 05 e 11 salários mínimos¹⁴, permanecendo na cidade entre 03 e 07 dias (63%). A opção por hotéis se destaca em termos de meio de hospedagem selecionado (53%) por estes turistas e, o principal meio de transporte utilizado, é o aéreo (67%).

Com relação aos 261 turistas estrangeiros, a amostra pesquisada envolveu um número semelhante de homens e mulheres, com faixa etária predominante entre 18 e 49 anos de idade (58%). A maioria é também constituída de profissionais liberais (80%). E do total pesquisado, 40% possuem renda superior a 14 salários mínimos¹⁵, permanecendo na cidade, em geral, entre 3 e 7 dias (68%), se hospedando em hotéis (82%) e utilizando, prioritariamente, o transporte aéreo (95%). Esses são procedentes, predominantemente, da Europa (26%) e América do Norte (22%). Mas o que faz estes turistas buscarem o Corcovado como opção em sua estadia na cidade?

Motivações para a visita: o imaginário inspirador

Embora inúmeras hipóteses tenham sido delineadas para explicar o interesse do turista pelo Corcovado, uma questão parece ainda sem resposta. Quais são os fatores que fazem do Complexo do Corcovado (com destaque para o monumento do

Cristo Redentor), um dos maiores atrativos turísticos da cidade do Rio de Janeiro? De acordo com a pesquisa, para os turistas domésticos (40%), o principal fator motivador para a visita ao Corcovado, é o fato deste ser considerado o símbolo do Rio de Janeiro. Este imaginário é reforçado, continuamente, pela mídia e se materializa, frequentemente, nos cartões postais, na divulgação televisiva e em campanhas de turismo, nas quais a imagem do Cristo Redentor é constantemente exibida como representação e marco simbólico da identidade da “cidade maravilhosa”. Assim, a visita ao monumento tende a materializar o desejo de contato com a própria cidade.

Mas a vista panorâmica do Cristo Redentor, que pode ser vislumbrada do mirante do Corcovado, é também um fator de motivação para os turistas domésticos (18%) que visitam o Complexo do Corcovado. Do alto de seus 710 metros de altitude, o turista espera apreciar a exuberante paisagem natural da cidade, que envolve praias, formações rochosas, montanhas, florestas, baía, lagoa, oceano Atlântico, além das grandiosas obras arquitetônicas também visualizadas desse ponto.

Além disso, 15% dos turistas domésticos têm como principal motivação à visita ao Corcovado, simplesmente o desejo de conhecê-lo. Para alguns, inclusive, a experiência de apreciar a estátua do Cristo tende a significar o “encontro com a cidade” e a “realização de um sonho”. E, também sob esta perspectiva o monumento se delinea, no imaginário desses turistas, como símbolo da “Cidade Maravilhosa”, já que é por meio do “encontro” com a estátua do Cristo Redentor que o turista realmente tem a impressão de “vivenciar” a cidade, em sua forma mais plena, em termos de escala. Esse sentimento é, evidentemente reforçado, pela mídia televisiva nacional, que não apenas veicula a estátua como patrimônio cultural, mas também como modo de vida carioca. E assim, o “encontro com o Cristo Redentor” potencializa o acesso a um determinado “jeito de ser”, conforme discutido por Irving, Corrêa e Moraes (2011) o que realimenta e fortalece o seu impacto no imaginário sobre a cidade.

E o turista estrangeiro, qual a sua motivação para a visita? Assim como o turista doméstico, os turistas estrangeiros que chegam ao Corcovado têm como principal motivação para a visita ao Complexo, o fato do Cristo Redentor ser considerado o símbolo da cidade do Rio de Janeiro (42%). Para eles, o monumento do Cristo Redentor representa ainda mais do que o símbolo da cidade, o “símbolo do país”. Este imaginário fortalece, também internacionalmente, a percepção em relação a este ponto turístico, como uma representação simbólica do encontro do turista com a “Cidade Maravilhosa” e desta, com o próprio país, conforme discutido por Irving, Corrêa e Moraes (2011).

Outro fator motivacional para grande parte dos turistas estrangeiros (26%) é o fato de o Cristo Redentor ter sido eleito uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno, o que reforça a importância do monumento no imaginário desse turista. Nesse sentido, é possível afirmar que esse título conferido à estátua representou um fator importante para a sua maior visibilidade internacional e, portanto, elemento motivacional de grande relevância para o turista estrangeiro. Ao visitar o monumento, este tem a impressão de estar integrado à cidade e também ao país. Também neste caso, a impor-

tância do Cristo transcende o seu valor como patrimônio material, uma vez que se consolida no plano simbólico.

Mas para além deste significado, a oportunidade de apreciação da vista panorâmica da cidade também é lembrada pelos estrangeiros (22%) como fonte motivadora da visita. Para esses, a possibilidade de contemplação das belezas naturais e arquitetônicas da cidade, em uma perspectiva panorâmica, representa uma fonte de interesse especial que justifica a priorização de visita ao local e sua escolha durante o tempo de estadia no Rio de Janeiro.

O turista estrangeiro é também incentivado a conhecer o Complexo do Corcovado por recomendação de amigos. Desta forma não apenas a mídia representa um canal de divulgação internacional do monumento, mas os próprios turistas são importantes meios de difusão do complexo. Sendo assim, a qualidade da experiência vivenciada na cidade tende a ter também um efeito importante na divulgação do atrativo.

Assim, com base no entendimento de que o imaginário é constituído pelas motivações criadas a partir dos sentimentos, desejos e necessidades dos turistas (GASTAL, 2005), pode-se inferir que a atração do Complexo do Corcovado para estes estrangeiros se justifica, principalmente pelo fato de a estátua do Cristo Redentor ser o “símbolo” da cidade do Rio de Janeiro e do país e pela experiência que tende a proporcionar pela perspectiva panorâmica de observação da cidade e da natureza exuberante circundante.

Impressões na experiência vivenciada

Mas a partir deste imaginário, como são expressas as impressões destes turistas acerca da experiência vivenciada no Corcovado? Quais os motivos de satisfação e frustração na experiência vivenciada? Quais as recomendações desses turistas para o aprimoramento dessa experiência?

Para o turista doméstico, a principal menção de satisfação associada à experiência no Corcovado diz respeito à possibilidade de integração à cidade por meio da vista panorâmica, como anteriormente discutido. Assim, esta perspectiva de contato com a cidade tende a representar mais do que uma simples experiência visual. Essa impressão foi enfatizada por 65% desses turistas pesquisados. Desta forma, a experiência da paisagem singular da cidade em sua dimensão concreta e simbólica é considerada a principal fonte de encantamento na visita, principalmente por esta integrar natureza e patrimônio cultural. A vista panorâmica possibilita ao observador apreciar a natureza preservada, marcada pela exuberância da mata atlântica, associada aos contrastes urbanos da cidade, em uma dimensão dinâmica e não convencional.

Além do impacto da paisagem, a magnitude da estátua do Cristo Redentor é percebida como fonte de satisfação para 18% dos turistas nacionais durante a experiência. Desta forma, se a estátua como vínculo com a cidade representou a principal motivação para a visita ao Complexo do Corcovado, após a experiência vivenciada, o impacto da vista panorâmica que integra natureza e cultura tende a ser o principal fa-

tor para a satisfação dos turistas e, certamente, permanecerá como impressão marcante após seu retorno ao local de origem.

Ainda assim, a possibilidade de observação da floresta e o contato com a natureza também influenciam, positivamente, a visita (5 %). No entanto, ironicamente, apenas 35% dos turistas domésticos pesquisados têm conhecimento de que o Complexo do Corcovado está localizado no interior de um parque nacional. Mesmo com placas informativas no local e toda a divulgação na mídia sobre este ponto turístico, a grande maioria dos turistas desconhece que uma das “Sete Maravilhas do Mundo” está localizada em uma Unidade de Conservação de proteção integral e, portanto, não está atenta ao seu valor como patrimônio natural coletivo.

A capela, de culto da igreja católica, localizada na base da estátua do Cristo, é também lembrada por 4% dos turistas nacionais como fator de destaque na visita. E o sentido religioso, mas também cosmopolita deste monumento, que viabiliza o contato entre turistas de diversos países e a integração de diversas culturas, também gera uma impressão positivada da visita.

Contudo, a experiência no Complexo do Corcovado é vivenciada de forma também afetiva pelos turistas domésticos que traduzem a sua vivência em sentimentos e sensações. Para ilustrar estes sentimentos e percepções, os turistas domésticos utilizam expressões como “sensação de paz”, “encanto”, “alegria da família” e “possibilidade de compartilhamento de bons momentos com os amigos” para caracterizar o sentido deste momento.

Com relação aos visitantes estrangeiros, da mesma forma que para os turistas domésticos, a vista panorâmica da cidade foi destacada como o principal ponto positivo da visita (65%). E, após a experiência no Complexo do Corcovado, a magnitude da estátua do Cristo Redentor é também mencionada como impactante (23%) e elemento marcante da experiência.

A exuberância da natureza é também mencionada por 6% dos turistas estrangeiros como diferencial da visita, mas a grande maioria destes turistas (73%), como verificado com os turistas domésticos, desconhece o fato de o Complexo estar inserido no PNT. Apesar de ambos os grupos citarem o contato com a natureza como diferencial da visita, tanto os brasileiros quanto os estrangeiros (e, quase na mesma proporção, 65%), não conhecem as normas de conduta neste Complexo, que é também um parque nacional, uma vez que não tiveram acesso a este tipo de informação.

A capela é também reconhecida por 4% dos turistas estrangeiros como ponto de destaque na experiência. E assim como os turistas brasileiros, os estrangeiros também a associam a um sentimento de “paz” como o grande diferencial da visita.

Partindo-se do pressuposto que toda experiência representa uma síntese das diversas impressões vivenciadas e que estas podem ser positiva ou negativamente significadas, é fundamental que se interprete também os desconfortos e/ou eventuais insatisfações no processo. E com relação a este item, em particular, os turistas domésticos ressaltam a dificuldade de acesso e o trânsito congestionado e a má quali-

dade do transporte público como entraves para uma experiência de qualidade no Corcovado. Neste caso, a percepção sobre a infraestrutura local e a logística de acesso problemática parece influenciar negativamente a impressão do turista sobre este ponto turístico. Assim, uma infraestrutura de melhor qualidade para a recepção dos visitantes tende a ser essencial para que possíveis desconfortos não afetem, negativamente, a experiência no Corcovado.

Sobre a infraestrutura no Complexo e as condições da visita, foram recorrentes os registros de insatisfação dos turistas domésticos com relação ao alto preço dos ingressos do trem de acesso ao Cristo Redentor (24%). Além disso, o tempo de espera nas filas (19%), a grande quantidade de pessoas, simultaneamente, no mirante do Corcovado (18%), a precária qualidade dos serviços oferecidos pelos bares e restaurantes do local e a falta de limpeza dos sanitários foram citados como problemas identificados na visita. Essas impressões que comprometem o sentido da experiência reforçam a necessidade de investimento, por parte da gestão pública, em serviços de qualidade para atendimento à demanda turística e, conseqüentemente, para a minimização de frustrações decorrentes da visita.

Ironicamente, e sem que se possa exercer qualquer controle a este respeito, as condições meteorológicas influenciam também, negativamente, a experiência turística no Complexo quando as expectativas de céu claro e sol não são atendidas. Parece haver a expectativa permanente, no imaginário do turista doméstico, de sol e clima quente durante toda a sua estadia na cidade, conforme discutido por Irving, Corrêa e Moraes (2011). Nesse sentido, a névoa persistente, o vento e a chuva na época da pesquisa são motivos de frustração e, conseqüentemente, geram uma impressão negativa no turista sobre a visita¹⁶.

Além desses, o fato de alguns turistas “não estarem com a família” também é percebido como um problema, uma vez que a visita ao Complexo do Corcovado, em alguns casos, representa, para além de uma experiência turística, um “momento especial para ser compartilhado com pessoas queridas”. O sentido de compartilhamento que a visita inspira raramente é discutido nas estratégias de planejamento do turismo no Parque, mas pode ser um diferencial importante na visita e orientam uma outra lógica de recepção do turista, no futuro.

Em relação às impressões de desconforto dos turistas estrangeiros, esses ressaltam que o excesso de pessoas no local é o principal motivo de insatisfação na experiência (45%). Além disso, o tempo de espera nas filas do trem (25%) e o alto preço do ingresso (7%) são também mencionados como incômodos na visita. A falta de limpeza do local, a dificuldade de acesso à estátua do Cristo Redentor e os serviços de baixa qualidade dos estabelecimentos de alimentos e bebidas, são ainda mencionados como pontos negativos na experiência (7%). Esses turistas citam também o fato da capela não estar permanentemente aberta à visitação como motivo de frustração.

A partir destas impressões negativas da visita, algumas recomendações são

propostas para que seja aperfeiçoada a experiência vivenciada. Os turistas domésticos (13%) apontam a necessidade de disponibilização de vídeos informativos sobre o local, anteriormente à visita e de guias especializados para acompanhá-los no percurso. E o controle do número de visitantes ao Complexo é também uma solicitação recorrente (12%), com o objetivo de que seja evitado acúmulo de pessoas no local.

No caso dos turistas estrangeiros, o controle de acesso de turistas (14%) e melhorias no transporte ferroviário (7%) são as principais sugestões registradas. Com relação ao controle do acesso de turistas ao Complexo, é mencionada ainda a necessidade da redução do número de turistas, simultaneamente no local para minimizar o desconforto proporcionado pela concentração de turistas no alto do Corcovado para observação da estátua, certamente um motivo de frustração na visita. E, com relação às melhorias no transporte, estes enfatizam a necessidade de redução do preço da passagem e do tempo de espera do trem.

Assim, a infraestrutura local, associada à má qualidade e aos preços elevados dos serviços é identificada, por ambos os grupos da pesquisa, como problemas que afetam, negativamente, a experiência no Complexo do Corcovado e para os quais são necessárias melhorias. Mas apesar desses problemas reconhecidos, a visita ao Complexo é avaliada como positiva por 60% dos turistas domésticos e por 45% dos turistas estrangeiros, que a consideram “suficientemente boa”. E apesar dos problemas, 11% dos turistas domésticos e 2% dos turistas estrangeiros pesquisados avaliam que a experiência superou, positivamente, as suas expectativas. E neste caso, o Complexo do Corcovado parece permanecer, na percepção dos turistas como um dos principais pontos turísticos da “Cidade Maravilhosa” que merece a sua escolha.

Após a experiência, o imaginário sobre o Corcovado é resignificado?

Conforme discutido anteriormente, os turistas domésticos e estrangeiros que visitam o Complexo do Corcovado ali chegam com expectativas a partir dos imaginários sobre este ponto turístico que também integra a percepção sobre a cidade. E a partir de sua vivência, estes tendem a resignificar o local por via de impressões e sentidos captados e internalizados. Mas com essas impressões muitas vezes contraditórias, qual o significado atribuído a esse ponto turístico após a visita? O imaginário sobre o Corcovado é consolidado ao final da visita?

A pesquisa tende a indicar que, tanto para os turistas domésticos como para os estrangeiros, o imaginário anterior à visita, está fortemente atrelado ao monumento do Cristo Redentor, entendido como “símbolo da cidade”. E pode-se mesmo afirmar que este imaginário é consolidado após a vivência no Complexo, uma vez que o “encontro” com a estátua do Cristo Redentor permanece como elemento impactante da experiência. Além disso, a estátua, considerada “orgulho do país”,

“maior ponto turístico do Brasil” e até mesmo o “símbolo da América Latina”, e também é interpretada em seu significado simbólico e imaterial.

Mas após a experiência, o impacto da vista panorâmica inicialmente não considerada como a principal fonte de motivação para a visita, emerge como um dos principais significados do Complexo, para a grande maioria dos turistas, tanto domésticos como estrangeiros. Assim, ao que tudo indica, a experiência vivenciada contribui para a re-significação do Complexo transcendendo o contato com a própria estátua como símbolo da cidade para considerar também a grandiosidade da vista panorâmica.

Assim como a vista panorâmica após a experiência, o sentido de religiosidade associado à visita ao Complexo passa a compor o significado do Corcovado para alguns turistas. E também neste caso, o imaginário sobre o Complexo parece também ser re-significado. Mas como mencionado, a riqueza do patrimônio natural do Parque Nacional da Tijuca impressiona e agrega um importante valor ao significado atribuído à visita, mesmo quando se considera que poucos têm conhecimento do Corcovado como elemento de patrimônio cultural de uma área protegida, de elevado valor ecológico expresso pelo bioma Mata Atlântica.

Outro fator relevante para os estrangeiros na visita se refere ao Complexo como símbolo de contato com a “cultura brasileira”. Assim o fato destes terem vivenciado essa “aproximação”, seja por meio da vista panorâmica da cidade, ou pelo encontro entre cidadãos de todo o mundo é também elemento impactante na apreensão simbólica do lugar.

E diante desta experiência complexa e pulsante, o turista acaba por consolidar um imaginário positivo sobre a experiência no Complexo do Corcovado, marcado predominantemente pela simbologia envolvida neste ponto turístico. Essa simbologia se traduz, para os turistas domésticos e estrangeiros, em sentimentos de “paz”, “harmonia”, “amor”, “felicidade” e “liberdade” e na percepção da indissociabilidade entre natureza e cultura.

Considerações Finais

Esta pesquisa, embora exploratória, parece ilustrar, pedagogicamente, no caso do Complexo do Corcovado, o sentido de “Paisagem Cultural da Humanidade” atribuído ao Rio de Janeiro pela UNESCO. O sentido de paisagem, neste caso, reafirmado como a intermediação entre o físico e o fenômeno, entre a ecologia e o simbólico, entre o factual e o sensível (BERQUE, 1995).

A interpretação da experiência vivenciada no Complexo em suas interfaces claras entre natureza e cultura parece também imprimir um novo sentido ao Parque Nacional da Tijuca, para além de seus atributos ecológicos, o que certamente

tende a implicar em uma nova perspectiva em planejamento (eco) turístico, no caso de áreas protegidas urbanas.

Mas é fundamental que se considere o desconhecimento generalizado sobre a inserção do Corcovado no Parque Nacional da Tijuca como um alerta em planejamento, no âmbito das políticas públicas de proteção da natureza e também de turismo. Considerando o impacto do Corcovado no imaginário do turista que visita o Rio de Janeiro e o seu valor simbólico na associação direta entre natureza e cultura no ambiente urbano de uma das maiores capitais do país, parece inadmissível que o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade não tenha ainda desenvolvido uma estratégia de planejamento turístico que integre na visita ao Corcovado, a valorização do sentido de conservação da biodiversidade e a difusão da importância ecológica do Parque Nacional da Tijuca, com base no reconhecimento do valor afetivo e subjetivo do próprio Corcovado. Por outro lado, é interessante que as políticas de turismo não tenham ainda sido capazes de associar, de maneira efetiva, no marketing turístico da cidade, o Parque Nacional da Tijuca ao próprio Corcovado. Assim, em geral, no marketing turístico, o Corcovado é divulgado como “atrativo cultural” e o Parque Nacional da Tijuca, como “atrativo natural” da cidade, reforçando uma cisão entre natureza e cultura, no sentido contrário do processo de reconhecimento de paisagem cultural pela UNESCO. Mas talvez o título recente atribuído à cidade passe a funcionar como “inspiração” para o delineamento de uma nova filosofia de planejamento em políticas públicas, que se desdobre em estratégias mais efetivas de inovação em turismo, com base na afirmação da leitura do turismo como fenômeno social complexo e que, portanto não pode prescindir da interpretação das subjetividades envolvidas como ilustram, preliminarmente, os resultados deste trabalho.

Neste sentido, a pesquisa tende a confirmar que, no imaginário de brasileiros e estrangeiros, o Complexo do Corcovado, com destaque para a estátua do Cristo Redentor, se reafirma por seu valor que transcende o sentido de um atrativo cultural situado em um parque nacional para se expressar como símbolo da cidade do Rio de Janeiro. De braços abertos, o Cristo Redentor representa assim uma “maravilha” que o turista que chega à cidade deseja conhecer. E ao visitar este monumento e todo o Complexo, este tende a buscar, de alguma maneira, a materialização de suas expectativas sobre a cidade, a partir do imaginário construído sobre o lugar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, L.F.; LODI, M.C. Paisagens Cariocas: Desenvolvimento sustentável, cultura e natureza na cidade. **Cadernos FGV Projetos**, Junho/Julho, ano 7, nº20, pag 78-85, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERQUE, A. **Lês raisons de paysage de La Chine antique aux environnements de de synthèse**, Hazan: Paris, 1995.

FRAGA, C. C. L. Trem do Corcovado. Experiência funcional ou turística? **Monografia** apresentada ao Curso de Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, 2003.

GAGNON, G. **Le wilderness et le paysage comme fonde des principes environnementaux Du monde occidental contemporain**. L'exemple des aires protégées américaines et françaises. Mémoire présentée à la Faculté des Études Supérieures de l'Université de Laval dans le cadre du programme de maîtrise en Philosophie pour l'obtention du grade de Maître des Arts. Québec: Faculté de Philosophie, Université de Laval, 2005.

GASTAL, S. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.

GHETTI, N.C.; MARQUES, A. S., MOREIRA, A. Mirante do Corcovado: significados e mudanças espaciais na busca da sustentabilidade e da preservação deste patrimônio. **Anais do I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural**. Itajaí, 2006.

GHETTI, N.C.; MOREIRA, A.,. Complexo do Corcovado: Significados, Mudanças Espaciais e Lazer. **VIII Seminário Lazer em Debate**. Rio de Janeiro, p. 910-115, 2007.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). **Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca**. Rio de Janeiro, 2008.

IRVING M. A; CORRÊA F.V.; MORAES E.A. Cidade maravilhosa? Interpretando a percepção do turista sobre o Rio de Janeiro. **Caderno Virtual de Turismo**, v.11, n. 03, 2011.

LINHARES, Z.; DAPIEVE, A.; MENEZES, P.C. **Da janela vê-se o Redentor**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

SEMENOVITCH, J. S. **Corcovado: A Conquista da Montanha de Deus**. Rio de Janeiro: Editora Lutercia, 1997.

PITTA, D. P. R. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Rio de Janeiro: Atlântica editora, 2005 (coleção filosofia).

Notas

¹Este evento foi divulgado em 01 de julho de 2012 por toda a mídia impressa e televisiva, mas os documentos finais ainda não estão disponíveis para consulta.

²Este monumento, foi construído em 1937 pelo engenheiro Heitor Silva Costa e pelo escultor Paul Landowski.

³Cristo Redentor está entre as sete novas maravilhas do mundo e foi eleito dentre muitos outros expressivos concorrentes, tais como a Grande Muralha da China, a cidade de Machu Picchu (Peru), o Coliseu (Itália) e o Taj Mahal (Índia). Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u310254.shtml>> Acessado em 28 de abril 2011.

⁴Livre tradução dos autores do recorte “Could there be a connection between, on the one hand, the motivation and the pride, enthusiasm and the compassion that people have for their culture and monuments that symbolically represent them, and, on the other, their motivation to make a brighter future for themselves? My response is: Yes, this is definitely the case and ultimately also the reason that cultural identity is so important to every single human being and to all societies on our planet! Disponível em www.new7wonders.com. Acessado em 21 de abril de 2010.

⁵Parque Nacional da Tijuca. Estatística de Visitação - 2009 e 2010.

⁶Instituição responsável pela administração do Trem do Corcovado.

⁷Importante destacar que os questionários foram aplicados no momento de retorno da visita ao Morro do Corcovado, com o objetivo de apreender as impressões do turista após este ter vivenciado a experiência de visita a uma das reconhecidas “maravilhas” contemporâneas.

⁸Para tanto, foi utilizado em um primeiro momento o software SPHINX 4.5, distribuído pela SPHINX Brasil, licenciado para o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social, da COPPE-UFRJ.

⁹Primeiro Imperador do Brasil de 1822 a 1831.

¹⁰Segundo Imperador do Brasil de 1840 a 1889.

¹¹Embora desativado há quase 25 anos (por pendências jurídicas relacionadas à propriedade do estabelecimento entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a Universidade Veiga de Almeida), em 2009, como parte das iniciativas do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (órgão responsável pela gestão da área do Parque Nacional da Tijuca, onde se insere o Complexo do Corcovado) de revitalização da área do complexo Paineiras, foi firmada uma parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e promovido um concurso para escolha do melhor projeto de recuperação desse hotel, atualmente em andamento (para maiores informações sobre o concurso e resultado consultar <<http://www.iabrij.org.br/concursopaineiras/>>).

¹²Atualmente administrado pela Arquidiocese do Rio de Janeiro.

¹³Segundo o SNUC as UCs de Proteção Integral tem como objetivo básico “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000).

¹⁴Considerando que, à época da pesquisa, o salário mínimo no Brasil era de R\$380,00, equivalente a \$201,00 (dólares).

¹⁵Considerando o valor nacional do salário mínimo.

¹⁶Nos dias de aplicação dos questionários as condições climáticas não estavam favoráveis.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio recebido em alguns estágios da pesquisa à Edilaine Moraes, Carla Conceição Lana Fraga, Ivan Bursztyn, Graciella Faico, Eunice Mancebo e Rodrigo Fasano.

Marta de Azevedo Irving: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: marta.irving@mls.com.br

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1912229324377473>

Frances Vivian Corrêa: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: francesvivian@uol.com.br

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7590460094647999>

Bruna Ranção Conti: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: bruna-conti@hotmail.com

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5130616222632742>

Eloise Silveira Botelho: Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, Brasil.

Email: eloisebotelho@hotmail.com

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2389958939659180>

Sônia Lúcia Peixoto : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: soniapeixoto@terra.com.br

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4349315362087984>

Data de submissão: 25 de julho de 2012

Data de recebimento de correções: 31 de julho de 2012

Data do aceite: 31 de julho de 2012

Avaliado anonimamente

Percepção do visitante sobre a relação entre turismo e meio ambiente no município de Campos do Jordão (SP)

Visitor's perception about the relationship between tourism and environment in the city of Campos do Jordão (SP, Brazil)

Sara Ruiz Hirata, Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz

RESUMO

Diante da emergência da temática ambiental e considerando sua relevância e repercussão na sociedade, nota-se a importância de estudar a relação entre o homem e a natureza. Nesse sentido, observa-se que a atividade turística, geralmente, é construída por essa interação e quando assim acontece é dependente dos recursos naturais dos núcleos receptores para sua existência e desenvolvimento. Apesar de ser visto como uma alternativa atraente em termos econômicos, o turismo é questionado em relação aos possíveis efeitos indesejáveis no que tange aos aspectos sociais e ambientais. Ciente disso, este artigo aborda o setor em Campos do Jordão, município do estado de São Paulo que recebe intenso fluxo turístico, principalmente nos meses de inverno devido as suas características de relevo e clima. Em uma análise preliminar, é apresentada uma visão do turismo em Campos do Jordão sob a ótica de turistas entrevistados pelos alunos do curso de bacharelado de Gestão Ambiental da Universidade de São Paulo durante prática orientada no local. As informações obtidas viabilizaram a elaboração de uma análise prévia sobre o perfil do visitante e o segmento de turismo local, destacando a ótica deste sobre a geração de impactos socioambientais e o entendimento sobre o espaço visitado e sua característica natural entre outras coisas como Parque Estadual de Campos do Jordão. Os resultados indicaram, entre outros fatores, que os impactos socioambientais são notados superficialmente pela maioria dos visitantes, demonstrando que os efeitos percebidos relacionam-se, quase exclusivamente, à geração de lixo e esgoto. Os efeitos do turismo sobre o agravamento da desigualdade social, sobre os recursos hídricos e florestais são bem pouco observados e denotam o baixo envolvimento dos visitantes com a realidade local do município quanto aos fatores socioeconômicos e ambientais da comunidade local. Este fato pode indicar a carência de instrumentos públicos e privados que estimulem uma relação mais próxima da realidade jordanense e incrementem o turismo na região considerando outras áreas dos meios urbano e rural com potencial turístico, incluindo-se a sociedade local que poderia ser favorecida com a expansão e planejamento da visitação.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Ambiente; Campos do Jordão; Percepção.

ABSTRACT

Faced with the emergence of environmental issues and considering their relevance and impact on society, notes the importance of studying the relationship between man and nature. In this sense, it is noted that tourism is usually built by this interaction and when this happens is dependent on natural resources of the receiving centers for its existence and development. Despite being seen as an attractive alternative in economic terms, tourism is questioned about the possible side effects with regard to social and environmental aspects. Aware of this, this paper discusses the sector in Campos do Jordão, municipality of São Paulo, which receives heavy influx of tourists, especially during the winter months due to its topography and climate characteristics. In a preliminary analysis, provides an overview of tourism in Campos do Jordão from the perspective of tourists interviewed by the students of Bachelor of Environmental Management, University of São Paulo, during guided practice on site. The information obtained enabled the preparation of a preliminary analysis on the profile of the visitor and the local tourism sector, with emphasis on the perspective of this generation and understanding of social and environmental impacts on the area visited and their natural feature among other things like Parque Estadual de Campos do Jordão. The results indicated, among other factors, social and environmental impacts are noted on the surface for most visitors, demonstrating that the perceived effects relate almost exclusively to the generation of waste and sewage. The effects of tourism on the worsening social inequality, on forest and water resources are very little observed and denote the low involvement of visitors to the actual location of the municipality regarding the socioeconomic and environmental factors of the local population, which may indicate a lack of public and private instruments to encourage a closer relationship to Campos do Jordão reality and foster the tourism in the region considering other areas of urban and rural areas with tourism potential and likely to include members of society who would be favored by the expansion and planning of visitation.

KEYWORDS: Tourism, Environment, Campos do Jordão, Perception.

Introdução

Atualmente a temática ambiental está presente em praticamente todos os espaços de discussão e de ação da sociedade, tendo um papel importante na construção da identidade humana, especialmente a partir das últimas décadas.

Diante da emergência de uma questão transversal a respeito dos recursos naturais e interações entre o homem e a natureza, é incorporada a temática do turismo e o desenvolvimento de suas atividades, as quais têm no ambiente seu elemento fundamental, tornando evidente a pertinência de se estudar e trabalhar os impactos da visitação sobre o espaço natural.

Os efeitos da atividade turística sobre o meio ambiente são estudados por alguns autores que discutem as relações estabelecidas entre os turistas e as localidades visitadas, apontando a questão da percepção ambiental e da construção desta com influências dos contextos culturais para o entendimento das interações e proposição de idéias e alternativas que se orientem ao encontro de uma realidade ambientalmente mais amigável.

Essa análise apóia-se nas informações obtidas pelas entrevistas aplicadas pelos alunos do curso de Gestão Ambiental do *campus* Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo, localizado em Piracicaba, conforme explicado melhor no desenvolvimento deste artigo.

Os Parques Estaduais são unidades de conservação de proteção integral, admitindo o uso público legitimado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). A presença humana é caracterizada basicamente pelas atividades de pesquisa, recreação e educação ambiental que formam a gama de visitantes que os parques recebem, enquadrando nestes segmentos o turismo.

No cenário de turismo de inverno consolidado em Campos do Jordão, está inserido o PECJ, parque estadual mais antigo de São Paulo, destino de milhares de visitantes todos os anos.

O objetivo principal do artigo é discutir as atividades turísticas em Campos do Jordão considerando a percepção ambiental e motivação dos turistas, destacando a sua interação com o PECJ no período de 2007 a 2011, baseando-se em dados obtidos em prática orientada realizada por alunos do curso de Gestão Ambiental da ESALQ/USP.

Neste sentido, é de interesse deste trabalho apontar o perfil e a percepção dos turistas de Campos do Jordão-SP sobre os impactos ambientais gerados pela visitação no município por meio das entrevistas realizadas entre 2007 e 2011 e levantar considerações pertinentes sobre a noção de conhecimento do Parque Estadual de Campos do Jordão pelos turistas e qual seu grau de atratividade.

O turismo tem múltiplas relações com a sociedade, a economia, a cultura e a natureza, por isso seus aspectos e resultados devem ser considerados para se alcançar uma visão mais ampla e organizada no intuito de gerar subsídios para a tomada de decisão mais consciente e pertinente em cada localidade (RUSCHMANN, 1997).

O município paulista de Campos do Jordão é um dos principais destinos turísticos do Brasil, recebendo cerca de três milhões de visitantes por ano (ARAUJO, 2008). Assim, é um espaço suscetível aos impactos gerados pelo turismo, o que nos faz concordar com Queiroz (2000,p.4) quando diz: “*o que se tem visto na maior parte das áreas onde são praticadas atividades de lazer e de turismo é a quase total despreocupação em manter a integridade do ecossistema envolvente*” e, em Campos do Jordão não é diferente.

Dessa forma, discutir o turismo que ocorre no município partindo do ponto de

vista dos turistas, principalmente no que se refere ao PECJ, detectando as suas consequências é uma tarefa importante, pois as informações obtidas poderão servir como subsídio para minimizar alterações, justificando-se a elaboração deste estudo. Ressalta-se também que, para áreas de risco como em Campos do Jordão, a degradação dos recursos naturais pode significar uma redução das oportunidades de recreação e lazer, afastando os turistas.

Para Pacheco e Silva (2007), a percepção ambiental é, atualmente, uma temática recorrente que colabora para a consciência e prática de ações individuais e coletivas. Assim, o estudo da percepção ambiental é relevante para a compreensão das inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, suas satisfações e insatisfações, expectativas, julgamentos e condutas.

Nos estudos sobre percepção ambiental, Garnica (1997 *apud* CUNHA; LEITE, 2009) diz que a pesquisa qualitativa, ao investigar os fenômenos dando a eles possibilidades de se mostrar, faz com que sua compreensão fique mais clara na medida em que o detalhamento de suas análises é maior, com a interação do pesquisador e o pesquisado, já que o primeiro deve se ver e ver o seu entorno como um grande leque de possibilidades, não somente objetividades e manifestações concretas acabadas, ignorando o processo de construção sociocultural, a situação atual e as expectativas de futuro das comunidades abordadas e pesquisadas.

Cunha e Leite (2009) enfatizam que há vários conceitos para o termo “percepção ambiental”, porém é preciso observar que o aspecto essencial é o da questão das relações entre o homem e o meio ambiente, como cada indivíduo o percebe, o quanto conhece do seu próprio meio, o que espera dele, como o utiliza e sua ação cultural sobre esse meio:

... a natureza é aquilo que observamos pela percepção obtida através dos sentidos. Nessa percepção sensível, estamos cômicos de algo que não é pensamento e que é contido em si mesmo com relação ao pensamento. Essa propriedade de ser auto-contido com relação ao pensamento está na base da ciência natural... cujas relações mútuas prescindem da expressão do fato e do que se pensa acerca das mesmas (WHITEHEAD, 1994, p. 09 *apud* CUNHA; LEITE, 2009).

Quando são consideradas áreas que sofrem influências expressivas, como é o caso de Campos do Jordão em relação ao turismo, a percepção ambiental é notadamente importante de ser estudada, pois pode oferecer informações importantes que servirão de subsídios às futuras intervenções.

Ao mesmo tempo o levantamento da percepção com os atores envolvidos em determinada realidade ambiental, legitima o estudo de avaliação e os futuros projetos de intervenção de uma determinada realidade.

de; busca elucidar as relações de causa e efeito, com a finalidade de subsidiar a escolha de soluções para os projetos; é também uma poderosa ferramenta de trabalho, facilita a avaliação de processos sociais, no interesse de constatar a situação atual dos problemas presentes no meio ambiente, de modo a enriquecer o processo decisório.” (LEITE, 2009 *apud* CUNHA; LEITE, 2009)

Segundo Diaz (2002), a relação da nossa espécie com o meio ambiente, produto da percepção que tem dele, sobretudo de si mesma, sofreu uma revolução interessante e relativamente pouco estudada. Complementando essa afirmação, Cunha e Leite (2009) ressaltam que a visão humana de mundo, do ambiente físico, natural e construído socialmente são diferentes em relação à cultura, às experiências perceptivas, os conceitos e valores inculcados, o que traz como consequências as atitudes que tomamos perante a realidade que nos cerca.

Desenvolvimento

Turismo e meio ambiente: uma breve contextualização

O paradigma da sustentabilidade levantou em muitos setores os questionamentos sobre as ações humanas e seus efeitos sobre a natureza. Na área do turismo, isso também ocorreu e tem crescido, existindo assim vários autores que abordam a temática, como Irving (2001) que aponta os desafios para elaboração de uma política de turismo promotora da sustentabilidade ambiental.

Assim como outras atividades econômicas, o turismo pode ter ação destrutiva sobre o ambiente, atingindo a cultura local, muitas vezes negligenciado-a; também pode ocorrer a apropriação de terras para a criação de parques e outras unidades de conservação bem como de construções de complexos hoteleiros e de segunda residência associados a riscos e injustiças sociais.

Pensando no benefício do desenvolvimento local, ressalta-se que é frequente não haver um aproveitamento pelas comunidades receptoras, pois as ações não são efetivamente comprometidas como um todo e com o desenvolvimento local (IRVING e AZEVEDO, 2002).

Os impactos ambientais decorrentes desses usos podem ser observados por meio do aumento da geração de resíduos, pelos desmatamentos, construções em locais inadequados ou mesmo de risco e da grande aglomeração de pessoas em diversas áreas naturais e urbanizadas, sem planejamento turístico-ambiental e infraestrutura pertinente (HOEFFEL, 2011).

Para Schnaiberg e Gould (2000), que analisaram modelos econômicos sustentáveis, a atividade turística é considerada uma alternativa, no entanto, há a tendência de destruição do próprio setor quando existe uma expansão sem um planejamento

adequado, isso pode ser notado em algumas localidades receptoras pela sobrecarga das infraestruturas locais, bem como diversos impactos sociais e culturais.

Para a evolução da atividade turística é essencial que exista uma gestão equilibrada do ambiente, seu elemento básico. A partir da década de 1950, o turismo passou a ter um crescimento acelerado resultando na degradação ambiental que atingiu vários pólos receptores. A principal consequência desse avanço é observado, notadamente, nos espaços naturais, e muitos países já demonstram sua preocupação sobre o assunto, o que incentiva a tomada de decisões ambientalmente mais amigáveis que favoreçam a proteção ambiental (RUSCHMANN, 1997).

Analisar a gestão da visitação em unidades de conservação é importante por muitas razões, principalmente pela relevância que as mesmas têm no Brasil para proteção da biodiversidade. Compreender os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais envolvidos no ato da visitação pública em UCs é essencial para melhorar sua manutenção e continuidade como área de preservação.

A problemática ambiental tem avançado nas últimas décadas e está presente nas discussões da sociedade, instigando muitos estudos no intuito de avaliar os efeitos das ações humanas sobre o ambiente natural e discutir a relação atual entre o homem e a natureza (GRIFFITHS; HUGHES, 2001).

Considerando mudanças do século XX, McNeill (2001) destaca a intensidade das transformações, para a centralidade das ações humanas e as consequências inesperadas devido à diversidade de preferências e padrões sociais, políticos, econômicos e intelectuais. Nota-se que ao reconhecermos a imparcialidade das ações e percepções humanas, a questão ambiental é discutida e analisada de forma que não haja neutralidade, mas sim uma variação de interesses dos envolvidos e a ocorrência de conflitos entre valores, atitudes, percepções, conceitos e estratégias sociais (TUAN, 1980; MACHADO, 1996).

Para Redclift (1995), as chamadas avaliações ambientais são guiadas por intui-tos sociais e utilizadas para se alcançar metas sociais específicas. Assim, quando o uso de alguns recursos naturais é discutido, estamos tratando também dos seus papéis dentro de um contexto social divergente, muitas vezes influenciado por uma concepção econômica, política, sócio-cultural ou ambiental dominante.

Woodgate e Redclift (1998) destacam a distinção entre diferentes indivíduos e instituições na visão sobre os sistemas ecológicos, pois são criações pessoais impregnadas pelas relações sociais materiais e simbólicas específicas.

Considerando também as relações entre o observador e o ambiente, Abram (1997) e Ferreira e Coutinho (2000) apontam que a percepção ambiental é afetada por fatores como a educação e a cultura, além de fatores sensitivos e afetivos. Ou seja, o indivíduo possui uma interpretação própria de acordo com suas experiências prévias, expectativas e ansiedades. Peterson (1999) complementa a idéia de que a forma como o ser humano compreende e identifica o valor da natureza está ligada ao contexto cultural, ao momento histórico vigente.

Nesse sentido, Milton (1996, 2002) usa a antropologia para falar sobre o a sociedade e o ambiente, e acredita que as diversas culturas desenvolverão percepções distintas sobre a natureza, algo que também pode ser observado mesmo em culturas aparentemente homogêneas, tal a urbano-industrial de consumo.

Observando a inserção do turismo na questão ambiental, podemos nos apoiar em alguns autores, como Krippendorf (2000) que destaca a importância do turismo para gerar empregos e receitas, mas também uma preocupação por não haver debates e discussões que considerem que boa parte do desenvolvimento econômico trazido é formada de empregos afetados pela sazonalidade e baixos salários.

Nota-se que, ainda assim, o fator econômico é o que mais tem influenciado a exploração de recursos pelas atividades turísticas, negligenciando o comprometimento de outros fatores relacionados ao desenvolvimento das localidades receptoras.

Complementando o autor citado acima, Tuan (1980) afirma que apesar do turismo ser importante para a sociedade ao fomentar a economia, o mesmo não garante que exista harmonia na relação entre homem e natureza. Esta condição indica quão fundamental é a educação ambiental e o planejamento para envolver a todos e orientar a percepção para um turismo menos nocivo ao ambiente, ou seja, mais sustentável.

Para Cabral e Souza (2002), os conflitos gerados pela divergência de interesses podem não ser simples de se resolver e até mesmo implicar uma gestão ambiental complexa e não muito pacífica, pois se constrói o desafio de conciliar os propósitos e percepções para desenvolver o processo decisório tanto no âmbito público como no privado.

Ostrom (1990) também colabora no sentido de entender as razões que fazem com que alguns processos de gestão sejam bem desenvolvidos em alguns espaços e em outros não, pois, as ferramentas intelectuais necessárias ou os modelos para entender os problemas associados com o gerenciamento de recursos naturais são insuficientes e pouco efetivos para conciliação de interesses sobre os recursos naturais.

Campos do Jordão (SP): uma aproximação histórico-geográfica

A história do município de Campos do Jordão teve início em 1874 e passou por fases de ocupação e vocação diferentes até chegar a sua condição atual, com estruturas e atividades voltadas para o turismo que consolidaram a sua feição sócio-econômica baseada também na indústria de confecção de malhas e de chocolate, no artesanato e na exploração de água mineral (SEIBERT *et al.*, 1975).

Segundo a Prefeitura de Campos do Jordão (2011), a maior fonte de renda é o turismo, sendo o grande responsável pelo desenvolvimento do município em outros setores.

Os visitantes são agentes transformadores dessa realidade, tornando a cidade

da Serra da Mantiqueira, em alguns momentos de maior afluxo de turistas, numa vila de características tipicamente europeias. Com diversos significados socialmente construídos que estão na formação do imaginário coletivo em Campos do Jordão, há uma intenção definida de organizar o núcleo urbano, caracterizando-o como um espaço europeu que assim aparece na mídia, como já apareceu em outras épocas como a conhecida “Suíça” brasileira.

Em Campos do Jordão os turistas se sentem atraídos pelo que lhes parece diferente e interessante, pelo que não vivenciam no cotidiano. Trata-se de um espaço de lazer, de distanciamento de hábitos e rotina, ou seja, daquilo vivido diariamente, como poluição, violência, barulho, trabalho desgastante e estresse.

De acordo com Ab’Sáber (2003), a topografia da região é montanhosa e acidentada, classificada como “Mares de Morros Florestados” ou “Planalto Atlântico” resultando em diversos recursos paisagísticos naturais que representam atrativos importantes para o turismo e prática de esportes de aventura.

A vegetação da região estudada tem predomínio originalmente da Mata Subtropical Perenifólia (EITEN,1983), ou Estacional Semidecidual, contando com fragmentos de araucária, *Araucaria angustifolia* e *Araucaria podocarpus*, muito prestigiada e importante na paisagem de Campos do Jordão (Figura 1) e especialmente do Parque Estadual de Campos do Jordão (VELOSO, 1991).



Figura 1: Paisagem de Campos do Jordão, SP. Foto: Sara Hirata (2011)
Figure 1: Landscape of Campos do Jordão, Brazil. Photo: Sara Hirata (2011)

Os aspectos climáticos da região relacionam-se à topografia, sendo que Andrade (1997) enuncia o clima como tropical de altitude, com ventos e precipitações brandas, elucidando o papel da geomorfologia das linhas mestras da Serra da Mantiqueira.

A amplitude térmica diária deste tipo de clima – tropical de altitude - é um dos maiores atrativos para o desenvolvimento do turismo, pois mesmo no verão as temperaturas são amenas, variando bastante durante o dia, chegando a mais de 30° C, porém as noites são predominantemente frescas, ficando em torno dos 15° C (SIRGADO, 2001; AB’SÁBER, 2003).

O mês de julho é o mais procurado pelos turistas, configurando-se a alta estação quando o inverno está no auge, há pouca chuva e as temperaturas estão mais baixas, ocorrendo atividades de entretenimento com várias opções na região, quando Campos do Jordão e outros municípios vizinhos como São Bento do Sapucaí e Santo Antonio do Pinhal realizam festivais gastronômicos, de música, feiras e exposições de artesanato e cultura local (GRECCO, 2006).

Parque Estadual de Campos do Jordão

Gestão de Unidades de Conservação: Parques Estaduais

Em 2000 foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) por meio da lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que fala sobre a criação e manejo das Unidades de Conservação (UC) federais, estaduais e municipais, ação fundamental para um redirecionamento da gestão de áreas naturais no Brasil. O SNUC divide as áreas entre Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (BRASIL, 2000).

Os Parques Estaduais são semelhantes aos Parques Nacionais e estão entre as UC de Proteção Integral, caracterizadas pela destinação à proteção de áreas representativas de ecossistemas, “dotadas de atributos naturais ou paisagísticos notáveis”, sítios geológicos de grande interesse científico, educacional, recreativo ou turístico, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção com o uso para fins científicos, educacionais e recreativos (BRASIL, 2000).

Nota-se que a legislação e as ações têm sido importantes para a preservação da natureza, no entanto, para Medeiros, Irving e Garay (2006), ainda que tenhamos uma evolução observada nas políticas públicas brasileiras de proteção do ambiente natural, expandindo as áreas protegidas, existem muitos fatores que interferem no seu efetivo funcionamento. Esses autores enfatizam a inexistência de uma estratégia clara de integração das unidades de conservação à dinâmica local e às questões globais, motivando diversos conflitos, decorrentes, no geral, da criação e implementação, pelo Estado, de áreas protegidas de forma autoritária e pouco participativa, desconsiderando a comunidade local.

De fato, os conflitos também acontecem devido ao uso do espaço geográfico e da apropriação da terra por formas de utilização que não raramente são divergentes dos objetivos do manejo da unidade de conservação. Ferreira (1996) observa a situação de forma crítica, destacando a problemática causada pelo processo de seleção, implantação e gestão de áreas protegidas, por serem baseados em critérios ecológicos e econômicos, não se preocupando necessariamente com o sucesso dos resultados da conservação. Isso se deve ao fato do meio ambiente ser considerado como um bem público e de interesse universal, justificando-se, dessa forma, as tomadas de decisão por esferas denominadas competentes para esse fim.

Os impactos causados pela visitação em unidades de conservação devem ser compreendidos e avaliados quanto aos benefícios e aos efeitos indesejáveis que podem ter. Para Ruschmann (1997), os impactos do turismo são caracterizados entre positivos e negativos quanto a fatores sociais, culturais, econômicos e ambientais, interferindo na construção do espaço.

Segundo Ruschmann (1997, p.34), “os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras”. Para a mesma autora existem variáveis do turismo desenvolvido junto ao meio ambiente que têm efeitos de natureza, intensidade, direções e magnitude distintos que resultam em interações muitas vezes irreversíveis.

O Parque

Os aspectos físicos, climáticos e históricos do Parque Estadual de Campos do Jordão (PECJ) explicam a sua significância no panorama estadual, localizado a cerca de 180 quilômetros de distância da capital paulista, na porção leste-nordeste do Estado de São Paulo, nas encostas da Serra da Mantiqueira.

O PECJ está localizado no município de Campos do Jordão, ocupando um terço de seu território com uma área de 8.341 hectares, tendo sido criado em 27 de março de 1941 pelo Dec. Lei 11.908, (Figura 2) é o mais antigo de São Paulo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011).

Situado num dos centros turísticos mais importantes do Brasil, o PECJ recebia, em 1997, mais de 2.000 visitantes por dia durante a alta temporada, entre junho e julho (DECANINI, 1997). De acordo com funcionários da atual gestão do PECJ (COMUNICAÇÃO ORAL, 2011) o número de turistas por dia em alta temporada sofreu uma redução, alcançando em média 60.000 visitantes por ano, embora ainda seja um dos Parques estaduais mais procurados de São Paulo.

Os principais atrativos do PECJ são, conforme a Fundação Florestal (2011), as trilhas chamadas Monteiro Lobato, Quatro Pontes, Cachoeira, Rio Sapucaí, Celestina e Campos, contemplando a demanda de um público variado entre crianças, jovens, adultos e idosos. Além das trilhas, existem serviços dentro do parque como lanchone-

te que serve pequenas refeições, loja de artesanatos, chocolates produzidos no município entre outras coisas.



Figura 2: Pôster de comemoração aos 70 anos de existência do PECJ. Foto: Sara Hirata (2011).
Figure 2: Poster commemorating the 70th anniversary of PECJ. Photo: Sara Hirata (2011).

Procedimentos metodológicos

Coleta de dados

Gestão Ambiental é um dos cursos da Universidade de São Paulo (USP) no *campus* de Piracicaba, a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. A graduação ocorre de forma multidisciplinar envolvendo os estudantes em diferentes temáticas que vão desde a Botânica Sistemática até as disciplinas sobre Administração Financeira, Direito Ambiental e também sobre Turismo.

Nesse contexto, os alunos do sétimo semestre de Gestão Ambiental, matriculados na disciplina Gestão Turística de Ambientes Naturais (GTAN), têm a oportunidade de aprofundamento com o tema.

Entre os exercícios da disciplina, desenvolve-se uma prática orientada em Campos do Jordão, município do estado de São Paulo que recebe uma atividade turística intensa, especialmente nos meses de inverno (junho, julho e agosto), considerada a estação da alta temporada de visitação. O estudo do meio acontece, anualmente, nesse período, objetivando o levantamento e análise da movimentação turística local.

Campos do Jordão é um pólo receptor de turismo já consolidado, tendo certas características naturais que tornam a área vulnerável, apresentando diversas fragilida-

des ambientais com terrenos íngremes e sujeitos a escorregamentos, sofrendo os impactos da ocupação desordenada e efeitos da visitação. O Parque Estadual Campos do Jordão (PECJ) é uma unidade de conservação neste contexto.

Nesse cenário apresentado, os alunos de GTAN presenciam situações cujo objetivo é a reflexão sobre as questões ambientais e sua relação com o turismo desta localidade. Os discentes têm a oportunidade de conhecer aspectos das áreas rural e urbana, observando os pontos de maior fluxo de turistas como as Vilas Capivari e Abernóssia, onde há grande concentração de meios de hospedagem e de restauração, bem como comércio de artesanato, malhas e produtos alimentícios produzidos localmente. Atrativos culturais e históricos também são conhecidos como o Palácio Boa Vista funcionando como museu de arte contemporânea e, ao mesmo tempo, como residência de inverno do Governador paulista.

O momento crucial do estudo é a visita ao PECJ (Figuras 3 e 4), área protegida de grande valor ambiental, onde há possibilidade de observação dos aspectos paisagísticos, flora, fauna, infraestrutura receptiva e aspectos de gestão.



Figuras 3 e 4: Discentes do curso de Gestão Ambiental da ESALQ/USP durante atividades da prática orientada em Campos do Jordão, SP. Fotos: Sara Hirata (2010).

Figures 3 and 4: Students from the Environmental Management ESALQ / USP's activities during guided practice in Campos do Jordão, Brazil. Photos: Sara Hirata (2010)

O estudo conta ainda com palestras realizadas graças ao apoio das Secretarias de Meio Ambiente e de Turismo, quando profissionais da administração municipal expõem a real situação da estância climática de Campos do Jordão, dissertando sobre as potencialidades e problemas encontrados.

Como atividade final da prática orientada há a realização de entrevistas semi-estruturadas por grupos de alunos que se dividem na abordagem de visitantes, comerciantes, hoteleiros e moradores locais, com o propósito de colher informações gerais sobre o turismo.

As entrevistas geram em média cem formulários com informações dos segmentos descritos, dentre elas, dez a vinte são de visitantes abordados nas Vilas Capivari e Abernédia onde há, notadamente, maior concentração de visitantes, atores sociais escolhidos para análise neste artigo. A partir desta dinâmica de visita dos alunos de 2007 a 2011 a Campos do Jordão, foram geradas as informações que servem para reflexão e discussão sobre a realidade local.

Gil (2000) define a entrevista como uma técnica de apresentação entre o pesquisador e o pesquisado no intuito de formular perguntas que levantem dados de interesse da investigação. Para coletar dados, a técnica é considerada relevante devido à flexibilidade de estruturação, pertinente na obtenção de informações referentes ao que o entrevistado sabe, crê, espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez.

Assim, as questões que guiaram a abordagem sobre os turistas foram construídas para levantar o perfil do visitante, como gênero, faixa etária, escolaridade e local de origem. Outras questões também foram feitas sobre o meio de transporte usado para ir até Campos do Jordão, a frequência de visitação anual, os principais atrativos sob a visão dele e a percepção sobre os impactos socioambientais do turismo na região.

Dessa maneira, buscou-se compreender os atributos de experiência e preferência pessoal do visitante. A percepção foi avaliada por meio do levantamento da opinião dos visitantes sobre as condições do parque e os efeitos que acreditam causar sobre a unidade de conservação.

Resultados e discussão

Por meio das entrevistas realizadas entre 2007 e 2011, foi possível organizar as informações concedidas por 72 indivíduos permitindo uma análise focada na temática ambiental pela percepção do turista.

Das questões aplicadas para compreensão a respeito do perfil dos visitantes, tivemos que o público feminino ficou um pouco acima da população masculina com 53,85%, sendo que do total entrevistado 40,38% disse ter entre 26 e 40 anos.

Uma grande parte dos entrevistados é proveniente da capital paulista, ou seja, 43,90% são de São Paulo e percentagens menores pulverizadas entre outras cidades paulistas e algumas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Os turistas também apontaram que o transporte mais utilizado para ir até Campos do Jordão é o automóvel, com 71,15% das respostas, sendo que 64,71% já conheciam o município e estavam voltando, confirmando a frequência de visitação anual de uma parcela dos visitantes.

Na etapa seguinte, com questões voltadas à percepção ambiental dos entrevistados sobre os impactos do turismo, tivemos os respectivos percentuais de respostas (Figura 5):

Percepção do visitante sobre a relação entre turismo e meio ambiente no município de Campos do Jordão (SP)

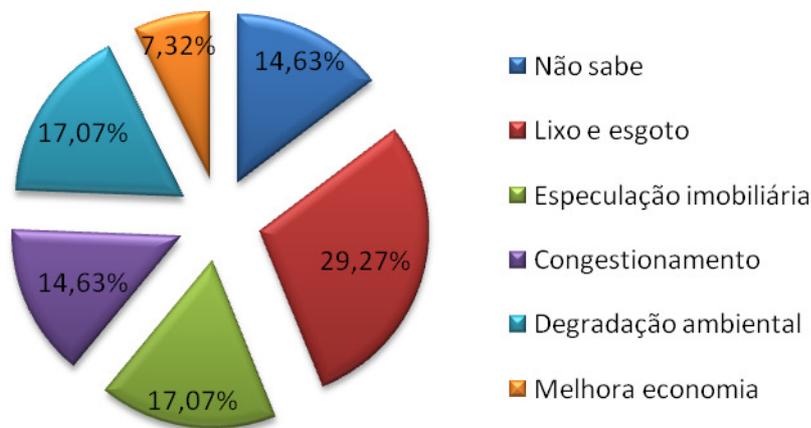


Figura 5: Percepção sobre os impactos socioambientais causados pelo turismo.
Figure 5: Perception about the environmental impacts caused by tourism.

Interrogados sobre as principais motivações para visitar Campos do Jordão, as respostas dos turistas são tratadas no gráfico abaixo. (Figura 6).

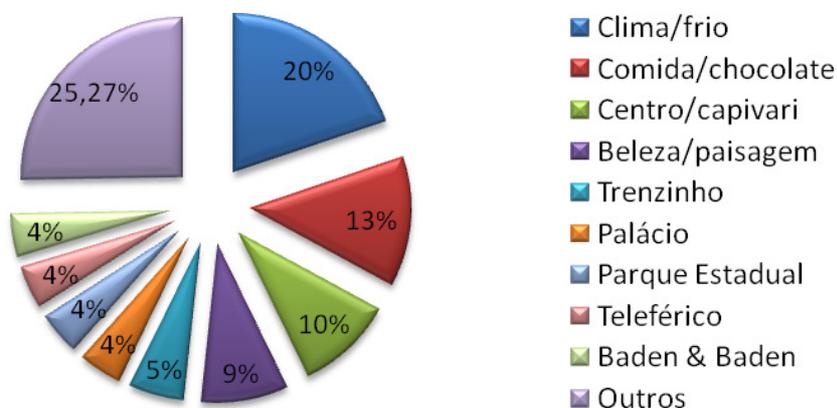


Figura 6: Percepção sobre os principais atrativos de Campos do Jordão (SP).
Figure 6: Perception of the main attractions in Campos do Jordao (SP, Brazil).

Merece destaque uma informação obtida nas entrevistas que diz respeito à ausência de indicação do PECJ como um dos principais atrativos do turismo jordanense, embora 36,54% dos entrevistados afirmaram conhecê-lo. Essa informação pode indicar que esta unidade de conservação é relevante nos panoramas do município e região, no entanto seu potencial como atrativo turístico não é plenamente desenvolvido,

há outros locais com maior visibilidade.

Constatou-se que os visitantes, em sua maioria, têm o ensino superior completo, se deslocam de veículo próprio, indicando que aqueles que procuram a estância pertencem a uma classe social razoavelmente abastada e com bom nível de instrução.

Os indivíduos entrevistados que comentaram sua relação com o local, identificaram características atraentes como o frio e o aspecto de cidade do interior, como tranquilidade, simplicidade e presença de natureza preservada. Como tratado por Urry (2002), essa relação denota a atração pela área devido à desilusão com elementos modernos e urbanos em seus locais de origem. É viável supor que tais frequentadores vivenciam em seus cotidianos um ambiente cosmopolita, espaço com poucos elementos naturais e paisagísticos, falta de segurança e tranquilidade, fatores que passaram a procurar em outros lugares.

Das informações sobre a opinião dos entrevistados envolvendo a temática ambiental e o PECJ, observou-se que uma parcela razoável pouco soube opinar sobre os impactos do turismo junto aos recursos naturais do município, embora reconheçam como efeitos indesejáveis a geração de lixo e esgoto.

Aspectos importantes como a construção de complexos hoteleiros e condomínios de segunda residência, abundantes e em crescimento no município, muitas vezes, causadores de inúmeros rearranjos socioespaciais e ambientais desastrosos não são notados pelos entrevistados como algo negativo. A desigualdade social evidente também não é elemento percebido, denotando superficialidade de interação com a realidade local, ou seja, há indício de que a estadia dos visitantes é estreitamente relacionada ao espaço construído para recebê-los, concentrados nas vilas turísticas intencionalmente projetadas para o perfil turístico apresentado, não havendo relação com o espaço do município como um todo, incluindo suas fragilidades ambientais e de inclusão social dos moradores locais.

Notadamente um fator relevante para Campos do Jordão, concluiu-se que um dos principais atrativos citados é o clima tropical de altitude, apresentando grande amplitude térmica durante o dia e esfriando rapidamente quando a noite chega, oferecendo uma sensação diferente do clima tropical que abrange a maior parte do território brasileiro.

Apontam os resultados, que uma grande parcela dos entrevistados conhece o Parque Estadual de Campos do Jordão, no entanto seu potencial de visitação não é explorado a ponto de ser indicado como um dos principais atrativos. O PECJ é o parque mais visitado do interior paulista, tratando-se de uma unidade de conservação com muita atratividade em relação às demais na mesma categoria de UC, porém inferior no cenário de mais de um milhão de visitantes que Campos do Jordão recebe na alta temporada de visitação (ARAUJO,2008).

Barbieri (1997) em seu estudo sobre o PECJ destaca que há divergências en-

tre as razões que levam os turistas até lá e as atividades ali desenvolvidas, apontando desconhecimento sobre os objetivos de um parque estadual. Essa constatação pode indicar que muitos visitantes procuram o PECJ apenas por acreditar que seja um “ponto turístico”, sem muita consciência de sua condição de Parque Estadual conforme descrito pelo SNUC.

O planejamento e a sensibilização são instrumentos que permitem uma aproximação do visitante e podem proporcionar uma sensação de pertencimento e valorização destes ambientes como o do PECJ.

Considerações finais

Considerando as informações obtidas com os visitantes entrevistados dentre outras referências sobre o lugar, pode-se dizer que Campos do Jordão recebe turistas com os mais variados perfis socioeconômicos. A maioria objetiva ter uma vivência relacionada aos aspectos urbanos concentrados na Vila Capivari onde há uma reprodução daquilo encontrado nos bairros mais elitizados da capital, São Paulo, ou seja, bons hotéis e restaurantes luxuosos, lojas de marca, enfim, ambiente sofisticado muito valorizado socialmente.

Há também visitantes que são altamente motivados pela ocorrência de temperaturas mais baixas e raras no território paulista, mas sentem-se fortemente atraídos pelas belezas cênicas da região, ansiosos pelo contato com a natureza e provavelmente são estes que mais visitam o Parque Estadual de Campos do Jordão.

Campos do Jordão tem selado à sua história o turismo como atividade que dinamiza sua economia e conseqüentemente os demais setores da sociedade. Cabe ao município, na forma de governantes e sociedade organizada, como em outros que também são destinos turísticos no Brasil, o planejamento que envolva não apenas as relações econômicas da atividade, favorecendo estruturas que abriguem os turistas, incorporando os aspectos sociais e ambientais na política de construção de um turismo mais suave e inclusivo. O uso de instrumentos que direcionem o envolvimento entre os visitantes e o município como um todo, agregando outras áreas da cidade e do meio rural, incentivando a participação e engajamento da população local pode ser um caminho mais real e apropriado para o desenvolvimento sustentável local.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, R.S.P. A Viabilização de Parques com o Apoio do Turismo – O Caso do Parque Estadual de Campos do Jordão. 2008. 123 f. **Dissertação** (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

AB’SÁBER, A.N. **Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

- ABRAM, D. **The spell of the sensuous**. New York: Vintage Books, 1997. 352 p.
- ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1997.
- BARBIERI, M. G. Análise de Programas de Uso Público em Unidades de Conservação do Estado de São Paulo – Revisão e Estudo de Caso para o Parque Estadual de Campos do Jordão. **Dissertação** (Mestrado). PROCAM/USP, São Paulo: 1997. 238p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: MMA; IBAMA; Funatura; 2000, 32p.
- CABRAL, N. R. A. J.; SOUZA, M. P. **Área de Proteção Ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas**. São Carlos: RiMa, 2002. 154 p.
- CUNHA, A. S da; LEITE, E. B. Percepção Ambiental: Implicações para a Educação Ambiental. **Sinapse Ambiental**. 2009 pp. 66-79.
- CZAPSKI, S. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília: MEC, 1998. 166 p.
- DECANINI, M. M. S. **The Introduction of GIS Technology in the State Parks –State of São Paulo: Constraints and Opportunities**, Edinburgh: Edinburgh University, 1997.
- DÍAZ, A. **Educação Ambiental como Projeto**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- EITEN, G. **Classificação da Vegetação do Brasil**. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1983.
- FERREIRA, L. C. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da Cidadania. *In*: FERREIRA, L.C.; VIOLA, E. (orgs). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996.
- FERREIRA, L. F.; COUTINHO, M. C. B. Educação ambiental em estudos do meio: a experiência do Bioma Educação Ambiental. *In*: SERRANO, C. **A educação pelas pedras**. São Paulo: Chronos, 2000. pp. 171-188.
- GARNICA, A. V. C. Algumas Notas sobre Pesquisa Qualitativa e Fenomenologia. **Interface – Comunicação, Saúde e Educação**, São Paulo, v.1, n.1, 1997.
- GIL, A. C. **Técnicas de Pesquisa em economia e elaboração de monografias**. – 3ª ed. São Paulo : Atlas, 2000.
- GRECCO, A. P. As atividades ecoturísticas e de aventura no contexto paisagístico de São Bento do Sapucaí – SP. **Dissertação** (mestrado), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Rio Claro : [s.n.], 2006 - 152 f. : il., tabs., fots., mapas
- GRIFFITHS, T.; ROBIN, L. **Ecology and Empire**. Pietermaritzburg: Keele University Press, 2001. 248 p.

HUGHES, J. D. **An Environmental History of the World**. London: Routledge, 2001. 264 p.

HOEFFEL, J.L.; FADINI, A.A.B.; MACHADO, M.K.; REIS, J.C. Trajetórias do Jaguar: - unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira. São Paulo. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 11, n. 1, June 2008.

IRVING, M. A. Uma reflexão sobre conservação ambiental e qualidade de vida no Brasil: Estudo de Caso. **Revista Série Documenta**, v. 7, n. 10, p. 59-82, 2001.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

JACOBI, P. Educação Ambiental e Cidadania. In: CASCINO, F.; JACOBI, P.; OLIVEIRA, J. F. (Orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: Reflexões e experiências**. São Paulo: SMA/CEAM, 1998. pp. 11-14.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000. 186 p.

LEITE, E.B. **Diagnóstico socio ambiental participativo: uma proposta para subsidiar os estudos em percepção ambiental em comunidades**. Mimeo. 2009

MACHADO, L. M. C. P. Paisagem valorizada: A Serra do Mar como espaço e lugar. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental: A experiência brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996. pp. 97-119.

MARQUES DE SÁ, A. L. R. S. São Bento do Sapucaí (SP): A formação de uma localidade turística. São Paulo, 2002. **Dissertação** (Mestrado). Universidade de São Paulo. Escola de Comunicação e Artes.

McNEILL, J. R. **Something new under the sun: an environmental history of the twentieth-century world**. New York: Norton, 2001. 421 p.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. Áreas protegidas no Brasil: Interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, M. (Org.) **Áreas Protegidas e Inclusão Social**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006. pp. 13-40.

MILTON, K. **Environmentalism and cultural theory**. London:Routledge, 1996. 266 p.

MILTON, K. **Loving nature**. London: Routledge, 2002. 182 p.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 296 p.

PACHECO, É.; SILVA, H.P. **Compromissos Epistemológicos do Conceito de Percepção Ambiental**. Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ, 2007.

PETERSON, A. Environmental ethics and the social construction of nature. **Environmental Ethics**, Denton, v. 21, n. 4, pp. 339-357, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO. Disponível em: <http://www.camposdojordao.sp.gov.br/>. Acesso em 10 mar 2011.

QUEIROZ, O.T.M.M. Impactos das atividades turísticas em área de reservatório: uma avaliação sócio-ambiental do uso e ocupação na área da represa do Lobo, município de Itirapina, SP. **Tese** (Doutorado). EESC. USP, 2000.

REDCLIFT, M. In our image: the environment and society as global discourse. **Environment and history**, Cambridge, v. 1, n. 1, pp. 111-123, 1995.

RUSCHMANN, D.M. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente**. 1997. Campinas, SP: Papirus 2006. 13 ed.

SCHNAIBERG, A.; GOULD, K. A. **Environment and society**. New York: Blackburn, 2000. 255 p.

SEIBERT, P., NEGREIROS, O.C., BUENO, R.A., EMMERICH, W., MOURA NETTO, B.V., MARCONDES, M.A.P., CESAR, S.F., GUILLAUMON, J.R., MONTAGNA, R.A.A. NOGUEIRA, J.C.B., GARRIDO, M.A.O., MELLO FILHO, L.E., EMMERICH, M., de MATTOS, J.R., OLIVEIRA, M.C. & GODOI, A. **Plano de Manejo do Parque Estadual de Campos do Jordão**. Boletim Técnico do Instituto Florestal de São Paulo, 19: 1-153 + Atlas, 1975.

SIRGADO, J. R. Espaço turístico e desenvolvimento no Cone Leste Paulista, *In*: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da percepção e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

URRY, J. **The tourist gaze**. London: SAGE, 2002. 183 p.

VELOSO, H. P. et al. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

WHITEHEAD, Alfred North. **O conceito de natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WOODGATE, G.; REDCLIFT, M. From a 'sociology of nature' to environmental sociology: beyond social construction. **Environmental Values**, Cambridge, v. 7, n. 1, pp. 3-24, 1998.

Agradecimentos

Agradecemos a CAPES pelo apoio financeiro por meio da bolsa de mestrado concedida à mestranda, primeira autora do trabalho.

Agradecemos também aos discentes de Gestão Ambiental que participaram das entrevistas feitas com turistas em Campos do Jordão entre os anos de 2007 e 2011.

Sara Ruiz Hirata: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - USP, Piracicaba, SP, Brasil.

Email: sara.hirata@usp.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1784228089221983>

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - USP, Piracicaba, SP, Brasil.

Email: otmmquei@esalq.usp.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6995118783898309>

Data de submissão: 27 de fevereiro de 2012

Data de recebimento de correções: 05 de maio de 2012

Data do aceite: 17 de agosto de 2012

Avaliado anonimamente

Manifestação cultural: música e fé no Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Belém (PA)

Cultural expression: music and faith in the “Círio de Nossa Senhora de Nazaré”, Belém (PA, Brazil)

Amanda da Silva Coutinho, Ananda Cristina de Oliveira Lima, Jéssika França

RESUMO

Celebrações profanas e religiosas são de grande interesse para a população e para o turista que passa a ter contato com produtos e vivências de características antagônicas que se complementam. O Círio de Nazaré com o sagrado e o profano, este, presente à revelia e em grande número, unem tradição, cultura, fé e espontaneidade, atrativos estes que permitem o Turismo Cultural tendo religião como foco. Sob o sol, retumbão, carimbó, brinquedões de miriti os brincantes cantam e dançam para a padroeira do Pará. Enquanto que paralelo a isso, o poder do capital transforma o conhecimento enraizado em produto turístico banal e, portanto mercadoria. Neste artigo há uma breve análise da atmosfera que o Arrastão do Círio proporciona para turista e população anfitriã durante a Festa do Círio. Este artigo objetiva, também, apresentar a música e a fé como manifestações da cultura popular intensificadas durante o Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém (PA). Através da pesquisa de campo com aplicação de questionários notou-se maior identificação de elementos profanos, ainda que sagrado e profano apareçam em fusão no cortejo, o reconhecimento deste é mais frequente. Cultura popular e cultura do capital, a primeira tentando sempre a reinvenção para não deixar que desapareça sujeitando-se a imposição da segunda. A economia dando a última palavra.

PALAVRAS-CHAVE: Arrastão do Círio; Simbologia; Cultura Popular; Mercado.

ABSTRACT

Secular and religious celebrations are of great interest to the population and for the tourist who happens to have contact with products and experiences of antagonistic features that complement. The Círio de Nazaré with the holy and profane, this, this by default and in large numbers, unite tradition, culture, faith and spontaneity, attractive those that allow for cultural tourism with focus on religion. Under the sun, 'retumbão', 'carimbó', miriti's toys of the revelers sing and dance to the patron saint of Pará. While this, the power of capital transforms knowledge rooted in banal tourist product, and therefore good. This article is a brief analysis of the atmosphere that "Arrastão do Círio" provides for tourist and host population during the Festival of Círio. This article also aims at presenting music and faith as manifestations of popular culture intensified during the Círio de Nazaré in Belém (PA, Brazil). Through field research with questionnaires noted a greater identification of secular elements, even sacred and profane in fusion appear in the procession, recognizing this is more frequent. Popular culture and the culture of the capital, the first always trying not to reinvent it disappears subject to imposition of the second. The economy giving the last word.

KEYWORDS: Arrastão do Círio; Symbology; Popular Culture; Market.

Introdução

No Brasil, o turismo religioso e o turismo cultural são temas que possuem uma profunda interligação no que se refere a Brasil, pois a história da nação se fundamenta entre outras coisas, na inserção de uma religião (católica) sobre um povo de cultura peculiar (indígena). O choque e ao mesmo tempo a complementaridade que o profano e o sagrado possuem na sociedade atual, trazem a realidade de uma vertente turística de grande significado para o povo brasileiro. Este artigo objetiva apresentar a música e a fé como manifestações da cultura popular intensificadas durante a festividade da Quadra Nazarena em Belém do Pará.

O Círio de Nazaré ao unir o sagrado e o profano, tradição e fé favorece a disseminação do Turismo Cultural tendo a religião como foco. Sob o sol, retumbão¹, carimbó², brinquedões de miriti os brincantes cantam e dançam³ para a padroeira do Pará. Enquanto que paralelo a isso, o poder do capital transforma o conhecimento enraizado em produto turístico banal e, portanto mercadoria. Neste artigo há uma breve análise da atmosfera que o Arrastão⁴ do Círio proporciona para turista e população anfitriã durante a Festividade do Círio.

E o cortejo do Arrastão do Círio, em Belém, nos remete a um produto turístico com características citadas, onde a forte presença dos elementos profanos e religiosos é visível. Arraial⁵ do Pavulagem⁶ grupo que surgiu em 1987 por iniciativa de compositores paraenses com o objetivo de valorizar e difundir os ritmos de raiz amazônica mais próxima ao público. As brincadeiras na Praça da República tendo um boi em tamanho menor suspenso apenas por uma tala, em direção ao Teatro Experimental Waldemar Henrique para as “primeiras brincadeiras”⁷ que 25 anos depois tornaram-se referência da cultura popular local. As atividades do Instituto Arraial do Pavulagem acontecem durante o ano todo, os cortejos homenageiam os santos, a natureza e acima de tudo a cultura popular. Raízes amazônicas que construíram a identidade local, patrimônio este que é celebrado por quem dele veio e sobrevive, apenas quando a cidade é foco de grande fluxo turístico. Trás como exemplo o Arrastão do Círio, manifestação cultural que é cenário de homenagens a Nossa Senhora de Nazaré, alegria, dedicação e fomento da cultura popular local. No entanto, também é palco para banal comercialização dos “saberes”, simbologia que separadas servem como “*souvenires*” e que na maioria das vezes não têm qualquer conteúdo cultural. Apenas atendem aos números do mercado local, resultando em rede hoteleira lotada e capital em movimento.

Religiosidade e o Turismo

Templos, igrejas, festas em homenagem a santos padroeiros são motivos principais para o deslocamento de romeiros, peregrinos e até curiosos, pois, ao falar-se em turismo tem-se a possibilidade de praticar outras modalidades da atividade. Mesclar vontade religiosa com a presença de atrações naturais, atrações culturais e/ou qualquer particularidade digna de atenção prolongada ou não a permanência do visitante no destino, nos mostra claramente a multifuncionalidade do turismo.

Ressalvados o turismo de férias e o de negócios, o tipo de turismo que mais cresce é o religioso, porque – além dos aspectos místicos e dogmáticos – as religiões assumem o papel de agentes culturais importantes, em todas as suas manifestações de proteção a valores antigos, de intervenção na sociedade atual e prevenção no que diz respeito ao futuro dos indivíduos e sociedades (ANDRADE, 2000, p. 79).

Como exemplo que ratifica, o Brasil possui um número significativo de templos, igrejas, espaços religiosos que atraem peregrinos, romeiros, curiosos durante e/ou em épocas específicas do local escolhido. O termo Turismo Religioso é entendido por alguns como práticas diferenciadas onde a manifestação de fé é o único e exclusivo motivo para tal deslocamento do lugar de origem.

Definir tipo de viagem que nasce de diferentes motivações religiosas constrói-se a partir de uma natural visão dicotômica ou dualista [...] Pode-se negar o Turismo Religioso com o simplório pré-conceito: quem vivencia o fenômeno religioso não pode estar fazendo turismo, Logo, se viajo por motivações turísticas, para lugares turísticos, utilizando-me de serviços turísticos, não enxergo compromissos religiosos (OLIVEIRA, 2008).

No entanto não se evita o deslocar, a sociabilidade entre visitantes e entre visitante anfitrião, a curiosidade do viajante, pelos atrativos locais, utilização de serviços turísticos resultando em fluxos significativos inclusive econômicos.

Atividade turística que consiste em realizar viagens (peregrinações) ou estadas em lugares religiosos (retiros espirituais, atividades culturais e liturgias religiosas etc.), que para os praticantes de uma determinada religião determinada, supõe um fervor religioso por serem lugares sagrados de veneração ou preceituais segundo sua crença (MONTANER ANTIACH; ARCARONS, 1998, p. 380).

O Turismo Religioso atrai por seus motivos religiosos e/ou de caráter religioso tais como: romarias, peregrinações, visitasões, festas e atividades relacionadas à religiosidade.

Símbolos, Cultura e Mercado

Mês de outubro, é o chamado “Natal” paraense. As famílias reunidas para festejar com fé, alegria a estada por aqui. O Círio de Nossa Senhora de Nazaré, é sinônimo de família unida, renovação, agradecimentos, fé, sentimentos e sensações que após a grande romaria, do segundo domingo de outubro encontram-se ao redor da mesa para o almoço com parentes de sangue, com os de coração e agregados. Círio é bem isto, e/ou um pouco também disto. Manifestações em homenagem á “Nazinha” estão por toda parte, o Arrastão do Círio ganha as ruas históricas de Belém. Um sábado mais colorido celebrando com muita regionalidade não só o motivo maior que a época destaca, mas também, a identidade coletiva local.

O pato, a fitinha, a vela, a casa do promesseiro, as crianças “anjos” dentre tantos, são lembranças, detalhes, símbolos que compõem a “Cara” do Círio. Manifestações de amor, crença, agradecimento à padroeira dos paraenses, símbolos estes que caminham paralelos a outras ações em homenagem a “Nazinha”. Na véspera da procissão maior, Belém ganha os brinquedos gigantes de miriti, das fitas, e o som do corró-corró⁸ (Figura 1) - o Arrastão do Círio - homenagem não oficial, toma as ruas históricas logo após a benção da imagem de Nossa Senhora sob o hino representativo do Círio “Vóis Sois O Lírio Mimoso”, entoado pelo Batalhão da Estrela⁹ em ritmo de retumbão, envolvendo sacro e profano em louvor a Mãe de Jesus. O Batalhão da Estrela arrasta multidão. Festa da Chiquita, Auto do Círio, Arraial do Nazaré, shows de artistas locais e nacionais, Feira do Miriti e o tema deste trabalho: Arrastão do Círio, já são eventos certos de acontecer. Evidentemente que tais manifestações não afetam

o motivo principal, a crença em Nossa Senhora de Nazaré que permite a sacralidade religiosa e o profano poético.



Figura 1: Corro-corró (esquerda); oficina de confecção de corro-corró (direita, fotografada com autorização dos pais) 2009. Fotos: Instituto Arraial do Pavulagem, 2009.

Figure 1: Corro-corró (left); workshop confection of Corro-corró (right, photographed with parental consent) 2009. Photos: Instituto Arraial do Pavulagem, 2009.

Nazaré chegou por aqui já era Santa. E aqui já era aqui, no mesmo lugar se acocorou pra beber água, chuva caiu. Resolveu ficar. Tirou palha, Envira, cipó, galinho de pau. Fez uma casinha, arrumou cozinha e quintal, assou peixe, fez avuado, tirou açaí sem nada a magoar. Naza, Nazarezinha, Nazaré rainha. Mãe da terra. Mãezinha me ajuda a cuidar (Letra de canção de Almirzinho Gabriel).

A fé descrita informalmente na letra da música revela a intimidade com a santa, o cotidiano ribeirinho é vivenciado ao mesmo tempo em que pedidos e certezas de resposta da padroeira. Realizado desde 2000, o cortejo é o último do ciclo das atividades do Instituto Arraial do Pavulagem, alia fé a cultura popular, o “não permitido” pela Igreja Católica. Leva para a rua a música, a dança, alegorias que reverenciam o artesão e o ribeirinho(Figura 2), o Arrastão do Círio reflete a identidade coletiva pela cidade .



Figura 2: Brinquedão de Miriti – soca-soca. Fonte: Instituto Arraial do Pavulagem, 2009.
Figure 2: “Brinquedão of Miriti” - “soca-soca”. Source: Instituto Arraial do Pavulagem, 2009.

A percepção do coletivo é motivo de preocupação para quem proporciona o contato, o grupo Arraial do Pavulagem tem o cuidado com suas releituras para que a essência não seja alterada, exemplo disto é a mazurca¹⁰, ritmo que sofreu alterações e durante o cortejo foi confundido pelos participantes com a música característica de outra região do país por tal motivo, nova modificação foi feita e a confusão cultural não aconteceu, o olhar dos músicos atentos a receptividade do público é importante para que distorções na interpretação do receptivo não sejam significativos. Bourdie (2007, p.14-15) afirma a importância de quem promove o contato do tradicional com o contemporâneo:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo [...] Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma força, mas que se define numa relação determinada- e por meio desta entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que se faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

A cada ano o número de participantes aumenta, seja efetivos, seja apenas no dia do cortejo, certamente conta-se com a presença, também crescente, o olhar curioso e encantado dos turistas e, há aqueles que já se tornaram figuras presentes durante esta época do ano na cidade e participa de tal manifestação.



Figura 3: Arrastão do Círio. Fonte: Governo do Estado do Pará, 2009.
Figure 3: "Arrastão do Círio". Source: Pará State Government, 2009.

Junto com percentual de pessoas o fluxo econômico que é gerado no entorno, também cresce. Enquanto que paralelo a isso, o poder do capital transforma o conhecimento enraizado em produto turístico banal e, portanto mercadoria. Comprova que mais que ato de fé, de afirmação identitária o Arrastão do Círio é um atrativo turístico com espaço e notoriedade. Tem a proposta de expor a cultura local não só como manifestação folclórica, mas como um instrumento educacional que motiva o olhar voltado à região, de cuidado e valorização.



Figura 4: Brinquedões no cortejo. Foto: Coutinho (2009).
Figure 4: “Brinquedões” in the procession. Photo: Coutinho (2009).

Manifestação cultural que garante um retorno econômico à cidade, demonstrando que a atividade turística deixou de ser somente uma potencialidade local, é uma realidade que procura firmar seu espaço. Notoriedade e reconhecimento que é percebido pela sociedade quando a mídia interfere e trata o que é nato, como produto a ser consumido apenas com data determinada. Pontos turísticos que refletem a riqueza da diversidade cultural da localidade demonstram que conhecer e reconhecer-se na sua origem é importante para sua continuidade e preservá-la para usufruto local, conseqüentemente o interesse externo acontece (Figura 5).



Figura 5: Corró-corró no Cortejo. Foto: Freire (2008).
Figure 5: “Corró-corró” in the procession. Photo: Freire (2008).

A atividade turística descobre/redescobre patrimônios com grande potencial de tornar-se atrativo que atendam a demanda do mercado turístico satisfatoriamente onde ambos, a localidade e quem explora, obtenham retorno positivo. É inevitável o contato e a troca entre as culturas, diferenças que causam um deslumbramento e encadeou o fortalecimento das culturas, as diferenças são vivenciadas e admiradas resultando em reflexão ao que pertence às origens culturais.

No pensamento pós-moderno, a identidade é vista como algo móvel, sempre em construção, que ai sendo moldado no contato com o outro e na releitura

[...] O contato entre turistas e residentes, entre a cultura do turista e a cultura do residente, desencadeia em processo pelo de contradições, tensões e questionamentos, mas que, sincrônica ou diacronicamente, provoca o fortalecimento da identidade e da cultura dos indivíduos e da sociedade receptora e, muitas vezes no fortalecimento do próprio turista que na alteridade, se redescobre (BANDUCCI JR; BARRETTO, 2001, p.19).

Beni (2007) afirma que as transformações culturais permitem que povos sejam reconhecidos já que possuem raízes, tradições culturais e ratificam sua identidade, possibilitando a distinção de povos entre si e mais, cita SESSA (1968 *apud* BENI, 2007, p.91) ao comentar a contribuição do Turismo.

[...] o turismo traz uma dupla contribuição: direta, como resultado de uma experiência cultural que enriquece a população visitada e a visitante com a aquisição dos valores que ambas possuem, indireta, que consiste no planejamento (antes da viagem) e na verificação, natural de pontos de dúvida entre o turista e o estrangeiro. Em um sistema cultural modelado principalmente pelos meios de comunicação de massa, o Turismo representa um tipo de ação pessoal que enriquece os conhecimentos, uma reação contra a cultura massificada e uma oportunidade para atingir um meio verbal de comunicação, observando entre os turistas que dialogam.

O cortejo do Círio alia a cultura popular, a história local e força da representatividade aproveitando o momento da Festa do Círio para mostrar a bagagem cultural no cenário deste atrativo turístico, afirmação de Júnior Soares, cantor e músico do Arraial do Pavulagem. A imagem do Pará além de nossas fronteiras é mais evidente em outubro, visitantes e turistas do mundo chegam à cidade de Belém pelos os mais diversos motivos, dentre eles a culturalidade.



Figura 6: Homenagem do Batalhão à Virgem. Foto: Coutinho (2009).
Figure 6: Tribute oh the “Batalhão” to “Virgem”. Photo: Coutinho (2009).

A cultura popular chamada de raiz, busca formas de atualizar-se para sobreviver à avalanche massificada externa. Chamadas de releituras, as novas roupagens que manifestações culturais ganham, com a intenção de atrair um mercado já saturado de “produtos” feitos para consumir e, apenas isso, transformam a regionalidade ímpar em algo comum e fácil de entender e interpretar em um curto espaço de tempo. Imposições que o capital condiciona e

passa a ser o objetivo maior resultando em interferências no cotidiano urbano e do interior.

A atividade turística na cidade durante a Quadra Nazarena é gritante, hospedagens na capital lotam e sempre há quem chegue e encontre casa de amigos, também já cheia, para passar o domingo do Círio por aqui. Quem sobrevive desse mercado seja direta e/ou indiretamente busca ofertar ao turista o consumo da crença, dos “saberes e dos fazeres” local. “Souvenires”, lembrancinhas que são reproduzidas em grande número, a música da cantora na moda que agora faz sucesso fora do estado, a novela que “tenta”, é tenta sem tanto sucesso, nos mostrar com sotaques sem sotaques, uma rotina que não é a realidade, muito menos o ÉGUA! Tão paraense, soa estranho. Desejos mercadológicos que resumem a herança material e imaterial de um coletivo a um reconhecimento e orgulho passageiros, como se a vivência fosse apenas numa época do ano.

Nesta pesquisa, foi realizada a aplicação de questionários à 52 participantes, dentre eles, componentes do Batalhão e àqueles que acompanham o cortejo nos dias 04, 07, 08 e 10 de outubro de 2009. Os formulários com o questionário continham perguntas abertas referentes à representatividade do cortejo e de seus símbolos. Ao analisar as respostas, nota-se que dentre os participantes a maioria não tem ideia formada, quando tem, da representatividade de cada adereço de mão, o motivo de ser o miriti¹¹ utilizado como material na construção dos brinquedões, da cobra grande. Há aqueles que apenas seguem a multidão, não sabendo e nem sequer buscando o porquê do cortejo nesta época do ano, que tem como foco a religiosidade, agenciamento do “saber” coletivo, das raízes que deram forma a identidade local compondo um pacote, em que a sociedade anfitriã utiliza como mercadoria apenas.

Outro aspecto revelado pela pesquisa, embora não exista um conhecimento amplo do sagrado e do profano na composição do cortejo do “Arrastão do Círio” por parte dos participantes entrevistados, foi a manifestação do interesse em manter viva a cultura do povo através dessas manifestações que mesclam esses dois elementos importantes para a cultura, o profano e o sagrado. Além do que uma das principais razões para os entrevistados participarem do cortejo são a tradição, o resgate cultural e reafirmação da identidade local nele apresentado.

Do Arraial que é do sol, do Arraial que é da lua. Do povo na rua no meu guarnecer [...]
(BATALHÃO DA ESTRELA,2003)

A letra reafirma a essência que o saber tradicional popular é preciso para que a continuidade das raízes folclóricas e mais importante é a vontade emanar do coletivo para que o interesse e conseqüentemente a valorização aconteça. Prova tal é afirmação que a cultura popular é a motivação que move a participação de um número expressivo de “seguidores” desta manifestação (Figura 7). O cortejo por meio da simbologia consegue expressar a bagagem de significados que há na região, através da representatividade cultural na rua. O re-olhar para o que já se conhece promove novo encantamento e interesse.



Figura 7: Caderno de Cultura Popular.
Fonte: Instituto Arraial do Pavulagem (2008).
Figure 7: Book of Popular Culture.
Source: Instituto Arraial do Pavulagem (2008).

Conclusão

O Círio de Nazaré época de grande circulação de visitantes além da religiosidade tem o foco cultural evidenciado no momento que a tradicionalidade aflora revelando mais claramente costumes e ritos locais. A sacralidade da época em que Belém respira, o profano que também demonstra fé, mais proximidade e amor ao próximo ambienta e recebe a todos. Com as entrevistas percebeu-se que a compreensão de participantes efetivos e eventuais sobre o lado profano é mais evidente e fundem-se com o sacro, tendo aqueles que não conseguiram enxergar simbologia alguma. A cultura popular é a motivação maior para a participação, a devoção existe, mas o divertimento e tudo que se relaciona com ritos profanos são mais atrativos.

O cortejo Arrastão do Círio é mais uma das homenagens não oficiais que Nossa Senhora de Nazaré recebe. Acolhe a cultura popular, reflete a importância devida e o respeito pela identidade local. Consegue aliar símbolos, intenções, educação que conscientiza e orgulha o “saber fazer” enraizado da região. Momento este aguardado por muitos, que buscam símbolos culturais para abastecer o mercado turístico local, reproduzidos em grande escala com a finalidade de atender a esperada procura, movimentando a economia direta e/ou indiretamente à população anfitriã. A identidade transformada para agradar o olhar externo apenas ilude quem vende e diverte quem compra, na maioria das vezes não leva a história do artesão, são meras reproduções que surgem para o único objetivo, o comércio, e aquecer a economia.

A atividade turística nessas situações é a ponte entre oferta e demanda, podendo ocupar o lugar de atividade turística. Simbologia ímpar que dão vida a interna maneira de ser e viver do caboclo amazônida. Sendo assim, há necessidade de incentivo às manifestações culturais como o Arrastão do Círio para que se despertem mais o interesse da população em preservar a cultura local que é expressa nos ritmos, danças, lendas e pelo patrimônio histórico da cidade. Pois, através da pesquisa de campo, demonstrativa verificou-se que uma parcela significativa tem dificuldade em reconhecer a cultura local dentro do cortejo e principalmente o motivo da existência dos símbolos neles apresentados por falta de um maior contato com cultura local.

Notas

¹É o principal ritmo da Marujada de Bragança, manifestação folclórica bicentenária do nordeste paraense em devoção a São Benedito, surgida no século XVIII. Seu compasso musical e rítmico se assemelha ao lundu, em forma mais primitiva. A marujada é uma dança de origem negra, dançada pelos escravos.

²Originado na criatividade artística dos índios Tupinambá. A denominação vem do título dado pelos indígenas aos tambores de tamanhos diferentes usados no acompanhamento básico do ritmo. Na língua indígena quer dizer “pau que produz som – curi (pau) e m’bo (oco u furado). É um dos ritmos mais populares do Estado do Pará. Os negros africanos acrescentaram os andamentos rápidos e sincopados influenciando, inclusive, na coreografia.

³A diversidade rítmica regional é refletida em uma infinidade de bailados e/ou coreografias de compasso e estilos diferenciados que, uma vez assimilados pelos brincantes, trazem para os cortejos alegria, movimento e graciosidade.

⁴Esforço que faz quem arrasta; rede que, atrás das embarcações de pesca, se arrasta pelo fundo da água; que foi atraído.

⁵Local onde se realizam os festejos (festividade dos santos).

⁶Palavra originária de pavão significa o formoso, bonito e pomposo. Na linguagem popular significa “o que gosta de aparecer, o fanfarrão”.

⁷Brincadeira: associada ao brinquedo (associação popular de ícones das manifestações culturais).

⁸Brinquedo típico do Círio de Belém, também conhecido como “roque-roque”. Tem a forma de um cone cilíndrico dependurado por um barbante, atado a uma vareta besuntada com breu da jutaíça (árvore da região). Ao ser girado em torno do seu próprio eixo, ronca de forma muito peculiar e interessante.

⁹Orquestra de percussão e sopro, que soma-se o grupo da dança e ajudam a puxar o cortejo.

¹⁰Ritmo tocado na marujada bragantina. Tem sua origem na música de salão europeia e foi incorporado à cultura brasileira pelos colonizadores portugueses. Foi introduzida na marujada com a entrada dos brancos na Irmandade de São Benedito de Bragança, que organiza a festividade.

¹¹Palmeira *Mauritia Flexuosa* L., conhecida popularmente como miriti ou buriti-do-brejo. O miritizeiro é uma palmeira alta que chega a medir em média 20 a 35m de altura. Seu tronco é ereto e não chega possuir ramificações, apenas anéis uniformemente espaçados. Os braços ou talos, com cerca de 3 m de comprimento, que sustentam uma coroa com 20 folhas, são utilizados para esculpir os brinquedos. Os grandes miritizais da região concentram-se nas ilhas de Abaetetuba, município próximo à Belém.

Referências bibliográficas

BANDUCCI JÚNIOR, A.; BARRETTO, M. (org). **Turismo e Identidade Local**: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papirus, 2004.

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. 12 ed. São Paulo: Editora SENAC SP, 2007.

BOURDIE, P. **O Poder Simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

INSTITUTO ARRAIAL DO PAVULAGEM. Produção Executiva Arraial do Pavulagem. Belém: Teatro Margarida Schivasappa – CENTUR, 2003. 1 CD

OLIVEIRA, C.D.M. **Turismo Religioso**: uma breve apresentação, Brasil, n.14, 2008. Disponível em: <http://w.jornalolince.com.br/2008/fev/agora/turismoreligioso_jornalolince_edicao14.pdf>. Acessado em: 29 set. 2009.

Amanda da Silva Coutinho: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

Email: a.mandasc@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1376092164451924>

Ananda Cristina de Oliveira Lima: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

Email: anandinha_07@hotmail.com

Jéssika França: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

Email: francafarah@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6056182612110122>

Data de submissão: 29 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 08 de junho de 2012

Data do aceite: 17 de agosto de 2012

Avaliado anonimamente

A cafeicultura familiar e um possível modelo para o desenvolvimento do turismo do café em Minas Gerais

The familiar coffee culture: a possible inspiration for the coffee tourism development in Minas Gerais State, Brazil

Helga Cristina Carvalho Andrade, Marina Carneiro Bernardes Moss

RESUMO

A cafeicultura brasileira é composta 60% por agricultores familiares, responsáveis por 25% da produção nacional. No Estado de Minas Gerais, a cafeicultura exerce grande influência sobre muitas economias locais, cujos municípios em geral estão localizados em áreas de montanha. O café, no contexto da agricultura familiar, não pode ser tratado com um produto genérico, já que em torno do mesmo formou-se uma cultura que ultrapassa o modo produtivo, influenciando a vida em comunidade, as tradições e mesmo a qualidade do produto final. Por ser um produto influenciado pelo microclima e pelo fator humano, o café goza de prestígio como gênero gastronômico, e o universo que o envolve pode atrair fluxo turístico para as regiões produtoras. Na Colômbia, características locais – grande maioria de agricultores familiares, dificuldades de cultivo em larga escala e de comercialização – levaram à criação da Federação dos Cafeicultores da Colômbia, organismo que não só buscou a valorização do café colombiano perante o mercado internacional, como promoveu nas origens condições para o desenvolvimento turístico centrado no tripé produto (café) x produtor (cafeicultor) x meio produtivo (microclima). Os objetivos desse trabalho consistem em i) identificar as características semelhantes entre as realidades colombiana e mineira quanto à cultura do café; ii) analisar o modelo de aproveitamento turístico do café na Colômbia; e iii) apontar diretrizes para o turismo rural focado na cafeicultura familiar mineira. A metodologia incluiu três etapas de trabalho, sendo a primeira de revisão bibliográfica, a segunda de investigação documental sobre o objeto de estudo e a terceira uma visita ao Eixo Cafeeiro, para vivenciar uma experiência de turismo rural na Colômbia. Os resultados encontrados mostram que o caso de sucesso na Colômbia, que possui características geográficas e culturais semelhantes ao Estado de Minas Gerais com relação ao café, apresenta-se como um modelo a ser analisado e adaptado, visando à valorização do café mineiro em suas especificidades, o incremento de renda do cafeicultor familiar e a criação de uma identidade gastronômica mineira que inclua o café.

PALAVRAS-CHAVE: Cafeicultura Familiar; Turismo do Café na Colômbia, Minas Gerais; Turismo Rural na Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The coffee culture in Brazil is formed 60% by familiar farmers, responsible for 25% of the national production. In Minas Gerais state, the coffee culture has large influence over many local economies, in which municipalities generally are located into mountain areas. The coffee, into the familiar production context, can not be treated as a generic product, as well as around it has been formed a culture which go across the production way, influencing the life in community, the tradition and even the coffee quality. Because of it is a product influenced by de *terroir* and by the human factor, coffee enjoys status as gastronomic stuff, and its universe can attract touristic outflow to the producer regions. The colombian local characteristics – large quantity of familiar farmers, difficulties of producing in large scale and commercializing – conduced them to the creation of the *Federación de Cafeteros de Colombia*, organism which not just worked for the best coffee price on the international market, but promoted on the origins conditions to touristic development based on the three basis product (coffee), producer (coffee farmers) and producer place (*terroir*). The objectives of this article are i) identify the similar characteristics between colombian and *mineira* realities, related to coffee; ii) analyze the colombian model of touristic exploitation of coffee; and iii) appoint directions to the rural tourism focused on familiar coffee culture of Minas Gerais. The methods to reach the objectivies includes three fases: the first was a bibliografic review, the second was a documental investigation of the place studied and the third a touristical visitation to the *Eje Cafetero*, in order to live na experience of rural tourism in Colombia. The success case into a country which has so many characteristics in common with Minas Gerais state in coffee subjects, presents as a model to be analyzed and adapted, in order to provide value to *mineiro* coffee, increasing the familiar farmers' incomes and creating an gastronomic identity to Minas Gerais, including the coffee product.

KEYWORDS: Familiar Coffee Culture; Coffee Tourism in Colombia, Minas Gerais; Rural Tourism Into Familiar Agriculture.

Introdução

Segundo dados do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, citados por Coelho (2005) e Pedrini (2005), a cafeicultura brasileira é composta por 75% de pequenos produtores, dentre os quais 60% são agricultores familiares, com área de até 5 hectares. Esse segmento responde por 25% da produção do gênero no país. A cafeicultura familiar produziu aproximadamente 10 milhões de sacas em 2005, contribuindo com R\$ 2,5 bilhões para o PIB agrícola e empregando cerca de 1,8 milhão de pessoas por ano. O café é um produto historicamente estratégico para as exportações brasileiras, figurando como segundo principal produto da agricultura familiar. No caso do café arábica, cujo maior produtor é o Estado de Minas Gerais, conta com 193.328 estabelecimentos, contra 48.309 estabelecimentos não-familiares (IBGE, 2006). O Brasil permanece, por sua vez, como principal produtor mundial de café e segundo maior consumidor.

Entretanto, segundo Coelho (2005), apesar da grande diversidade nas formas sociais de produção, a maioria dos estudos não leva em conta critérios importantes, sob pena de confundir os termos 'agricultor familiar' e 'pequeno agricultor', conceitos distintos que se referem, respectivamente, a um modo de produção e ao porte de uma propriedade produtiva.

A Agricultura Familiar é definida pela Lei 11326, de 24 de julho de 2006, como aquela que realiza atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – não detenha a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder executivo (*redação dada pela Lei nº12.512, de 2011*);
- IV – dirija seu próprio estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006)

O café, no contexto da agricultura familiar, não pode ser tratado como um produto genérico, apenas uma *commodity*, como foi tratado por um longo período. Deve ser reconhecido como uma cultura, a **cafeicultura**, cujo resultado produtivo – o café *in natura* – depende de uma série de opções feitas pelo cafeicultor ao longo da cadeia produtiva, como tamanho da propriedade, condições ofertadas pelo microclima natural, tratamento do solo, disponibilidade de recursos, relações de trabalho e produção, maquinário e cuidados na colheita e pós-colheita, benefício, tipo de mercado acessado e comercialização, além do trabalho humano (STOLCKE, 1986, *apud* COELHO, 2005). Quando um trabalhador é retirado do processo, não se trata de uma simples reposição de um fator de produção, como acontece na cafeicultura patronal. Existem outros valores que circundam esse ser-fator de produção, que não podem ser tratados separadamente: a cafeicultura familiar é um sistema altamente influenciável por cada componente.

No Estado de Minas Gerais, a cafeicultura exerce grande influência na economia de vários municípios produtores, que dependem diretamente da atividade. A participação da família nas atividades relacionadas à cultura é essencial nas regiões produtoras do Estado, em especial na cafeicultura de montanha no Sul do Estado e na Zona da Mata (Figura 1), determinando uma grande oferta de empregos e contribuindo para aliviar as pressões sociais estimuladas pelo êxodo rural (COELHO, 2005). Segundo estudos realizados pelo INAES, em 2010, a área destinada à cafeicultura e a produtividade nessa área cresceram, aproximadamente, 30% entre os anos de 1996 e 2010, totalizando quatorze anos de intervalo (CORDEIRO, 2010).



Figura 1: Regiões produtoras de café em Minas Gerais. Fonte: autoria própria.
Figure 1: Coffee producing region in Minas Gerais. Source: authors.

Pedini (2005) comenta que as condições topográficas onde a maioria desses cafeicultores familiares se encontra, aliadas à baixa produção, pressão fundiária para as regiões de montanha, pouca ou nenhuma capacidade de mecanização dos processos produtivos e falta de acesso a mercados, faz com que a cafeicultura familiar esteja em desvantagem no cenário nacional, quando comparada às produções fundiárias, altamente vinculadas às estruturas de comercialização.

Como o café é uma cultura sazonal no uso do trabalho, ou seja, na colheita e em alguns tratamentos culturais demanda-se maior mão-de-obra, e nos demais períodos essa mão-de-obra fica ociosa, é compreensível a existência da pluriatividade entre os cafeicultores familiares. Para não correr o risco de classificar mal ao traçar um perfil para o cafeicultor familiar, Coelho (2005) ressalta que uma reflexão sobre o trabalho familiar como princípio gerador de valor econômico é mais importante que levantamentos sobre produção ou preço do produto.

Pedini (2005) ressalta que a adoção de métodos produtivos para mercados específicos, como o orgânico, e formas de organização observando a responsabilidade ambiental e social, como o exigido na certificação *fair trade* (comércio solidário), constituem saídas inteligentes para que o agricultor familiar alcance o mercado com uma valorização mais justa, com ou sem o apoio de políticas públicas, eliminando ou reduzindo os intermediários no processo de comercialização do café.

Café e Turismo

O café é um produto de microclima. Isso significa que as características de cada região onde é produzido, bem como seu componente humano, determinam diferenças cruciais na bebida produzida por determinados grãos. Conforme relata Andrade (2010), a apreciação do café seguiu o mesmo caminho que trilhou o vinho: de produto de importância econômica inegável, o café se tornou um produto de luxo e sinônimo de fruição, de prazer. Esse prazer, por sua vez, é cada vez mais adotado como uma prática de lazer e também de luxo e refinamento. As novas tendências de consumo atuais, que claramente privilegiam o consumo objetivando uma experiência e um valor simbólico, abandonam o valor estritamente comercial de produtos como o café, apontando o turismo e a gastronomia como práticas muito recorrentes e valorizadas na contemporaneidade (ANDRADE, 2010).

Paralelamente a esta valorização gastronômica que tem colocado o café em evidência, a bebida pode ser considerada um ícone da cultura mineira, associado por excelência ao contato social e à boa hospitalidade. Torres (2010) ressalta que o universo simbólico do café envolve uma variedade de conhecimentos e práticas que fortalecem a cultura regional, e mesmo uma *mineiridade*, identidade complexa atribuída a Minas Gerais e que remonta ao *ser mineiro*, com seus hábitos, história e principalmente alimentação. Essa mineiridade, como personificação da cultura mineira, consiste no mais rico atrativo de caráter turístico do Estado, na medida em que o patrimônio imaterial apresenta relações, as mais diversas possíveis, entre o alóctone (o visitante) e o autóctone (o visitado).

Andrade (2010) observa, ainda, que provar uma fruta no pé, uma quitanda à beira do forno, uma cachaça no alambique, assim como beber um café de coador debruçado à janela que dá vistas à lavoura, carregam significados essenciais para a construção da experiência turística. A comida e a bebida consumidos dentro do seu microclima, preparados por gente do meio produtivo e que celebra laços verdadeiros com aquela terra teriam, assim, um maior sentido de legitimidade. Dessa forma, entende-se que a culinária regional passa a servir de mote principal para o deslocamento turístico em muitos casos, e o café retrata oportunamente essa impressão, somado às quitandas, ao pão-de-queijo e a outros itens da culinária mineira.

Segundo Schluter (2003), a degustação de alimentos e bebidas típicas no seu local de produção possibilita a interação do visitante com a cultura local, evidenciando a importância cada vez maior que a gastronomia está assumindo para o turismo. Atendendo a essa nova necessidade criada, que conjuga a curiosidade sobre a produção alimentar e o desejo de consumir gêneros em sua atmosfera de origem, são criadas rotas gastronômicas em todo o mundo, organizadas em função de um produto ou traço cultural ca-

racterístico. Muitas vezes, a motivação principal para o desenvolvimento dessas rotas é incentivar o consumo de produtos que existem em abundância no destino turístico ou valorizar produtos dos quais as comunidades locais dependam fortemente, promovendo, assim, o maior preço do produto frente a mercados globais e o desenvolvimento de áreas rurais.

Sob este entendimento, a implementação do turismo rural em empreendimentos de agricultura familiar apresenta-se com grande potencial, contribuindo para a consolidação dos diferenciais de um produto frente aos seus concorrentes em outras localidades. Associado ao fluxo turístico atraído para regiões produtoras, as certificações e indicações geográficas podem elevar um núcleo produtivo à excelência e unicidade. Para fins metodológicos, entender-se-á o Turismo Rural na Agricultura Familiar conforme as orientações básicas para o turismo rural, determinados pelo Ministério do Turismo:

É a atividade turística que ocorre no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos. (BRASIL, 2010).

Justificativa e Objetivo

Frente à já destacada importância do café na economia do Estado de Minas Gerais, torna-se necessário desenvolver mecanismos que garantam a sustentabilidade do agronegócio café nas regiões que dele dependem. O café também é de inegável importância para a manutenção das tradições regionais. Seu cultivo e seu consumo se apresentam como um verdadeiro patrimônio rural, gastronômico e turístico a ser explorado com vistas ao desenvolvimento das comunidades cafeicultoras.

Apesar de ser a maior região produtora, localizada no maior país produtor e segundo maior consumidor mundial, Minas Gerais vem desenvolvendo sua identidade turística sem dar ao produto café o devido lugar de destaque, talvez pela opulência de nossas mesas, que permite diversas memórias no que toca à alimentação. Entretanto, a Colômbia, país com condições semelhantes às do nosso Estado, tomou a frente e transportou para o turismo o universo da cafeicultura, tornando-se conhecida como produtora dos melhores cafés do mundo. Há, portanto, que se investigar a trajetória que levou o país a transformar suas limitações em vantagem competitiva, refletindo sobre o aprendizado que pode ser gerado a partir da experiência colombiana, na construção de um destino sólido para o turismo do café em Minas Gerais.

Assim, propõem-se, como objetivos deste trabalho:

- Identificar as características semelhantes entre as realidades colombiana e mineira quanto à cultura do café;
- Analisar o modelo de aproveitamento turístico do café na Colômbia;
- Apontar diretrizes para o turismo rural focado na cafeicultura familiar mineira.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho inclui três etapas:

i) Reunião de instrumental teórico a partir da leitura de censos, artigos, livros, dissertações e teses disponibilizadas em publicações técnicas, sites e bancos de teses das universidades na internet.

ii) Pesquisa exploratória sobre o objeto de estudo, por meio de informações oficiais e outras publicações de importância para o seu delineamento;

iii) Realização de viagem ao Eixo Cafeeiro Colombiano, nos dias 6 a 8 de junho de 2011, a fim de vivenciar a experiência do turismo rural em uma unidade produtora de café tradicional.

Colômbia: Café, Cafeicultor e Região Produtora

Com as primeiras plantações comerciais datadas do final do século XVIII, a produção colombiana, desde o século XIX, assentou-se nas pequenas propriedades. As constantes quedas e instabilidade na valorização do produto no mercado internacional, somado às crises internas vividas pelo país, desestimulou a manutenção de grandes fazendas.

Nem sempre o país, cuja economia depende tão fortemente do café, gozou de um lugar entre os maiores produtores mundiais. No início do século XX, a Colômbia respondia por apenas 3% das exportações mundiais de café (FLEURY, 2008), e atualmente figura na terceira posição entre os maiores exportadores do mundo (SCHOLER, 2006)

Existem, na Colômbia, mais de 563 mil famílias produtoras de café, distribuídas em 588 municípios, em 20 departamentos. Destas, 96% são formadas por famílias camponesas que possuem áreas menores que 5 hectares cultivados, e são responsáveis por 70% da produção nacional (FEDERACIÓN..., 2012). Essa condição dada pela fragmentação da posse de terras, somada à economia de subsistência e baixo nível educacional, frequentes na agricultura familiar latinoamericana, faz com que essas famílias sejam extremamente vulneráveis às mudanças ocorridas no entorno, e a única forma de garantir que os benefícios atinjam os grupos mais necessitados, é promover a união dos mesmos em instituições representativas sólidas.

Desde o início do século XX, os grandes desafios da geografia montanhosa e os pequenos volumes de produção individuais motivaram os cafeicultores colombianos a se unirem para solucionar problemas comuns de logística e comercialização. Essa necessidade de desenvolver ações e políticas de benefício comum gerou condições para a criação da *Federación de los Cafeteros de Colombia*, em 1927. A Federação de Cafeicultores foi decisiva para que um movimento de defesa ao cafeicultor familiar colombiano surgisse, revelando a vulnerabilidade desse produtor e exigindo das políticas e do mercado um posicionamento que permitisse negócios mais igualitários e justos, o que resultou em uma filosofia de comercialização de impacto positivo para as famílias produtoras. Atualmente, a Federação afirma oferecer uma rede de 541 pontos de compra em todas as regiões produtoras, através de cooperativas. Dessa forma, os pequenos produtores sempre têm a possibilidade de comercializar seu café com a Federação, ou diretamente a outros com-

pradores, em um processo de decisão julgado autônomo e transparente.

A principal política de comercialização, conhecida como 'garantia de compra', gera um preço mínimo de transação para o café em todas as origens colombianas, nas quais os compradores do mercado, como corretoras e outros intermediários privados, devem oferecer preços similares ou superiores ao preço mínimo estipulado. A Federação comercializa cerca de 30% da produção colombiana, constituindo, assim, um dos maiores exportadores individuais de café do mundo, o que oferece uma solução ao desafio da exportação devido aos pequenos volumes produzidos individualmente. Além disso, essa política gera, como consequência, um impacto positivo sobre os preços dos 70% restantes da colheita, comercializados diretamente pelos produtores. Dessa forma, a Federação busca garantir a remuneração justa ao produtor, por meio do maior preço pago pelo produto.

Somado aos esforços da comercialização, outra mudança que consagrou ao café colombiano sua fama mundial foi a atenção massiva à qualidade no processo produtivo. Desde o princípio da atuação da Federação, unidades móveis de extensão rural percorreram os municípios produtores para disseminar técnicas avançadas de cultivo, benefício e comercialização do café. Antes da metade do século XX, a Colômbia já contava com sistemas de classificação e certificação (ANDRADE, 2010). Não é difícil entender por que, em pouco tempo, o café colombiano seria conhecido como o melhor café do mundo.

A Colômbia possui especificidades climáticas devido à sua localização próxima à Linha do Equador e grande parte de seu território dividido entre a Cordilheira dos Andes e a Floresta Amazônica. Por isso, o país possui um regime de chuvas que se distribui quase regularmente durante todo o ano (CAFÉ..., 2012). Tal característica resulta em uma dificuldade para a cafeicultura, pois é importante efetuar a colheita no momento em que a maioria desses frutos se encontram no ponto ideal de maturação (DONZELES *et al.*, 2008). A Colômbia, por seu regime de chuvas, apresenta diversas floradas, e portanto é possível encontrar, no cafeeiro, uma distribuição de frutos em diferentes etapas de maturação. Caso a colheita fosse feita de forma mecanizada, ou se a colheita manual fosse realizada por derrça¹, a perda de café reduziria ainda mais o volume de colheita, tornando a cultura inviável. O relevo montanhoso também impede essa mecanização, e por isso a colheita é feita seletivamente, fruto por fruto. Para compensar essa dificuldade, o fato foi usado como estratégia de valorização do café, que por ser "selecionado", seria de melhor qualidade. E, de fato, apesar de diversos estudos confirmarem que a colheita seletiva em qualquer região produtora resulta em melhores cafés, na Colômbia isso foi usado como estratégia de comercialização, que tornou a dificuldade uma vantagem competitiva frente aos concorrentes.

O cultivo do café na Colômbia é uma herança da colonização antioquenha, e deixou como legado um conjunto de tradições e manifestações culturais, entre as quais podem ser destacadas as festas nacionais do café e da colheita; o artesanato, em que sobressaem motivos relacionados ao café e também produtos comestíveis como conservas, bolo de rolo, pamonha, rapadura e outros derivados de cana; gastronomia representada pelas comidas de montanha, características por sua quantidade, modo de preparo, apresentação, cores e estética; a presença da mula, principal veículo de carga; e o vestuário típico com uso do chapéu, poncho, manta e embornal (PAISAJE...,2012).

Observa-se que os pilares da consagração da Colômbia como reduto do melhor

café do mundo consiste em um tripé. O primeiro fator, a qualidade do seu café, funcionou como argumento irrefutável para o mercado externo. O segundo fator, o cafeicultor familiar colombiano, foi representado pela figura de *Juan Valdéz*, personagem criado em 1981 com feições, vestimenta e comportamentos típicos do verdadeiro cafeicultor colombiano tradicional. Os Estados Unidos, provavelmente pelo interesse em incentivar a produção de café na Colômbia, substituindo o cultivo da coca e, com isso, reduzindo o interesse dos locais no tráfico de cocaína, foi um grande disseminador da marca *Juan Valdéz*. Ao criar a marca do cafeicultor tradicional, a Federação mostrava aos compradores internacionais que seu café era produzido valorizando e preservando as tradições rurais, remunerando o produtor de forma justa e permitindo-lhe qualidade de vida a partir da renda do café. Isso era tudo o que os mercados contemporâneos nos Estados Unidos e Europa precisavam ouvir, em resposta à exigência latente de qualidade associada à responsabilidade social.

O terceiro fator do tripé consiste no microclima. Conforme mencionado por ANDRADE (2010), as condições ambientais, associadas ao fator humano, tornam cada café exclusivo. Diversos estudos apontam que o café produzido em grandes altitudes possui qualidade diferenciada, e associada ao método de beneficiamento do grão, por via úmida², o produto resultante é um café chamado de suave, de características diferentes dos cafés naturais³ tipicamente produzidos no Brasil. Ao afirmar que sua terra é única, o cafeicultor colombiano convida o comprador e também o consumidor final a comprová-lo, visitando as regiões produtoras colombianas.

Além das condições propícias para um café de excelente bebida, a localização do país faz com que as áreas produtivas se desenvolvam em diferentes paisagens naturais e culturais. Por essa razão, as regiões produtoras colombianas formam uma das redes sociais de maior diversidade de culturas, incluindo comunidades indígenas, afrodescendentes e descendentes de colonos, com manifestações culturais facilmente diferenciáveis entre as regiões, “*aportando sua maravilhosa idiosincrasia à grande família de cafeicultores colombianos*” (FEDERACIÓN..., 2012).

O Eixo Cafeeiro e a Experiência do Turismo Rural

O Eixo Cafeeiro é um sistema que se desenvolveu em torno de três cidades centrais: Manizales, Pereira e Armenia. Por esse motivo, é também conhecido como Triângulo do Café. Cada uma das cidades pertencentes a esse sistema possui forte personalidade histórica e elementos urbanos. Esse território, de acordo com Arango (2005), integra municípios com intensas relações históricas, culturais e políticas, com influência econômica recíproca e em cujos territórios vem sendo desenvolvidos projetos de integração entre o urbano e o rural, notavelmente pela influência da produção e comercialização do café. Devido à sua forte integração, o Eixo Cafeeiro é definido por Arango (2005) como uma *cidade-região*, termo que pretende caracterizar um aglomerado policêntrico de cidades marcado pelo desenvolvimento territorial equilibrado e equitativo.

O Eixo Cafeeiro se localiza no cruzamento de dois importantes corredores de acessibilidade e atividade urbana do país: o corredor de cidades que se estende de Ipiales ao Valle de Aburrá e o corredor que se desloca de Sogamoso a Buenaventura, passando

pela capital nacional Bogotá (Figura 2). Também se situa no centro do triângulo formado por Bogotá, Medellín e Cali, três das mais importantes cidades do país. Apesar da localização de alto valor geoestratégico, essa rede de cidades é considerada território de passagem, pois existe a percepção que seus centros urbanos mais importantes ainda não cumprem seu papel de articuladores (ARANGO, 2005).



Figura 2: Mapa do eixo cafeeiro colombiano. Fonte: autoria própria.
Figure 2: Coffee producing region in Colombia. Source: authors.

Instituído pelo governo colombiano como uma das zonas turísticas do país, o Eixo Cafeeiro figura como principal elemento da chamada paisagem cultural cafeeira, com 24 mil propriedades produtoras de café, onde cerca de 80 mil pessoas se dedicam à cultura (PAISAJE..., 2012). Essa paisagem cafeeira pleiteia seu reconhecimento perante a Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade. As propriedades se localizam em

média a 1500 metros de altitude, e a paisagem é viva e mutante, revelando em cada curva da estrada sobre os Andes belos cenários panorâmicos. O Cenicafé, principal referência científica para a cultura do café no país, desenvolve projetos visando o equilíbrio entre as tradições e a inovação, recomendando o plantio da variedade *castillo*, de origem local e cultivada exclusivamente na Colômbia.

A visita de campo ao Triângulo do Café confirmou que o destino encontra-se bem estruturado. De acordo com as informações divulgadas pelo portal oficial de turismo da Colômbia, o Eixo Cafeeiro se consolidou como o primeiro destino rural da América Latina, graças a suas fazendas tradicionais adaptadas em alojamentos turísticos de alto nível. A experiência em Armenia⁴, onde foi alojado em um hotel rural um grupo de sete visitantes brasileiros consumidores ou envolvidos profissionalmente com o café, comprovou o fato de que lá é possível gozar de excelentes instalações (quartos duplos em chalés, finamente decorados e perfumados, com mobiliário tradicional e ambiente aconchegante) e serviços (todas as refeições postas em uma área de restauração tradicional, com rica montagem dos pratos, preparados com ingredientes típicos). O hotel localiza-se em uma fazenda produtiva, na qual é possível observar as lavouras e uma paisagem belíssima de montanha. Como a visita se realizou em junho, época de baixa produção no país, não foi possível acompanhar a colheita nessa propriedade.

Para vivenciar a cadeia produtiva do café colombiano, o grupo foi conduzido a uma área chamada de Vereda Callelarga, pertencente ao município de Calarcá, e situada a 20 minutos de Armenia, por estrada pavimentada. Nesse local, existe um modelo de negócio denominado, em idioma castelhano, *Recuca – Recorrido de la Cultura Cafetera*. O *Recuca* consiste em uma propriedade produtiva preservada, totalmente adaptada para a recepção de turistas, possuindo inclusive uma faixa da área produtiva destinada à visitação. Em pequenos circuitos de duração média de 3 a 4 horas, incluindo almoço ou pequenas refeições (semelhantes ao nosso “café da tarde mineiro”), os visitantes são guiados por um dos funcionários do local por toda a cadeia produtiva. O atendimento é feito somente em espanhol, mas é permitido o acompanhamento de guias particulares. Apesar de uma certa barreira lingüística, que entre português e espanhol nem é tão significativa, o trabalhador que acompanha o grupo percorre todas as áreas da propriedade, demonstrando os processos detalhadamente e sanando dúvidas dos visitantes a respeito do plantio, manejo das plantas, solo, clima e colheita.

Depois de percorrer todas as etapas, os visitantes são convidados a se vestirem como cafeicultores tradicionais. Todos se dirigem ao trecho reservado da lavoura e são orientados a catar os grãos maduros de café, colocando-os no cesto. Uma pequena competição de quem colhe mais café é estimulada. Uma das visitantes recebe uma espécie de recipiente térmico, e o guia colombiano lhe ensina as palavras que deve gritar para chamar os colhedores de café para o descanso, servindo-lhes a tradicional *agua-de-panela*, uma preparação gelada de água, rapadura e limão, geralmente levada ao campo nos períodos de calor.

Depois de descansados, os “cafeicultores por um dia” entregam ao “feitor” sua parcela colhida, recebendo em troca uma nota de valor simbólico, da mesma moeda com a qual eram pagos os colhedores no princípio do século XX. Em seguida todos observam e

executam tarefas como o descascamento e secagem dos grãos à moda antiga, conhecem a torra e a moagem e são convidados a sentar-se em uma pequena cozinha, semelhante às cozinhas de fogão à lenha mineiras, onde é servido um café coado no coador de pano, em canecas esmaltadas, acompanhado de quitutes que também se assemelham à culinária mineira, como os buñuelos (bolinhos fritos de queijo).

O tratamento pessoal e mesmo fraternal com que o grupo é tratado durante as atividades impressiona. Amantes do café convidados a participar dessa experiência, todos deixaram o local ainda mais envolvidos pelo universo do café. No *Recuca*, informou-se que é comum o fluxo de turismo interno e regional, em que moradores de grandes cidades se dirigem ao interior em busca de novas experiências e de um retorno às raízes, e também fluxo de escolas e grupos infanto-juvenis, que caracteriza um turismo pedagógico (RECUCA...,2012)

Um fato que impressiona é que, apesar do deslocamento aéreo do Brasil para a Colômbia ser custoso, no Eixo Cafeeiro, hospedagem, alimentação e atividades possuem um alto valor agregado e custo relativamente baixo, mesmo se considerado o custo de vida do país. Portanto, o turismo rural na região produtora de café apresenta-se largamente acessível para a população de classe média colombiana.

Discussão: um possível modelo para Minas Gerais?

Podemos, a partir dos dados investigados, traçar o perfil comparativo entre as realidades colombiana e mineira, baseado no tripé produto x produtor x meio produtivo, no qual se sustenta a lógica colombiana (Tabela 1).

Observa-se, com isso, que o Estado de Minas Gerais goza de características muito semelhantes à Colômbia, em especial no que toca à cultura do café. A maioria das condições ambientais são semelhantes, quando se considera a cafeicultura de montanha em Minas Gerais, e a maior região produtora do país, que é o Sul de Minas. Por constituir uma região farta em recursos hídricos, vegetais e animais, o Sul de Minas é uma região que recebe um considerável fluxo turístico. Entretanto, são mínimas as iniciativas que oferecem produtos envolvendo a agricultura familiar, especialmente a cafeicultura. Apesar da importância econômica e cultural do gênero para o Estado, a identidade gastronômica e turística de Minas tem sido construída pautada em produtos como a cachaça, o pão-de-queijo e o frango com quiabo, sem destinar a devida atenção ao produto café. Tal fato foi comprovado durante o evento Salão Mineiro do Turismo, promovido em Belo Horizonte nos dias 18 e 19 de maio de 2012: durante o debate com o tema "*Gastronomia mineira patrimônio do mundo*", que incluiu representantes do SENAC e da Associação Brasileira de Gastronomia e Cultura, em nenhum momento foi sequer citado o café com parte do patrimônio gastronômico mineiro. No *Panorama do Turismo Rural na Agricultura Familiar*, documento publicado pelo Ministério do Turismo, a epígrafe da seção que trata do Estado de Minas Gerais é "*Café, leite e cultura – mineirice em toda parte*", e há menção ao Circuito Turístico das Montanhas Cafeeiras, que abrange as cidades de São Sebastião do Paraíso, Guaxupé, Guaranésia, Juruáia e Muzambinho (BRASIL, 2007). Entretanto, nem mesmo nas cidades citadas tem-se conhecimento de um produto turístico que ofereça atividades envolvendo a produção do café.

Tabela 1: perfil comparativo entre a cafeicultura colombiana e de Minas Gerais. fonte: autoria própria.
Table 1: a compared profile between Colombia & Minas Gerais' coffee culture. Source: authors.

	Colômbia	Minas Gerais
Produto	Colheita seletiva; café descascado	Colheita semimecanizada; predomínio de café natural, porém volume considerável de café descascado.
Produtor	<ul style="list-style-type: none"> •96% cafeicultores familiares, (menos de 5 ha), produzindo 70% do total nacional; •Baixo nível educacional, economia de subsistência, vulnerabilidade ao entorno; •Organização em uma federação única, que determina preços mínimos, independência na comercialização; •Cultura não sazonal no uso do trabalho (colheita distribuída ao longo do ano) •Cultura específica vinculada à produção do café; •Sobreposição da vida urbana e rural. 	<ul style="list-style-type: none"> •60% cafeicultores familiares (menos de 5 ha), produzindo 25% do total (dados nacionais); •Médio nível educacional, pluriatividade, alta dependência do café; •Organização em cooperativas que trabalham em geral de forma isolada, inexistência de preços mínimos, relativa dependência na comercialização; •Cultura sazonal no uso do trabalho (concentração na colheita, de maio a agosto); •Cultura do <i>cafezinho</i> e da hospitalidade; •Sobreposição da vida urbana e rural.
Meio produtivo	<ul style="list-style-type: none"> •Clima equatorial, chuvas distribuídas durante todo o ano, relevo montanhoso; •Principal região produtora caracterizada como <i>cidade-região</i>: um aglomerado policêntrico de cidades que compartilha nível semelhante de desenvolvimento, forte relação urbano-rural e dependência econômica da cultura do café; •Localização estratégica da principal região produtora, equidistante dos três principais centros urbanos; •Paisagem natural e cultural rica, diversa, atrativa para o turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> •Clima tropical, propício para o cultivo do café, com distribuição de chuvas adequada, relevo montanhoso na maior região produtora (Sul de Minas); •Principal região produtora em localização estratégica no centro do país, equidistante de três dos principais centros urbanos e turísticos (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte); •Paisagem natural e cultural rica, diversa, atrativa para o turismo.

Um produto turístico inovador e que inclusive foi utilizado como objeto de estudo em publicações relacionadas às “novas ruralidades” e à concepção de produtos turístico-gastronômicos (TORGA, 2011; ANDRADE, 2010) é a Rota do Café Especial, situada na cidade de Carmo de Minas, no Sul de Minas Gerais. O produto segue em funcionamento desde 2008, sob a gestão do Grupo Sertão, que é composto por tradicionais cafeicultores sul-mineiros. Estes, há mais de 100 anos, produzem cafés de excelente qualidade e são reconhecidos mundialmente. A rota é gerida por um turismólogo, em um formato aproximado ao modelo *Recuca*, porém sem o envolvimento direto dos visitantes no processo produtivo, o que reduz a riqueza da experiência.

De qualquer maneira, observa-se que nem o caso estudado por Torga (2011) e Andrade (2010) apresenta envolvimento da cafeicultura familiar, sendo a experiência turística manejada, de certa forma, à margem do processo produtivo. O produto também parece estar desprendido do território em seu entorno, na medida em que pouco ou nada envolve a complementação do produto por atividades desenvolvidas em outras propriedades.

Um desafio à implantação de um turismo rural que envolva o visitante nas atividades da cafeicultura familiar encontra-se na sazonalidade do ciclo produtivo do café. Ao contrário do que acontece na Colômbia, existe uma concentração na necessidade de mão de obra durante o período de maio a agosto, o que dificulta a atenção ao turismo nesse período. Por outro lado, exatamente nessa etapa é possível observar e viver toda a cadeia do café, sendo o mais atrativo para o turismo rural na agricultura familiar. Dessa forma, carece-se de soluções que permitam ocupar o tempo do visitante fora dos períodos de colheita, para preencher o tempo ocioso da mão-de-obra familiar e gerar fontes alternativas de renda. Uma possibilidade é a inclusão de outros gêneros, como a preparação de doces, queijo e cachaça, uso de culturas consorciadas ao café que tenham apelo atrativo, festas e manifestações culturais, entre outras atividades distribuídas entre propriedades rurais e também nas sedes dos municípios que abrigam a cafeicultura. Outra possibilidade é a inclusão de outras etapas da cadeia do café dentro das propriedades produtoras, como a classificação e degustação, torrefação e preparo, que podem ser realizadas em qualquer época do ano. Devido ao alto custo de implantação, as estruturas necessárias podem ser construídas comunitariamente ou divididas em etapas, em diversas propriedades.

Para melhor entendimento, busca-se apresentar a seguinte orientação dos componentes de um roteiro ideal para o turismo focado no café:

Equipamentos e serviços:

- Alojamento: em meio de hospedagem rural, no qual seja desenvolvida uma atividade produtiva, preferencialmente, a cafeicultura;
- Restauração: refeições típicas da região, preparadas com produtos locais e desfrutadas em ambiente tradicional, celebrando o hábito de partilhar o momento da refeição como momento de encontro com o outro.

Atrações e atividades (acompanhamento e participação):

- Plantio, seleção de cultivares e preparo do solo;

- Manejo das lavouras (adubação, poda, condução)
- Colheita manual ou mecanizada
- Pós-colheita, secagem e beneficiamento
- Armazenamento e seleção de amostras
- Análise da qualidade dos grãos – prova de xícara (apresentação do trabalho do Degustador)
- Processo de torração e moagem artesanal, semi-industrial ou industrial
- Preparo de café coado tradicional
- Preparo de café espresso e outros métodos de preparo (apresentação do trabalho do Barista)
- Gastronomia com café (preparo de produtos à base de café, como bebidas, pratos doces e salgados)
- Subprodutos da cafeicultura (móveis de madeira de café, cosméticos, artesanato, entre outros)

Além das atividades supracitadas, que objetivam a vivência completa da cafeicultura pelo turista, incentiva-se o incremento da experiência por atividades relacionadas a outros gêneros do agronegócio, participação em eventos, festas e manifestações religiosas, folclóricas e culturais em geral, como mecanismos para maior atratividade do turista.

Para o tripé que sustenta o modelo colombiano, é notável a existência de símbolos marcantes para cada esfera. Assim, tem-se:

- **Produto (Café) – “Cafés suaves”**
- **Produtor (Cafeicultor) – “Juan Valdéz”**
- **Meio produtivo (microclima) – “Visite a Colômbia: o risco é que você queira ficar”** (slogan promovido pela *Proexport Colombia*, agência oficial de promoção de turismo, investimento e exportações, que refuta a imagem de país perigoso e promove as atratividades do país).

Considera-se necessário que o Estado de Minas Gerais desenvolva e adote uma marca gastronômica que inclua o café, associando-o ao modo de vida local, à hospitalidade do mineiro, características que já são conhecidas nacional e internacionalmente. A imagem de Minas está atrelada ao bem-comer e ao bem-receber, que precisam ser veiculados com o objetivo de valorizar os produtos de importância regional, agregando valor na venda dos mesmos e gerando fontes alternativas de renda para o produtor familiar. Em outra via, a agricultura familiar precisa ser capacitada para adaptar suas propriedades e atender adequadamente ao turista, o que deve prioritariamente ser realizado por organismos de extensão rural. Tal capacitação apresenta-se ainda mais urgente quando se leva em conta a proximidade da maior região produtora brasileira, o Sul de Minas, das três principais cidades-sede que receberão jogos da Copa de 2014, e portanto distribuirão um enorme fluxo turístico, em proporções ainda não quantificáveis.

Considerações Finais

Perante as observações realizadas, considera-se possível e necessária a adoção de um modelo de aproveitamento turístico focado na cafeicultura familiar. O tripé produto x produtor x meio produtivo mostra-se altamente aplicável ao caso do café em Minas Gerais, demonstrando que as ações devem ser realizadas em duas vias: a consolidação do Estado de Minas enquanto destino por uma identidade gastronômica que inclua o café, e a capacitação de cafeicultores familiares para a adequação de suas atividades ao recebimento de fluxo turístico.

Para lograr tais objetivos, entende-se que a parceria entre governos locais e instituições de ensino e capacitação seja adequada, bem como o trabalho conjunto do governo do Estado de Minas Gerais, via Secretarias de Turismo e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com os Ministérios do Turismo e do Desenvolvimento Agrário. O diferencial que levou a Colômbia à atual projeção mundial foi a constituição de uma federação coesa e centralizadora em sua atuação para o cafeicultor familiar. Essa não é a realidade mineira, que se distribui em cooperativas que nem sempre constituem a melhor opção de comércio para o cafeicultor. Portanto, espera-se que tal passo unificante tenha a chancela do governo do Estado e seja estimulado pelos organismos de extensão rural e pesquisa no campo.

Notas

¹Derriza: método de colheita manual na qual todos os frutos do café são arrancados de uma só vez, independente do grau de maturação.

²Via úmida: método de beneficiamento do café no qual o grão é descascado antes de ser levado ao terreiro de secagem, para reduzir o risco de fermentação em locais de alta umidade. O resultado desse método é o café cereja descascado, mais leve e de acidez característica.

³Café natural: café produzido por via seca, no qual a secagem acontece com a casca do fruto. O resultado é um café mais encorpado e doce, entretanto se a secagem é inadequada, pode-se obter a bebida “riada”, ou fermentada e de baixa qualidade

⁴O presente artigo foi um desdobramento da experiência vivenciada no Eixo Cafeteiro da Colômbia, em 2011, promovida pelo **Projeto Umami**, que tem por finalidade associar a atividade turística ao café de origem e à cultura cafeeira. Disponível em: <http://www.projetoumami.blogspot.com.br/>

Referências bibliográficas

ANDRADE, H. C. C.; **O café especial como produto turístico gastronômico: reflexões sobre o café especial e suas interfaces com o turismo**. Monografia. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ARANGO, O.; Ciudad-región Eje Cafetero: hacia um desarrollo urbano sostenible. **Desafios**, Bogotá (Colômbia) (12): 109-130, semestre I de 2005.

BRASIL. **Panorama do Turismo Rural na Agricultura Familiar**./ Ministério do Turismo e Ministério do Desenvolvimento Agrário (cooperação técnica) – Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil.** 2006. Consultado em 28/05/2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>

COELHO, F. M. G.; O café num outro retrato do Brasil rural: o lugar da agricultura familiar. In: **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 26. Edição Especial. EPAMIG, 2005.

CORDEIRO, A. T. et al. Características da propriedade cafeeira, do cafeeiro e do parque cafeeiro. In: VILELA, P. S.; RUFINO, J. L. S. (coordenadores); **Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais.** Belo Horizonte: INAES, 2010.

DONZELES, S. M. L. [et al.]; **Técnicas para o processamento de café e inovações tecnológicas acessíveis para a produção de café com qualidade.** Boletim Técnico 87. Viçosa: EPAMIG, 2008.

FLEURY, M. T. L.; Juan Valdéz, a estratégia por trás da marca. **Gazeta Mercantil**, Caderno A, pag. 3. Publicado em 23 de junho de 2008. Disponível em:

[http://www.erudito.fea.usp.br/portalfea/Repositorio/523/Documentos/Juan%20Valdez.%20a%20estrategia%20por%20tras%20da%20marca%20\(23.06.08\).pdf](http://www.erudito.fea.usp.br/portalfea/Repositorio/523/Documentos/Juan%20Valdez.%20a%20estrategia%20por%20tras%20da%20marca%20(23.06.08).pdf)

IBGE. Agricultura Familiar: Primeiros Resultados. **Censo Agropecuário 2006.** Consultado em 28/05/2012. Disponível em:

http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess_test_folder/World_Census_Agriculture/Country_info_2010/Reports/BRA_BRA_REP_2006.pdf

PEDINI, S.; Certificação e comercialização de cafés da agricultura familiar. In: **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 26. Edição Especial. EPAMIG, 2005.

SCHLUTER, R. G.; **Gastronomia e turismo.** São Paulo: Aleph, 2003.

SCHOLER, M.; **Coffee production.** Copyright by SASI group (Sheffield) and Mark Newman (Michigan): 2006.

TORGA, P. A. A.; **Novas ruralidades e a Rota do Café Especial, no município de Carmo de Minas.** Monografia. Conselheiro Lafaiete: UFMG, 2011.

TORRES, I. A.; **Café com o outro: o café mineiro como *lócus* de encontro entre visitante e visitado.** Monografia. Belo Horizonte: UFMG, 2010. <<http://www.cafedecolombia.com/>>; Acesso em 28/05/12.

<<http://paisajeculturalcafetero.org.co/contenido/descripcion>>; Acesso em 28/05/12.

<<http://www.federaciondecafeteros.org/>>; Acesso em 28/05/12.

<<http://www.recuca.com/en/home.htm>>; Acesso em 28/05/12.

Helga Cristina Carvalho Andrade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas, Pouso Alegre, MG, Brasil.

Email: helgadeandrade@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0480370402754934>

Marina Carneiro Bernardes Moss: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Email: marinamoss@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5661707135512735>

Data de submissão: 30 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 17 de agosto de 2012

Data do aceite: 17 de agosto de 2012

Avaliado anonimamente

Promoção do turismo na Praia Grande (MA): entre a fantasia e a realidade no cenário do patrimônio cultural

Promoting Tourism in Praia Grande (MA): between fantasy and reality in the setting of cultural heritage

**Georgia Patrícia da Silva, Elizabete Melo Nogueira,
Maria Neusa de Lima Pereira**

RESUMO

Os diversos produtos culturais são fortes aliados para promover determinados destinos turísticos. Os centros históricos com acervo de patrimônios culturais, por exemplo, exercem grande influência no imaginário das pessoas e, por isso, quando associados ao marketing, podem criar cenários, expectativas e fantasias que despertam desejos nas pessoas, sendo algumas delas nem sempre alcançáveis na realidade. Este trabalho teve o objetivo de discutir a relação entre a promoção e a realidade no turismo do Centro Histórico de São Luís, notadamente do bairro Praia Grande- MA, cenário do patrimônio cultural, sob a ótica dos turistas. Para isso, foram consultados registros realizados pelos turistas no livro de protocolo da Secretaria do Turismo do Estado. Também foram realizadas algumas conversas, sob forma de consulta, com comerciantes locais, no intuito de cruzar as informações obtidas. Como resultado, pôde-se perceber nos registros, que expressam a “voz” do turista, reforçada pela dos comerciantes a reclamação, o descontentamento, insatisfação e a cobrança por melhorias da infraestrutura, de acessos e atendimento quando se referem a um dos principais destinos turísticos da cidade. A fantasia tão propalada positivamente pelas mídias contradiz a realidade no cenário do patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Marketing; Centro Histórico; Promoção; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

In a number of cultural products, tourism has strong allies in promoting certain tourist destinations in the cities. The historical centers with a collection of cultural assets, for example, exert a great influence on people imagination and, therefore, when combined with marketing, can promote creating scenarios, expectations and fantasies that create and arouse people's desire, some of them are in fact not always achievable. This study aimed to discuss the relationship between advertisement and reality in tourism in the Historical Center of São Luís, especially the district Praia Grande - MA, from tourists' view. To this were consulted registrations made by tourists in the protocol book from Tourism Secretariat of the State. Were also held some talks in consultation mode with local traders in order to cross the obtained information. As a result that could be seen in the records, which express the tourist's voice reinforced by the traders', it contains complaints, discontent, dissatisfaction and charging for infrastructure improvements as access and service, when referring to a major tourist destination in the state. The fantasy touted positively by the media, contradicts the reality on the scenario of cultural heritage.

KEYWORDS: Tourism, Marketing, Historical Center, Promotion, Cultural Heritage.

Introdução

Sànches (2003) e Vainer (2000) têm levantado reflexões sobre a competição entre lugares, relacionando-as com as estratégias utilizadas pelos gestores das cidades, nas últimas décadas, para criar espaços atrativos. Nessa lógica, a capacidade de competitividade entre as diferentes regiões, países ou cidades vem se desdobrando em função de diversos fatores, tais como, localização, acervo cultural, personagens de destaque, bem como pelo uso do mix de marketing¹, notadamente da promoção² dos espaços urbanos, cuja principal missão seria a de incrementar o processo de venda dos lugares com seus não-lugares (AUGÉ, 1994)

De acordo com Sánchez (1999, p.115), a valorização do marketing seria fruto da atual conjuntura econômica mundial, a qual *“se constitui na orientação da política urbana, a criação ou atendimento das necessidades do consumidor, seja este empresário, turista ou o próprio cidadão”*. Esse processo de valorização da imagem, inclusive no cenário internacional dessas cidades, foi acompanhado por uma *“notável expansão dos departamentos e agências de comunicação e marketing, dentro das respectivas estruturas administrativas locais”* (SÀNCHEZ, 1999, p.2).

É necessário frisar que a incorporação do marketing urbano³ revela uma nova ordem junto às demais práticas de gestão relacionadas, que buscam dar uma nova imagem às cidades ou reforçar o que eles têm de melhor. O sucesso *“é tão claramente lucrativo que o investimento na construção de imagem [...] se torna tão importante quanto o investimento em novas fábricas e maquinário”* (HARVEY, 2001, p. 260-261). A transformação de *“imagens em simulacros materiais na forma de ambientes [...] construídos”, consiste na “outra dimensão do papel mutante da espacialidade na sociedade contemporânea”* (HARVEY, 2001, p. 266).

Biachini (1999) comenta que

já se percebia uma tendência em afastar as questões de caráter sociopolítico, predominante na década de 1970, e priorizar o desenvolvimento econômico e a regeneração urbana [...] Uma vida cultural cosmopolita foi sendo, gradualmente, entendida como um integrante crucial das estratégias de city marketing e de internacionalização, elaboradas para atrair turistas, capital internacional flutuante e profissionais especializados. (BIANCHINI, 1999, p79).

É nesse panorama lastreado pelo teor mercadológico que se descortina a *“mercantilização”* do espaço urbano (VAINER, 2000), que afasta a ideia romântica de que o poder público tem como prioridade ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem estar da população quando se observa o espriar de um ordenamento e medidas cada vez mais complexas, que potencializam profundas e efetivas transformações de natureza temporal e espacial.

No Maranhão, não é diferente. Para se inserir a capital do estado no circuito global do turismo foi utilizado, em termos midiáticos, um conjunto de técnicas de promoção, decorrendo o uso exacerbado do Centro Histórico, por ser um dos principais destinos turísti-

cos do estado. Para isso, teve um esforço para a geração de valor que segue as tendências de mercado, resultando na constante busca pela diferenciação, a qual se traduziu na supervalorização de um dos “pedaços” do centro antigo: o Bairro Praia Grande⁴ (Figura 1).



Figura 1: vista aérea do bairro Praia Grande. Foto: Santo e Marcelo (2006).
Figure 1: Aerial view of District Praia Grande. Photo: Santo and Marcelo (2006).

Nessa perspectiva, o processo de valorização do centro antigo, via Praia Grande, assumiu as características de produção de um espaço transformado em mercadoria, pensado e produzido como espetáculo, metamorfoseado para não parecer como tal, a fim de atrair compradores e capital mediante os interesses que legitimam e consubstanciam ações técnicas e políticas no espaço urbano.

Este artigo teve como objetivo discutir a relação entre a fantasia e a realidade no turismo do Centro Histórico de São Luís, sob a ótica dos turistas. Para isso, foram consultados comentários registrados no Livro de Protocolo da Secretaria de Turismo do Estado pelos turistas. Stamou e Paraskevopoulos (2004) utilizaram os discursos registrados em um livro por turistas em visita a um parque da Grécia para analisar as imagens construídas sobre o meio ambiente turístico natural, considerando-o como uma rica fonte de dados qualitativos, por serem narrativas pessoais espontâneas.

Para o desenvolvimento do estudo aqui apresentado, foi utilizado o método qualitativo de pesquisa, em que se privilegiou a pesquisa documental como técnica de coleta de dados, buscando analisar dados secundários e conversas informais com comerciantes do Bairro Praia Grande. A fim de manter o sigilo da autoria dos registros encontrados no livro

de protocolo da Secretaria, foram omitidos os nomes, embora os turistas tenham se identificado e ainda disponibilizado, telefone, e-mail e por vezes as regiões de origem quando fizeram comentários no livro.

Foram analisadas ainda peças publicitárias presentes nos meios de comunicação, incluindo matérias publicadas no ambiente virtual, revistas e jornais, a fim de se compreender as representações do bairro Praia Grande, ao qual são atribuídos os valores que predominam no imaginário da sociedade, o que pode ser revelador sobre a imagem que se quer mostrar. Como resultado da reflexão sobre essa temática, este trabalho apresenta o bairro Praia Grande como recorte espacial, a fim de discutir os desdobramentos que envolvem a percepção dos turistas, sobretudo no que diz respeito às diferenças entre o que é propagado e sua vivência concreta no cenário do patrimônio cultural.

Adota-se como premissa que o processo de revalorização do centro antigo é qualificado pela estetização⁵ do patrimônio cultural e pelo discurso cujo conteúdo é a necessidade de preservar o acervo edificado, para que o espaço retome sua importância e venha a adquirir uma imagem de limpo, belo e seguro, onde se privilegia a cenarização cada vez mais falseada e menos pura, pelo fato de agregar formas e estilos que dissolvem as fronteiras das representações socioculturais. (LUCHIARI, 2002).

O Bairro Praia Grande propagado na mídia

O bairro Praia Grande, na cidade de São Luís, foi sede das primeiras atividades econômicas de médio e grande e primeiro quartel de centúria, tornando-se, por causa do porto, centro comercial onde se importavam e exportavam mercadorias controladas por militares e chefes do executivo da cidade, o que possibilitou a concentração de atividades comerciais e residenciais por muitos anos.

Segundo Reis (1990), o nome Praia Grande está associado às reentrâncias que se compunham na maré baixa, chamadas vulgarmente de praias. Existiam muitas delas que eram identificadas por nomes específicos, tais como Ribeirão, Santo Antônio e uma das maiores, que era conhecida como Grande, ou seja, a sua constituição natural “não era mais que um vaso paul⁶ deixado e refeito, a cada maré vazante” (MEIRELES; TEIXEIRA, 1979).

O mar, ontem como hoje, invadindo terra a dentro, emprestava à foz do Ibacanga - que em verdade não passa de um modesto riacho insular - a largura quase majestosa de cerca de um quilômetro de extensão, como se fosse ele um verdadeiro e portentoso rio. Mas, a cada refluxo de suas ondas na intermitente oscilação das marés, deixa-lhe nas margens aquele lodaçal fétido que então se alargava, ladeando a Rua do Trapiche, desde a Rampa do Palácio ao pé do antigo Forte de São Luís, até a Rua da Estrela onde se confrontavam a Alfândega e o Arsenal da Marinha, e em o qual vinha descambar, em acentuado declive, a ladeira da Rua do Giz. (MEIRELES; TEIXEIRA, 1979, p.1).

A história do bairro ludovicense⁷ está intimamente ligada à história da própria cida-

de, fundada em 1612 por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, autorizado pela rainha regente Maria de Médice, que escolheu um lugar estratégico para a fundação da colônia e do Forte de Saint-Louis, em homenagem a Luís XIII (OLIVEIRA, 1996).

Nesta área, em função da dinâmica social, houve a construção de grandes sobrados⁸, que representam a opulência e riqueza da época (Figuras 2 e 3). Ainda hoje, tem na composição do tecido urbano uma concentração de edificações na maioria de três pavimentos e muitas delas apresentam materiais utilizados para a adequação ao clima local, tais como o uso de azulejos nos sobrados, aspecto que diferencia a área dos demais bairros do centro histórico, onde existem centenas de imóveis do período colonial e imperial, e início do século XX, caracterizados, sobretudo, por “telhados em telha de barro do tipo capa-e-canal, beirais curtos terminados com cimalthas trabalhadas, vãos estreitos regularmente dispostos e emoldurados, balcões guarnecidos de grades de ferro batido e piso em pedra de cantaria” (MARANHÃO, 1997, p.14).

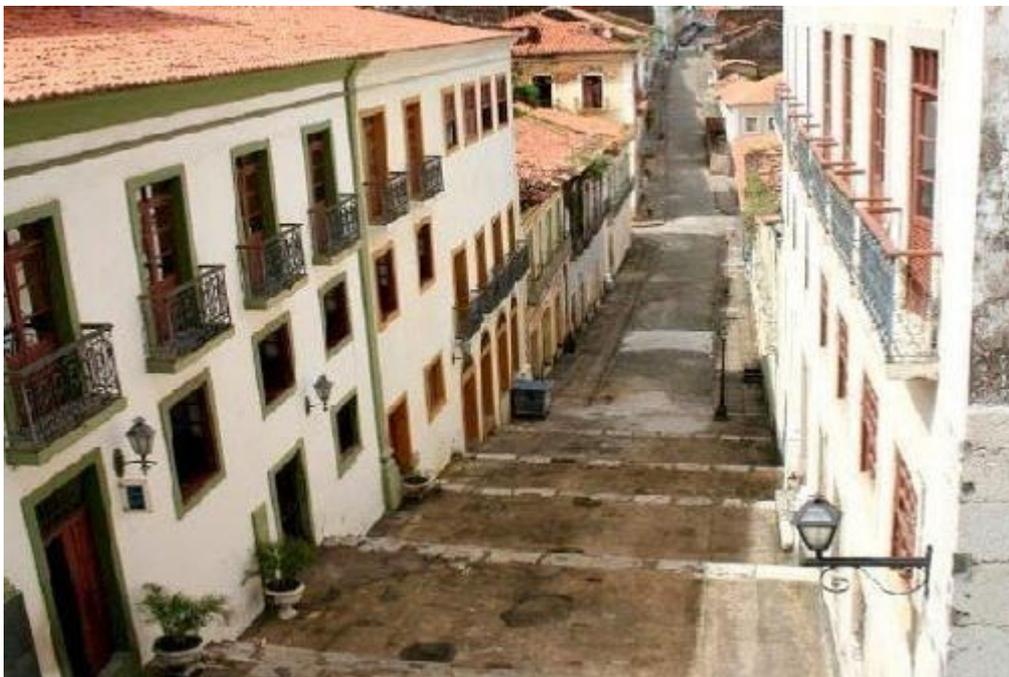


Figura 2: arquitetura de São Luís. Foto: GOVERNO DO ESTADO (2011).
Figure 2: Architecture of São Luis (MA, Brazil). Photo: State Government (2011).

O fato é que houve a perda de centralidade do centro tradicional resultante das dinâmicas e transformações dos processos de produção e consumo da cidade, o que ocasionou o interesse em outras áreas urbanas, bem como a maior oferta de habitações e de estabelecimento de comércios e serviços que passaram a ser mais atrativos, em virtude dos constantes investimentos públicos em prol da expansão da mancha urbana e do movimento de modernização da cidade de São Luís.

Neste sentido, a Praia Grande, por décadas ficou esvaziada e, principalmente, estigmatizada (ver detalhes em SILVA, 2010). Entretanto, na década de 1970, adquiriu contornos surpreendentes, pela habilidade do poder público que se inspirou nos equipamen-

tos urbanos em desuso para atrair capital, conquistando o mercado e adeptos. Muitas das edificações vazias vieram a ser tombadas⁹ como patrimônios que estão, atualmente, sob proteção municipal, estadual e federal e muitas estão inscritas pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Hoje tombada como Cidade Patrimônio da Humanidade, guarda como herança da forte colonização lusitana a maior área de arquitetura colonial portuguesa existente no Brasil e uma das mais importantes do mundo. São mais de 3.500 edificações de valor histórico, no centro da cidade, que, segundo a UNESCO, representam “uma cultura e uma época, testemunho significativo da história da humanidade (BRASIL VIAGEM, 2009, s/p).

Um fator que ajudou a dar maior visibilidade à Praia Grande foi o Programa de Revitalização, no qual foram contempladas ações de saneamento e melhoria de infraestrutura. Concomitantemente, houve a emergência e a consolidação de um discurso baseado na construção social de uma imagem urbana e a linguagem da propaganda turística, evocando sedução, beleza, harmonia, descontração e felicidade.



Figura 3: Bairro Praia Grande, rua da Estrela com rua Portugal.
Fonte: Cidades Históricas Brasileiras (2009).

Figure 3: District Praia Grande, Street da Estrela with Portugal.
Source: Cidades Históricas Brasileiras (2009).

No site oficial do Governo tem a seguinte propaganda, vinculando o patrimônio cultural ao “certificado” da UNESCO:

A área de casarões históricos de São Luís ocupa 250 hectares e envolve três mil e quinhentas construções. A beleza e a importância histórica deste acervo arquitetônico foram reconhecidas em 1997, pela Organização

das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO), que concedeu à cidade o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Para concessão do título, também foi levada em conta a preservação dos prédios antigos e a revitalização dos bairros que formam o Centro Histórico (especialmente a Praia Grande, obra iniciada na década de 70 e retomada a partir de 1987, com o Projeto Reviver) (GOVERNO DO ESTADO, 2009, s/p).

As fases de formulação e implementação de Programa de Preservação e Revitalização Urbana soaram como uma estratégia de (re)apropriação do espaço devido à exploração de elementos simbólicos, estéticos, sociais e culturais, com implicações na composição urbana pouco divulgadas, a exemplo da proibição dos hippies em determinadas ruas.

A partir de agora, estamos positiva e definitivamente revertendo o processo de deterioração da Praia Grande. Agora que o Maranhão confirma sua vocação de grande Estado, trilhando os caminhos do desenvolvimento, torna-se altamente necessário garantir a memória de épocas igualmente gloriosas (MARANHÃO, 1981, p.03).

Entende-se que o poder público não inventou o bairro Praia Grande com suas propagandas, mas é responsável por transformar uma visão ou interpretação de imagem do cotidiano no mundo fantástico do espetáculo. Das ruínas, do abandono e da decadência, vem nova identidade, não só por aquilo que é, mas pelo modo como é apresentada. O lugar, aparentemente esquecido, recebe um teor magicamente perfeito, que o torna único e adorável.

O conjunto da Praia Grande é formado por ruas, becos, travessas e escadarias que se constituíram por muitos anos no centro comercial de São Luís. Hoje, guarda a memória de um tempo de esplendor e opulência. É um patrimônio cultural único - orgulho, coração e alma da cidade (PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE, 2009, s/p).

O bairro da Praia Grande, permeado por um conjunto de bens culturais, fica reduzido a imagens e interpretações, produzidas, sobretudo, sobre pontos marcantes que são escolhidos para representar as tradições do que se deve observar. Este assunto é importante porque empenha a questão ideológica e pode contribuir para esclarecer a transformação dos monumentos históricos e marcos culturais ao culto narcisista do patrimônio.

A orientação publicitária que direciona como ver o bairro Praia Grande deve ser questionada pelo excesso de representação, quando leva a exigir a volta a uma forma mais tradicional da sociedade sem conflitos, onde não se veem as manchas da exploração que se estendeu sobre esse espaço durante séculos.

Esta história fascinante (e ainda pouco conhecida), resultado de um feliz equilíbrio das circunstâncias históricas e geográficas, nos deixou um conjunto rico de traços culturais muito originais: um legado arquitetônico, literário e humano, contendo uma significação excepcional: um patrimônio monumental único em seu gênero. Na realidade, há traços semelhantes

que dão ideia de um certo "ar familiar" em outras cidades do mundo que conheceram simbioses de cultura e de influências locais e coloniais, sobretudo de origem portuguesa (PORTOS-MA, 2009, s/p).

A apologia ao patrimônio tornou-se pedra de toque nas campanhas publicitárias. Nesse quadro pintado de beleza emergem expectativas que apresentam divergências quando são interpostas com a realidade. É necessário reconhecer que os efeitos dessa divulgação em torno da cultura que está na gênese dos centros históricos apontam resultados desastrosos, quando não estudo e planejamento urbano.

Não se pode voltar a apresentar a sociedade antiga, com pontuação de símbolos que demarcam a tradição de uma elite branca e classista. Talvez a melhor definição da Praia Grande seja essa dissociação entre a história e seus personagens. Sob os olhares, associa-se a lógica do mercado, que comanda a ideologia, cria o imaginário social, faz a releitura étnica da cidade, por meio de ações que valorizam a presença dos descendentes europeus.

Equivale dizer que nesse processo de produção de imagens há uma fragmentação da informação (seleção, montagem e edição), para persuadir e conquistar consumidores (público-alvo) específicos. O trabalho realizado é capaz de tornar presente o ausente que existiu, numa forma de seleção do melhor enredo, escolhendo-se os de maior prospecção mercadológica.

Não se tem dúvida de que a informação produzida - inquirida e relatada, no caso do Bairro Praia Grande - contribuiu para agregar mais valor a essa mercadoria, e disseminar novos hábitos de consumo em torno do simulacro e do hedonismo. Nesta lógica, os discursos que passavam a evocar elementos psíquicos e sociais nos indivíduos incluem também uma "alucinação estética do real", do qual há um bombardeio de imagens e objetos fascinantes, em detrimento da mera divulgação das suas características funcionais.

Ao exteriorizar os "criadores" do patrimônio, produz-se uma imagem utópica da tradição, sem vestígios de opressão. Essa criatividade lhe dá uma forma que fala mais para fora do que para dentro, subsidiando uma marca do modo de vida e costumes "autênticos" que, quando são comparados ao real, cria frustrações pelas expectativas, às vezes, impossíveis de serem atendidas quando comparada à vida europeia. Essa divulgação leva os indivíduos a acreditarem naquilo que está sendo dito e a buscarem todo o prazer proporcionado pelo consumo daquilo que se anuncia.

Neste sentido, a imagem que é posta como mediação das construções de representações do imaginário individual e social, na forma de linguagens escritas, sonoras visuais, passam a ter um lugar de centralidade no controle social. Assim sendo, fica expressa a estreita ligação entre a estética do patrimônio e a validade do seu contributo, para definição dos mecanismos de produzir aparências, tal como a arte de persuadir e seduzir os indivíduos.

Esta constatação requer, no entanto, que não seja tomada como inquestionável, mas que seja levantada a hipótese de que o modo particular, como a informação contida na promoção do centro antigo de São Luís, não é isenta de implicações conducentes a dar "invisibilidade" aos problemas que os permeiam.

O Bairro Praia Grande vivenciado pelos turistas

É inegável que o crescimento do turismo no Maranhão tem contribuído para a divulgação e visualização da cultura local. Porém, essa fruição turística trouxe também consequências negativas com o descontentamento com o que foi vivenciado. No Livro de Protocolo da Secretaria de Turismo do Estado há várias ocorrências que destacam a insatisfação dos turistas com o bairro Praia Grande. Uma turista relatou sua insatisfação na seguinte forma:

Hoje ao chegar ao posto de Informação da Praia Grande, encontrei a cadeira do atendente arriada no chão, de forma que estava impossibilitada de voar. Junto com outro guia pegamos a cadeira e colocamos atrás da cerca decorativa para que seja reservada para avaliação do seu estado. Quero também falar que o aparelho telefônico encontra-se impossibilitado de ser utilizado, pois o mesmo está causando muito barulho. Venho aqui demonstrar a minha insatisfação. Pois, no meio de todo esse caos o turista não quer nem saber de nada disso, querendo logo é ser atendido; como aqui é de muita importância o telefone está bom; venho dizer que nesta mesma manhã por não poder usar o telefone um turista não ficou muito satisfeito com o atendimento. Sei que não é de costume isso acontecer, mas seria bom que fosse feita a manutenção dos objetos deste local para um bom funcionamento (SECRETARIA DE TURISMO, 2010, s/p).

Parece que desenvolvimento do turismo, apesar de ter sido focado no Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste PRODETUR/NE¹⁰, nunca foi prioridade nesse lugar ocupado por diversos patrimônios culturais. A chamada para o turismo, talvez tenha sido um pecado capital para o espaço que tem muitos problemas urbanísticos. Todavia, o caráter dinamizador do turismo em criar centralidade, e até de se constituir um centro, foi imposto com condição de utilizar o vazio perante a sociedade e a cidade.

O valor histórico do patrimônio da Praia Grande propalado pelo poder público não acrescentou muitas coisas, pois criou expectativas e não as atendeu a contento, como relata Sousa (2008, s/p).

O Centro Histórico, tendo à frente o bairro Praia Grande, seguido pelo bairro do Desterro, foi contemplado com a arrojada e necessária iniciativa de restauração e preservação levada a cabo pelo governo estadual. [...] Com o passar do tempo, contudo, o Centro Histórico foi sendo gradativamente abandonado, largado à própria sorte, e os problemas começaram a surgir. Questões como insegurança, falta de limpeza, colocação de cartazes nas paredes dos prédios, iluminação precária ou inexistente, descumprimento às leis que no passado disciplinaram o local se multiplicam a cada dia, ameaçando o título alcançado por São Luís de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Admite-se sem qualquer dúvida que o marketing utilizado para promover o bairro Praia Grande deu maior visibilidade ao centro histórico da cidade de São Luís, particularmente no que diz respeito à divulgação dos produtos culturais para os novos consumi-

res da cultura, e ainda rompeu a organização imaginária, alterando o pensar até então vigente, provocando um movimento abrupto, que com um tempo passou a ser questionado pela comunidade local e pelos turistas.

Para constatar essas implicações, no caso do bairro Praia Grande, basta caminhar pelas ruas da Estrela ou Portugal, que tiveram edificações tombadas pelo IPHAN. Houve reformas de centenas de imóveis, (casarões, teatros, escadarias, praças e logradouros), o que proporcionou a abertura de vários bares, restaurantes, hotéis, pousadas, lojas, estimulados pelo poder público. Entretanto, essa dinamização em volta do patrimônio não conseguiu apagar os problemas que afetam esta área, denunciadas pelos turistas.

Uma reclamação recorrente, percebida no livro consistiu sobre no fechamento de estabelecimentos voltados para a atividade, inclusive os principais museus nos finais de semana e feriados. Na visão de um deles, isso prejudica e frustra sua visita à região.

Deixo aqui a minha insatisfação de encontrar todos os museus e espaços culturais fechados na segunda-feira. A cidade está cheia de turistas do mundo todo e apenas podemos fotografar por fora. Sugestão: manutenção dos museus, fazer no período da noite e abrir para o público de segunda a segunda. Afinal, não estamos num Patrimônio da humanidade! (SECRETARIA DE TURISMO, 2010, s/p).

Encontramos com pesar a cidade parada, com as atrações turísticas fechadas, o que não deveria ocorrer num dia como hoje, quando surge a oportunidade de passear e conhecer São Luís. É observando a separação física de entidades de turismo municipal e estadual no tocante aos escritórios de (não dá para entender hibernação?) turísticos, ainda mais os feriados e a infeliz falta de material de divulgação dos atrativos locais como mapas, restaurantes, hotéis, pousadas, etc... É uma vergonha administrativa espelhando a incompetência dos políticos (SECRETARIA DE TURISMO, 2010, s/p).

Cheguei em São Luís hoje e encontrei todos os museus fechados. Sugiro que os horários de funcionamento sejam revistos em nome do fluxo de turistas nos feriados (SECRETARIA DE TURISMO, 2010, s/p).

Nos comentários foi identificado que os turistas reclamam também dos banheiros, da sujeira e da falta de treinamento de profissionais, o que os deixou indignados. Reclamam da sinalização e do descaso com muitos espaços que não são ocupados. Isto foi constatado nos seguintes relatos:

O banheiro do terminal urbano de integração é péssimo. Não é possível usá-lo. Por isso, gostaria da prefeitura melhorar as condições do lugar porque realmente achei desumano para o pessoal da cidade mesmo (SECRETARIA DE TURISMO, 2009, s/p).

Venho através desta reclamar a cobrança de taxa em banheiro público na Praça Nauro Machado; o fato ocorreu dia 31-10-2008. Onde um funcionário cobrou uma taxa para mim e outro usuário que chegou logo depois... Após o ocorrido fui reclamar no posto policial localizado naquele local,

onde os mesmos me informaram que a taxa não deveria ser cobrada. Voltei a utilizar novamente o banheiro mais uma vez e o funcionário que estava na portaria, proibiu-me de adentrar, alegando que eu não havia dado boa noite para entrar, e que devido a minha “saliência” eu não utilizaria de um ambiente que é PÚBLICO. Atesto aqui minha indignação com tal fato que envergonha nossa cidade Patrimônio Cultural da Humanidade (SECRETARIA DE TURISMO, 2010, s/p).

Outras das reclamações feitas pelos turistas estão relacionadas com o policiamento e com a falta de iluminação. Questões como insegurança, falta de limpeza, colocação de cartazes nas paredes dos prédios e descumprimento das leis estão presentes nos registros de insatisfação com a área. Com relação à segurança, existe um *box* da Polícia Militar em frente à Praça Nauro Machado e uma sala da Polícia de Turismo. De acordo com os policiais, o patrulhamento é feito por meio de viaturas. Contudo, o atendimento ainda é desnivelado.

As estratégias de divulgação da Praia Grande para influenciar a venda do espaço tem como objetivo, ao menos em termos midiáticos, dar uma ideia de limpeza da área, do reforço da segurança com certa regulamentação do comportamento das pessoas nos espaços. Representa, por isso, uma narrativa da identidade social sobre o que as pessoas fazem ou deveriam fazer (ZUKIN, 2006).

De acordo com Sousa (2008), que realizou pesquisa com comerciantes da área, no artigo intitulado “o lamentável abandono do Centro Histórico de São Luís” publicado no site JP turismo e no blog CAZOMBANDO, além desse problema, uma grande quantidade de adolescentes tem se aglomerado nos últimos meses, às quintas e sextas-feiras, na praça Valdelino Cécio e na escadaria da Praça Nauro Machado, locais onde esses jovens consomem álcool, cigarro e drogas, visto que não há fiscalização do problema.

Complementando esse cenário, um comerciante, proprietário de uma Livraria, afirma que a ausência do poder público e a iluminação precária são fatos que estimulam a prática de assaltos e roubos na Praia Grande. Ele acrescenta também:

Olha, eu já tive problema de roubo, assim de arrombarem por duas vezes. É muito bêbado, muito marginal circulando por aqui. E eu vejo isso por conta da turista que chega e fica reclamando. Teve uma senhora passando por aqui, muito simpática, ele tinha uns cinqüenta e poucos anos e ela mora no Rio nascida e criada no RJ e ela curiosamente foi assaltada aqui, ela nunca tinha sido assaltada na vida dela e ela foi assaltada aqui no Reviver. E ela dizendo – poh eu moro no RJ desde que nasci e nunca fui assaltada e vim pra cá e fui (ENTREVISTADO).

Na Secretaria de Turismo tem o seguinte registro de insatisfação de uma turista, dentre outros:

Srs. Responsáveis pela Sec. De Turismo do Maranhão: Sou paraibana, trabalho com educação e estou pela primeira vez em São Luís. Acabo de constatar, com toda indignação possível, o total descaso e abandono com o “NOSSO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE”. Jamais esperei presenciar tanta propaganda enganosa veiculada por aqueles que têm

a OBRIGAÇÃO de preservar a NOSSA HISTÓRIA! Continuarei, por todos os meios possíveis, a protestar em relação ao ESTADO DE ABANDONO em que se encontra o Centro Histórico de São Luís. (SECRETARIA DE TURISMO, 2010, s/p).

De acordo com alguns turistas que vão ao centro histórico, aquela área não está preparada para promover a atividade turística. Isso é também muito reforçado nas falas dos comerciantes. Apesar de ser reconhecido como um dos pedaços mais atrativos da cidade, ainda sofre com a carência de cuidados e conservação. A falta de infraestrutura, bem como o grande assédio aos visitantes, por parte de pedintes e vendedores ambulantes, integram a lista das queixas feitas não apenas pelos visitantes, mas por profissionais da área de turismo.

Um grupo turista de São Paulo registrou o seguinte comentário direcionado ao Secretário de Turismo:

Senhor Secretário de Turismo,

Em visita a essa linda Maranhão especificamente a São Luís, ficamos muito entristecidas com a falta de cuidado com relação aos prédios, limpeza e higiene da cidade. Esperamos ao retornar e ao indicar a nossos colegas que o Centro Histórico mereça uma atenção da “nova” governadora, que é daqui e deveria ter interesse real na melhoria desse Maravilhoso Estado. Somos de São Paulo (SECRETARIA DE TURISMO, 2010, s/p).

De acordo com alguns comerciantes, está mais do que na hora de se introduzir mudanças conceituais, formais ou estruturais, para que o centro antigo tenha uma melhor infraestrutura. Portanto, pode-se apostar que a análise e compreensão do espaço para a sua real requalificação serão efetivadas se o poder público estiver presente e atuante, já que só ela tem a prerrogativa de impor políticas orientadoras voltadas para o planejamento e gestão das diferentes atividades e setores econômicos, inclusive do turismo.

Nesse caso, entende-se que a promoção da Praia Grande prepondera o idealismo e a utopia, estendendo o vasto domínio da técnica na produção de mensagens, imagens que penetram no campo da percepção e da inteligibilidade humana e que gozam de uma nova ordem cultural, caminhando para a construção do imaginário. E esse domínio vem refletindo na transformação, na forma de o indivíduo perceber a realidade que só é desmistificada à custa, na maioria das vezes, no consumo do produto turístico, gerando vários descontentamentos.

Infere-se que definir a Praia Grande como um padrão de premissas básicas, inventadas, descobertas ou desenvolvidas, as quais são utilizados para camuflar os problemas, quer em termos de estrutura, quer em termos de falta de gestão, não funciona suficientemente, na medida em que são denunciadas, seja por registros formais, ou mesmo via web por aqueles que se sentem lesados quando confrontam o que foi propalado com o vivenciado.

Conclusões

De acordo com as orientações no site do ministério do turismo, no item perguntas frequentes, as reclamações devem ser registradas junto à Secretaria de Turismo da UF correspondente, pois é o órgão responsável pela apuração de irregularidades na região e verificação de providências cabíveis. No caso do Centro Histórico de São Luís, qualquer intervenção impõe um modelo cooperativo, nas quais se ressalta a importância de todas as esferas (Municipal, Estadual e Federal) envolvidas compartilharem da concepção e dos mecanismos de gestão do Patrimônio Cultural da humanidade.

É importante ressaltar que, mediante entrevista com um funcionário da Secretaria de Turismo, não foram emitidos relatórios aos representantes da população, por meio dos Conselhos Municipais e Estaduais, com o objetivo de conscientizar sobre a situação tácita e explícita. Não obstante as especificidades, os registros fazem com que o debate acerca da função, dos resultados e da finalidade do turismo no centro antigo regiões esteja baseado em uma série de fatores que, se não considerados, implicará numa atribulada gestão do espaço urbano.

Isso não quer dizer que o livro de protocolo da Secretaria de Turismo do Estado do Maranhão substitui ou atua de forma concorrente com as estruturas já institucionalizadas para ouvir os turistas. Enfatiza-se, assim, que sua identidade é distinta, porém auxiliar e complementar, às prerrogativas do Ministério do Turismo, das instâncias municipal, estadual e federal. Dessa forma, por meio do protocolo podem ser identificados os pontos-problema, bem como captar as reais necessidades da Praia Grande, ou do Centro Histórico como um todo.

À medida que os turistas se manifestam, por meio de solicitações, reclamações, sugestões e denúncias, possibilitam um mapeamento pontual contendo a real situação do centro histórico. Portanto, o livro tem papel relevante na identificação das necessidades e demandas, tanto na dimensão coletiva, quanto na individual, transformando-as em suporte estratégico para a tomada de decisões no campo da gestão do espaço urbano.

Neste sentido, embora que o livro de protocolo se constitua uma forma de participação dos cidadãos, não implicou numa atitude responsável da prefeitura, já que o livro tem registrado todos os tipos de ocorrência e não são utilizados para tomadas de decisões no espaço urbano, que é competência do governo municipal. Percebe-se, então, na atual conjuntura, que o livro de reclamações não se constituiu um meio célere e eficaz no qual os responsáveis ajam quando, no âmbito da aquisição de bens de consumo ou da prestação de serviços, os turistas entendam que os seus direitos e as suas legítimas expectativas não foram devidamente atendidas.

É preciso atenção para não banalizar ou desmoralizar a função de um livro de protocolo, pois uma instituição só funciona bem se tiver credibilidade junto à população. Por isso, sugere-se que os responsáveis tomem providências cabíveis para que a Praia Grande não seja exposta negativamente pelos turistas nas suas redes de contato de forma pessoal ou via internet. No meio corporativo, fala-se na frase "um cliente insatisfeito passa a imagem negativa para 10 outros clientes". Ou, algo similar. Agora, quando custa um turista insatisfeito?

Toma-se como máxima que os registros já acumulados no protocolo no âmbito do patrimônio cultural sinalizam insatisfação que se bem utilizados poderiam compor um arcabouço de opiniões e as ideias geradas pelos usuários dos serviços turísticos para implantação de estratégias, trazendo para dentro das decisões da gestão a avaliação, mas por fim configura-se apenas como mais uma alegoria para impressionar o turista.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, M. **Não-Lugares**: Introdução a uma antropologia supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.
- BIANCHINI, F. The relationship between cultural resources and urban policies: issues from European debates. *In*: DODD, D.: VAN HEMEL, A M. **Planning cultural tourism in Europe**. Boekman Foundation, Amsterdam, 1999.
- BRASILVIAGEM. São Luís, disponível <http://www.brasilviagem.com/pntur/?CodAtr=3030> [Data de acesso 12.12. 2009].
- BUENO, F. S. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD: Lisa, 1996.
- CARVALHO, H. L. **Cartilha informativa: tombamento de bens culturais** - (Arquitetura e Urbanismo), IPHAN, 2008.
- CIDADES HISTÓRICAS BRASILEIRAS. São Luís. **Arquitetura**. Disponível em http://www.cidadeshistoricas.art.br/saoluis/sl_arg_p.php [Data de acesso: 13.10.2009].
- GOVERNO DO ESTADO. **Conjunto Arquitetônico**. Disponível: <http://governoma.blogspot.com.br/2011/01/conjunto-arquitetonico-de-sao-luis-e-um.html> [Data de acesso 12.01. 2011].
- HARVEY. D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- MARANHÃO. **Proposta do governo do estado do Maranhão para inclusão do centro histórico de São Luís na lista do patrimônio mundial da UNESCO**. (com apontamentos complementares), 2ª versão, São Luís, Maranhão, 1997.
- MARQUES, M. T. C. M. Condições de habitabilidade no centro histórico de São Luís-MA: Estudo das atividades comerciais e de serviços necessárias e das atividades incompatíveis. **Dissertação** de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- MEIRELES, M. M; TEIXEIRA, A. O. M. O projeto Praia Grande: Subsídios Históricos. *In*: UFMA-PREXAE, **Proposta para recuperação urbana da Praia Grande**. Universidade do Maranhão, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – São Luís, 1979.
- LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo, patrimônio cultural e sociedade de consumo. *In*: **Anais** do VI Encontro Nacional de Turismo Local, Campo Grande, nov/2002. BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Santa Maria da Feira, Relógio d'Água, 1991.
- PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE. **Centro Histórico: a Praia Grande**. Disponível: <http://www.patrimonioslz.com.br/pagina37.htm> [Data de acesso 12.12. 2009].
- PORTOS-MA. **Cidade Patrimônio da Humanidade**. Capital do estado do Maranhão São Luís, 398 anos de história. Disponível em <http://www.portosma.com.br/saoluis/index.php> [Data de acesso 12.12. 2009].
- OLIVEIRA, R.S. Análise das políticas do Estado sobre a preservação do patrimônio histórico e

cultural de São Luís. **Monografia** de Ciências Sociais UFMA, 1996.

REIS, R. J. Produção do espaço urbano da Praia Grande. **Monografia** do Curso de Geografia. Universidade Federal do Maranhão, 1990.

SÀNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó, Argos Ed. Universitária, 2003.

SÀNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Campinas, n.1,p.115- 132,1999.

SANTO, E.; MARCELO J. (Org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

SECRETARIA DE TURISMO. **Livro de Protocolo**. Secretaria de Turismo do Estado do Maranhão, 2010.

SILVA, G. P. De volta à Praia Grande: o “velho” centro com o “novo” discurso. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa em Políticas Públicas, 2010.

SOUSA, P. M. **O lamentável abandono do Centro Histórico de São Luís**. JP Turismo. a informação com destino certo. Disponível em: <http://cazombando.blogspot.com.br/2011/03/equipamentos-urbanos-do-centro.html> [Data de acesso: 18.11.2008].

STAMOU, A. G.; PARASKEVOPOULOS, S. **Images of nature by tourism and environmentalist discourses in visitors books**: a critical discourse analysis of ecotourism. London: Sage Publications, 2004. P. 105–129.

VAINER, C.B. Pátria, empresa, mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano". *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.B. e MARICATO, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, Vozes, 2000, p.11-74.2000a, p.75-103.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *In*: ARANTES, A. (org.). **O Espaço da diferença**. São Paulo: Papyrus Editora, 2000.

Notas

¹O mix de marketing, também conhecido como composto de marketing ou 4P's, é o conjunto de ferramentas que a empresa utiliza para perseguir seus objetivos de marketing no mercado-alvo. Os 4 “Ps” sugeridos por Philip Kotler são: Product (Produto); Price (Preço); Promotion (Promoção ou Divulgação) e Place (Distribuição).

²Avaliando todo o contexto de consumismo na sociedade atual, a divulgação torna-se elemento indissociável, sendo sua atuação fundamental para o funcionamento da engrenagem consumista. Mesmo, reconhecendo as diferenças conceituais, toma-se a palavra, promoção, propaganda, como a forma de tornar algo público, conhecido e desejável para a sociedade de consumo.

³A ferramenta do marketing, típica das empresas, teve crescente utilização nos planos de cidades, regiões, países, adquirindo diversas denominações (“place marketing”, “city marketing”, “marketing territorial”, “marketing urbano”, “marketing do lugar”, entre outras) quando se relacionam com a projeção desses espaços, a partir suas singularidades, vocação e especificidades, dentro de cenário de competitividade.

⁴O Centro Histórico de São Luís é composto por vários bairros e compreende o núcleo primitivo da cidade o bairro Praia Grande, onde estão localizados inúmeros imóveis considerados patrimônio cultural.

⁵Ao analisar a manifestação sensível da mercadoria, Haug (1997) aborda seu aspecto estético, pois é por meio dele que ocorre a fascinação, a sedução do indivíduo, mediante os sentidos. Assim, as formas estéticas, ao atingirem as sensações humanas, causam fascinação e ilusão, uma vez que ofereçam a satisfação buscada pela sua subjetividade (HAUG, 1997).

⁶Terreno alagadiço; pântano (BUENO, 1996).

⁷Ludovicense quer dizer natural de São Luís-MA.

⁸Os sobrados: edificações de até quatro pavimentos de uso misto. No térreo, funcionava o comércio e dependências de serviço; nos demais pavimentos, o uso era residencial. Apresentam sacadas em pedra de lioz, e outros balcões corridos em toda a extensão de abertura dos vãos, que são guarnecidos por gradis de ferro com desenhos variados. Um bom número dessas construções possui mirantes (pavimento que aproveita o desvão gerado pela inclinação de telhado (MARANHÃO, 1997).

⁹Segundo Carvalho (2008), o tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. (CARVALHO, 2008, p. 02).

¹⁰ De acordo com Marques (2002), o PRODETUR/NE, em sua primeira fase, foi implantado no Maranhão tardiamente em relação a outros estados da região, já que o contrato de financiamento foi assinado somente em fins de 1998, fazendo com que muitas das ações só fossem finalizadas a partir de 2001 e, muitas delas, alguns anos depois.

Georgia Patrícia da Silva: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

Email: geoufpe@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8762583706265854>

Elizabete Melo Nogueira: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

Email: betemnogueira@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7571793745280814>

Maria Neusa de Lima Pereira: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

Email: vivianuerj@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3057814874896619>

Data de submissão: 31 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 17 de agosto de 2012

Data do aceite: 17 de agosto de 2012

Avaliado anonimamente



Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos-chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade

Community Based Tourism (CBT): key elements to assess its performance in the perspective of sustainability

**Nathália Hallack Fabrino, Helena Araújo Costa,
Elimar Pinheiro do Nascimento**

RESUMO

O turismo de base comunitária (TBC) representa uma proposta de desenvolvimento apoiada na conservação ambiental, na valorização da identidade cultural e na geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras. O presente trabalho, por sua vez, tem como objetivo realizar uma revisão do arcabouço teórico do TBC para, então, identificar os elementos-chaves de sua conceituação. A partir da compilação conceitual realizada, foram identificados componentes recorrentes no entendimento do TBC, sob a ótica de diversos atores a ele relacionados: academia, governo, ONGs etc. A análise destes componentes possibilitou o delineamento de 6 elementos-chaves (dominialidade, interculturalidade, organização social, repartição de benefícios, integração econômica e gestão do bem comum) a serem considerados como base para a construção futura de indicadores capazes de aferir, à luz da sustentabilidade, o desempenho de iniciativas de TBC.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Base Comunitária; Sustentabilidade; Desempenho.

ABSTRACT

Community based tourism (CBT) configures a development proposal based on environmental conservation, cultural identity and direct benefit and income flows to locals. This paper aims to conduct a theoretical review of the CBT in order to identify key elements of its different definitions. From the resulted compilation it became possible to identify recurrent components amongst the various understandings from different authors related to it: academia, government, NGOs etc. The identification of these components resulted on the election of 6 key elements, namely: control/property, interculturality, social organization, benefit sharing, economic integration and management of the commons, to be considered within the construction of performance indicators for CBT initiatives from a sustainability point of view.

KEYWORDS: Tourism; Community Based; Sustainability; Performance.

Introdução

A reflexão sobre o turismo de base comunitária (TBC) no Brasil, durante muitos anos, trouxe consigo um sentido marginal, periférico, distante da realidade e das tendências políticas públicas nacionais e internacionais. Neste período, poucos profissionais mergulharam no campo de investigação do TBC. Tal realidade perdurou até meados da década de 1990, quando um movimento de pesquisadores de diferentes inserções do país levou essa discussão para o Encontro de Turismo de Base Local (ENTBL). O encontro demonstrou a demanda por fóruns desta natureza e viabilizou a consolidação de redes não formais de pesquisas. O engajamento de pesquisadores em torno do TBC possibilitou o desenvolvimento de pesquisas, projetos e publicações sobre a temática. Esta produção acadêmica, no entanto, permaneceu nos “bastidores” até recentemente (IRVING, 2009).

Para Irving (2009), um novo olhar sob o TBC ocorre a partir da convergência de uma série de fatores surgidos em âmbito nacional e internacional, a saber: (i) a interpretação política do turismo como uma alternativa para a inclusão social; (ii) o fortalecimento de temas como a participação social e a governança democrática; (iii) o reconhecimento do capital social e o compromisso de envolver os atores sociais nas ações empreendidas por projetos internacionais; (iv) a inclusão do turismo nas pautas de ONGs de alcance internacional, associado a temáticas sociais e ambientais; (v) a mudança sutil no perfil dos turistas, agora mais comprometidos com a responsabilidade social e ambiental, (vi) a exigência de novas demandas na seara do planejamento, fruto da constatação de que o desenvolvimento do turismo, por vezes, não favorece as populações locais, contribuindo para a exclusão social; (vii) a emergência dos debates sobre o “turismo e sustentabilidade”. Neste sentido, o turismo comunitário, orbitando em torno de tais princípios e compromissos, migra da periferia para o centro das discussões, rompendo as barreiras acadêmicas e penetrando no universo político e publicitário.

O lançamento do Edital 01/2008 pelo Ministério do Turismo (Mtur), voltado para o financiamento específico do turismo comunitário, reflete as ações do poder público federal no apoio de um outro modelo de turismo. A chamada contou com a inscrição de quinhentas propostas de todo Brasil, das quais cinquenta foram selecionadas. Segundo o Mtur (2010), a decisão de apoiar o TBC considerou, pelo lado da oferta, a expansão da gestão da atividade turística sob responsabilidade das comunidades locais, aliado a indicadores que apontam o sucesso de algumas destas experiências. Do ponto de vista da demanda, pesquisas nacionais e internacionais demonstram o interesse crescente dos turistas pela vivência de experiências com culturas diferentes e ambientes preservados, revelando a potencialidade das iniciativas de turismo comunitário no Brasil.

Este trabalho consiste no primeiro passo de uma proposta de pesquisa mais ampla, que tem como objetivo final a construção e aplicação de um instrumento de avaliação capaz de aferir, pela ótica da sustentabilidade, o desempenho de iniciativas de TBC no Brasil. A noção de sustentabilidade, neste caso, é baseada na “gênese” do turismo comunitário, ou seja, nas suas premissas e princípios.

O TBC coaduna com as perspectivas do turismo sustentável, sendo sua construção baseada em princípios e valores éticos. No entanto, embora se reconheça que o turismo comunitário nasce de um ideário diferenciado de desenvolvimento turístico, parte-se

do pressuposto que isto *per si* não o torna sustentável. Comumente nos apropriamos do discurso da sustentabilidade com base em julgamentos subjetivos, sem referência a padrões ou critérios específicos.

Clarke (1997) ressalta que o turismo sustentável não é uma característica inerente a qualquer forma ou situação já existente, e sim um objetivo que todas as iniciativas devem se esforçar para alcançar. O autor combate o excesso de rótulos que, por sua vez, estabelecem uma relação simbiótica entre a sustentabilidade e algumas práticas de turismo associadas, muitas vezes, a pequena escala - "*small was synonymous with sustainable*" (p.226). Neste sentido, defende que o turismo sustentável deve ser interpretado com uma meta para realização e não uma característica inerente a uma determinada prática.

Este artigo, por sua vez, pretende identificar componentes do TBC presentes em seu arcabouço conceitual para, então, propor um conjunto de elementos chaves a serem futuramente detalhados em indicadores.

TBC: definições, premissas, princípios

Ainda que não haja uma definição amplamente aceita do TBC, as perspectivas teóricas sobre o tema apresentam similaridade de princípios e abrangem dimensões antropológicas, sociológicas, econômicas, políticas, históricas, psicológicas e ambientais. Embora estas iniciativas se apresentem de inúmeras formas, considerando a diversidade e a complexidade das realidades locais, percebe-se, como um elemento comum, a interpretação da comunidade como sujeito de seu próprio avanço, participando da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo. Segundo o LTDS (2011, p. 07),

a extensão geográfica e a diversidade de experiências encontradas no país também colaboram para a amplitude conceitual do TBC uma vez que este é usado para tratar de contextos tão diversos e diferentes quanto comunidades urbanas e rurais, podendo estar referido às populações tradicionais ou a amálgamas sociais compostas pelos movimentos migratórios e processos de exclusão socioeconômicos, entre outros.

Esta falta de consenso em termos conceituais do turismo comunitário, para o Mtur (2010), resulta da heterogeneidade das experiências, da origem do território e da perspectiva política da organização não governamental, responsável por organizar e viabilizar a experiência. Todavia, o Mtur traça como princípios comuns entre as diversas definições: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Na tentativa de ilustrar esta amplitude conceitual, o Quadro 1 reúne algumas terminologias, e seus respectivos conceitos, adotados por diferentes segmentos: algumas experiências emblemáticas nacionais, antes da academia, Ong, governo, redes de TBC etc.

Quadro 1: Compilação de conceitos de TBC de acordo com a visão de diversos segmentos.
Table 1: Compilation concepts CBT according to the vision of various segments.

Segmento	Instituição/iniciativa/autor	Terminologia	Definição
ONG	WWF - World Wild Life Found	Ecoturismo Comunitário	"Este es un tipo de ecoturismo en el que la comunidad local tiene un control sustancial de, y participa en, su desarrollo y manejo, y una importante proporción de los beneficios se quedan en la comunidad." (WWF-International, 2001, p. 2).
	Projeto Bagagem	Turismo Comunitário	"Turismo comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza." (http://www.projetobagagem.org)
	Projeto Saúde e Alegria	Ecoturismo de Base Comunitária	"Baseado nos princípios da economia solidária, o turismo de base comunitária se apresenta como alternativa aos projetos de turismo convencional, como uma oportunidade importante de atividade integrada à valorização de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais e da promoção da interculturalidade." (http://www.saudeealegria.org.br)
Experiências	Fazenda Modelo Quilombo D'Oiti	Turismo Étnico de Base Comunitária	"O TBC configura um modelo de desenvolvimento alicerçado em princípios democráticos cuja participação de membros da comunidade predomina em todo processo decisório. Esse modelo de turismo trabalha por harmonizar objetivos ambientais, culturais, sociais e econômicos gerando roteiros de baixo impacto e garantindo que a atividade turística seja um fortalecedor de ancestralidade. O Turismo Comunitário preza pela troca de conhecimentos e experiências, redirecionando a atividade para a perspectiva de compartilhamento de saberes, de histórias de vidas e de comunidades." (http://www.turismoafro.com.br)
	Praia do Canto Verde	Turismo Comunitário	"Turismo Comunitário é uma oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a co-gestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território." (http://praihadocantoverde.org)
	TUCUM - Rede Cearense de Turismo Comunitário	Turismo de Base Comunitária	"O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária." (apud SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 147)
Redes	TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Comunitário	Turismo Comunitário	"Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes." (apud SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 147)

Continua...

...Continuação.

Segmento	Instituição/iniciativa/autor	Terminologia	Definição
Associação e Federação	ACTUAR - Asociación Costarricense de Turismo Rural Comunitario	Turismo Rural Comunitario	"El turismo rural comunitario se compone de experiencias turísticas planificadas e integradas sosteniblemente al medio rural y desarrolladas por los pobladores locales organizados para beneficio de la comunidad." (http://www.actuarcostarica.com)
	FEPTCE - Federación Plurinacional de Turismo Comunitario del Ecuador	Turismo Comunitario	"Es la relación de la comunidad con los visitantes desde una perspectiva intercultural en el desarrollo de viajes organizados, con la participación consensuada de sus miembros, garantizando el manejo adecuado de los recursos naturales, la valoración de sus Patrimonios, los derechos culturales y territoriales de las Nacionalidades y Pueblos, para la distribución equitativa de los beneficios generados"
Governo	Ministério do Turismo (Mtur-Brasil)	Turismo de Base Comunitária	"Busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística." (2008,p.01)
	Governo Boliviano	Turismo de Base Comunitária	"Es un modelo alternativo de gestión turística, endógena y autónoma, manejado por las organizaciones comunitarias rurales-indígenas y urbanas, en el marco de la diversificación económica de sus sistemas productivos y la administración integral del desarrollo en sus territorios originarios." (apud SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 146)
Academia	Maldonado	Turismo Comunitario	"Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida." (2009,p.31)
	Coriolano	Turismo Comunitario	"O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo." (2009, p.282)
	Sampaio et al.	Turismo comunitário, solidário e sustentável	"Apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioproductivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços." (2011, p. 27)

Fonte: organizado pelos autores.
Source: organized by the authors.

Com relação às terminologias apresentadas, nota-se o TBC associado a alguns segmentos do turismo – ecoturismo, turismo rural, turismo étnico. Todavia, é importante ressaltar que o turismo comunitário não representa mais um segmento de mercado, e sim uma proposta de desenvolvimento para o turismo, apoiado em bases endógenas, que pode ser aplicada para diversos segmentos.

A partir deste conjunto de conceitos apresentado no Quadro 01, é possível analisar os componentes comuns que estão presentes na concepção do TBC, conforme o Quadro 2 (pg. 552).

O quadro permite visualizar que o componente mais recorrente na conceituação do TBC, em todos os segmentos, é a noção de organização, gestão e participação comunitária. O componente 01 (Organização/ controle gestão/ participação comunitária) foi citado em praticamente todas as definições, já que o protagonismo da comunidade é o elemento fundamental do turismo comunitário. Parte-se da premissa que os atores sociais comunitários participam de todas as etapas de planejamento e implementação dos projetos. Os atores externos funcionam como indutores do processo, atuando a partir de motivações endógenas. A participação da comunidade e autonomia no processo de decisão, na prática, deve ser analisada de duas perspectivas: interna-externa (o grau de autonomia entre a comunidade com relação ao agente externo) e somente interna (o grau de participação entre os membros da própria comunidade). Esse grau de participação e autonomia não é padrão e pode ocorrer de diferentes formas e intensidades.

Em seguida, a forte presença das dimensões ambiental e cultural ressalta o valor dado pelo TBC às interações entre sociedade e ambiente. Estes componentes, 03 e 04, são os elementos sustentadores da proposta do TBC, ressaltando que os atrativos, serviços e produtos oferecidos estão intimamente associados à relação da comunidade com os seus recursos naturais, suas atividades tradicionais e seus modos de vida. Sampaio *et al.* (2011), por exemplo, interpretam o TBC como uma proposta institucional que conserva os modos de vida tradicionais e preserva a biodiversidade local. Alinhado a isso, outro ponto destacado em algumas definições relaciona-se com a prática da interculturalidade (componente 07). O TBC parte do princípio de uma relação horizontal entre “quem recebe” e “quem visita”, onde o diálogo, a troca e o compartilhamento de vivências são a base desse “encontro”.

Ademais, permeando fortemente a noção do TBC está a geração e distribuição de benefícios (componente 2), o que carrega em si a concepção de inclusão e distribuição de ganhos advindos da atividade turística empreendida de modo comunitário.

Também é possível verificar que as questões econômicas estão menos presentes, como que relegadas a um plano secundário, nestas atividades. Nota-se que os aspectos de integração econômica e economia solidária (componentes 5 e 6) são os menos citados nos conceitos, a despeito do fato de um dos princípios do TBC ser a integração do turismo na dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais. O desenvolvimento do turismo no âmbito de um arranjo socioproductivo encontra condições favoráveis, se valendo de sinergias pré-existentes. Tendo

Quadro 2: Componentes evidenciados nos conceitos de TBC.
Table 2: Components highlighted the concepts of CTB.

Segmento	ONG			Experiência		Rede		Associação e Federação		Setor Público		Academia		
	WWF	Bagagem	Saúde e Alegria	Quilombo D'Oiti	Canto Verde	TUCUM	TURISOL	ACTUAR	FEPTCE	MTur	Gov. Boliviano	Maldonado	Coriolano	Sampaio
Componentes														
1- Organização/ controle/gestão/ participação comunitária														
2- Geração, distribuição de benefícios para a comunidade														
3- Valorização do modo de vida/cultura local														
4- Incorporação da dimensão ambiental														
5- Economia solidária														
6- Integração econômica														
7- Interculturalidade														

Fonte: organizado pelos autores.
 Source: organized by the authors

como premissa a integração com as demais atividades econômicas de uma dada localidade, o turismo comunitário acaba por propiciar o fortalecimento de atividades tradicionais - pois estas se tornam seus principais atrativos. Estabelece-se, assim, uma relação interdependente que se alimenta positivamente nas duas direções: o turismo encontra nas atividades tradicionais os elementos fundamentais que alicerçam seu desenvolvimento; e as atividades econômicas tradicionais, por sua vez, encontram nas instituições engendradas no turismo um meio para fortalecer as suas próprias práticas, técnicas e modos.

Outros autores, embora não apresentem uma definição fechada para o TBC, discutem em seus trabalhos os princípios, premissas, objetivos e componentes desta proposta. Na definição de Hiwasaki (2006), o turismo comunitário se traduz em quatro objetivos: (i) qualificação e posse, refere-se à participação da comunidade no planejamento e gestão do turismo; (ii) conservação dos recursos, ou seja, o turismo deve impactar positivamente na conservação dos recursos naturais e/ou culturais; (iii) desenvolvimento econômico e social, concerne na geração de benefícios econômicos e sociais para a comunidade local; (iv) qualidade na experiência do visitante, foca no compromisso de assegurar ao visitante uma experiência de qualidade e comprometida com a reponsabilidade social e ambiental.

Segundo Sansolo e Bursztyn (2009), a conservação ambiental, valorização da identidade cultural e geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras são os componentes sustentadores desta proposta de turismo. Para os autores, o turismo comunitário não representa apenas mais um segmento do mercado, e sim a possibilidade de um novo paradigma para o turismo. O potencial da atividade não se restringe aos benefícios econômicos, pois contribui para o processo de revalorização da identidade cultural e para a manutenção do modo de vida das populações tradicionais.

Bursztyn *et al.* (2009, p. 86) destacam que o turismo de base comunitária se contrapõe ao turismo massificado, “*requerendo menor densidade de infra-estrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar*”. E, reforçam, ainda, como característica central do TBC a estruturação e o estabelecimento de uma relação dialogal entre visitantes e visitados. “*Nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista*” (*Ibid*).

Irving (2009), por sua vez, defende que o desenvolvimento do turismo comunitário só poderá ocorrer se os protagonistas dos destinos forem sujeitos e não objetos do processo. Na tentativa de se delinear uma conceituação para o turismo comunitário, a autora apresenta algumas premissas que emergem como elementos centrais desta atividade:

(i) *Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local*. O turismo comunitário resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico e que estabelecem com este território uma relação cotidiana de dependência material e simbólica. O protagonismo social - resultante do sentimento de pertencimento e do

poder de influência sobre o processo de decisão - assume uma condição essencial para este tipo de turismo.

(ii) *Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos.* Quanto maior o envolvimento local e as estratégias de participação social no planejamento e implementação dos projetos, mais evidentes são os níveis de protagonismo social e a sustentabilidade das iniciativas.

(iii) *Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados.* Parte-se da premissa que o turismo comunitário se desenvolva em escala limitada, definida a partir dos recursos locais. O processo de planejamento deve assegurar a “qualidade” ambiental e social do destino.

(iv) *Geração de benefícios diretos à população local.* Tais iniciativas devem assegurar que os recursos advindos do turismo sejam reaplicados em projetos de melhoria de qualidade de vida da própria população.

(v) *Afirmação cultural e interculturalidade.* A valorização da cultura assume importância não como à configuração de um “produto”, mas com o objetivo de afirmação de identidade e pertencimento. O intercâmbio de “quem está” e “quem vem” propicia a relação local-global e a prática da interculturalidade.

(vi) *O “encontro” como condição essencial.* O “encontro” entre identidades assume o sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua. Neste sentido, atores locais e turistas são, simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos do processo, estabelecendo uma relação de troca, interação, descoberta e retroalimentação.

O TBC integra atividades econômicas de serviços de hospedagem, alimentação e lazer que, a priori, não o diferencia dos demais segmentos turísticos. Seu diferencial recai justamente no entendimento da atividade turística como um subsistema interconectado com outros subsistemas, como educação, saúde e meio ambiente. Neste sentido, o turismo comunitário não se centra somente na atividade turística, representando uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável que abrange diversas dimensões - política, cultural, econômica, humana - da vida em sociedade (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009).

A reflexão entre as práticas turísticas, em um primeiro momento, nos conduz ao confronto de duas realidades distintas: de um lado, os megaempreendimentos autárquicos, isolados e sem relações vinculantes com as comunidades do território onde estão situados; de outro, os empreendimentos de base comunitária, com sua proposta de reverter os benefícios advindos da atividade turística para as comunidades situacionalmente afetadas. A realidade, entretanto, não é composta apenas por duas cores, e sim de uma policromia e tons variados (BURSZTYN *et al.*, 2009).

Reconhecer o valor das experiências do turismo comunitário não deve ser confundido como uma simples apologia aos empreendimentos de pequena escala. Na tentativa de não cair na vala comum do reducionismo e superficialidade analítica, Bursztyn *et al.* (2009) tecem algumas considerações: (i) As experiências de TBC bem

sucedidas não podem ser interpretadas como passíveis de reaplicação em outras localidades e contextos. Tal atitude faria do desenvolvimento situado um objeto de reprodução seriada, ou seja, uma contradição nos próprios termos da questão. (ii) O TBC deve ser encarado em uma perspectiva *possibilista* e não determinista e prescritiva para o desenvolvimento situado e o turismo. Não podemos interpretá-lo como um modelo estanque, com uma configuração fixa e capaz de atender toda e qualquer realidade. (iii) Deve-se, ainda, reconhecer que iniciativas de TBC não estão isentas de influências externas, divergências internas e conflitos de interesse.

TBC no contexto brasileiro

Uma pesquisa coordenada por Sansolo e Bursztyn (2009), com 25 representantes de iniciativas brasileiras de turismo de base comunitária, realizada em maio de 2008, durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, possibilitou o levantamento e sistematização de algumas informações acerca do desenvolvimento do TBC no Brasil. A maior parte das experiências localiza-se na região nordeste do Brasil, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Destacam-se, a seguir, alguns resultados do universo pesquisado:

- O TBC ocorre em pequenas comunidades, assentadas em povoados, aldeias e vilas. Não há referência, nos casos analisados, de experiências envolvendo um município como um todo;
- 80% das iniciativas ocorrem nas proximidades, no interior ou contêm áreas protegidas, seja em Unidades de Conservação de Proteção Integral ou de Uso Sustentável e Áreas de Preservação Permanente (APP);
- As experiências apresentam uma diversidade de atrativos naturais, culturais e convencionais. A água destaca-se como um grande atrativo. A balneabilidade de rios e praias, entretanto, pode ser comprometida. Dados apontam que em 2003 apenas 62,9% da população nordestina foi atendida por abastecimento de água tratada, e somente 34,6% do esgoto gerado na região é tratado. Tal realidade demonstra que a necessidade de investimento em infraestrutura básica é urgente;
- Ao contrário do turismo convencional, e sua produção de espaços segregados para o turista e para os moradores, a essência do TBC se expressa no território. No turismo comunitário não há sobreposição de territorialidades, turista e comunidade dividem o mesmo lugar, e este representa um espaço de encontro e convivencialidade;
- Em grande parte das iniciativas, as comunidades contaram com apoio externo, normalmente de ONGs e universidades, para a realização do planejamento, estruturação e operação do turismo. Por meio de suporte técnico e apoio financeiro, ONGs nacionais e internacionais assumem um papel fundamental na inserção das comunidades na prática do turismo;
- As formas de propriedade e modo de gestão dos empreendimentos são varia-

das. Inclui os empreendimentos comunitários geridos por cooperativa e a organização familiar;

- Todas as iniciativas apresentaram “atividades de planejamento” do turismo de base comunitária. A frequência das reuniões, entretanto, varia de encontros semanais até anuais. O formato dos encontros é diverso, em alguns casos envolvem apenas as lideranças formais, em outros, o processo é mais aberto, contando com a participação de lideranças informais, membros da comunidade e até pessoas externas à localidade;
- Em nenhum dos casos o turismo é a única atividade e, muitas vezes, nem a mais importante enquanto atividade econômica. No entanto, o turismo tem representado um apoio ao fortalecimento da autoestima dessas comunidades e um meio de apoio às suas lutas.

No contexto das experiências brasileiras, dois elementos comuns tem se destacado como base nas iniciativas de relativo sucesso. Por um lado, o forte componente de uma afirmação identitária de comunidades enraizadas em sítios simbólicos de pertencimento, e, por outro, o movimento de ativa resistência contra as mais usuais formas de desenvolvimento do turismo (BURSZTYN *et al.*, 2009). Outro elemento marcante refere-se ao caráter da solidariedade. A solidariedade está expressa não apenas dentro da comunidade, por meio da organização de empreendimentos coletivos, mas também entre diferentes iniciativas, que se organizam em redes para se ajudarem mutuamente (LTDS, 2011).

O comprometimento ativo de atores locais também representa uma característica comum nas iniciativas de base comunitária. Em muitos casos, o TBC surge em um contexto onde as comunidades já estão mobilizadas em outras frentes de resistência, como na luta pela posse da terra e pelo direito ao uso sustentável dos recursos naturais. No litoral cearense, por exemplo, a problemática do uso da terra é fundamental para se compreender o processo de formação do TBC - a luta pelo território é o ponto de partida para a organização comunitária. Neste sentido, o turismo comunitário acaba por representar “um meio a mais” - dando voz, força e capacidade articuladora, inclusive com agentes externos, para estas lutas. É como ressalta Bartholo (2009, p.51), “*o turismo não é afirmado como elemento identitário no movimento de resistência das comunidades, e sim um meio para dar visibilidade aos conflitos dos modos de vida tradicionais com a chegada da modernidade*”.

A mobilização das comunidades, em torno de um interesse comum, fornece a base para uma coesão fortalecedora do sentido de comunidade. Segundo Jeffrey Weeks (*apud* Bauman, 2003, p.91), “*o mais forte sentido de comunidade costuma vir dos grupos que percebem as premissas de sua existência coletiva ameaçadas e por isso constroem uma comunidade de identidade que lhes dá uma sensação de resistência e poder (...)*”.

Essa face ideológica e militante do TBC é confirmada por Sansolo e Bursztyn

(2009) em suas averiguações empíricas. Segundo os autores, as iniciativas de turismo comunitário têm em comum as lutas sociais, como a conservação dos recursos naturais - base da subsistência de diversas comunidades - a luta pela terra, pelo direito à memória cultural e por uma educação digna.

Elementos chaves do TBC: base para um sistema de indicadores de desempenho na perspectiva da sustentabilidade

Embora se reconheça que as iniciativas de TBC, dentro de um espectro micro, apresentem características peculiares, considera-se relevante delinear os elementos que podem ser vistos por uma ótica comum em um aspecto macro. Os elementos chaves, aqui propostos, servirão como base para a construção de um instrumento de avaliação de desempenho das experiências de TBC. Tendo em vista a revisão conceitual realizada, emergem os seguintes elementos a serem considerados:

- **Dominialidade:** refere-se ao grau de domínio da comunidade sobre os aspectos de organização, controle, propriedade e gestão da atividade turística;
- **Interculturalidade:** relaciona-se com o intercâmbio cultural e a troca de referências e experiências estabelecidas entre os turistas e a comunidade local;
- **Organização Social:** almeja identificar o modelo e processo de gestão comunitária consolidada em torno do TBC, além de sua interação com o ambiente externo, por meio da participação em redes, comitês, conselhos etc.;
- **Repartição de benefícios:** refere-se à existência de mecanismos de distribuição de renda e de investimentos, de modo incluyente, em projetos beneficiando a comunidade resultante da atividade turística;
- **Integração econômica:** evidencia a integração do turismo com as atividades econômicas tradicionais, identificando os novos arranjos produtivos locais surgidos a partir do seu advento;
- **Gestão dos bens comuns:** relaciona-se com as instituições internas e articulações externas promovidas pelas iniciativas comunitárias na gestão e salvaguarda dos bens comuns. Ressalta-se que as experiências de TBC são reconhecidas pela alta capacidade de manejo e defesa dos recursos naturais;

Conclusão

Este artigo buscou propor um conjunto de elementos chaves do TBC a serem utilizados, futuramente, como base para a construção de indicadores para aferição do desempenho de experiências de TBC dentro da perspectiva da sustentabilidade. Isso foi realizado a partir de uma extensa revisão da literatura acerca do tema, ampliando o espectro para noções advindas da academia, de entes governamentais, de terceiro setor e de experiências concretas e emblemáticas de TBC.

Foi possível evidenciar que o componente da organização social é o mais evidente nas conceituações, sendo o mais recorrente naquelas analisadas. O fundamen-

to do protagonismo das comunidades na gestão do turismo é o pilar mais forte do TBC. Segue-se a ele a noção de integração de aspectos ambientais e culturais à oferta turística e a resignificação dos encontros e das trocas entre turistas e comunidade receptora. Também com relevância, surge a necessidade de repartição de benefícios entre os membros do grupo. E, com menos ênfase, quase que em um plano secundário, emergem aspectos econômicos e comerciais.

A partir desta análise, 6 foram os elementos chaves selecionados para compor a matriz preliminar que será detalhada em indicadores de desempenho para o TBC: dominialidade, interculturalidade, organização social, repartição de benefícios, integração econômica e gestão do bem comum.

A inovação da abordagem aqui proposta, enraizada e nascida a partir dos conceitos de TBC, está na proposição de elementos chaves ligados às noções inerentes ao TBC, em lugar de importar critérios de outros tipos de iniciativa para avaliá-lo.

Como próximos passos estão previstos: a participação de especialistas na validação dos elementos e no detalhamento dos indicadores, a aplicação piloto de avaliações *in loco*, a revisão das avaliações por especialistas a fim de atribuir pesos aos indicadores para a composição final do sistema de indicadores, e quiçá um índice de desempenho do TBC, à luz da sustentabilidade.

Referências bibliográficas

BARTHOLLO, R. "Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária", in: BARTHOLLO, R., SANSOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro (RJ): Letra e Imagem, 2009. p. 45 - 54.

BAUMAN, Z. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília, Ministério do Turismo, 2010.

BURSZTYN, I.; BARTHOLLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLLO, R., SANSOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.76-91.

CLARKE, J. A. Framework of Approaches to Sustainable Tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v.5, n.3, 1997. p. 224 - 233.

HIWASAKI, L. Community-based tourism: A pathway to sustainability for Japan`s protected areas. **Society and Natural Resources**, vol. 19, 2006. p. 133 -143.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível? In: BARTHOLLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108 - 119.

LTDS, Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. **Relatório Técnico: Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária.** Rio de Janeiro, PEP, COPPE/UFRJ, 2011.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. *In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25 - 44.*

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** Vol. 3, nº. 1, 2009. p. 4-24.

SAMPAIO, C. A. C. LESAMA, M.F. ; ARAUJO, J.R. ; OYARZÚN, E.M. Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. *In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática.** Blumenau: Edifurb, 2011. p. 23 - 30.*

SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. *In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142 - 161.*

WWF-INTERNACIONAL. **Guidelines for community-based ecotourism development.** Disponível em: <http://www.panda.org/downloads/policy/guidelinesen.pdf>. Julho de 2001. Acesso em 20/05/10.

Nathália Hallack Fabrino: CDS - Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Email: nathaliahf@ig.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7727933058081167>

Helena Araújo Costa: Dep. Administração, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Email: helenacosta@unb.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4746934995834841>

Elimar Pinheiro do Nascimento: CDS - Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Email: elimarcds@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5290901839648752>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 17 de agosto de 2012

Data do aceite: 17 de agosto de 2012

Avaliado anonimamente



Apontamentos históricos sobre o Turismo Social¹

Historical notes on Social Tourism

Bernardo Lazary Cheibub

RESUMO

Este artigo é fruto de uma investigação em andamento, desde 2011, acerca da origem, constituição e implementação da ideia de turismo social no Serviço Social do Comércio (Sesc), examinando as circunstâncias em que o lazer e o turismo tornam-se relevantes nas suas políticas. Procuramos entender as metamorfoses e readequações que nortearam as ações da Instituição, e como as modificações no conceito de turismo social no Brasil e no mundo vêm dialogando com suas diretrizes, posturas e intenções. Mapeamos e analisamos a produção acadêmica, sobretudo brasileira, que de forma central ou tangencial, abordou a temática. Foram realizadas quatro entrevistas, com profissionais responsáveis pelos setores de pesquisa e documentação das administrações regionais do Sesc do Rio de Janeiro e de São Paulo – duas regionais atuantes e “atentas” às ideias e mudanças envolvendo o turismo social no mundo e representativas na história do turismo social no país – e com profissionais do setor de Turismo Social do Departamento Nacional, que compõem uma equipe responsável pelas diretrizes nacionais do Sesc. Foram feitas algumas visitas à Biblioteca do Sesc Nacional, um dos poucos lugares que congrega documentos importantes relacionados à história do Turismo Social na Instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Social; História; Sesc.

ABSTRACT

This article is a result of an investigation in progress, since 2011, regarding the origin, constitution and implementation of the idea of social tourism at Social Service of Commerce (Sesc), examining the circumstances in which leisure and tourism become relevant to its policies. We try to comprehend the changes and readjustments that guided the institution's actions, and how the modifications in the concept of social tourism have been interacting with Sesc's guidelines, postures and intentions. We have mapped and analyzed the academic production, particularly Brazilian, which, in different manners, has addressed the theme. Four interviews were performed, with the professionals responsible for the sectors of research and documents of the regional administration at the Sesc of Rio de Janeiro and São Paulo – the two regional offices that are actively and “attentively” involved with the ideas and changes related to the social tourism in the world and present in the history of the social tourism in the country – and with the professionals of the Social Tourism sector's of the Sesc National Department, whom integrates a team responsible for the nationals guidelines of the Sesc. Some visits were made to the Library of Sesc National Department, one of the few places that keep relevant documents related with the history of Social Tourism in Institution.

KEYWORDS: Social Tourism; History; Sesc.

Introdução

Nos últimos anos o turismo vem, inegavelmente, se submetendo a um progressivo processo de expansão no Brasil e no mundo. Nesse quadro de crescimento, um dos principais desafios é promover a distribuição equitativa das oportunidades que insurgem engendradas pela atividade turística. Questões econômicas, sociais, espaciais, políticas, culturais e físicas constituem algumas das barreiras que restringem a fruição do turismo enquanto possibilidade de lazer para a população de um modo geral. O turismo social surgiu como uma proposta de democratizar a experiência turística a estes indivíduos ou grupos com alguma limitação ou dificuldade de acesso. O Ministério do Turismo do Brasil caminha conceitualmente neste sentido, concebendo-o como a “forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (MTUR, s.d). Já o Comitê Econômico e Social Europeu o define explicitamente como um direito:

Todo mundo tem o direito de descansar diariamente, semanalmente e anualmente, bem como o direito ao tempo de lazer que lhes permite desenvolver todos os aspectos da sua personalidade e sua integração social. Claramente, todos podem exercer este direito ao desenvolvimento pessoal. O direito ao turismo é uma expressão concreta desse direito geral, e o turismo social é impulsionado pelo desejo de garantir que ele seja universalmente acessível na prática (EESC, 2006, p.68).

Nesse cenário, iniciativas que pretendam democratizar as oportunidades de acesso a essas formas particulares de fruição do lazer, tal como o turismo, devem ser analisadas de maneira crítica. Considerando-se o lazer como um *direito social*, suas configurações não deveriam representar nenhum tipo de privilégio. Mas infelizmente não é exatamente assim que as coisas vêm se encaminhando. Sobretudo se pensarmos que, em geral, as ações governamentais brasileiras nesse setor são escassas e, quando existem, ineficientes do ponto de vista social. O Ministério do Turismo, por exemplo, tem liberado recentemente uma considerável quantidade de recursos para a organização do turismo no Brasil, mas a forma de endereçamento dessas iniciativas visa sempre associações empresariais ou outros segmentos patronais. A população menos favorecida, que é quem deveria usufruir das benesses do crescimento dessa economia, bem como das ações públicas para com ele, se veem à margem de todo o processo, participando, quando muito, como coadjuvantes ou mão de obra precarizada.

Nas palavras de Robert Ezra Park, um dos principais pensadores da escola de Chicago: “[...] em sociedade vivemos não apenas juntos, mas ao mesmo tempo vivemos separados, e as relações humanas sempre podem ser consideradas, com maior ou menor precisão, em termos de distância” (1925, p.4). Será que as ações envolvendo o turismo social tem conseguido minimizar a má distribuição exposta, diminuindo principalmente o distanciamento social colocado por Park? Será este o real intuito destas ações?

Na minha dissertação de mestrado² tangenciei essas questões ao analisar as mediações existentes no projeto Turismo Jovem Cidadão (TJC), iniciativa subsidiada pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) do Rio de Janeiro, que intenta proporcionar a jovens de comunidades de baixa renda visitas a pontos turísticos e equipamentos de lazer e cultura da cidade, notadamente uma experiência inserida na perspectiva do turismo social.

Em razão do objetivo do trabalho, não couberam na pesquisa de mestrado questionamentos a respeito das intencionalidades do Sesc enquanto instituição ou de seu desempenho geral na área de Turismo. Neste trabalho tentarei ampliar as reflexões para uma dimensão longitudinal por meio de uma pesquisa historiográfica.

O recorte cronológico abarca desde a criação ou primeiro ato do Sesc relacionado ao turismo social até as ações contemporâneas. Apesar do extenso período a ser estudado, as análises focam uma experiência específica, sem deixar de contextualizá-la as outras ações da Entidade e ao turismo social desenvolvido fora do Sesc. Até o momento foram realizadas quatro entrevistas, com profissionais responsáveis pelos setores de pesquisa e documentação das administrações regionais do Sesc do Rio de Janeiro e de São Paulo – duas regionais atuantes e “atentas” às ideias e mudanças envolvendo o turismo social no mundo e representativas na história da Instituição e na história do turismo social no Brasil - e com profissionais do setor de Turismo Social do Sesc Nacional, que compõem uma equipe responsável pelas diretrizes nacionais da Instituição. Foram feitas algumas visitas à Biblioteca do Departamento Nacional, situada na cidade do Rio de Janeiro, um dos poucos lugares que congrega documentos importantes relacionados à história do Turismo Social no Sesc, e por conseguinte, no Brasil. Além disso, mapeamos e analisamos a produção acadêmica brasileira, que de forma central ou tangencial, abordou a temática supracitada. Para construção deste artigo, também tivemos a contribuição dos debates sobrevividos da disciplina optativa que ministrei no curso de graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) no 1º semestre de 2012, intitulada “Turismo social: fundamentos e ações”, espaço em que foram discutidos textos e projetos abarcando diretamente o tema.

A motivação central para esta investigação é a consideração da importância de discutir o turismo social, especialmente em uma sociedade tão eivada de desigualdades sociais, como é o caso da brasileira, bem como o reconhecimento e o olhar crítico sobre a história e relevância das iniciativas envolvendo tal fenômeno no Brasil. Em linha gerais, a intenção desta pesquisa é a de tentar compreender o turismo social em consonância com os elementos históricos, políticos e sociais que assinalaram seu percurso por meio de programas, projetos e ações realizadas pelo Sesc, instituição brasileira em que tal fenômeno foi fomentado e desenvolvido.

Breves notas sobre o Turismo Social

Para conhecermos as políticas e ações nos diferentes âmbitos da sociedade que tenham como premissas as demandas sociais e a inclusão na experiência turística, é necessário entender o momento histórico em que a atividade passa a ser pensada, organizada e inserida nas políticas públicas, recebendo apoio e incentivo.

O turismo emerge na Europa do século XIX caracterizando uma viagem oportunizada inicialmente aos mais abastados, os quais buscavam prazer, descanso, diversão, consumo e distinção, ou o que Eugen Weber coloca como “*o prazer de dizer que tinham viajado*” (1988, p.216). Diferentemente do *Grand Tour*, viagens realizadas por jovens aristocratas com o objetivo de educação e formação particularizada, o turismo apresenta prontamente uma estrutura de consumo, hospedagem e restauração ao redor da experiência (CASTRO, 2001). A construção vertiginosa de ferrovias e o surgimento do trem e do barco a vapor facilitaram o deslocamento entre os centros urbanos emissores e os balne-

ários turísticos e casas de campo (WEBER, 1988). Segundo Araújo (2001), o turista se diferencia de outros viajantes por esperar que sua viagem seja organizada por terceiros, com vistas ao seu conforto, segurança e bem-estar. Assim como acontece no lazer como um todo, a *indústria* do turismo nasce junto com o *fenômeno* e o fato de ser indústria representa uma de suas características constitutivas. De acordo com Castro (2006, p.80), “no Brasil, foi apenas nas primeiras décadas do século XX que o turismo organizado começou a funcionar, tendo como principal centro a cidade do Rio de Janeiro. Surgiram os primeiros guias, hotéis turísticos, órgãos oficiais e agências de viagem destinados prioritariamente a atrair e a receber turistas”.

Precisamos compreender a conjuntura sócio-política (1), cultural (2) e econômica (3) em que não somente o turismo, como outras manifestações de lazer presentes no tempo de não-trabalho começam a receber atenção do patronato - primeiro industrial, depois o comercial - e do governo, algo que abrange diretamente nosso objeto de estudo:

(1) O mundo urbano-industrial, sobretudo pela aglomeração de pessoas nas cidades, facilitou a velocidade com que novas aspirações surgiam e se desdobravam em algum tipo de ação coletiva, em grande parte objetivando a conquista de direitos. Em cognição ao nosso objeto de estudo, um movimento social dos mais relevantes em diversos países foi realizado pelos trabalhadores, que reivindicaram a diminuição da jornada de trabalho³, progressivamente conquistada por meio de pressões e lutas a partir da segunda metade do século XIX na Europa⁴. A história da redução da jornada de trabalho no Brasil iniciou-se com o amadurecimento associativo e sindical dos trabalhadores e a formação das primeiras greves. O período de 1907 até 1930 foi considerado “os anos de chumbo” do movimento operário no país e da luta pela redução do tempo de trabalho, “quando aconteceram os incidentes mais sangrentos e os confrontos mais claros entre trabalhadores e as chamadas classes dominantes” (CAMARGO, no prelo). Na década de 30, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, foi feita uma série de medidas legais em favor dos trabalhadores e que vigoram até hoje, conhecidas como CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)⁵. Principalmente a conquista de um tempo de descanso semanal (fim de semana) e anual (férias) foi fundamental para o aumento dos passeios e viagens turísticas;

(2) perante as demandas da modernidade permanentemente em movimento e frente a um extenuante ritmo urbano cotidiano, o lazer passou a ser visto como uma *necessidade* do indivíduo; e o turismo colaborou de maneira efetiva para a consolidação deste imperativo, presente nesta citação de Urry (2001: 20): “*é um elemento crucial, na vida moderna, sentir que a viagem e as férias são necessárias. ‘Preciso tirar umas férias’: eis a mais segura reflexão de um discurso moderno, baseado na idéia segundo qual a saúde física e mental será recuperada se simplesmente pudermos viajar de vez em quando*”. Além desta noção restauradora, “o turismo é algo que confere status nas sociedades modernas” (MENEZES *et al*, 2010, p.3). Esta diferenciação diz respeito à intenção do turista de se apropriar de símbolos de distinção por meio do consumo dos objetos e espaços turísticos. Nas palavras de Bourdieu (2007), quando este conjunto de símbolos começa a cair no gosto da classe média, torna-se banal e antiquado para os mais ricos;

(3) o desenvolvimento tecnológico⁶, especialmente a partir de meados do século XX, contribuiu significativamente na chamada segunda revolução dos transpor-

tes. A proliferação das rodovias e a massificação do automóvel e do avião de passageiros (cada vez mais veloz e com maior capacidade) foram cruciais ao diminuírem as distâncias, facilitando o acesso das pessoas aos mais variados espaços de lazer e intensificando o fluxo turístico mundial. De acordo com a Embratur - antiga empresa brasileira de turismo, órgão público que regulamentou a atividade turística no Brasil desde 1966, originando o atual Ministério do Turismo – “[...] na década de 1960, o turismo torna-se uma realidade no Brasil. No âmbito doméstico, o desenvolvimento da indústria automobilística e da malha rodoviária leva a classe média a viajar em automóveis pelo país. A rede de serviços para o turismo começa a se estruturar, sobretudo na costa brasileira” (MTUR, s/d, p.28).

Na opinião de Alves-Júnior e Melo (2003), a burguesia se aproveita deste novo tempo, desta *necessidade* e de mecanismos e tecnologias para exercer mais poder. As tensões existentes neste panorama são sintetizadas pelos autores tendo em vista sua contradição histórica: os empregadores, que no início eram contra a redução da jornada de trabalho, enxergam no tempo liberado interessantes possibilidades de propagação de valores úteis à manutenção do sistema, seja com lucros diretos e indiretos – com o consumo até então impensado de seus produtos pelos próprios empregados e com o retorno deles ao trabalho, restaurados e, por conseguinte, produtivos – seja por difundir pressupostos ideológicos. Logicamente que este processo não é linear, e sim, eivado de adequações, subversões, resistências e “novas” tentativas de controle, num cenário contínuo de reelaborações e circularidades.

O Reino Unido foi “o primeiro país onde foram levantadas em grande escala as questões ligadas à organização do trabalho e dos lazeres e à urbanização sem precedentes que a Revolução Industrial produziu” (PORTER, 2001, p.21). O turismo organizado para os trabalhadores surge com o objetivo, por parte dos burgueses e autoridades religiosas, de ser um lazer mais organizado e contido do que as manifestações relacionadas com a festa, bebedeiras e apostas que ocorriam no espaço público urbano (OURIQUES, 2005). Diferentemente de outras formas de lazer que passaram por este processo de controle, o turismo já nasce cordato e com o desígnio de competir com outras atividades menos disciplinadas, como bem aponta John Rule: “Era necessário um poderoso magnetismo para atrair a população trabalhadora e retirá-la de suas tabernas; entre os recursos que mais se utilizavam, em especial depois do início da época das ferrovias, estavam as excursões organizadas e os dias de campo” (apud OURIQUES, 2005, p.30).

Podemos perceber, de maneira longitudinal, que, a popularização efetiva do turismo no decorrer do século XX se desdobra em dois processos inicialmente distintos, mas que em alguns momentos apresentaram pontos de contato. Por conta do considerado aumento do tempo de não trabalho e a necessidade de controle deste por parte dos diferentes Estados, o turismo social se desenvolve a partir do início do século XX, permanecendo – com continuidades, rupturas e mudanças – até os dias atuais. Já o turismo de massa é oriundo de um processo que ocorre a partir de meados do século XX. Ouriques (2005, p.33) reafirma o que foi mencionado acima: além da disseminação das férias pagas, a segunda revolução nos transportes, “por meio do automóvel e do avião, foram meios necessários para uma ‘massificação’ dos deslocamentos humanos”; que, naquele momento, recebe a contribuição fundamental dos meios de comunicação de massa (especialmente

a televisão), difundindo imagens do “mundo” e sensibilidades relacionadas ao lazer e ao turismo, intensificando anseios e desejos. Logicamente que o turismo social se aproveita desta massificação, todavia os dois diferem nos princípios e, relativamente, na intencionalidade. Enquanto o chamado turismo de massa ou comercial apresenta uma lógica que já está dada, baseada no capital, onde predomina a ideia de lucro, o turismo social se situa num jogo político complexo permeado de ideologias, resultado de tensões existentes entre capital, trabalho e luta de classes.

A origem do turismo social na literatura europeia está datada no período entre guerras no século XX. A partir da década de 20, países como Itália, União Soviética e Alemanha criaram infraestruturas e incentivos para que os trabalhadores de baixa renda tivessem acesso ao turismo em grupos. Podemos, nestas ações, notar a primeira característica presente no turismo social: “o acesso para quem não tem condições financeiras”, algo que até hoje provoca discussões no campo acadêmico por, muitas vezes, ser considerado seu único elemento constitutivo. Nestas primeiras experiências com turismo social podemos perceber a clara intenção de controle dos tempos livres e de férias das massas feito por países totalitaristas, com objetivos político-partidários de assegurar a gratidão do povo⁷ (FALCÃO, 2006).

No Brasil, para nortear contextualmente nosso objeto de pesquisa, precisamos compreender o que Gomes (1994) denomina de “invenção do trabalhismo”, que nos traz a perspectiva de construção do cenário em que os Serviços Sociais foram criados. Com a instauração do Estado Novo em 1937, os direitos do trabalho foram eleitos como direitos da justiça social já que os direitos políticos e civis foram suspensos. A cidadania passou a estar ligada ao exercício da profissão e a carteira de trabalho passou a ser o seu símbolo (BRÊTAS, 2008). Na opinião de Gomes (1994, p.6-7), o processo de constituição da classe trabalhadora no Brasil como ator político “*implica em lidarmos com a questão da construção do conceito de cidadania e mais particularmente, com a questão da extensão de cidadania aos setores populares*”. Dentre este “novo” mundo de direitos, o lazer representa um papel crucial, sobretudo nos Serviços Sociais.

Segundo Corrêa (2008), pode-se enxergar as décadas de 30 e 40 no país como um período marcado pela paulatina substituição do modelo agroexportador para o modelo industrial, o que trouxe desdobramentos diversos, inclusive no que se refere à urbanização. Para a autora, o adensamento do processo de industrialização nos anos 40 teve como consequência o acirramento da chamada *questão social*: pressionados pelos movimentos sindicais, “*Estado e empresário optam em investir em programas de assistência e bem-estar social para a classe trabalhadora com a intenção de criar mecanismos de controle mais sutis, capazes de ‘adaptar’ e ‘ajustar’ o contingente de mão-de-obra às novas relações de trabalho*” (p.8). Constituindo nosso aporte teórico, a pesquisa de Brêtas (2007) enfatiza que os Serviços Sociais devem ser considerados como experiências complexas e contraditórias, pois além de possuírem intenções de controle e de manipulação, ainda estavam fortemente marcados pela ideologia presente no Estado Novo. Os Serviços ofereceram aos trabalhadores sindicalizados “*a oportunidade de fruição de vivências culturais que eram consideradas extremamente benéficas e necessárias para a formação/educação do novo trabalhador, fundamental para os novos tempos*” (BRÊTAS, 2008, p.4). Ao mesmo tempo os trabalhadores passam a ter acesso a uma diversidade maior de experiências; como corroborado por Corrêa (2008, p.2), as atividades organizadas pelos Serviços “*poderiam oferecer, à fração do operariado que as usufruía, a entrada em um*

universo de outros conhecimentos e linguagens que poderia lhes dar chances de ampliar sua compreensão sobre o mundo e lhes fornecer mais instrumentos para nele se movimentar”.

Na opinião de Pinto (2008), a recreação operária no Brasil do século XX é a primeira tentativa de organização institucionalizada do tempo de não-trabalho dos operários – as atividades físicas e o esporte são proporcionados com o objetivo de delinear corpos fortes e saudáveis para a labuta. O Serviço de Recreação Operária (SRO), órgão criado em 1943 pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro até 1964, “[...] destinava-se a organizar o lazer dos trabalhadores e de suas famílias e tinha o objetivo de coordenar os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração” (BRÉTAS, 2008, p.2). Podemos elucidar a premissa utilitarista mencionada por Pinto com o depoimento do professor de Educação Física Vinícius Ruas, organizador de atividades do antigo SRO:

[...] os desportos representam a forma da atividade física que melhor corresponde as necessidades do adolescente e adulto. Traduzem exercícios físicos que se realizam, individual ou coletivamente, segundo regras pré-estabelecidas e aceitas internacionalmente. Os desportos poderão ser encarados como agente educacional, elemento de recreação, meio de competição ou recurso profissional, em cada um desses casos apresenta características próprias que o identificam⁸ (apud Rodrigues, 2010: 142-143).

Rodrigues (2010) afirma que dentre as diversas atividades oferecidas pelo Serviço de Recreação Operária (SRO), encontram-se as excursões (geralmente com duração de um dia), o que, mesmo que incipiente e sem dialogar intensamente com uma concepção mais ampla, pode estar na raiz ou na “pré-história” do turismo social no Brasil.

Na Europa, a base do turismo social na modalidade em que se pratica em quase todo o mundo - assim como seu conceito mais disseminado - surge na França pouco antes da 2ª Guerra Mundial: em 1936, ano da Convenção da Organização Social do Trabalho, criou-se a primeira Secretaria do Lazer em âmbito governamental. Na opinião de Falcão (2009, p.121), “[...] a difusão da prática do turismo para as camadas populares pode ser considerada uma consequência das conquistas obtidas pelos movimentos de trabalhadores”. No ano seguinte, o turismo social foi estimulado pela criação da *Tourisme – Vacances pour tous* (entidade gerida por trabalhadores), movimento este posteriormente seguido por Portugal e Bélgica.

Nos exemplos de aplicação do turismo social, podemos perceber que cada país fornece uma maneira diferente de realização. Nos países considerados neoliberais, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, o turismo social é um fenômeno bem menos conhecido, e raramente recebe apoio do setor público. Já em países como França, Bélgica, Portugal e Espanha, o turismo social utiliza dinheiro público e ocorre, basicamente, durante os feriados nacionais; nestas nações, a base para a oferta é a percepção do desfrutar do turismo como um direito de todos (MINNAERT *et al.*, 2009). “Nas Américas, o país precursor do turismo social foi a Argentina. Suas primeiras ações nessa forma de turismo surgiram em 1945” (FALCÃO, 2009, p.122). Podemos afirmar que o turismo social na maior parte da Europa e em alguns países latino-americanos foi e é desenvolvido de

maneira central pela iniciativa de órgãos públicos, o que difere da experiência Brasileira (FALCÃO, 2006). No Brasil, quem passa realmente a desenvolver ações turísticas com mais regularidade é o Serviço Social do Comércio.

O Serviço Social do Comércio e o Turismo Social

Percebemos na seção anterior uma importância atribuída ao lazer organizado dos trabalhadores – amparado pelo discurso de “bem-estar social” ou “paz social” – verificada especialmente na década de 40 em diante. Neste contexto, o Sesc enquanto instituição destinada a dar conta da estratégia de controle do tempo do trabalhador, lança mão de possíveis mecanismos capazes de “acomodar” o trabalhador à dinâmica social brasileira durante este percurso, dentre eles, atividades programadas de turismo, nomeadas posteriormente de turismo social.

O Sesc compõem o chamado sistema ‘S’, que além de terem em comum seu nome iniciado pela letra s, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Além do Sesc, existe o Senac (serviço nacional de aprendizagem comercial), representantes do setor de comércio e serviços; Sesi (serviço social da indústria) e Senai (serviço nacional de aprendizagem industrial), representantes do setor de indústria; Sest (serviço social dos transportes) e Senat (serviço nacional de aprendizagem do transporte), representando o setor de transportes; e Sebrae (serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas).

A Entidade, mantida e administrada pelos empresários do setor de comércio de bens e serviços, tem por finalidade contribuir para o bem-estar de seus associados por meio de ações nas áreas de Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência. Foi criado em 1946 por decreto-lei assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra a partir das deliberações da Primeira Conferência das Classes Produtoras. De acordo com Corrêa (2010), os principais pontos da conferência falavam da necessidade da promoção de serviços de bem-estar social, incluindo ações de saúde e educação, cooperativas, salários mais justos, melhor seguro social, seguro de acidentes, maiores férias e benesses ao trabalhador, gerando a titulada Carta da Paz Social. A carta aprovada na conferência continha forte apelo à “harmonia e confraternização entre as classes sociais” que seria resultante de uma “obra educativa” intencional, cuja responsabilidade caberia necessariamente a empregadores e empregados aproximados por “estreito entendimento”. A Carta estabelecia um grande pacto social envolvendo estado, trabalhadores e empresários, que juntos trabalhariam para amenizar os conflitos entre capital e trabalho. O termo então utilizado para esta consagração foi “Paz social” (CORRÊA, 2010).

O Sesc é inicialmente implantado nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Segundo Lamarão e Araújo (1994), foi adotado um sistema descentralizado de organização, contando o Sesc com uma administração nacional (com alguns órgãos de supervisão e de determinação de algumas diretrizes gerais) e administrações regionais dotadas de esfera de competência própria. A primeira administração regional do país foi o Sesc-DF (na época, situada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país), seguida pelo Sesc-RJ. A partir de 1961, esta autonomia foi enfatizada pela III Convenção nacional de técnicos do Sesc. Na prática as regionais não subvencionadas (que conseguem se manter sem a ajuda dos recursos financeiros do Departamento Nacional) – SP, RJ, MG, RS e PR – acabam sendo politicamente e administrativamente mais autônomas

do que as regionais que “dependem” financeiramente da administração nacional (recebendo investimentos em infraestrutura, serviços, obras e reformas, especialmente nos seus meios de hospedagem).

De acordo com Figueiredo (1991), projeto dessa amplitude só poderia ser içado com o apoio do governo, que, além de criá-lo por meio de decretos-lei, se responsabiliza (e ainda se responsabiliza) pelo recolhimento da contribuição compulsória no valor de 2% do montante das folhas de pagamento dos trabalhadores do comércio, possibilitando, assim, a atuação do empresariado na assistência social.

Uma das primeiras iniciativas do Sesc articuladas ao turismo foi a busca de uma área onde pudesse construir um local para as férias do trabalhador. A área escolhida foi Bertiooga, no litoral paulista, onde em 1948 foi inaugurado o Centro de Férias Sesc Bertiooga, também conhecido como Colônia de Férias Ruy Fonseca, considerada a primeira do país. Contudo, foi somente a partir de 1951, após a I Conferência de técnicos do Sesc, que a Instituição retrai suas atividades médico-assistenciais (predominante nos primeiros anos) e começa a priorizar as práticas de lazer oferecidas no tempo de não-trabalho dos comerciários, recomendando a criação de Colônias de Férias e Clubes, além da organização de férias coletivas (CORRÊA, 2010). Mesmo mantendo os serviços médicos e dentários, percebe-se a partir deste momento um propósito educativo com a criação e o desenvolvimento de obras recreativas, culturais e associativas (LAMARÃO; ARAÚJO, 1994).

Seguindo tal tendência, os Departamentos Regionais do Sesc em Pernambuco e no Rio Grande do Sul assinariam, logo após sua criação, contratos de arrendamento de equipamentos da rede hoteleira para a realização de colônias de férias para trabalhadores do Comércio. Em 1952 é inaugurada a Pousada Nogueira, em Petrópolis, que mais tarde receberia o nome de Colônia de Férias Getúlio Vargas, reinaugurada pelo próprio. Ainda na década de 50, tem-se início a programação de excursões rodoviárias com pernoites chamadas de caravanas de turismo social - tendo o Sesc Rio Grande do Sul como pioneiro e durante a década de 50 um dos grandes organizadores destas experiências - e as atividades recreativas nas colônias de férias (COSTA, 2006). Até a década de 70 mais Colônias de Férias foram construídas, como a de Imbetiba, em Macaé-RJ, inaugurada em 1955. Segundo Lamarão e Araújo (1994, p.58), a organização das colônias de férias em algumas administrações regionais do Sesc “*resultou de uma avaliação das condições de trabalho dos empregados do comércio, que constatou ser imperiosa a necessidade de oferecer à categoria, durante o período de férias, oportunidade de recuperação das energias despendidas ao longo de um ano de trabalho*”.

De acordo com Costa (2006), o maior mérito do Sesc foi o de inserir no cotidiano dos trabalhadores a questão do tempo livre e do lazer de férias, numa época em que poucos se davam conta de sua importância para o bem-estar e o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos. Contudo, na opinião de Sant’anna (1994, p.48), “*o Sesc, ao longo de sua história, sempre se destacou por uma ação social de cunho assistencialista, seja no nível da saúde, como nos primeiros anos de sua existência, no da educação ou do lazer dos trabalhadores comerciários*”. Devemos indagar se este discurso educacional tem como pano de fundo uma ideia civilizatória. Silva (2008: 101) recheia a discussão, ao dizer que:

Além da notável difusão do lazer via Sesc, a partir de 1969 foi cada vez mais frequente o uso do termo 'lazer' nos discursos políticos, destacando-se principalmente as práticas consideradas saudáveis como forma de combate ao ócio, considerado um perigo social. O lazer se constituiu, aos poucos, como um instrumento de disciplina e organização da sociedade, voltado ao ajustamento e à educação social, fato que pode ser observado por meio da análise das formas de controle dos usos diversificados do "tempo livre", que na época passaram a ser substituídas por formas de lazer institucionalizadas.

Conforme Luiz Wilson Pina⁹, a partir da década de 70, o trabalho no Sesc teve que ser "modernizado"; este fato é ilustrado quando se percebe que, em São Paulo, a Colônia de Férias de Bertioga se tornou pequena para o tamanho da demanda, fruto do crescimento considerável da população paulista e por conseguinte, dos comerciários. Como alternativa, o Sesc-SP aumentou consideravelmente o número de excursões para determinados locais turísticos, realizando passeios de fins de semana e viagens orientadas para camadas sociais com renda de moderada a baixa, estimulando o uso intensivo dos seus equipamentos de hospedagem e lazer (FALCÃO, 2006) e de alternativos, como pousadas, colégios e mosteiros, firmando convênios também com diversos hotéis (ALMEIDA, 2001). Este pode ser considerado um aspecto positivo dos projetos de turismo social da Instituição: a tentativa de adequação da "oferta hoteleira já existente a uma demanda crescente das classes menos favorecidas por alternativas de turismo viáveis" (MENEZES *et al*, 2010: 22). De acordo com Menezes *et al* (2010, p.22): "isso reduz a ociosidade do trade turístico, inclusive durante a baixa temporada, e possibilita o seu acesso a novas camadas consumidoras, democratizando o consumo de turismo e lazer". Deve-se destacar que a tentativa de "equalização" da sazonalidade (esta considerada uma das maiores "vilãs" da atividade turística) realizada pelo Sesc foi endossada por todos os entrevistados.

Esta gama de serviços e equipamentos passa a ser oferecida não somente para os comerciários e seus familiares, mas para o cidadão em geral (chamado de usuário), que tem acesso a um preço *ocasionalmente* diferenciado em relação a outros arranjos do mercado turístico. Segundo um dos entrevistados¹⁰, o "ocasionalmente" varia bastante de regional para regional; dependendo do Estado, experiências turísticas concretamente acessíveis para indivíduos ou famílias de baixa renda são raras ou inexistentes. Sobre essa compreensão, Luiz Pina e Sílvia Hirao¹¹ descrevem que o turismo emissor tomou tamanha proporção que chegou a um ponto em que as unidades do Sesc competiam com as agências de viagens privadas, o que iria de encontro a sua própria natureza. Quanto a isso, o depoimento de um gerente de uma das unidades do Sesc Rio provoca reflexões quanto as ações envolvendo o turismo da Instituição, que para ele, não representava a comunidade local¹²: "*Era um turismo comercial, com parceiros, com um valor não acessível a essas pessoas e nem ao próprio comerciário [...] na verdade, o trabalho do Sesc não é competir com as empresas de turismo*" (CHEIBUB, 2009, p.63)¹³.

Em 1979 o Sesc-SP adere aos princípios estabelecidos na famosa Carta de Viena (1972), também conhecida como Carta do Turismo Social, adotada pelo Bureau Internacional de Turismo Social - BITS (BUREAU, 2010). O BITS (atual OITS – Organização Internacional de Turismo Social) se autodefine como uma ferramenta internacional para o

desenvolvimento do turismo social no mundo. Criado em 7 de junho de 1963, com sede em Bruxelas, é uma associação filantrópica internacional, cuja finalidade é promover o turismo social, afirmando-se como uma fonte de intercâmbio de ideias e constituindo-se para os poderes públicos em um centro permanente de informações, capaz de instruí-los sobre a concepção e o desenvolvimento do turismo social no quadro de uma política nacional (BUREAU, 2010). Dois princípios fundamentais estão enunciados na declaração supracitada, considerada o principal documento relacionado ao turismo social, servindo de guia de ação para todas as entidades que desenvolvem esta “modalidade” de turismo: 1) o turismo é parte integrante da vida social contemporânea e 2) o acesso ao turismo deve ser visto como um direito inalienável do indivíduo.

Em 1980, o Sesc paulista filia-se ao OITS¹⁴, tornando-se a primeira organização das Américas a integrá-lo, participando ativamente dos encontros internacionais promovidos pela Organização. Posteriormente, em 1996, é signatário da adoção da Declaração de Montreal, que atualizara a Carta de Viena. A declaração agregou questões como o turismo de base comunitária, equidade social pelo turismo e no turismo, responsabilidades individuais de turistas e anfitriões, turismo para jovens, turismo para portadores de deficiências e economia social solidária (BUREAU, 2010). Certamente uma ampliação na concepção mais geral de turismo social e que pode ser visto parcialmente na prática com o exemplo do turismo emissor do Sesc São Paulo, em que nos passeios a determinados lugares, é contratado um guia local e são utilizados equipamentos, instalações e serviços da localidade visitada; além disso: “As comunidades passaram a ser convidadas, sempre que possível e em acordo com a programação desenvolvida, a estreitar o contato com os participantes das atividades, geralmente por meio da demonstração de um conhecimento tradicional” (COSTA, 2006, p.17). Por outro lado, algumas “unidades-hospedagem” nomeadas de Colônias de Férias (como a de Bertiooga-SP, Venda Nova-MG e Nogueira-RJ) apresentam pouquíssimas relações com seu entorno, aparentando mais uma “ilha” de desenvolvimento rodeada por comunidades pobres.

Mesmo que, notadamente na regional paulista a partir dos anos 80, percebamos um processo de ressignificação da atividade, ainda hoje são majoritárias as atividades agenciadoras de turismo nas muitas unidades do Sesc-SP. Todavia, algumas unidades tomam cuidado com a destinação, com a época (tentam vender pacotes na “baixa” temporada, conforme já exposto acima), com o público, objetivando não concorrerem diretamente com as agências privadas, não caracterizando desse modo um turismo estritamente comercial. Um dos tópicos do documento norteador da operacionalização da área de Turismo Social do Departamento Nacional coloca que: “*Não se recomenda o uso de comunicação de massa (Rádio, TV, Jornal) face a interpretação de concorrência por parte das agências de turismo*” (1991, p.13). Podemos conjecturar: se houvesse um processo de seleção dos indivíduos ou famílias que tivessem prioridade no usufruto das ações oportunizadas pelo Sesc¹⁵, seria necessário esta solicitação e a preocupação de possível concorrência com as agências comerciais? Além disso, a diretriz esclarece algo reiterado por dois profissionais entrevistados: a pouca divulgação das atividades turísticas em geral oferecidas pela Instituição.

Há ainda os projetos subsidiados pelo próprio Sesc e/ou parceiros/patrocinadores - como é o caso do TJC, analisado em minha pesquisa de Mestrado - oferecidos gratuitamente a comunidades de baixa renda, geralmente situadas no entorno das unidades. De

acordo com Costa (2006), a criação de programas especiais por segmentos e/ou estratos sociais mais vulneráveis visa, primeiramente, incluir tais estratos no movimento turístico, iniciando-os no mundo das viagens e do turismo. Em São Paulo “[...] foi incrementada a programação onde tais segmentos pudessem exercitar a convivência com outros grupos, num claro enfrentamento ao isolamento em guetos e num amplo exercício de inclusão e solidariedade” (COSTA, 2006, p.14). No Sesc regional Rio, desde 1978, porém mais intensamente nos últimos vinte anos, podemos perceber uma grande quantidade de trabalhos com idosos, tendo como objetivos a prevenção ao isolamento e à marginalização, criando grupos de convivência e uma movimentada programação recreativa e cultural, incluindo diversos passeios e viagens (LAMARIÃO; ARAÚJO, 1994). Para o desenvolvimento da pesquisa, devemos, de fato, recorrer às posições de Melo (2008) sobre a proliferação, no Brasil, dos chamados *projetos sociais*, que se apresentam como alternativas de inclusão social. Para esse autor, há que se investigar essas iniciativas para além dos discursos, prospectando o seu modo de operacionalização e funcionamento, que explicitam mais adequadamente se as intenções anunciadas tem alguma possibilidade de serem alcançadas.

Marcellino (1987), ao tratar dos valores mais comuns atribuídos ao lazer, chama a atenção para uma visão funcionalista, que se manifesta em algumas abordagens, dentre as quais a utilitarista e a compensatória. A primeira reduz o “*lazer à função de recuperação da força de trabalho, ou sua utilização como instrumento de desenvolvimento*” (p.37). Na segunda “*o lazer compensaria a insatisfação e a alienação do trabalho*” (p.37). Ainda dentro da ótica funcionalista, Medeiros (*apud* Marcellino, 1987, p. 38) destaca que as atividades de lazer “*ao canalizarem tensões e descargas da agressividade, contribuem para reduzir as transgressões da ordem social, funcionando como válvulas de segurança da sociedade*”. Sobre esta compreensão, Marcellino (1987, p.41) interroga: “*O lazer como ‘assimilador de tensões’ não teria essa função de desviar a atenção dos problemas sociais e pessoais [...], perturbadora da ‘paz social’?*”. Como ficou evidente na discussão anterior, algumas práticas envolvendo o turismo social podem se inserir em ambos os vieses, o compensatório e o utilitarista.

Fincado nessa dinâmica, um conceito logicamente a ser discutido é o de turismo, apresentado neste artigo como uma prática de lazer envolvendo um deslocamento¹⁶ socioespacial e sociocultural de indivíduos ou grupos, certamente uma experiência para quem tem acesso e oportunidade(s). Falcão (2006, p.133) enfatiza que o turismo não deve estar “*mais unicamente relacionado aos visitantes [...], mas também aos anfitriões, que devem ter tanto acesso aos recursos turísticos como aos benefícios do turismo [...]*”. Aliás, o direito a experiência turística - inserido no direito ao lazer, presente na Constituição Brasileira desde 1988 - é um dos princípios fundamentais enunciados na já mencionada Carta de Viena. No entanto, a maioria da população não tem acesso à malha urbana de espaços de lazer da cidade onde vive, nomeado por alguns teóricos de “turismo urbano”. Uma pesquisa realizada dentro do planejamento de implantação do projeto Carioquinha¹⁷ mostrou que grande parte dos cariocas não conhecia os principais cartões-postais e atrativos turísticos da cidade – o que é um paradoxo, pois o atrativo turístico deveria ser pensado, antes de qualquer coisa, como um equipamento de lazer para seus moradores¹⁸.

Esta exclusão permeada pelo exemplo do turismo – como prática intimamente ligada ao lazer e a cidade – apresenta algumas dimensões que precisam ser observadas na pesquisa. Existe um discurso de bem-estar social presente nos intentos de vários projetos

envolvendo o lazer e a cultura, o que sugere, muitas vezes, uma lógica funcionalista e possivelmente assistencialista, como bem nos apresenta Ribeiro (2006, p.159):

[...] há sujeitos sociais com o poder de incluir e há os que são considerados objetos e, portanto, que são incluídos ou que, numa perspectiva assistencialista e de manutenção do *status quo*, são colocados para “dentro” novamente. Se considerarmos que os processos de exclusão social são inerentes à lógica do modo de produção capitalista, veremos que as políticas de inclusão e/ou inserção social são estratégias para integrar os objetos – os excluídos – ao sistema social que os exclui e, ao mesmo tempo, de manter sob controle as tensões sociais que decorrem do desemprego e da exploração do trabalho, móveis da exclusão social.

A ideia de turismo, quando encarada dentro da ótica da inclusão social, é premissa para se chamar “turismo social”? Antes de classificar, devemos perguntar: o que é e o que quer o turismo social¹⁹? Em outras palavras, incluir em quê e por quê? Para tentar enfrentar estas questões, precisaremos habitar o campo semântico do turismo social.

Turismo social: a produção acadêmica

No Brasil, examinando as pesquisas que refletem sobre a organização dos lazeres dos trabalhadores, as com mais densidade estão relacionadas à recreação operária ou à relação do lazer em geral com instituições de poder. Alguns pesquisadores vêm buscando entender as propostas do empresariado e do Estado no que se refere às relações históricas entre tempo de trabalho e não-trabalho (CORRÊA, 2008) – algumas investigações tangenciam o tema da experiência turística, como a de Rodrigues (2010), em que ela destaca um sub-capítulo para a seção de excursões do SRO. Podemos citar mais duas teses de Doutorado: Gomes (2003), analisando três experiências institucionais pioneiras no âmbito das políticas públicas entre os anos de 1926 e 1964 (o Serviço de Recreação Pública criado em 1926 em Porto Alegre; Os jardins de recreio em São Paulo em 1935; e o SRO); e o trabalho de Brêtas (2007), onde a autora articula aspectos da “cultura popular” com o SRO. Mesmo não apresentando o turismo como foco, esses autores avançaram de algum modo nas reflexões supracitadas.

Existem algumas pesquisas sobre o Sesc, com enfoques e perspectivas diversas; entretanto articulando o turismo social a Instituição são poucas, todas realizadas na última década e no nível de mestrado: a principal delas é a de Almeida (2001), em que o autor dialoga o fenômeno com a conjuntura econômica do Brasil dos anos 90 e faz um breve histórico do turismo social no mundo, dedicando um espaço no seu trabalho ao Sesc. No capítulo principal ele faz uma discussão teórica envolvendo as principais concepções e significados do turismo social.

No Brasil não há teses de Doutorado que pesquisem a atuação do Sesc com o turismo social, ou mesmo a história da Instituição. Apesar de não mencionar o termo turismo social, a tese de Nery (1998) vai pesquisá-lo indiretamente através de uma pesquisa etnográfica buscando examinar os valores e formas sociais que cercam a instituição do *passeio* nas classes populares.

Outras poucas dissertações sobre o turismo social tendo como objeto de estudo o Sesc não apresentam um olhar crítico sobre a Instituição, seus discursos e ações, apenas reproduzem sua ideologia de maneira irrefletida. Podemos citar Scaranici (2004) e seu trabalho que objetivou refletir sobre a prática do lazer turístico executado pelo Sesc São Paulo tendo como foco o duplo aspecto educativo do lazer – o lazer como objeto e veículo de educação - implantado na Entidade através de contatos profissionais com o sociólogo francês Jofre Dumazedier.

Merecem destaque duas dissertações que representam inversamente a temática acima - pesquisas sobre a história do Sesc, na qual o turismo aparece tangencialmente, sem uma análise mais apurada da prática: Figueiredo (1991) pesquisa o contexto da criação do Sesc (e do Sesi) e os vários significados do lazer presentes em suas experiências. Nesta toada, Corrêa (2010) investiga a criação e o funcionamento do Sesc, tendo como categoria operacional as análises das propostas e preocupações com o lazer e uso do tempo livre do trabalhador brasileiro, considerando também reflexões acerca dos governos Vargas e Dutra.

Sobre as ações do Ministério do turismo (Mtur), parece que nos últimos anos há um movimento de aproximação ao entendimento *lato* de turismo social por parte do governo. Um exemplo disso foi a coletânea *Turismo – viagens de inclusão* (2006), fruto de um seminário de mesmo nome organizado pelo Mtur em parceria com o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), estimulados pela compreensão das inúmeras oportunidades de integração social que podem ser abertas pelo turismo. Temas como “turismo e as relações com a infância e juventude”, “turismo de intergeracionalidade entre jovens e idosos”, “turismo e acessibilidade”, “igualdade racial e turismo”, “turismo e orientação sexual”, “sociedades indígenas e turismo”, são nucleares na questão mais ampla do turismo social. O problema conceptual desta coletânea é que o turismo social, para receber a atenção do governo - curiosamente de um governo notadamente inclinado para as políticas sociais - teve que se transformar em GTT (Grupo técnico temático), ou seja, passou a ser considerado um segmento da atividade turística, o que, baseado na sua história e fundamentação, claramente não se adequa.

Considerações finais

Diferentemente dos países europeus e alguns latino-americanos - que, por possuírem uma densidade de atuação, principalmente no âmbito público, acabam tendo mais pesquisas e escritos sobre turismo social - no Brasil, obras ou pesquisas que analisem criticamente e a fundo o fenômeno são praticamente inexistentes (seja com um viés institucional ou não). Dias (*apud* MENEZES *et al*, 2010, p.12) sugere que o tema “*ainda está para ser estudado*” e aponta perguntas sobre turismo social no país que “*só serão respondidas com um intenso trabalho de pesquisa a quem se dispuser fazê-lo*”. O desenvolvimento dessa pesquisa pretende se infiltrar nesta lacuna por meio da análise de documentação e fontes orais ainda pouco exploradas pelos pesquisadores.

Em conformidade com nossa proposta, a metodologia privilegiada será a história oral, cuja principal função é fazer o registro da história de vida de pessoas envolvidas com o objeto de pesquisa. Os entrevistados estão sendo escolhidos pela sua importância nas decisões que iniciaram e/ou modificaram os rumos, objetivos e diretrizes do Sesc (e as nuances infiltradas nestas), em que o lazer e o turismo passam a receber prioridade na atuação da Instituição. Será privilegiada não somente a memória dos profissionais como também outros atores sociais: o usuário, turista, indivíduos que vivenciaram as atividades oferecidas – enfim, pessoas que igualmente participaram e se envolveram com a origem e os desdobramentos do turismo social na Entidade.

Com o intuito de ajudar numa possível consistência contextual da política e de importantes episódios do cenário macro social do país - principalmente no final da década de 40 (ocasião da criação do Sesc) e nas décadas de 50 e 60 (consolidação e desenvolvimento do Sesc enquanto organizador dos lazeres de uma parte da população) – estamos buscando, além de bibliografia especializada e pertinente, documentos que fazem parte do acervo do arquivo do centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil da FGV (RJ e SP), do arquivo nacional, da biblioteca nacional e do arquivo geral da cidade do Rio.

Apesar da escassez de documentos escritos no Sesc - majoritário e principal lugar de fontes da pesquisa - estes serão significantes para o trabalho. Sabendo-se que a Instituição foi gestada sob a égide do capital privado, daremos voz aos discursos do empresariado por meio dos documentos de origem institucional. Os documentos de caráter jurídico e normatizador mais significativos são oriundos das quatro convenções de técnicos do Sesc, além da carta da paz social fruto da I conferência das classes produtoras. Este corpo de fontes será fundamental para a pesquisa, pois são documentos que podem indicar as intencionalidades presentes na criação e nas ações da Instituição. Existe também a documentação - especialmente relatórios técnicos e atas de reuniões - e as imagens produzidas por seu Departamento Nacional, órgão que tinha (e ainda tem) a função de traçar as diretrizes gerais da Entidade. Esta documentação é fundamental para analisar a relevância que o Sesc dava ao lazer, em especial foco ao turismo, e quais valores e mensagens estavam por de trás desta oferta de atividades. Toda a documentação descrita neste parágrafo está sendo, em maior parte, acessada no Sesc-DN (Departamento Nacional do Sesc).

É igualmente objetivo da continuidade deste trabalho analisar e cotejar a abrangência e qualidade das ações envolvendo o turismo social ao longo da história do Sesc. Poderemos encontrar em cada unidade do Sesc (RJ e SP) as fontes mais constantes, que seriam as documentações descritivas acerca do que era feito (relatório de atividades, estatísticas, livretos informativos e outras publicações). Outro grupo de documentação é oriundo de acervos pessoais, de pessoas que trabalharam ou vivenciaram o turismo social. No Sesc-SP existe a gerência de estudos e desenvolvimento, que atualmente está centralizando, na sede da regional, os dados existentes em cada uma de suas unidades, realizando um trabalho de catalogação e organização dos documentos disponíveis. No Rio estava sendo feito um trabalho semelhante, reunindo

imagens e documentos que contavam a trajetória da regional, entretanto está paralisado há quase dois anos, sem previsão de retorno.

Nossa análise avançará na medida em que procuraremos além de dados, desvendar os discursos Estatal e empresariais da Entidade. Por meio desta documentação será possível a análise da construção da memória do Sesc, componente fundamental da sua identidade no período em que o lazer do trabalhador se tornara foco de atenção. Dessa forma, somado ao nosso arcabouço teórico, tentaremos explorar novas formulações teóricas acerca do turismo social e a atuação e intencionalidades do Sesc neste âmbito. De modo mais específico, como tal instituição fazia-se e faz-se presente na vida do trabalhador brasileiro e de seus familiares.

Nas análises que foram realizadas até o momento envolvendo as duas regionais, podemos perceber algumas diferenças em relação às diretrizes no que tange a “filosofia” implementada com o turismo social e algumas semelhanças na operacionalização e no funcionamento metodológico dos setores de turismo das unidades de ambas. Quase todas as unidades apresentam um setor de turismo social que pouco dialoga com uma concepção mais ampla, não proporcionando um acesso mais extenso. Quanto a relação teoria/prática verificada nas últimas décadas, existem consonâncias e dissonâncias entre as experiências das regionais do Sesc e o caminho conceitual do turismo social no mundo. O Sesc-SP já há algumas décadas e o Sesc-DN nos últimos anos tem buscado conhecimento e trocas científicas e políticas por meio da promoção e organização de eventos junto ao OITS.

Na opinião de um dos profissionais entrevistados, o Sesc faz bastante pelos comerciários e seu familiares, questionando até se outras associações de classe conseguem realizar o mesmo. Contudo ele avalia que em algumas regionais não há uma preocupação social envolvendo o turismo, em outras palavras, “*não se esforçam o bastante para oferecer o menor preço possível*”, o que aponta para uma de nossas hipóteses principais: o quanto de turismo social efetivamente há no Sesc? Outra questão assumida por um dos profissionais é a carência na Instituição de mão de obra tanto em quantidade quanto em qualidade: “*o trabalho é feito muitas vezes com equipes restritas*”; tem-se a estrutura física (vide os diversos meios de hospedagem do Sesc espalhados pelo Brasil), porém, para ampliar a demanda seria necessário a contratação e a capacitação de profissionais que pudessem dar conta de um maior volume de trabalho. Além disso, as políticas comerciais entre as regionais – na conjugação entre emissão e recepção, sobretudo envolvendo grupos de turistas²⁰ – nem sempre se coadunam de maneira eficaz. Certamente é necessário o aprofundamento da pesquisa de campo para a obtenção de mais resultados e conclusões.

Num momento em que o lazer e o turismo estão presentes, senão como práticas, mas como um conjunto de aspirações para um número cada vez maior de pessoas, torna-se relevante uma pesquisa que resgate os primórdios dessa atenção que recebe o tempo de não-trabalho, notadamente, a análise crítica de práticas como o turismo e a viagem num contexto mais amplo que oscila e apresenta complexas matizes entre dois pólos: oportunidade para quem não teria a chance de vivenciar tais ex-

periências & instrumento de controle e busca de *paz social*. Assim como ressalta Chauí (1997), cumpre-nos encontrarmos as brechas por onde passa o contra discurso e a contra prática que definem a crítica. Entender como a criação de significados a respeito do turismo - enquanto possibilidade de lazer - é pressionada pelo jogo político e econômico nos parece uma área fértil no campo da história e das ciências sociais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. V. Turismo Social: por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira. **Dissertação** de Mestrado, ECA/USP, São Paulo, 2001.

ALVES-JÚNIOR, E.D.; MELO, V.A (). **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003.

ARAÚJO, S. M. Artífício e Autenticidade: o turismo como experiência antropológica. *In*: BANDUCCI-JÚNIOR, A.; BARRETO, M. (Ed.) **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2001, pp.49-63.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

BRÊTAS, A. (). 'Nem só de pão vive o homem': criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). **Tese** de Doutorado, Faculdade de Educação/UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

BRÊTAS, A. Serviço de Recreação Operária: a singularidade de uma experiência (1943-1945). *In* BRÊTAS, A.; ALVES-JÚNIOR, E.D.; MELO, V. A. (Ed.) **Lazer e cidade**: reflexões sobre o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Shape, 2008, pp.43-71.

BUREAU. Bureau internacional du tourisme social. **Estudios Turísticos**, Madrid, v.67, pp.147-154, 1980.

CAMARGO, L.O.L. A produção do lazer no município de São Paulo. *In*: SILVA, L. P. (Ed.) **Atlas dos municípios brasileiros** (no prelo).

CAMARGO, L.O.L. Perspectivas para o lazer com o impasse da luta pela redução da jornada de trabalho: o caso brasileiro. **Licere**, Belo Horizonte, v.12, n.2, pp.1-32, 2009.

CARIOQUINHA. **Carioquinha**. Disponível em:

<<http://www.carioquinha.com.br/2007/apresentacao.asp>>. Acesso em: 2 ago. 2007,.

CARTA DE VIENA. **Estudios Turísticos**, Madrid, v.68, pp.217-219, 1980.

CASTRO, C. Narrativas e Imagens do turismo no Rio de Janeiro. *In*: VELHO, G. (Ed.) **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, pp.80-87.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CHEIBUB, B.L. **Lazer, experiência turística, mediação e cidadania**: um estudo sobre o projeto Turismo Jovem Cidadão (Sesc-RJ). **Dissertação** de Mestrado, Mestrado Interdisciplinar em Lazer/UFMG, Belo Horizonte, 2009.

CORRÊA, A.A.A. A construção da modernidade e o controle do não-trabalho na sociedade brasileira: uma análise comparada do Serviço de Recreação Operária (SRO) e o Serviço Social do Comércio (Sesc). **Anais** do XIII Anpuh-Rio, 2008, pp.1-12.

CORRÊA, A.A.A. A construção da modernidade e o controle do não trabalho na sociedade brasileira: uma análise das propostas do serviço social do comércio (Sesc). **Dissertação** de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social/UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, F. R. **Turismo para todos**: Turismo Social no Sesc-SP. São Paulo; Sesc, 2006.

DEPARTAMENTO NACIONAL DO SESC. **Documento norteador da operacionalização da área de Turismo Social**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Informação Sesc/DN, 1991.

EESC - European Economic and Social Committee. **Opinion of the Economic and Social Committee on Social Tourism in Europe**. Brussels: EESC, 2006.

FALCÃO, C.H.P. Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. *In*: CARVALHO, C.L.; BARBOSA, L.G.M. (ed.) **Discussões e propostas para o turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006, pp.127-145.

FALCÃO, C.H.P. Turismo Social. *In* BARROS-JÚNIOR, J.C. (Ed.) **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. São Paulo: Editora Edicon, 2009.

FIGUEIREDO, B.G. A criação do Sesi e Sesc: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio. **Dissertação** de Mestrado, Faculdade de História/Unicamp, Campinas, 1991.

GOMES, C.L. Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). **Tese** de Doutorado, Faculdade de Educação/UFMG, Belo Horizonte, 2003.

GOMES, C.L.; SOUZA, T. R.; LACERDA, L.L.L.; VEIGA, R.T. Inserção do lazer no contexto da pós-graduação stricto-sensu em turismo/hospitalidade no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, v.8, n.3, pp.54-66, 2008.

LAMARÃO, S.T.N.; ARAÚJO, R.C. **Memória SESC Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sesc-ARRJ, 1994.

LIMA, J.; EUSÉBIO, C.; VARUM, C.A. O combate à exclusão social através de programas de Turismo Social para famílias economicamente carenciadas *In*: **Revista Encontros Científicos – Tourism and Management Studies**. Número especial online, 2001.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MATHEUS, Z.M.A. Idéia de uma cidade hospitaleira. *In* DIAS, C.M. (Ed.) **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri/SP: Manole, 2002, pp.57-67.

MELO, V.A. Projetos sociais de esporte e lazer e a participação da comunidade: repensando os modelos atuais. *In*: VENTOSA, V. (ed.) **Los agentes de la animación sociocultural**. Madrid: Editorial CCS, 2008, pp.252-275.

MELO, V. A. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson, **Est. Hist.**, vol. 23, n.45, pp.5-26, 2010.

MENEZES, P.; MOTTA, P.; SILVA, T.C.; VIDAL, M.O; CASTRO, D.C. Democratização do turismo no Brasil: um estudo sobre o papel do Turismo Social. **Anais** do 4º. Congresso Latinoamericano de Investigación Turística, 2010, pp.1-24.

MINNAERT, L.; MAITLAND, R.; MILLER, G. Tourism and social policy: The Value of Social Tourism. **Annals** of Tourism Research: Elsevier Ltd, v.36, n.2, pp.316–334, 2009.

Mtur - Ministério do Turismo. **Turismo Social - diálogos do Turismo**: uma viagem de inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

Mtur - Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo**: marcos conceituais. Brasília, s.d.

NERY, P.R.A. Viagem, passeio, turismo: um estudo comparado do deslocamento com valor. **Tese** de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

OURIQUES, H.R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas/SP: Alínea, 2005.

PARK, R. E. **The city**. Chicago: The University of Chicago Press, 1925.

PINTO, L.M.S.M. Políticas Públicas de Lazer no Brasil: uma história a contar. *In*: MARCELLINO, N.C. (ed.) **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008, pp.79-95.

PORTER, R. Os ingleses e o lazer. *In*: CORBIN, A. (ed.) **História dos tempos livres**. Lisboa: Teorema, 2001, pp.19-58.

PORTO, T. As tecnologias de comunicações e informação na escola; relações possíveis... relações construídas, **Revista Brasileira de Educação**. v.11, n.31, pp.43-57, 2006.

RIBEIRO, M. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educ.Soc.**, v. 27, n. 94, 155-178, jan./abr. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 7 de Abril. 2006, 2006.

RODRIGUES, J.P. Uma nova versão sobre a história do Serviço de Recreação Operária: memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964. **Tese** de Doutorado, Faculdade de Educação/USP, São Paulo, 2010.

SANT'ANNA, D.B. **O prazer justificado**: história e lazer (São Paulo 1969/1979): São Paulo: Marco Zero, 1994.

SCARANCI, M.A. Turismo Social - Concepção e Prática: O Serviço Social do Comércio no Estado de São Paulo/BR. **Dissertação** de Mestrado, Mestrado em Educação, Administração e Comunicações/USM, São Paulo, 2004.

SILVA, D.A.M. Territórios do Lazer: panoramas e reflexões sobre a animação socio-cultural. *In*: MARCELLINO, N.C. (ed.). **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008), pp.97-117.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel/Sesc, 2001.

WEBER, E. **França fin de siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Notas

¹Este artigo, oriundo de pesquisa de campo que ocorre desde março de 2011, representa a continuação de outro artigo publicado na revista *Dos Algarves*. De 31 de dezembro de 2011 (data do envio do artigo para publicação na revista *Dos Algarves*) até 17 de agosto de 2012 (data de envio do artigo revisado para a publicação nesta revista, a *RBecotur*), aproximadamente 8 meses, mais duas entrevistas, as visitas ao arquivo do Sesc Nacional e a contribuição dos debates sobrevividos da disciplina optativa que ministrei na UFF no 1º semestre de 2012, intitulada “Turismo social: fundamentos e ações”, trouxeram novos autores, reflexões, resultados e conclusões a este novo trabalho aqui publicado.

²Mestrado Interdisciplinar em Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, área de concentração “Lazer, Cultura e Educação”. Dissertação intitulada “Lazer, experiência turística, mediação e cidadania: um estudo sobre o projeto Turismo Jovem Cidadão (Sesc-RJ)”, inserida na linha de pesquisa “Lazer, Cidade e Grupos Sociais”, orientada pelo Prof. Dr. Victor Andrade de Melo e defendida em junho de 2009.

³Jornada que no auge da revolução industrial chegara a “desumanas” 16 horas por dia.

⁴Esse processo se inicia no Brasil no final do XIX e nas primeiras décadas do século XX.

⁵Para não desviarmos da construção do objeto de estudo a ser trabalhado neste artigo, não cabe neste momento uma análise mais crítica deste contexto. Contudo, sobre a legislação de Vargas, Luiz Octávio de Lima Camargo afirma que, apesar de ter aliviado a dura situação dos trabalhadores (sobretudo da indústria) teve, “como subproduto negativo, a interrupção do aprendizado dos sindicatos neste gênero de luta, fato hoje, sem dúvida, a ser lamentado” (Camargo, 2009: 4).

⁶Estamos compreendendo como tecnologias “os produtos das relações estabelecidas entre sujeitos com as ferramentas tecnológicas que têm como resultado a produção e disseminação de informações e conhecimentos” (Porto, 2006: 44).

⁷Concordamos plenamente com Ângela Bretãs (2008) a respeito do emprego da palavra “povo” nesta pesquisa: quando nos referimos ao povo, estamos atentos para sua diversidade, logo ao utilizarmos termos tais como povo, trabalhadores ou operários, supomos que os mesmos descrevem um conjunto marcado pela diversidade de origem, formação e inscrição social.

⁸Depoimento que está presente no documento denominado “Plano de atividades recreativas para os setores regionais – a Educação Física e o desenvolvimento das atividades recreativas entre trabalhadores”. Documento de seu acervo pessoal que descreve a finalidade das atividades desportivas e culturais que deveriam ser desenvolvidas pelos centros e representações regionais do SRO (Rodrigues, 2010).

⁹Profissional do Sesc, foi um dos construtores do que seria o centro de documentação e pesquisa do Sesc Rio.

¹⁰Dois dos quatro entrevistados preferiram manter o anonimato até a publicação final da tese, aonde poderão ser referenciados.

¹¹Sílvia Hirao integra a coordenação de turismo social do setor de programas sócioeducativos do Sesc SP. Tanto Silvia quanto Luiz Pina foram entrevistados preliminarmente para a construção deste trabalho. Ambos aceitaram serem citados e referenciados.

¹²Se referindo especificamente às pessoas da região da Leopoldina.

¹³Depoimento retirado das entrevistas que realizei na pesquisa de mestrado.

¹⁴O Sesc Rio até hoje não é afiliado ao OITS. O Sesc Nacional filiou-se somente em 2011.

¹⁵Assim como acontece em diversos programas de órgãos e instituições europeias, onde a renda e a quantidade de pessoas na família são os critérios principais ao priorizar o acesso ao turismo (LIMA *et al*, 2011).

¹⁶A categoria viagem não pode ser a principal referência para o turismo, sendo mais significativa a ideia de ‘deslocamento’ (Gomes *et al.*, 2008, p. 64), já que a distância espacial entre os lugares ou sua demarcação geopolítica não infere no sentimento que muitas pessoas têm de que o turismo é um passeio, podendo ser mais longo ou curto, mais perto ou distante, na mesma cidade e acontecendo em um mesmo dia.

¹⁷Projeto patrocinado pela prefeitura do Rio que surgiu com o objetivo de proporcionar aos cariocas descontos e programações especiais oferecidas por pontos e serviços turísticos da cidade (2007).

¹⁸Zilda Matheus (2002) nomeia tanto o visitante quanto o anfitrião de “moradores” – temporários ou não.

¹⁹Será importante para a continuidade da pesquisa reconhecer as diversas noções e concepções à respeito do termo, ao longo da história e em diferentes culturas e contextos. Para tal, começaremos a analisar como o termo Turismo Social aparece nos principais jornais e revistas do Rio e de São Paulo (Folha de São Paulo, O Estado de

São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, revista Veja, dentre outros) desde 1946 até hoje, tentando perceber: como o senso comum percebe ao longo dos tempos esta expressão? A associação entre Turismo Social e Sesc sempre existiu? Se sim, quando começou a existir? Em outras palavras, ao buscarmos nestas mídias a expressão “turismo social”, examinaremos: aonde aparece? Quando aparece? Em que contexto? E como?

²⁰Como exemplo disso, o meio de hospedagem prioriza a recepção de turistas individuais enquanto uma unidade emissora vende para este hotel pacotes em grupos, gerando assim problemas táticos e operacionais.

Bernardo Lazary Cheibub: Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Email: bernardocheibub@id.uff.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3403295501230221>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 17 de agosto de 2012

Data do aceite: 17 de agosto de 2012

Avaliado anonimamente

Perfil dos guias de (eco)turismo e de sua atuação no Parque Estadual da Ilha Grande (RJ)

(Eco)tour guides profile and their operating in Ilha Grande State Park (RJ, Brazil)

Luiz Renato dos Santos Alves, Nadja Maria Castilho da Costa

RESUMO

O Parque Estadual da Ilha Grande, localizado no sul do Estado do Rio de Janeiro, vem apresentando, após a implosão do presídio (em 1994), intensa atividade turística, caracterizada pelo turismo de natureza do tipo “sol e mar” e ecoturismo. Entretanto, a principal atividade econômica da ilha vem ocorrendo de maneira caótica e preocupante, no que concerne aos seus vários aspectos com destaque, no presente estudo, à condução da visitação nos diversos atrativos. O objetivo geral deste trabalho é mostrar o perfil dos principais guias de (eco)turismo, bem como sua forma de atuação na implementação da visitação e percepção quanto as questões ambientais da Ilha. De um total de doze guias cadastrados na Associação Curupira de Guias, foram entrevistados, a partir de roteiro previamente definido, cinco representantes. A maioria é residente da ilha e exerce a função há mais de 10 anos. A quase totalidade já fez algum curso de capacitação, embora nem todos sejam cadastrados pela EMBRATUR. Apesar de perceberem com clareza os principais problemas ambientais que afetam a ilha, principalmente aqueles decorrentes das práticas inadequadas do turismo, ainda não conseguem trabalhar efetivamente a Educação Ambiental em suas atividades, junto aos visitantes/turistas. Por fim, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar a falta de atuação do poder público no sentido de auxiliar a implementação de práticas corretas de visitação, por parte dos guias.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Guias de turismo; Meio Ambiente.

ABSTRACT

The State Park of Ilha Grande, located south of Rio de Janeiro State, after presidio implosion (in 1994), presents an intense tourism activity, characterized by nature tourism, mostly “sea and sun” and ecotourism types. However the main economic activity in isle is being developed in worry and chaotic way, in all aspects, and the present paper emphasizes the coordination of visit trough several tourism attractions. The general objective of this work is the presentation of the profile of the (eco)tourism guides, as well as their implementation procedure in organizing visits and their perception concerning main environmental aspects of the isle. From a total of twelve guide records in Guide Association Curupira, only five were chosen, using a previously defined itinerary. The majority is isle resident and work as guide thru more than 10 years. Almost all have some capacitation course, but only some are included in EMBRATUR records. Despite of having clear perception of the main environment problems affecting isle, mainly the ones due to inadequate tourism practices, they have difficulties in effectively work the EA activities together with visitors/tourists. Last but not least, all interviewers were unanimous to say that lack of interest of governmental administrations, in all level, difficult the correct practices implementation by them guides.

KEYWORDS: Tourism; Ecotourism Guides; Environment.

Introdução

A Ilha Grande, localizada no município de Angra dos Reis - Rio de Janeiro é um dos principais destinos turísticos da Região da Costa Verde, litoral sul fluminense. Devido ao seu processo de turistificação desordenado foram verificados inúmeros conflitos territoriais originários: do mau uso dos recursos naturais, da ocupação e utilização do solo em áreas de fragilidade ambiental, da especulação imobiliária e, principalmente, da falta de planejamento e gestão do território resultando assim em diversos impactos socioambientais (BASTOS, 2009).

Dentre os vários atributos que contribuíram para o processo de turistificação da Ilha Grande ressalta-se o seu diversificado quadro natural composto por: praias, montanhas, mangues, pontões rochosos, cachoeiras e Mata Atlântica, o que demanda um manejo adequado para a manutenção da qualidade ambiental desta localidade. Destaca-se ainda o atual grau das interações socioespaciais no contexto da internacionalização dos lugares, o que vem contribuindo para a inserção da Ilha Grande nos circuitos mundiais de turismo.

O desenvolvimento do turismo no recorte espacial desta pesquisa contribuiu para a criação de inúmeros territórios que, somados aos de territórios pré-existent, convergiu para a maximização de conflitos territoriais.

O território aqui é concebido sob uma ótica relacional, ou seja, é fruto das relações sociais (sejam elas culturais, políticas ou econômicas) manifestadas da interação dos atores entre si e deles com o meio ambiente. Isto pressupõe não apenas analisar os envolvidos diretamente na atividade turística, mas sim todos os atores que interferem numa determinada parcela do espaço geográfico, delimitada pela manifestação de uma relação de poder. Por isto, coube aqui efetuar a verificação, ainda que superficial, dos principais atores sociais existentes neste território turístico, bem como seus interesses e lógicas socioespaciais.

Entre estes sujeitos encontra-se o guia de turismo, o profissional qualificado a orientar os grupos turísticos, acompanhando-os a fim de possibilitar o melhor aproveitamento da visitação, tanto para o turista/visitante, como também para os grupos sociais locais.

Sob a ótica da organização do território, do encontro de sujeitos sociais distintos e da apropriação por estes dos recursos naturais vão ocorrer disputas pela apropriação do espaço e certamente desencadearão impactos ambientais.

É neste contexto que se pode compreender a atuação do profissional do turismo, como uma agente territorial mediador das relações sociais o qual, regulando adequadamente as atividades exercidas pelos turistas e visitantes, auxilia a mitigação de processos de degradação ambiental oriundos do turismo na natureza e o cumprimento das normas de uso público estabelecidas pela administração das áreas protegidas.

Diante deste quadro, o objetivo geral do artigo é mostrar o perfil dos principais guias de (eco)turismo, bem como sua forma de atuação na implementação da visitação e percepção quanto às questões ambientais e territoriais da Ilha. Este trabalho justifica-se na hipótese de que um guia pode funcionar como um agente de ordena-

mento do território turístico mediando as relações sociais oriundas da visitação e da permanência dos turistas/visitantes, com costumes, culturas e interesses, muitas vezes distintos das lógicas socioambientais do território original.

Caracterização geral e localização da área de estudo

A Ilha Grande pertence ao município de Angra dos Reis, que faz parte da região turística da Costa Verde, localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro. Sua centralidade turística é a vila do Abraão, localizada na vertente norte, sendo este o local para onde converge a maioria dos equipamentos e infraestruturas turísticas e, por consequência, a porta de entrada da maioria dos turistas de toda a ilha, atualmente protegida integralmente por unidades de conservação (Figura 1).

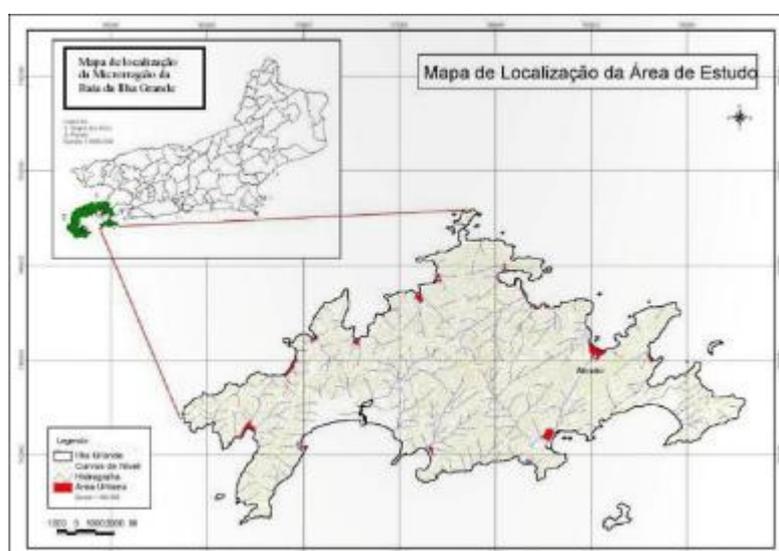


Figura 1: Mapa de localização da Ilha Grande.

Fonte: Adaptado de Peccatioello, 2010 (*apud* COSTA; ALVES, 2012).

Figure 1: Location Map of Ilha Grande.

Source: Adapted of Peccatioello, 2010 (*apud* COSTA; ALVES, 2012).

No que tange ao quadro natural (aspectos físico-bióticos) a ilha é um maciço residual da Serra do Mar, apresentando encostas de alta declividade, contendo escarpas, costões e pontões rochosos, sendo seus maiores expoentes os picos da Pedra D'Água com 1.011 metros e o do Papagaio com 989 metros. O seu entorno é composto por planícies fluviais e fluviomarinhas para onde converge sua drenagem. Sua área é de 193 Km² conferindo-lhe o posto de maior do Estado do Rio de Janeiro, e seu perímetro de 157 km é extremamente acidentado o que lhe confere 34 pontas, 7 enseadas e 106 praias. O somatório destes atributos reserva à Ilha Grande feições paisagísticas únicas e de primal interesse ao desenvolvimento do turismo. (COSTA; ALVES, 2012).

O turismo surge na Ilha Grande ainda durante a década de 1970 devido à construção da BR-101 que propiciou a ligação da região da Costa Verde com as metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro. Seu processo de consolidação veio a ocorrer durante a década de 1990, com a implantação dos serviços de transporte da empresa Barcas S/A, com o declínio da atividade pesqueira que absorvia parte da mão de obra existente na ilha e, principalmente pela desativação da Colônia Prisional Candido Mendes. Cabe salientar que o presídio funcionava sob a lógica dual, ou seja, para os turistas como fator de repulsão, sendo inclusive a ilha reconhecida como “Caldeirão do Diabo” (SANTIAGO, 2010) e para a população local como atividade econômica.

Na Figura 2, Costa e Alves (2012) apresentam a evolução quantitativa da rede hoteleira da Vila do Abraão.



Figura 2: Gráfico do crescimento da rede hoteleira da Ilha Grande entre 1980-2011. Fonte: Costa e Alves (2012).

Figure 2: Chart the growth of the hotel chain between 1980-2011. Source: Costa e Alves (2012).

Através da Figura 2 é possível observar que na Ilha Grande a atividade turística vem ocorrendo muito antes da desativação da Colônia Prisional Candido Mendes, porém, em pequena intensidade, entretanto, sua intensificação veio a ocorrer a partir de meados da década de 1990, após a queda de sua função prisional. Desde então a atividade encontra-se em franco crescimento sem que sejam adotados quaisquer tipos de medidas regulatórias no que se refere ao ordenamento territorial. Este processo representa um fenômeno de turismo de massa, o que contradiz todas as práticas socioambientais plausíveis ao desenvolvimento do ecoturismo em bases sustentáveis.

Seu quadro econômico é pouco diversificado sendo o turismo a atividade eco-

nômica preponderante em toda a ilha. Atualmente uma parcela significativa da população está voltada para o desenvolvimento do turismo, seja de forma direta, inserida no mercado formal de atividades (na rede hoteleira, em restaurantes, lojas de conveniência, agências de viagem, e meios de transporte), ou de forma indireta, no mercado informal. Esta afirmação elucida uma das problemáticas vividas pela população local que sofre com a questão da sazonalidade. Como observado em campo realizado durante a baixa temporada, inúmeros estabelecimentos turísticos encontravam-se fechados sem quaisquer atividades alternativas, deixando ociosa, a mão de obra flutuante da alta temporada.

No caso dos guias, objeto de estudo desta pesquisa, suas atividades são realizadas segundo este regime de sazonalidade, encontrando-se eles voltados à atividade durante a alta temporada e à informalidade durante a baixa temporada conforme será mais bem detalhado posteriormente.

O conceito de território sob a ótica do turismo

As condições socioambientais pertencentes a um determinado espaço passam por um processo de transformação, na medida em que novas atividades são implementadas, pois, *“nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa de organizar o campo operatório de sua ação”* (RAFFESTIN, 1980, p.150).

Sobre este olhar, Corrêa (2010, p.35) afirma que *“as práticas espaciais, ou seja, as ações espacialmente localizadas, impactam diretamente o espaço, alterando-o no todo ou em parte e, ainda preservando-o em suas formas e interações espaciais”*. É neste sentido que o espaço geográfico, ao ser (re)trabalhado por um determinado grupo social, transfigura-se em espaço cativo deste grupo, passa a ser concebido como território (RAFFESTIN, 1980; BECKER, 1983).

Segundo ainda o raciocínio de Becker (1983, p.8) ao referir-se ao processo de territorialização a autora advoga que este processo *“é determinado pela infraestrutura econômica, mas regulado pelo jogo político”*. Neste caso, o território compreendido como recurso é consumido pelos atores que o influenciam e ao mesmo tempo é palco das relações de poder manifestadas no processo de apropriação do espaço, sendo este, meio e fim para as relações humanas.

É por este motivo que a investigação preocupa-se com as relações entre os atores sociais e o meio ambiente, particularmente as que perpassam pelos guias, uma vez que a atividade desenvolvida por eles envolve a ação de grupos sociais e a criação de territórios a partir do consumo direto e/ou indireto do espaço (CRUZ, 2003). Neste sentido, de acordo com Haesbaert (2006), o território é concebido como um espaço delimitado por relações sociais e relações entre sociedade e recursos naturais, o que abrange as dimensões: biológica, política, cultural e econômica da vida em sociedade.

Neste processo, sob a ótica de Raffestin (1980, p.148) o ator social é um elemento privilegiado já que encontra-se sobre sua chancela a decisão de

construir vários tipos de tessituras e articular todos os pontos, ou somente alguns, em rede. Pode decidir ligar certos pontos, assegurando entre eles a continuidade por meio de um sistema de junções ou, ao contrário, impedir que certos pontos sejam ligados entre si, imaginando um sistema de disjunções.

Das interações entre grupos sociais distintos que procuram a reprodução no espaço de suas necessidades surgem os conflitos territoriais. Estes fenômenos podem ser caracterizados pelo momento em que as práticas socioespaciais apresentam-se contrapostas.

No que tange ao turismo, o arranjo organizacional dos elementos territoriais, as relações sociais e seus atores vivenciam um processo de (re)ordenamento e (re)significação na busca por uma condição favorável ao seu desenvolvimento.

Estas transformações, por vezes, culminam em impactos socioambientais em diferentes escalas tornando-se premente o planejamento e a gestão territorial participativos, que conjugue os mais diversos interesses. Este processo deve visar principalmente o arranjo organizacional das territorialidades. De acordo com Sack (1986 *apud* Correia, 2010, p.115) entende-se por territorialidade as “*estratégias de controle da ordem e dos significados do espaço, envolvendo o uso e a organização do espaço e a maneira como as pessoas se relacionam com os lugares e lhe dão significado*”.

Isto posto, pode-se concluir que o controle destas territorialidades é a premissa para o desenvolvimento do ecoturismo em bases sustentáveis contribuindo para a manutenção da qualidade socioambiental do lugar turístico.

Para Raffestin (1980, p.159) a territorialidade é um “*fenômeno de comportamento, associado à organização do espaço e esferas de influência (...) considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente por seus ocupantes ou pelos que os definem*”. Novamente ratifica sua importância, de acordo com a forma com é manejada.

Neste panorama existem agentes (atores) responsáveis por mediar as relações socioambientais e os conflitos territoriais. Estes agentes deverão ter conhecimento das potencialidades e limitações territoriais para efetuar as intervenções e mediações propícias à convivência entre grupos e o meio ambiente local. Eles são aqui denominados “agentes de amortecimento”. Que de maneira geral, são entidades, grupos ou indivíduos aptos a viabilizar as condições territoriais, garantindo o manejo adequado dos recursos naturais e a adaptação dos grupos sociais no espaço geográfico de acordo com seus interesses e lógicas socioespaciais.

A ação dos “agentes de amortecimento” não invalida a ação do poder público, já que este é um ator privilegiado no processo de planejamento e gestão territorial e na regulação das relações sociais, sendo assim, por definição¹, o principal agente de amortecimento de relações sócio-espaciais.

Assim sendo, coube, no presente estudo, verificar quais são os principais grupos sociais existentes na ilha, em particular, os envolvidos com a atividade turística, o

que permite apontar os principais conflitos e como estes poderão ser mitigados pelos aqui, denominados “agentes de amortecimento”.

Métodos e técnicas de condução da investigação

Inicialmente foi realizada uma ampla revisão bibliográfica, sobre o tema e a área de estudo. Posteriormente, foi efetuada a identificação dos principais agentes de implementação do sistema de hospedagem e contatos com os vários atores sociais que exercem atividades político-territoriais dentro da área de estudo como: o Comitê de Defesa de Ilha Grande (CODIG), o Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA), o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, o governo do Estado do Rio de Janeiro, além da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, o principal contato ocorreu com a Associação Curupira de Guias de Turismo e Condutores de Visitantes da Ilha Grande, onde foi possível efetuar um diálogo com os principais guias oficiais da Ilha e definir o público alvo da investigação: 12 guias de turismo.

Numa etapa subsequente foi feita a elaboração de questionários e entrevistas semiestruturadas que possibilitassem a caracterização do perfil dos guias, das atividades por eles exercidas, bem como, as condições socioambientais sob as quais o turismo vem sendo desenvolvido na Ilha Grande. Foram, também, realizadas entrevistas com representantes de outros grupos à título ratificar os resultados obtidos, tais como: população local, turistas, representantes de agências de turismo e da rede hoteleira.

Para a aplicação destes questionários e entrevistas foram realizados três trabalhos de campo, de quatro dias cada um, nos períodos de 17 a 20 de setembro, 26 a 29 de novembro de 2010 e 29 de abril a 02 de maio de 2011. A ideia inicial era efetuar as entrevistas num maior número possível de guias, mas pela dificuldade de acesso aos mesmos (na alta temporada, estavam guiando turistas e na baixa, efetuando outras atividades, fora da Ilha) foram entrevistados 5 guias de turismo, sendo um deles o representante da Associação Curupira.

Os dados coletados em campo foram tabulados e analisados em gabinete a fim de possibilitar a elaboração do perfil destes guias e de sua atuação como “agentes de amortecimento”.

Múltiplas territorialidades na Ilha Grande e os principais agentes de transformações socioambientais

O processo de turistificação da Ilha Grande inicia-se durante a década de 1970 através de medidas adotadas pelo poder público no sentido de integrá-la às metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo via BR 101. Sua consolidação ocorreu durante a década de 1990 com o surgimento de territorialidades turísticas sobre territórios pré-existentes. Daí pode-se apontar os primeiros conflitos territoriais, dentro da dinâmica do turismo (SANTIAGO, 2010)².

Do surgimento de novas moradias, agentes imobiliários, infraestruturas, entre vários componentes territoriais, surgiram dinâmicas socioespaciais exógenas à região

da Costa Verde, em especial à Ilha Grande. Com a intensificação da atividade turística os atores territoriais endógenos e exógenos primaram pela reprodução, no espaço, de seus interesses dentro de suas lógicas de consumo. Novos grupos sociais surgiram, e estes grupos passaram a efetuar transformações na paisagem da ilha sendo esta, utilizada como recurso natural à obtenção de lucro através do desenvolvimento do turismo. Isso ocorreu sem ter sido devidamente planejado pelo Estado a fim de dar subsídios ao ordenamento territorial. Neste contexto, veio à reboque, a demanda por infraestrutura e equipamentos urbanos, e como consequência, a especulação imobiliária, pressões sobre o ambiente, e sobre a população local (SANTIAGO, 2010).

O processo de turistificação sofrido pela Ilha Grande não foi gerido a fim de possibilitar o adequado arranjo organizacional dos elementos territoriais. Por conseguinte os interesses dos grupos sociais pré-existentes e dos grupos sociais atraídos pelo desenvolvimento do turismo não foram previamente diagnosticados, o que favoreceu a geração de conflitos (CORREA, 2010).

Nos diversos grupos contemplados por esta pesquisa, que serão apontados nesta seção, visão sobre o desenvolvimento da atividade turística é divergente. A maioria não foi capaz de apontar, ou pelo menos não demonstrou durante as entrevistas aplicadas, que a atividade turística possui uma dimensão política, social, cultural e ambiental o que já esclarece a deficiência com a qual a atividade foi implantada e vem sendo implementada.

Para uma análise mais profunda, são aqui elucidados os principais atores verificados em campo, seus interesses e lógicas sócio-espaciais.

A indústria da hospitalidade, como demonstrado por Costa e Alves (2012), representa um importante segmento econômico no campo operatório das atividades turísticas. No caso da Ilha Grande, a partir da década de 1990, após a desativação da Colônia Prisional Candido Mendes em 1994, o turismo entrou em rápida expansão, (re)funcionalizando inúmeros fixos, criando outros e, a partir deles, desencadeando impactos ao meio ambiente, conforme já mencionado.

Os agentes relacionados àquele setor são constituídos por sujeitos locais, regionais e até internacionais. Suas lógicas e interesses socioespaciais encontram-se extremamente difusos, o que desperta grande preocupação, na medida em que suas atividades não são coordenadas, representando grande dificuldade de controle. Um grupo de agentes advoga pela adoção de medidas mais restritivas quanto ao acesso à ilha - taxa de entrada para turistas e visitantes, aumento de preços de água e de luz - o que resultaria, para ele, em turistas mais "educados" e com um maior poder aquisitivo, o que estimularia o consumo. Um segundo grupo, almeja um maior controle dos *campings*, pois sua existência favorece a permanência de turistas de menor poder aquisitivo (que gastam menos) e num quantitativo maior o que demanda mais infraestrutura na ilha. Entendem que o maior problema da ilha está no tratamento que o poder público dá (ou deixa de dar) à questão turística. Segundo eles a ilha necessita de mais fiscalização e controle, bem como da implantação de infraestrutura que permita o desenvolvimento da atividade em bases sustentáveis. Não vêem o turismo como uma atividade predatória, mas salientaram que o descaso com a ilha, de maneira ge-

ral, viabiliza o desenvolvimento de impactos aos recursos naturais. Um terceiro grupo mostrou inúmeras perspectivas, mas não apresentou uma contribuição sólida quanto ao turismo na Ilha Grande. Advertiram sobre o descaso do poder público para com a ilha, o “mau comportamento” de alguns turistas e moradores, porém, paradoxalmente, não funcionam legalmente (não possuem alvará de funcionamento) e não apresentam vínculo com associação dos meios de hospedagem, entre outros.

Quanto à origem foi verificado três outros grupos de meios de hospedagem, a saber: (a) Moradores da Ilha que encontraram na hospitalidade um forma de inserção na atividade turística, como meio de subsistência, sendo este o menor dos grupos; (b) os indivíduos exógenos à ilha que assistiram o desenvolvimento da atividade turística e optaram por se inserir no processo, ou seja, indivíduos que foram atraídos pela atividade e que construíram estruturas socioculturais na ilha; (c) os sazonais, composto por indivíduos exógenos que não possuem quaisquer tipos de vínculos com a ilha, mantém funcionários para execução da gestão do meio de hospedagem, e por vezes, só abrem o meio de hospedagem durante a alta temporada, retirando seu lucro e ficando fora da ilha no restante do ano.

De acordo com Cruz (2003) a iniciativa privada representa a principal influência no processo de turistificação, sendo a indústria da hospitalidade apontada como ator pertencente à gênese da formação de territórios turísticos. Este ator figura como ali-cerce à conservação e expansão da demanda turística estando presente, muitas vezes, no centro do território turístico, como é o caso da Ilha Grande onde se pode observar a presença dos meios de hospedagem em quase todo o território, e particularmente na Vila do Abraão.

Os turistas/visitantes constituem outro grupo social presente na Ilha Grande, composto por nacionais e, sobretudo, por estrangeiros (SANTIAGO, 2010). Isso se explica segundo Costa (2011) devido aos avanços tecnológicos e de marketing que inseriram a Ilha Grande no circuito mundial de turismo tendo, principalmente durante a baixa temporada, um grande número de turistas germânicos, canadenses, argentinos, israelenses entre outros. Sobre este assunto, Milton Santos (1994) afirma que o meio técnico científico informacional contribuiu para que as interações sócio-espaciais assumissem outras escalas não antes possíveis, fazendo com que lugares antes tidos como secundários no panorama de redes globais fosse agora elevados ao status de globais.

Outra origem significativa de turistas é São Paulo justificada pela proximidade e acessibilidade. Esta perspectiva corrobora a afirmação de Ribeiro (2010), ao dizer que o papel dos transportes (neste caso a BR101 e a BARCAS S/A) foi de suma importância para o desenvolvimento da atividade no Estado do Rio de Janeiro. Embora o quadro natural da Ilha Grande represente uma singularidade, a intervenção da sociedade (governo, mercado, entre outros agentes) foi o principal fator para o desenvolvimento do turismo na região.

Salientam-se as perspectivas de Cruz (2003) e Raffestin (1980) ao afirmarem que um objeto apenas torna-se recurso e o espaço apenas transfigura-se em território.

rio, a partir da visão e da ação de uma sociedade neste. Considerando que o turismo é uma atividade sociocultural, a ilha foi refuncionalizada como lugar turístico, sendo anteriormente, um lugar que despertava “fobia”, devido a sua função prisional.

Os atrativos mais procurados são as praias de Lopes Mendes, da Lagoa Azul e o Pico do Papagaio, ou seja, três lugares de imprescindível cautela devido a grande fragilidade de seus ecossistemas, podendo inclusive apresentar risco ao turista quando este não possui o adequado conhecimento do território.

O Instituto Estadual de Meio Ambiente (INEA) criado em 04 de outubro de 2007, pela Lei nº 5.101 é outro importante ator social e figura no campo operatório do território de Ilha Grande. Entre suas atribuições encontra-se a gestão das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, o que por definição é um território de proteção da natureza³. Atualmente, no contexto da atuação deste ator, a Ilha Grande está totalmente territorializada por várias unidades de conservação, sendo a maior delas o Parque Estadual da Ilha Grande, compreendendo grande parte da ilha.

Este fato influencia diretamente o desenvolvimento da atividade turística, pois somente poderá acontecer de forma controlada no contexto do uso público da área protegida previsto no SNUC e na legislação específica que rege a unidade.

Assim sendo, torna-se cogente o reconhecimento, por parte dos guias, das possibilidades de visitação, bem como as condutas a serem estabelecidas dentro destes territórios de proteção da natureza.

Outro grupo de extrema relevância para o manejo do território turístico circunscreve aos moradores. Antes da desativação da Colônia Prisional Candido Mendes esse grupo de atores exercia a centralidade no que se refere às relações de poder existentes na ilha, posteriormente, a vinda de novos moradores motivados pelo turismo provocou mudanças de comportamento quanto a questão socioambiental.

No que tange à população local, pode-se observar vertentes diferenciadas quanto aos interesses e quanto à lógica de uso do território. Dentre estes foram verificados os seguintes subgrupos: (a) a população local que possui posição contrária ao desenvolvimento do turismo, pois reclama seu direito a viver em condições “primitivas” distante do “progresso” atual alcançado pela sociedade. Este grupo, não deseja a implementação da atividade sob nenhuma lógica e raramente, encontra-se inserido na atividade. (b) a população local que é contrária ao desenvolvimento da atividade, mas que não enxerga, no quadro atual, quaisquer outras atividades econômicas para a subsistência da ilha. Para este subgrupo a lógica sócio-espacial a ser adotada durante o processo de reprodução do turismo, deve minimizar ao máximo os impactos ambientais resultantes da atividade, deve maximizar a inclusão da população local e mitigar os impactos socioculturais oriundos das dinâmicas externas. (c) a população que vê o turismo de forma positiva, apresentando assim o interesse em seu desenvolvimento, embora critique as lógicas socioespaciais adotadas no processo de turistificação. Dentre suas reclamações encontram-se a falta de medidas regulatórias por parte do poder público, precária inclusão social local (pouco incentivo), a permissividade quanto a entrada de atores exógenos, principalmente, quanto às novas construções, muitas delas irregulares o que representa risco de vida para os turistas e visitantes

e a precariedade de infra-estrutura e equipamento urbanos implementados.

A visão da população local sob a atividade turística influencia sua interação com o turista/visitante. Pois segundo Cruz (2003, p.111)

O modo de vestir, de falar, o modo de ser da população residente de determinada localidade (...) seus edifícios, enfim, tudo aquilo que essa sociedade é ou aparenta ser, pode ser considerado atrativo ou não, se estiver em acordo ou desacordo com esses padrões estabelecidos, muitas vezes, em lugares muito distantes de onde se podem sentir seus efeitos.

Na multiterritorialidade estão incluídas mudanças, não apenas quantitativas – pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor – mas também qualitativas, na medida em que se tem, hoje, a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e a vivência (HAESBART, 2006).

Portanto, a multiterritorialidade assume um papel privilegiado nas pesquisas e estudos sobre o espaço geográfico, atribuindo as relações de poder, um novo significado, outrora galgado numa unidimensionalidade. As reflexões que se puseram até aqui enfatizaram a busca por uma compreensão multilateral do espaço, no qual se afirmam novas categorias de análise, perspectivas de reflexão e principalmente atores sociais.

Cabe aqui o reconhecimento e aprofundamento da categoria denominada agentes de amortecimento aqui compreendido como objeto de estudo e caminho possível à adequação dos atores que coabitam o território turístico de ilha Grande.

Guias de (eco)turismo da Ilha Grande: meros condutores da visitação ou agentes de transformação socioambiental?

O crescimento da atividade turística na Ilha Grande, principalmente a partir de década de 1990, vem demandando um número crescente de prestadores de serviços turísticos⁴, de profissionais capacitados e dispostos a atender as necessidades dos turistas/visitantes, bem como, regular suas atividades a fim de mitigar os impactos decorrentes de suas visitas.

Sua importância durante a visita guiada faz-se premente devido à necessidade de prover total segurança ao turista/visitante, principalmente no caso do turismo na natureza e, muito, além disto, dirimir possíveis conflitos territoriais decorrentes das relações, de diferentes interesses e/ou lógicas, entre turistas e outros grupos sociais e entre turistas e o meio ambiente.

Os guias de turismo podem se constituir num dos importantes agentes territoriais de transformação socioambiental, embasados na educação ambiental e no conhecimento prévio que a maioria tem (ou deveria ter) sobre os territórios e territorialidades existentes, sabendo assim como se apropriar destes, dentro de padrões socioambien-

tais adequados.

A Lei Nº 8623 de 28 de Janeiro de 1993 no Art. 2º delibera que guia de turismo

(...) é o profissional que, devidamente cadastrado no Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), exerça atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas.

E ainda, no Art. 9º encontra-se entre suas competências as seguintes obrigações:

(...) conduzir-se com dedicação, decoro e responsabilidade, zelando pelo bom nome do turismo no Brasil e da empresa à qual presta serviços, devendo ainda respeitar e cumprir leis e regulamentos que disciplinem a atividade turística, podendo, por desempenho irregular de suas funções, vir a ser punido pelo seu órgão de classe.

A fim de atender as competências supracitadas, este indivíduo irá atuar como “agente de amortecimento”, difundindo a educação ambiental para a manutenção da qualidade ambiental e intermediando o diálogo entre os vários atores sociais mencionados anteriormente, responsáveis pela geração dos territórios (e conflitos) existentes em toda ilha. Para isso deve ter conhecimento do ambiente e de suas características (fragilidades e potencialidades para o desenvolvimento das atividades turísticas) além de conhecer os outros agentes sociais locais.

É neste contexto que se insere a presente investigação, que visa efetuar a caracterização de um dos “agentes de amortecimento” da ilha Grande, em particular dos guias de turismo, conforme será mostrado a seguir.

Conduta de quem conduz a visitação

Conforme apontado, os guias podem ser possíveis agentes de amortecimento de relações territoriais oriundas da atividade turística, principalmente no que se refere à visita guiada. Neste sentido coube no presente estudo: a caracterização de suas condições de trabalho, sua formação, e o conhecimento prévio do território, dentre outras questões, a saber.

Inicialmente foram efetuadas perguntas referentes ao teor quantitativo das visitas guiadas: sobre o número de visitas guiadas semanalmente e o número de turistas/visitantes por visita. Foi informado pelos entrevistados que durante a baixa temporada são realizadas de uma a cinco visitas guiadas, em contraposição a alta temporada, onde ocorrem de seis a dez visitas guiadas por semana. Segundo os guias este aumento está em torno de 40%. As atividades exercidas por estes profissionais variam de acordo com a sazonalidade. Nos meses de alta temporada, segundo os entrevistados, não é necessária a realização de atividades alternativas dedicando-se quase que integralmente a condução da visitação nos principais atrativos da Ilha. Já nos meses

de baixa temporada essas atividades apresentam-se como imprescindíveis uma vez que, como afirmado pelos entrevistados, “*sorte tem aquele guia que consegue fazer cinco vistas por semana*”. Assim sendo, estes profissionais partem para quaisquer tipos de atividades disponíveis na ilha tais como: garçom, marinheiro, jardineiro, auxiliar de serviços gerais, procurando outras localidades onde sua atividade seja necessária.

Em relação ao quantitativo de turistas/visitantes, considerado pelos guias como ideal por visita guiada, afirmam que o número máximo de pessoas necessário à manutenção dos padrões de segurança e a qualidade das informações ambientais deve ficar em torno de oito pessoas. Entretanto, devido às pressões exercidas, principalmente pelas prestadoras de serviços (agências de turismo), este número vem sendo extrapolado podendo, inclusive, chegar a dezesseis pessoas por visitação. Este fenômeno ratifica a ideia de Raffestin (1980) quando menciona que, alguns atores possuem o poder de incluir ou excluir determinados elementos territoriais seguindo sua lógica de apropriação territorial, independentemente das transformações que isso possa acarretar. Os guias afirmaram que muitas vezes são levados à realizar visitas com um número de turistas/visitantes maior do que a capacidade de carga do lugar, pois sua postura contrária, embora paradoxalmente correta, pode representar sua futura exclusão do “catálogo” de guias.

De acordo com a Lei Nº 8623 de 28 de Janeiro de 1993, no Art. 2º, para exercer a profissão de guia de turismo é necessário: a formação específica para a atividade e o credenciamento junto ao Ministério do Turismo. Todos os indivíduos entrevistados apresentaram credenciamento no órgão responsável e formação na área, principalmente pelo SEBRAE e pelo Colégio Estadual Antonio Prado Junior no Rio de Janeiro (capital).

Dentre as premissas básicas, definidas por Costa (2008) sobre o desenvolvimento do ecoturismo em bases sustentáveis, encontra-se a inserção da população local na atividade. Verificando a origem dos guias foi possível constatar que, a maioria dos entrevistados é oriunda da própria ilha. Uma pequena parcela veio de outras regiões (dentro e fora do estado do Rio de Janeiro) e afirmam que foram atraídos à ilha pelo turismo e pela alta possibilidade de melhoria da qualidade de vida, fugindo dos grandes centros urbanos.

Questionados sobre as condições socioambientais da Ilha Grande os guias afirmaram que a localidade apresenta inúmeros problemas, principalmente no que tange aos equipamentos urbanos e serviços públicos, durante todo o ano. Devido ao aumento populacional no período de alta temporada, enfatizam que estes problemas são ampliados: a produção de resíduos sólidos aumenta exponencialmente, acompanhada pelo precário sistema de coleta pública; o esgoto é despejado “*in natura*” (sem tratamento) em diversas áreas da ilha; e o sistema de distribuição de água e energia elétrica não suporta a demanda deste período, eclodindo em falta de abastecimento.

Cabe ressaltar a preocupação demonstrada pelos guias com a integridade dos elementos físicos e bióticos da Ilha Grande. Os entrevistados apontaram que na alta

temporada ficam em evidência as perturbações sobre a fauna e a flora: poluição sonora, destruição de exemplares da vegetação de *habitats* da fauna. Relatam que o mesmo acontece com o meio físico: a compactação do solo e o descarte de resíduos sólidos nas trilhas entre outros.

O “turismo de transatlântico” é a modalidade que mais gerou reclamações entre os entrevistados. Segundo eles,

esses transatlânticos é o que mais vem causando impactos aqui na ilha, sua chegada transforma a Ilha num caos completo. Os turistas que de lá desembarcam chegam aqui, não compram nada por que eles já tem tudo lá, chegam aos montes, querem utilizar os banheiros e tudo mais não respeitam o jeito de ser da gente nem da ilha, eles são os piores(...). Uma vez eu estava mergulhando com uns turistas estrangeiros levando eles numa parte da ilha onde da pra ver vários peixes e quando eu cheguei com eles que ia mostrar tudo chegou um navio desses e espantou todos os peixes, eles vem muito perto aqui da ilha, quando ele estão aqui, se você colocar a cabeça debaixo d'água dá pra escutar o barulho dos motores.

Este depoimento apenas corrobora as questões levantadas por diversos pesquisadores e ambientalistas acerca desta forma de turismo.

No contexto do efetivo desenvolvimento do ecoturismo, a educação ambiental apresenta-se como outro aspecto significativo levantado pelos guias. Neste sentido, o lema apresentado por estes profissionais foi: “Da Ilha Grande nada se tira exceto fotos e nada se leva exceto saudades”. Esta questão é abordada em todas as visitas guiadas realizadas pelos guias, embora afirmem que alguns grupos de visitantes/turistas não apresentam relevante interesse nestas informações, ficando o profissional mais focado em apresentar a localidade e apontar a conduta que deve ser mantida durante a visitação, do que falar sobre aspectos físico-bióticos da ilha. Em nenhum momento os guias demonstraram atuar no sentido de desenvolver ações de sensibilização sobre a natureza que os cerca.

De maneira oposta, o conhecimento da cultura local, segundo os entrevistados, desperta muito o interesse dos turistas/visitantes. Isto ocorre porque, segundo eles, este é o diferencial da visitação: conhecer o folclore da ilha, a história de sua ocupação, a vida na época do presídio e os efeitos de sua implosão. O conhecimento desse interesse motivou pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro a criar o Eco Museu, localizado na Enseada de Dois Rios.

Questionados sobre a origem e atuação dos visitantes/turistas, os entrevistados informaram que os nacionais possuem interesse maior nas praias, diferenciando-se do internacional, que chega à procura de passeios em trilhas, visando observar a fauna flora e paisagens “exóticas”.

Outra questão analisada pela presente pesquisa e que envolve os conflitos entre os diversos atores que atuam na ilha foi a percepção dos guias sobre a atuação/contribuição dos atores institucionais - a exemplo dos órgãos de gestão ambiental

(como o INEA) e das Universidades (como a UERJ) - no planejamento e gestão do turismo e das questões ambientais. Foi verificado a partir das respostas obtidas que o conhecimento da atuação do poder público é incipiente e a imagem é negativa. Um dos entrevistados respondeu que as instituições ainda encontram-se “*fechadas nelas mesmas*”. Dois deles informaram serem ex-alunos da UERJ e por este motivo conhecem o trabalho da Universidade, mas que gostariam que esta fosse mais aberta e principalmente convidativa, pois ainda “*falta um caráter mais extensionista para as atividades exercidas*”. A ampla divulgação das pesquisas realizadas que possam contribuir para a formação dos profissionais e a retomada (e/ou a promoção) do curso de capacitação são os caminhos apontados pelos guias para o intercâmbio entre academia e os condutores da visitação.

Quanto aos empreendimentos hoteleiros os guias afirmaram que o repentino crescimento do sistema de hospedagem proporcionou uma diversidade de impactos socioambientais à Ilha. Muitos empreendimentos foram criados de forma irregular, tanto no que se refere à documentação bem como a ligação com a rede de água, esgoto e energia elétrica. Com o crescimento da atividade turística na ilha inúmeros indivíduos exógenos efetuaram a compra de imóveis para a sua refuncionalização em empreendimentos hoteleiros alterando assim as dinâmicas socioambientais e culturais da ilha. Para eles, estes novos atores não possuem determinadas preocupações com o ambiente, pois ali estão para obter lucro durante a alta temporada e abandonar a ilha no restante do ano. Como mostra o depoimento de um eco-guia:

Eles não possuem integração com o pessoal da ilha, eles querem mesmo é sugar o que puderem e depois se der problema ele vão embora para outro ponto turístico. Têm alguns que sempre moraram na ilha e apresentam alguma preocupação, tem até alguns que acabaram se rendendo à beleza da ilha e moram aqui, mas tem muita gente de fora e o governo não fiscaliza, não tá nem aí pra gente (...).

A percepção sobre a atuação do poder público foi outra perspectiva analisada nesta pesquisa. Foi verificado que todos os guias, algo da presente investigação, têm real noção da falta de controle e fiscalização do poder público no que tange a legislação ambiental e aos aspectos urbanísticos da ilha. Segundo eles, deste descontrole surgem inúmeros outros problemas socioambientais oriundos da atividade turística. Controle dos equipamentos e infraestrutura urbana, fiscalização das áreas verdes, controle do número de turistas, capacitação da população local para inserção na atividade são algumas das sugestões apresentadas pelos condutores dos usuários da natureza.

Principais conclusões

Os principais resultados obtidos com a presente investigação demonstraram que os guias oficiais da Ilha Grande estão familiarizados com as rotinas territoriais da região e, em sua maioria, possuem conhecimento das características do quadro natural e das pressões e impactos socioambientais que a ilha vem sofrendo (são, em sua

grande maioria, moradores locais, descendentes de caiçaras) em decorrência do crescimento do turismo de massa.

Eles reconhecem a necessidade de intervenção, principalmente por parte do poder público, no sentido de promover o ordenamento territorial necessário ao desenvolvimento do ecoturismo em bases sustentáveis e atuam no sentido de mediar os conflitos existentes, na medida em que interagem com os demais atores sociais na busca de melhores alternativas à resolução dos problemas socioambientais e a correta implementação do uso público (condução da visitação) nas áreas protegidas.

Entretanto, ainda carecem de mecanismos que os possibilitem agir sob o território turístico da Ilha Grande à despeito dos outros atores sociais presentes na ilha, no sentido de representatividade política nas questões que envolvem a visita guiada, bem como o manejo dos recursos naturais existentes, auxiliando na tomada de decisão a nível local.

Cabe ressaltar que o turismo na Ilha Grande possui um potencial reterritorializador de grandes proporções que, não administrado, ou ainda mal administrado, contribui para a degradação das relações sociais e ambientais existentes no local de seu desenvolvimento.

Sugere-se, a partir dos resultados aqui apresentados e discutidos, que sejam implementadas políticas públicas voltadas ao ordenamento territorial a fim de minimizar os impactos negativos do turismo às populações e ao meio ambiente, paralelamente ao aumento da fiscalização das atividades praticadas naquele território.

Referências bibliográficas

BECKER, B.K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. *In*: BECKER, B. K.; COSTA, R. H., SILVEIRA, C. B. (orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Lei nº. 9.985** de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. IBAMA, Ministério de Meio Ambiente, Presidência da República. Sub-chefia para Assuntos Jurídicos. 2ª. Edição, Brasília – DF, 2000. 52 p.

BRASIL, **Lei nº. 8.623** de 28 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Ministério do Turismo, Presidência da República. Sub-chefia para Assuntos Jurídicos. Brasília – DF, DOU, 1993.

BRASIL, **Lei nº 11.771**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre Política Nacional de Turismo. Ministério do Turismo, Presidência da República. Sub-chefia para Assuntos Jurídicos. Brasília – DF, DOU, 2008.

CORRÊA. R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. *In*: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CORREIA, R. S. Diferentes Territórios, Territorialidades Divergentes: os territórios do turismo em Angra dos Reis (RJ). *In*: MARAFON, G.J.; RIBEIRO M.A. (org.). **Revistando o Território Fluminense III**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

COSTA, N.M.C.. Ecoturismo: abordagens e perspectivas geográficas. *In*: Costa, N.M.C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V.C. (org). **Pelas trilhas do ecoturismo**. 1ª ed. São Carlos (SP): Rima. 2008. 320 p., p.17-31.

COSTA, N.M.C.; ALVES, L. R.S. A indústria da hospitalidade e o ecoturismo na ilha grande (RJ). **Revista GeoUERJ**. Instituto de Geografia – UERJ, Rio. de Janeiro – RJ. 2012. 25 p.

COSTA, R.O.A (Re)produção do Lugar Turístico Aliado à Lógica dos Ambientes de Atração Permanente: o exemplo da expansão do fenômeno do ecoturismo na Ilha Grande – Angra dos Reis (RJ). *In*: MARAFON, G.J.; RIBEIRO M.A. (org.). **Revistando o Território Fluminense III**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

CRUZ, R. C.A. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca Ed., 2003. 165p.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INEA. **Instituto Estadual do Ambiente**. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/>. Acesso em: novembro de 2011.

RAFFESTIN, C. (1980) **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo, Ática, 1993. Título original: Pour une géographie du pouvoir, 1980.

RIBEIRO, M.A. Tipologia das atividades turísticas: o exemplo do estado do Rio de Janeiro. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**. UERJ, RJ, n. 13, p.27-38, 2003.

SANTIAGO, A.M. De caldeirão do diabo a paraíso ecológico: a conversão da Ilha Grande. **Tese** (Doutorado em Construção Social do Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 2010. 256 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, M.C.T. O Lugar dos Aventureiros: identidade, dinâmica de ocupação e sistema de trocas no litoral do Rio de Janeiro há 3500 anos antes do presente. **Tese** de doutorado. Programa de Pós-graduação em história da Faculdade de filosofias e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2003.

Notas

¹Segundo a constituição brasileira de 1988 cabe ao Estado o papel de agente promotor do bem estar social, tendo como uma de suas ferramentas o controle e ordenamento territorial possibilitando o desenvolvimento da população, de forma justa. Quanto ao meio ambiente ele

(o Estado) é o responsável pela manutenção de sua qualidade e equilátera distribuição entre os sujeitos.

²Reconhecemos a existência de outros conflitos territoriais antecessores, até mesmo ao período pré-colombiano, como referencia Oliveira (2003), porém apontamos como marco territorial de investigação desta pesquisa a construção da BR 101 que possibilitou a intensificação do fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e informações convergindo para o atual processo de turistificação.

³De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) entende-se por unidade de conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder publico, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

⁴Política Nacional de Turismo lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, em seu artigo 21 apresenta a definição de prestadores de serviços turísticos.

Luiz Renato dos Santos Alves: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: alves_lr@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4752989381505660>

Nadja Maria Castilho da Costa: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Email: nadjacastilho@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8646672305430213>

Data de submissão: 27 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 19 de agosto de 2012

Data do aceite: 19 de agosto de 2012

Avaliado anonimamente



O Ecoturismo no Cerrado: reflexões e oportunidades na RPPN Santuário do Caraça (MG)

Ecotourism in "Cerrado" (Brazilian Savannah): reflections and opportunities in RPPN Caraça Sanctuary (MG, Brazil)

Isabela Barbosa Frederico, Heloísa Turini Bruhns

RESUMO

O presente artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas, e tem como objetivo explorar uma iniciativa, em específico, de ecoturismo em ambientes de cerrado. Este bioma nacional, segundo em área territorial, resguarda importantes organismos de flora e fauna do país, muitos de caráter endêmico. Apesar de sua importância, encontra-se esquecido no imaginário da população e também em iniciativas de conservação, caracterizando-se como um *hotspot*, sofrendo impactos negativos derivados do avanço agropecuário. Esta savana, considerada a mais biodiversa do mundo, necessita de iniciativas de preservação que sensibilizem o ser humano a respeito de sua importância e situação de perigo atual. Nesse contexto, o ecoturismo emerge como uma possibilidade de reaproximação do homem com a natureza através da experiência e subjetividade, possibilitando situações de aprendizado informal e lúdico do ambiente. A busca pela natureza hoje, enquanto fenômeno social contemporâneo deve ultrapassar a dicotomia entre cultura e natureza apontando novas possibilidades de ação e conservação. É um consenso nos debates ambientais a importância da mudança de percepção que contemple não apenas o olhar racional do espaço, mas também a dimensão emotiva do ser humano. Desta forma, este estudo enfoca em um caso, em específico, de ecoturismo em áreas de cerrado, que é o da RPPN "Santuário do Caraça", localizada no estado de Minas Gerais. Esta unidade possibilita a análise de situações interessantes em relação a esta atividade sendo elas a iniciativa de conservação em uma área particular, de posse de uma organização religiosa; o ecoturismo como alternativa para a preservação do ambiente e de um patrimônio histórico presente além da existência de um ritual que ocorre entre os padres da reserva e uma espécie endêmica do bioma, o lobo guará. Os resultados apresentados constituem em uma revisão bibliográfica sobre o tema e a relação desta com discursos dos visitantes, fruto da primeira fase da pesquisa. Estes discursos, de caráter qualitativo, foram coletados através de entrevistas semiestruturadas no período de julho de 2011, mês de alta recepção de turistas na unidade. Através destes foi possível observar a existência de um imaginário de valorização de grandes florestas em detrimento de paisagens inerentes ao cerrado. Porém, que o contato com este ambiente, através de dimensões mais emotivas do ser humano, provoca uma sensibilização e reflexão acerca dos impactos negativos gerados à natureza pela sociedade contemporânea, além de evidenciar um desejo de cuidado pelo ambiente após a experiência de contato com o local. O Ritual do Lobo Guará incita a curiosidade e o olhar mais subjetivo em relação ao local visitado. Entretanto, estas são as primeiras análises realizadas na unidade, o que evidencia o seu caráter peculiar no universo das iniciativas de ecoturismo neste bioma, revelando a importância do desenvolvimento da pesquisa na mesma.

PLAVRAS-CHAVE: Cerrado; Ecoturismo; Percepção Ambiental.

ABSTRACT

This article is part of a research in development, from the Department of Geography at University of Campinas, and aims to explore an initiative, in particular, ecotourism in cerrado environments. This national biome, second in land area, protects important bodies of flora and fauna of the country, many of endemism. Despite its importance, is forgotten in the minds of the population and also in conservation initiatives, characterized as a hotspot, suffering negative impacts derived from agricultural advancement. This savanna, considered the most biodiverse in the world, requires preservation initiatives which raise awareness about the human being of their importance and danger present. In this context, ecotourism has emerged as a possible rapprochement between man and nature through experience and subjectivity, enabling informal learning situations and playful environment. The search for nature today as a contemporary social phenomenon must overcome the dichotomy between nature and culture offering new possibilities for action and conservation. It is a consensus in the discussions the importance of environmental change in perception that it's not only the look of the rational space, but also the emotional dimension of being human. Thus, this study focuses on a specific case in ecotourism in areas of "Cerrado" (Brazilian Savannah), which is the RPPN "Santuário do Caraça", located in the state of Minas Gerais. This unit enables the analysis of interesting situations in relation to this activity it is a conservation initiative in a particular area, in possession of a religious organization; ecotourism as an alternative to preserving the environment and heritage of this than the existence of a rites that takes place between priests of booking and an endemic specie of the biome, the *Guará wolf*. The results are presented in a literature review on the subject and its relation to discourses of visitors, the result of the first phase of the research. These discourses, qualitative, were collected through semi-structured in the period from July 2011, the month in which the number of tourists is high. Through these it was possible to observe the existence of an imaginary large valuation at the expense of forests landscapes inherent in the cerrado. However, that the contact with this environment, through emotive dimensions of the human being, causes an awareness and reflection about the negative impacts generated to the nature by contemporary society, in addition to demonstrating a desire to care for the environment after the experience of contact with the site. The Ritual of Lobo Guará encourages curiosity and the subjective look in relation to the place visited. However, these are the first analyses carried out in the unit, which highlights its peculiar character in the universe of ecotourism initiatives in this biome, revealing the importance of research development in it.

KEYWORDS: Cerrado; Ecotourism; Environmental Perception.

Introdução

A questão ambiental, em conjunto com os movimentos contraculturais começaram a iluminar as grandes discussões sobre a proteção do planeta e formas de vida a partir da década de 60. Com o estopim de obras como "Walden ou a vida nos bosques" de Thoreau (com a primeira publicação no ano de 1854, porém com grande influência nas ideias ambientalistas do período) e "A Primavera Silenciosa" de Raquel Carson (no ano de 1962), o mundo experimentou um embate em relação aos padrões de crescimento e dominação até então vivenciados pela humanidade.

Nesse ínterim diversos setores da sociedade começaram a dialogar sobre suas posições em relação à problemática ambiental e assim conseqüentemente apresentaram possíveis soluções para o desequilíbrio enfrentado. No campo das ciências, surge a necessidade de se quebrar a visão racionalista assim como a posição romântica em relação à natureza. Faria (2002) nos recorda que a partir do século XIX, o interesse das grandes ciências na relação das ações sociais sobre o espaço se deu pela orientação de um modelo de crescimento com duas facetas: de um lado os recursos naturais que deviam ser utilizados pelos agentes sociais hegemônicos em larga escala, e do outro, um conceito de natureza dotada de equilíbrio, harmonia e naturalidade se opondo às esferas da sociedade ganhando o status de natureza intocada.

Essas duas vertentes contrastantes mantiveram a dualidade entre o homem e a natureza, num entendimento onde ambos constituem-se de instituições separadas e distintas. No entanto, com o avanço do debate em torno da questão ambiental, principalmente com os eventos mundiais sobre o tema, esse pensamento dualista foi se rompendo e dando lugar a outras dimensões interagindo homem e natureza. A conferência Rio 92, por exemplo, teve como grande marco o diálogo entre várias culturas e setores da sociedade mundial que lograram discutir a problemática socioambiental por vieses que ultrapassavam os marcos tradicionalistas do mercado e da política, como exemplo a espiritualidade (LEIS, 1998).

Atualmente diversos campos das ciências dialogam juntos sobre a questão ambiental estabelecendo um campo reintegrador de saberes. No caso da geografia, vários estudos contribuem para o entendimento entre o homem e seu ambiente. Guimarães (2002) nos informa que os estudos geográficos têm, em diferentes períodos, buscado compreender a tradução das experiências ambientais sob as variáveis de ordem natural, social e/ou cultural.

Esses estudos apontam o Brasil entre os países com maiores índices de biodiversidade mundial, o que aumenta a sua responsabilidade na preservação do meio ambiente. Dentro desse cenário biodiverso encontra-se o cerrado, um bioma com alto grau de endemismo e uma presença de diversas fisionomias/paisagens em sua abrangência territorial. Apesar de ser apontado como a savana tropical mais rica do mundo, este bioma encontra-se muito pouco protegido legalmente e muitas vezes menosprezado no imaginário brasileiro (KLINK; MACHADO, 2005).

Neiman e Rabinovici (2002) ao abordarem o bioma sob a perspectiva do ecoturismo e da educação ambiental, apontam controvérsias como, a fisionomia da paisagem insinuando aos visitantes uma escassez de água, o que na verdade não ocorre. Porém essa ideia de “escassez” permanece na concepção dos sujeitos. Assim, o cerrado pode ser desmerecido em relação a cenários que abriguem, por exemplo, grandes florestas e cachoeiras. Bruhns (2010) destaca como o ecoturismo privilegia áreas naturais apelativas do ponto estético, levando em conta os valores ocidentais.

Este bioma apesar de desprezado tanto em termos de valorização estética como em legislação conservacionista, merece um olhar atento às suas belezas, particularidades e importância. Schama (1995, p.24) nos coloca em sua obra a necessidade que temos de “*um modo de olhar, de redescobrir o que já possuímos, mas que de alguma forma nos escapa ao reconhecimento e à apreciação*”. O objetivo do autor não é resgatar um cená-

rio perdido, mas revelar o que ainda podemos encontrar e valorizar.

Mamede e Benites (2008) afirmam que a transformação dos olhares sobre o cerrado exige uma necessidade de reorientação e vivência com o bioma. Nessa transformação, segundo as autoras, os sentimentos e as emoções dos indivíduos devem ser explorados e estimulados. Assim sendo, o ecoturismo se mostra como uma oportunidade no sentido de se aliar o desejo de conhecer, de fazer parte e de contemplar esse bioma.

O ecoturismo pode ser destacado como ferramenta de possível intervenção no patrimônio natural através da dimensão subjetiva e experiencial do ser humano. A busca pela natureza hoje, como fenômeno social contemporâneo deve ultrapassar a dicotomia entre cultura e natureza apontando novas possibilidades de ação.

Para Tuan (1983) as experiências são constituídas de sentimento e pensamento, os quais estão estreitamente vinculados em um *continuum* experiencial, constituindo maneiras de se conhecer. Portanto a da experiência proporcionada pelo ecoturismo em áreas de cerrado estimula a imbricação entre razão e emoção, atribuindo valores a esse bioma.

É nesse contexto que as experiências no presente bioma devem ser estudadas e interpretadas. Irving (2008) atenta para a necessidade de focar o turista como um “agente de transformação”, desvinculando-o do caráter de marionete de agências de ecoturismo e do mercado verde, tornando-se capaz de decidir e impor mudanças de processo. Para a autora está aqui provavelmente a essência do conceito de planejamento ecoturístico. Tuan (1983) também coloca a importância de se entender a rica informação derivada da experiência para os futuros processos de planejamento.

Sob este cenário emerge o interesse do presente artigo em compreender como se dá a relação entre homem e natureza em áreas de cerrado. Em um contexto mais amplo, este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida no Departamento de Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas.

Com o desejo de se compreender novas alternativas de desenvolvimento em um contexto de crise, como o atual, a investigação em questão busca explorar um caso que ocorre em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural chamada “Santuário do Caraça”.

Essa opção se sustenta em função da mesma apresentar visitação turística durante todo o ano, com maior intensidade nos meses de janeiro, fevereiro e julho, mas principalmente por esta área possibilitar a análise de três situações interessantes envolvendo a questão ambiental: a iniciativa de conservação em uma propriedade particular mantida desde 1819 pela Missão dos Lazaristas; o ecoturismo como alternativa para a preservação, e a relação entre a cultura e o meio ambiente. Esta relação se dá através da presença de um patrimônio histórico local e uma tradição que se tornou ícone da reserva, qual seja, o ritual da alimentação aos lobos guarás (espécie de mamífero endêmica do cerrado) que ocorre diariamente após o jantar na escadaria da igreja localizada na área.

Os resultados que serão apresentados constituem a primeira parte da pesquisa, na qual foram realizadas visitas exploratórias à reserva e aplicadas entrevistas semiestruturadas aos visitantes, como forma de caracterizar o cenário estudado e ressaltar as errâncias existentes no mesmo. Para isso, o artigo inicia com a retomada de uma contextuali-

zação teórica sobre a situação do bioma cerrado no cenário nacional, após isso busca-se uma aproximação bibliográfica acerca das possibilidades que o ecoturismo apresenta enquanto reaproximação do homem ao seu meio, tendo em vista a experiência como abertura para as dimensões emotivas do ser humano, bem como a possibilidade de uma revisão de valores e posturas em relação a si próprio, à outredade e ao meio ambiente.

Em um segundo momento são trazidos alguns dos discursos coletados com os visitantes como forma de aclarar o contexto existente no “Santuário do Caraça” e abrir indagações acerca das alternativas encontradas nesta experiência de ecoturismo no bioma em questão, além do enfoque nas relações que aí se desdobram. Os relatos apresentados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas realizadas durante a primeira visita exploratória à Reserva, no mês de julho de 2011.

Desenvolvimento

O cerrado no contexto atual

O cerrado é o segundo maior bioma brasileiro (representando cerca de 25% do território nacional) ficando atrás apenas da Floresta Amazônica. Localizado na região central do país, abrange 17 estados, com maior expressividade em Goiás, Tocantins e no Distrito Federal (GOODLAND; FERRI, 1979; MMA, 2007).

Considerado como a grande savana brasileira, este bioma abriga uma megadiversidade de flora e fauna de grande relevância, com um número considerável de espécies de caráter endêmico. Além disso, o cerrado apresenta alta porcentagem de representatividade de mamíferos (37%), aves (49%), répteis (50%) e peixes (40%) em relação à totalidade de espécies no Brasil (KLINK; MACHADO, 2005).

Em relação à fisionomia vegetal, o cerrado abriga um verdadeiro mosaico com a presença de formações florestais; savânicas e campestres (MMA, 2007). Ao abordar a ecologia do bioma, Goodland; Ferri (1979) descrevem a paisagem deste como sendo uma mistura de árvores baixas e um estrato herbáceo rasteiro altamente desenvolvido.

No sentido horizontal, os ambientes de cerrado sofrem diversas mudanças, podendo conter em uma mesma região áreas campestres, capões de mata, florestas e áreas brejosas (MACHADO *et. al.*, 2004)

Outra característica relevante é o fato deste abrigar as nascentes de importantes bacias hidrográficas da América do Sul como a Amazônica, a do São Francisco e a Platina (WWF - Brasil, 2000). A sua conservação torna-se necessária então para a manutenção da biodiversidade presente na Amazônia e no Pantanal, uma vez que acolhe as nascentes dos principais rios que banham esses biomas.

Apesar das evidências de sua importância, o cerrado vem sendo bastante ameaçado, caracterizando-se como um *hotspot*. Segundo Felfili *et. al.* (2005) restam apenas 20% da cobertura original do bioma. Esse número reflete a intensa pressão que as ameaças das pastagens para a criação de gado de corte e a monocultura (ex: a soja) estão impondo sobre o mesmo (MACHADO *et. al.*, 2004).

Uma das alternativas encontradas para a conservação das áreas naturais no Brasil foi a criação das Unidades de Conservação. Em relação ao cerrado, estas áreas estão

restritas em torno de 2% de toda sua extensão, um número inexpressivo em termos de preservação. Portanto, a relevância dessas unidades é colocada ao lado da necessidade de políticas públicas que contemplem a conservação e a educação ambiental, assim como um novo modelo de desenvolvimento mais crítico que incorpore outras dimensões além da econômica (RODRIGUES, 2005; MAMEDE; BENITES, 2008).

O ecoturismo enquanto possibilidade de reaproximação

A prática do ecoturismo tem-se revelado como forma de novas sensibilidades através da experiência. Algumas unidades de conservação permitem essa prática e para tanto, a atividade deve estar alinhada com os princípios éticos de preservação e educação, bem como com o plano de manejo ou de uso público. Apesar desse não ser o cenário sempre presenciado (por vários motivos como a ausência de infraestrutura, a existência do turismo de massa, entre outros) não podemos descartar o ecoturismo como uma possibilidade de integração entre homem e natureza, afastando-se dos extremismos e das concepções culturalistas (natureza como necessidade de ser domesticada) e naturalistas (natureza contendo todas as virtudes).

Na concepção culturalista a natureza ganha o *status* de algo inanimado e mecânico. Nesse sentido emerge um mundo que evita o sensível, valorizando uma descrição quantitativa da natureza e colocando a razão humana como centro do universo (GRUN, 1996). Carvalho (2001) nos coloca que nessa concepção a natureza é classificada segundo sua utilidade para as necessidades humanas, ou seja, o ideal de civilidade e cultura é construído em oposição à esfera do ambiente natural. Revela-se aqui o distanciamento entre homem e natureza, além da dualidade criada entre a razão e a emoção, entre o intelecto e a intuição, desvalorizando a experiência subjetiva.

Ao longo da década de 1970 o turismo de massa colaborou para a deterioração de alguns destinos (WESTERN, 2005). No ambiente natural, Diegues aponta distorções causadas pelo mito da “natureza intocada”, o qual pode gerar conflitos pela desvalorização e o desrespeito com as comunidades tradicionais residentes (DIEGUES, 2004). Esse mito introduz um imaginário nos sujeitos sobre os “paraísos naturais”, distanciando os mesmos e isentando-os de qualquer responsabilidade e estimulando a utilização desses espaços sob a ótica do consumo.

Ao refletir sobre a prática do turismo, mais especificadamente do ecoturismo (como forma de turismo alternativo que se contrapõe ao turismo de massa), Irving (2008) nos coloca a importância de evitarmos um olhar reducionista. Para a autora esta prática se caracteriza como um fenômeno social que ultrapassa as barreiras do mercado aproximando-se do cotidiano das pessoas, do modo como vivem, trabalham e se divertem. Enfim, da sua cultura e de seu universo simbólico.

Defendendo uma razão mais sensível, a qual deve incorporar elementos como o desejo, a imaginação, o afeto dentre outros, Bruhns (2007, p.63) demonstra a necessidade de desenvolvermos uma sensibilidade ecológica atenta “*ao que a existência humana tem de enraizada, de sensível, de corporal, dando importância à dimensão emocional e afetiva da estruturação social*”.

Tuan (1983) afirma que a experiência consiste nas diversas formas (que podem

ser as mais diretas e passivas como olfato, paladar e tato até a percepção visual e o simbolismo) pelas quais o indivíduo conhece e estrutura a realidade. Para o autor, a experiência, construto do pensamento e do sentimento, desemboca diretamente na capacidade de aprender através da vivência. Nesse sentido, o ecoturismo traz uma possibilidade do surgimento de novas relações e intervenções no meio ambiente, dotadas de sensibilidades.

Como expõe Tuan (1983) inicialmente um espaço indiferenciado possui forma abstrata, mas, a medida que o conhecemos e o dotamos de valor ele se transforma em lugar.

As experiências de ecoturismo no cerrado deparam-se com uma diversidade de paisagens e ecossistemas (MAMEDE; BENITES, 2008). Para as autoras o contato com o ambiente natural pode despertar a sensibilidade e alguns sentimentos como os de pertencimento à natureza. O mosaico de paisagens inerentes ao bioma proporciona as diversas formas de percepção, cientes que estas são frutos das relações do sujeito com sua sociedade, história e cultura. Como afirma Schama (1995, p.17) a paisagem *“compõem-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rocha.”*

Nossa experiência corpórea é a mais direta e imediata, uma vez que constitui o primeiro referencial que temos com mundo (BRUHNS, 1997). Em se tratando de cerrado, o corpo entra em contato com um mosaico de paisagens que a princípio podem colidir com o imaginário baseado nas grandes florestas. Esse impacto vai sendo amenizado gradativamente pelo seu poder cênico (NEIMAN; RABINOVICI, 2002).

Como Tuan (1983) esclarece mais importante do que a duração da experiência está a qualidade e a intensidade que o contato pode gerar, sendo que está última varia de acordo com a emoção provocada ao longo do contato (NEIMAN; RABINOVICI, 2002).

As emoções e a sensibilização para as questões ambientais no ecoturismo podem ser impulsos desencadeados através da educação ambiental informal. Se resgatarmos o conceito de ecoturismo, essa educação compõe uma tríade com a preservação ambiental e o envolvimento das populações locais (PIRES, 1998). Para tanto, a EA deve renegar o viés estritamente informacional e descritivo, agregando uma composição onde o ser humano e a natureza relacionam-se num todo. Marin, Oliveira; Comar. (2005) revelam que a educação ambiental enriquece em reflexão e ação quando se abre para as dimensões não racionalistas do humano, o que não significa o descarte da racionalidade.

Para Carvalho (2003) o educar, dentro de uma perspectiva hermenêutica, constitui um trajeto onde o indivíduo e o mundo vivido vão se estabelecendo mutuamente em uma dialética de compreensão/ interpretação. Neste caso, a paisagem diversa do cerrado possibilita através da vivência e da interpretação um entendimento da complexidade e das simbologias que o envolve e lhe conferem significado e valor.

Compreensão esta possível uma vez que a paisagem é portadora de uma identidade, assim como a mediadora das relações entre o ser humano e a natureza, na qual elementos naturais e construídos por um viés simbólico exprimem uma ideia, uma concepção de vida, de sociedade e até mesmo de mundo (GUIMARÃES, 2002).

Para Cascino (2000) a retomada de uma educação ambiental ousada, crítica e transformadora contribui na reflexão sobre os espaços naturais e permite o ensejo do conhecer e experimentar para conservar. Nessa direção, as vivências íntimas do corpo com

a natureza buscam o reconhecimento do espaço ocupado por esse corpo na sua relação com o mundo, “*uma revisão de valores bem como um encontro muito particular do homem com ele mesmo*” (BRUHNS, 1997, p.136).

O ecoturismo e a educação ambiental formam interessante parceria para o conhecimento sensível do ambiente natural, onde o elemento afetivo é fundamental. No caso de nossa savana, o cerrado, essa relação íntima envolvendo razão e emoção torna-se fundamental para sua conservação. Dentro do universo do ecoturismo, Mamede e Benites (2008) ressaltam as possibilidades temáticas inerentes ao cerrado, tais como: o percurso das águas, a flora, a cultura, a aventura e a contemplação, inserindo-o em um contexto mais amplo e profundo.

As vivências de ecoturismo desenvolvidas em unidades de conservação podem também contribuir para a quebra de preconceitos existentes na associação de programas de conservação e desenvolvimento (IRVING, 2008). Isto é, a ideia de que áreas de natureza preservada constituem um empecilho para o desenvolvimento econômico podem ser ultrapassadas uma vez que essa modalidade de turismo permite o uso equilibrado dos recursos naturais e o ganho econômico e social para as comunidades envolvidas.

As experiências na RPPN “Santuário do Caraça”

A Reserva Particular de Patrimônio Natural “Santuário do Caraça” está localizada no estado de Minas Gerais, nos municípios de Catas Altas e Santa Bárbara, a 120 km da capital do estado Belo Horizonte.

Está inserida no Quadrilátero Ferrífero, no começo da Serra do Espinhaço. Possui uma área de 11.200 hectares com áreas de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado. Goodland e Ferri (1979) nos colocam que apesar da grande maioria dos estados brasileiros terem este bioma (cerrado) em seus territórios, apenas Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás possuem todas as variações que compõem essa vegetação.

A unidade está sob responsabilidade da Província Brasileira Congregação da Missão e se caracteriza por resguardar, além de riquezas naturais, um importante patrimônio histórico, como a primeira Igreja Neogótica do Brasil (1876), duas capelas barrocas no interior da igreja, uma capela restaurada localizada em uma das montanhas, imagens e peças sacras, a obra do Mestre Ataíde “Santa Ceia”, além de construções no estilo colonial e gótico, claustros, catacumbas, um museu e uma biblioteca com cerca de 20 mil obras (PEREIRA; CARRIERI, 2005).

Inicialmente concebida como um colégio de padres, a Reserva do Caraça teve em seu âmago a religiosidade como norte de suas atividades. Após um incêndio acidental, este espaço se reconstruiu e hoje além de um recanto de espiritualidade também se configura como um cenário de turismo alternativo. Cabe aclarar, entretanto, que a priori esse turismo não foi planejado, porém como ressalta Pereira e Carrieri (2007) com a reconstituição do patrimônio histórico e religioso do Caraça, deu-se início a um turismo mais qualitativo em relação aos ideais e princípios do local. Atualmente, o antigo colégio funciona como uma pousada que recebe segundo a Coordenação Ambiental, uma média de 17.500 hóspedes por ano, já em termos de visitação a reserva recebe cerca de 60.000 anuais.

O principal foco desse turismo reside em um ritual entre os padres e o lobo guará,

animal endêmico do cerrado. Este contato, entre o animal e os padres da reserva, se deu inicialmente no ano de 1982, quando fora percebido que os lixões da reserva estavam sendo revirados pela noite. A partir desse acontecimento, o Padre Tobias, que coordenava a área, observou que se tratava da visita do lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*). Desde então, os padres começaram a colocar bandejas com carne para o animal nos portões e logo foram subindo até chegar ao adro da igreja. Após três décadas esse ato continua vivo, constituindo-se como o grande atrativo da área.

Segundo a etnóloga Martine Segalen (2002, p.32) os ritos podem ser definidos como: “(...) *um conjunto de condutas individuais ou coletivas, com suporte corporal (verbal, gestual e de postura), caráter repetitivo e forte carga simbólico para e testemunhas para autores e testemunhas.*” Além disso, a autora também agrega ao colocar que o rito, para sua existência, precisa basear-se em códigos simbólicos reconhecidos pela coletividade.

Nesse contexto, o rito do lobo guará, se configura em um tempo e em símbolos compartilhados pelas tradições religiosas presentes na reserva. O momento de espera pelo animal traz características provenientes dessas crenças como o silêncio, o respeito, o ato de escutar o que o padre tem a falar, além de ser realizado momentos antes da celebração da missa noturna.

O Ritual do Lobo Guará se configura como um singular momento do turismo na reserva ao possibilitar o contato aproximado entre os visitantes e um importante representante da fauna do cerrado. Diferente das iniciativas comumente vistas, onde o turista sai e através de trilhas busca observar os animais existentes, nesse Ritual tem-se o fato da espera na igreja para que o lobo se aproxime das pessoas. Nesse momento de espera, realizado no período do entardecer, começo da noite, as pessoas são orientadas pelos padres a ficarem em silêncio oferecendo assim um clima de segurança para a aproximação do animal.

Em relação aos ritos de silêncio Bruhns e Marinho (2012) ressaltam a importância de se explorar esse momento, pois o mesmo facilita uma conexão com o ambiente a partir de sensibilidades como os sons do ambiente natural, muitas vezes distanciado do homem ao longo do cotidiano urbano. Além disso, as autoras ressaltam a dificuldade que o homem tem perante o ato do silêncio, muitas vezes renegando-o a categorias de “vazio”, como falta ou ausência de algo.

Outro ponto importante dessa experiência com o lobo é o período na qual ela se dá: o início da noite. A reunião das pessoas ao redor do adro da igreja pela espera do animal se dá em um momento onde muitos deles já realizaram caminhadas, atividades de contemplação, informativas, entre outras, culminando em um momento onde já há uma reflexão acerca das vivências de todo o dia.

Em uma das falas coletadas ao longo da visita exploratória, pode-se comprovar como esse ritual se mostra intenso ao possibilitar reflexões mais profundas do visitante em relação aos seus hábitos e a preservação da área, assim como a relevância da conservação desta espécie.

Além disso, esse momento íntimo do visitante com o animal esclarece diversos paradigmas vigentes em uma sociedade urbanizada como a de que um animal selvagem sempre oferecerá perigo.

O que mais me chama atenção, a proximidade que o lobo tem com as pessoas, a gente pensa que o lobo é animal selvagem não se aproxima das pessoas, aqui ele fica bem com as pessoas, e é interessante você tem a experiência de ficar próxima do lobo, normalmente a gente pensa ahh lobo, animal selvagem, ele vai me machucar, vai me comer, não sei o que as pessoas pensam, mas é uma experiência diferente (M, visitante infantil da reserva- visita o local desde que nasceu acompanhada dos pais).

O ato de reconhecimento de um lugar por si só pressupõe a presença de quem o faz, com isso toda a bagagem cultural o acompanha em suas apreensões (SCHAMA, 1995). Considerando isto, e pensando em uma possível reaproximação do homem com o meio natural, é importante que em algum momento ao longo da visita o homem tenha um espaço de desconstrução de ideias e abertura para novas experiências. Nesse sentido o Ritual do Lobo Guará mostra-se, a priori, uma oportunidade para isso:

A questão do lobo desperta a curiosidade, e faz pensar que tem que preservar, os pássaros não tem medo da gente, eles se aproximam, é diferente, a convivência, a pessoa entre no clima, aqui vê passarinho, vê lobo, as vezes se a pessoa tem alguma intenção de fazer alguma coisa contra a natureza ela reflete, é melhor o animal vivo, solto vivo, do que fechado (G, historiador, visitante adulto da reserva, frequenta anualmente o local).

O Ritual do Lobo pode contribuir também, como evidencia o discurso acima, com a ideia de De Botton (2003), de que valores podem surgir a partir do contato com elementos naturais.

Outro aspecto importante ressaltado ao longo dos discursos foi a relação emotiva estabelecida entre os visitantes. O Caraça tem como característica a visita anual de um público bastante fiel que acompanhou o processo do turismo no local. O aspecto emocional é bastante ressaltado entre esse público, sendo apontado como uma das características que faz latente o desejo de sempre retornar à Reserva.

Me emociona também a parte humana daqui, a parte como os padres tratam os funcionários, as pessoas daqui. Os funcionários são muito compreendidos em suas necessidades. Nós tivemos alguns vínculos com alguns padres aqui, tivemos oportunidades de ter momentos mágicos daqui, inclusive com o Padre Tobias, o precursor desse contato com o lobo. Tanto com contato com o Lobo, tanto com relação assim com o interesse que ele tinha de divulgar a história desse local, isso ficou no meu imaginário como algo muito rico, me emociona, nós criamos amizades aqui (R, professora universitária, visitante adulta, frequentadora da Reserva a 18 anos).

As experiências no Caraça, como fora supracitado, são ditadas por um tempo e por costumes vinculados a religiosidade, proporcionando um distanciamento de ele-

mentos que hoje acompanham todas as atividades urbanas como televisão, computador, celular. Ao realizar isso, gera-se um espaço de maior interação entre as pessoas que ali estão. Bruhns (2010:88) fala da passagem de um processo de “individualismo para o coletivismo, da racionalidade para a emocionalidade”. Ainda segundo a autora, ocorre um sentimento de localismo e de identificação emocional, fruto dos relacionamentos, que embora não sejam de períodos muito longos são estruturados com muita intensidade, recordando aqui a aportação de Tuan (1983) ao ressaltar a importância da intensidade do contato para a qualidade do mesmo.

Muitas pessoas que vem não voltam porque não conseguem ficar tempo sem a tecnologia. Eu tento me desligar, aqui eu não sinto falta da tv, eu me sinto bem conversando com as pessoas, eu não tenho sites assim, tipo Orkut, facebook, eu só jogo, dai nem sinto tanta falta (M, visitante infantil da reserva- visita o local desde que nasceu acompanhada dos pais).

O discurso acima demonstra como o tempo e as experiências possibilitadas na Reserva podem gerar contatos mais diretos e emotivos entre os seus visitantes. Essas novas formas de sociabilidade se contrapõem as usualmente vivenciadas na sociedade atual - que costuma limitar e prescrever formas de relacionamentos - gerando vínculos de amizade entre as pessoas (Ortega, 2000).

Carvalho (1997) ao fazer referências ao movimento ecológico ressalta algumas de suas características como a contraposição deste aos valores de consumo insaturados na sociedade e a importância da subjetividade no resgate da relação entre a natureza e o homem. Em alguns discursos foi possível levantar reflexões críticas dos visitantes acerca do modelo hegemônico no qual estamos inseridos, tanto em relação à importância de uma sensibilização, como na gestão da própria unidade e também em relação ao entorno do Caraça que está muito impactado pela presença de empresas mineradoras:

Essa consciência é super importante. Mas infelizmente estamos num governo que não tá nem aí, um governo que preza a exportação, soja lá embaixo e minério aqui (T, visitante anual do Caraça há 9 anos).

Eu acho que aqui tem pontos positivos, é dele estar nas mãos de uma organização de origem religiosa, a gente não tem a invasão do capitalismo (...) (R, professora universitária, visitante adulta frequentadora da Reserva a 18 anos).

O entorno, tem área protegida, mas tem muita devastação, de uns 3 anos pra cá, a Vale, me causa muita tristeza, essa sensação de que eles tão destruindo tudo o que a gente tem aqui né (...)Esses minérios que vão pra China, pra outros países, nosso bem maior é a nossa tragédia também, que é o minério, que deu o nome pro nosso estado, vem devastando tudo, pela ganância (G, historiador, visitante adulto, frequenta o parque a 12 anos).

Um aspecto relevante já apresentado pela bibliografia foi o esquecimento sofrido pelo bioma cerrado no imaginário da sociedade brasileira, gerado entre outros aspectos pela valorização unívoca de grandes florestas. Leff (2010) coloca que nossa percepção de mundo tem sido norteadada pela racionalidade da modernidade. Neste processo, onde estão envolvidos conhecimento moderno e racionalidade econômica, tem-se uma globalização que unifica olhares e identidades de um mundo cuja principal característica é a diversidade. A falta de uma compreensão mais sensível da complexidade e também da valoração que circunda o cerrado pode ser observada em alguns discursos:

As pessoas tendem a valorizar mais as áreas que se percebe mais verde, tem algo inconsciente, se as pessoas tivessem que escolher o que preservar a mata atlântica ou cerrado, eu acho que as pessoas escolheriam a mata atlântica, porque tem mais densidade, achando que ali tem mais vida, tem mais vegetais, deve ter mais animais, os rios correm por ali e no cerrado elas pensariam o que, não tendo consciência que ali tem a sua diversidade, seus animais que preferem tá ali, que tem vida, é minha opinião (R, professora universitária, visitante adulta, frequentadora da Reserva a 18 anos).

Percebe claramente que não é mais aquela Mata Atlântica tão poderosa né. Árvores maiores de mais tempo de vida, mais fechadas, aqui tem uma mata um pouco mais fechada, mas não chega a ser exuberante, aqui são espécies mais raquíticas, as árvores não crescem tanto (T, professor de inglês, visitante anual do Caraça há 9 anos).

Ainda em relação a questões apontadas pela bibliografia, nos discursos também é possível levantar que o contato com a natureza através da viagem pode trazer o desejo de se preservar. Para Leff (2010) uma consciência ecológica generalizada e comum da espécie implica em que a humanidade comparta a vivência de uma crise ambiental como uma catástrofe comum a toda coletividade, trazendo ao imaginário social um princípio simbólico.

(...) é um lugar especial, é diferente, você interage com a natureza, na cidade a gente não interage, não deveriam destruir esse lugar, essas mineradoras. Eu levo comigo esse lugar, mas assim as pessoas não conhecem aqui, então assim eu e os meus pais a gente leva pra nós assim as lembranças, o não querer deixar destruir aqui (M, visitante infantil da reserva- visita o local desde que nasceu acompanhada dos pais).

Não adianta ficar destacando que ta acabando. Por isso os ambientalistas estão ficando chatos, uma postura chata, bloqueia costumes tradicionais. O desenvolvimentismo está voltando. Não pode ser uma Educação Ambiental pelo medo, tem que ser pela vivência, sensibilização. É um sentir mesmo, não é racional (R, biólogo, já frequentou o parque 6 vezes).

Os discursos aqui apresentados apontam questões interessantes possibilitadas

ao longo da experiência entre o ser humano e a natureza, em específico, o bioma Cerrado. O caso do Caraça é peculiar e mostra alternativas aos modelos de turismo de natureza existentes. A imbricação entre cultura, espiritualidade e natureza, presente no local, induz aos visitantes a questionamentos e vivências que se diferenciam do cotidiano opressor e limitante da vida urbana. Desta forma, o ecoturismo desenvolvido nesta unidade merece um estudo que compreenda as relações que se dão neste lugar, suas potencialidades e características.

Conclusão

O presente artigo buscou, através de uma revisão bibliográfica e da apresentação de resultados preliminares de uma pesquisa em desenvolvimento, revelar possíveis formas de estreitamento das relações entre o homem e o cerrado durante práticas de ecoturismo.

O estudo do ecoturismo sob o enfoque da percepção ambiental se faz necessário, uma vez que a informação derivada da experiência contribui para reflexões de planejamento da atividade. Pensar a viagem à natureza como uma aliada para se romper paradigmas da racionalidade moderna e se alcançar novas sensibilidades humanas em relação à natureza se faz importante no período crucial de crise enfrentado pela sociedade.

Nesse sentido, Irving (2008) afirma que para garantir a qualidade e a dinâmica do planejamento ecoturístico é necessário compreender tanto as subjetividades que envolvem o processo de entendimento do mundo de um turista de natureza como a interpretação de seus desejos. Corroborando com esta ideia Couto (2006) reconhece que uma pesquisa com o enfoque na percepção ambiental facilita a incorporação de ações que coooperem com as necessidades locais, uma vez que se compreendem as interpretações que um grupo tem de um lugar, assim como as relações que se estabelecem com o mesmo.

Como fora possível levantar através de alguns discursos, a RPPN “Santuário do Caraça” resguarda um turismo alternativo com denominadores que merecem ser investigados e analisados. Inicialmente nota-se que a questão emotiva, o tempo religioso e o encontro com o Lobo Guará são características que norteiam a experiência do visitante no local, provocando uma sensibilização no mesmo. Entretanto, com o desenvolver da presente investigação se objetiva compreender mais intensamente como se dão essas relações presentes e se, de fato, estas se fixam nos imaginários e se refletem em atitudes e hábitos, que possam contribuir para a preservação do bioma em questão.

Referências bibliográficas

BRUHNS, H.T. A ideia de natureza como fronteira. *In*: SERRANO, C.; BRUHNS, H.T.; LUCHIARI, M.T.P. (Orgs) **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

BRUHNS, H.T. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. *In*: SERRANO, C.T.; BRUHNS, H. T. (Orgs) **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 4. ed Campinas: Papirus, 1997.

BRUHNS, H.T. O ecoturismo e o mito da natureza intocada. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, v. 32, p. 11-21, 2010.

BRUHNS, H.T.; MARINHO, A. Ritos e rituais nas viagens à natureza. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.1, jan/abr-2012, pp.87-102.

CARVALHO, I.C.M. A tradição como horizonte de significação do ambiental. In: **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Ed: Universidade/UFRGS: Porto Alegre, 2001.

CARVALHO, I.C.M. Os sentidos do ambiental: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. In: Enrique Leff. (Org.). **A complexidade ambiental**. 1 ed. São Paulo(SP), Blumenau(SC): Cortez e EDIFURB, 2003, v. , p. 99-120.

CARVALHO, I.C.M. As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos para a educação ambiental. In: PÁDUA, S.M.; TABANEZ, M.F. (Orgs). **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: Ipê, 1997.

CASCINO, F. Pensando a relação entre educação ambiental e ecoturismo. In: SERRANO, C.M.T., BRUHNS, H.T.; LUCHIARI, M.T.D.P. **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papyrus, 2000.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL Brasil, **Hotspots**. Disponível em <<http://www.conservation.org.br/como/index.php?id=8>> Acesso em: 22/09/2010.

COUTO, M.N.C. Percepção ambiental de grupos representativos da comunidade de Itaoca, São Gonçalo/RJ. 2006. 68f. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Disponível em: <<http://www.uff.br/cienciaambiental/dissertações/MNCCouto.pdf>> Acesso em 20/05/2012.

De BOTTON, A. **A arte de viajar**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB, USP, 2004 (5ª edição).

FARIA, M. O. O mundo globalizado e a questão ambiental. In: NEIMAN, Z. (Org). **Meio Ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri: Manole, 2002.

FELFILI, J.M.; SILVA-S, J. C.; SCARIOT, A. Biodiversidade, ecologia e conservação do Cerrado: avanços no conhecimento. In: FELFILI, J.M.; SILVA-S, J. C.; SCARIOT, A. (Orgs) **Cerrado, ecologia e conservação**. MMA: Brasília, 2005.

FLICK, U. **Introducción a la investigación cualitativa**. Espanha: Ediciones Morata, 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOODLAND, R.; FERRI, M. G. **Ecologia do cerrado**. São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1979.

GRUN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. São Paulo: Papyrus, 1996.

GUIMARÃES, S. T. L. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofília e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **GEOSUL**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 117-141, 2002.

IRVING, M. A. Ecoturismo em áreas naturais: da natureza ao fenômeno social. *In*: COSTA, N.M.C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V.C. **Pelas trilhas do ecoturismo**. Rima: São Carlos, 2008.

KLINK, C. A.; MACHADO, R.B. **A conservação do Cerrado brasileiro. Megadiversidade**, v.1, p.147 – 155, 2005.

LEFF, E. Imaginarios sociales y sustentabilidad. *In*: **Cultura y Representaciones Sociales**, 2010. Vol.5.No.9. Disponible en <http://132.247.146.34/index.php/crs/article/view/19202>. Acesso em 10/05/2012.

LEIS, H. Espiritualidade e Globalização na perspectiva do ambientalismo. **Ambiente e Sociedade**, ano 1, n.2, 1 semestre 1998.

MACHADO, R.B., RAMOS-NET, M.B.; PEREIRA, P.G.P.; CALDAS, E.F.; GONÇAVES, D.A.; SANTOS, N.S.; TABOR, K.; STEININGER, M. **Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro**. Conservation International do Brasil, Brasília: 2004.

MAMEDE, S. B.; BENITES, M. Contemplação da fauna no cerrado brasileiro: uso sustentável para o ecoturismo. *In*: COSTA, N.M.C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V.C. **Pelas trilhas do ecoturismo**. Rima: São Carlos, 2008.

MARIN, A. A. ; OLIVEIRA, H. T.; COMAR, M. V. Percepção ambiental, imaginário e práticas educativas. **Textos completos do III Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental**, Ribeirão Preto, versão em CD-Room, 2005.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do Cerrado e do Pantanal**. Brasília: MMA, 2007.

NEIMAN, Z; RABINOVICI, A. O cerrado como instrumento para educação ambiental em atividades de ecoturismo. *In*: NEIMAN, Z. (Org.). **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri: Manole, 2002.

ORTEGA, F. **Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault**, 2. Ed. Riode de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PEREIRA, D.C.; CARRIERI, A.P. Espaço religioso e espaço turístico: significações culturais e ambiguidades no Santuário do Caraça/MG. **O&S**. Salvador, v. 12, n. 34, p. 31-50, 2005.

PIRES, P.S. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo - Visão e Ação** - v.1 - n.1, p.75-91, 1998.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2000.

RODRIGUES, M.T. A biodiversidade do cerrado: conhecimento atual e perspectivas, com uma hipótese sobre o papel das matas galerias na troca faunística durante ciclos climáticos. *In*: FELFILI, J.M.; SOUZA-SILVA, J.C.; SCARIOT, A. (Orgs) **Cerrado, ecologia e conservação**. MMA: Brasília, 2005.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SEGALEN, M. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro. FGV: 2002.

SELLTIZ, C. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: E.P.U.: USP, 1995.

THOREAU, H.D. **Walden ou a vida nos bosques**. São Paulo: Aquariana, 2001.

TUAN, Yi-Fu (autor). **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

WESTERN, D. Como definir o ecoturismo. *In*: LINDBERG, K; HAWKINS, D. E. (Orgs) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac, 2005 (5° edição).

WWF- BRASIL. **Expansão Agrícola e a perda da biodiversidade no Cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional**. Brasília, 2000.

Agradecimentos

Em especial, à Coordenação de Aperfeiçoamento e Coordenação de Pessoal de Nível Superior – CAPES que está apoiando financeiramente a realização desta pesquisa de mestrado; e a Coordenação Ambiental da RPPN “Serra do Caraça” por estar colaborando com toda a infraestrutura e abertura necessária para o desenvolvimento do presente estudo.

Isabela Barbosa Frederico: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Email: isabf_tur@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5797747004349745>

Heloisa Turini Bruhns: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Email: luabola@uol.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6033060712348685>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 17 de agosto de 2012

Data do aceite: 17 de agosto de 2012

Avaliado anonimamente



O *holofote* ao patrimônio cultural imaterial como instrumento de salvaguarda: um ensaio sobre o Cururu sorocabano

The searchlight to intangible cultural heritage as a tool for safeguarding: an essay on the 'Cururu' of Sorocaba (SP), Brazil

Angela Teberga de Paula

RESUMO

Este artigo tem por objetivo retomar a discussão sobre os focos das políticas culturais que visam a salvaguarda dos patrimônios de característica imaterial. Para essa discussão, utilizamos a análise empírica das políticas e ações públicas municipais de Sorocaba (São Paulo) que atuam nesse sentido, a partir do estudo de caso sobre o patrimônio imaterial do *cururu*. O *cururu* é uma forma de canto, em que as duplas de cantadores, acompanhados por alguns violeiros, apresentam uma sequência de fatos, que são cantados alternadamente entre os *cururueiros* em forma de versos rimados. Esta pesquisa seguiu um método monográfico ou de estudo de caso, com abordagem qualitativa crítica. A análise dos dados aponta que as atuais ações do setor público municipal tendem a privilegiar os eventos como principal forma de manutenção deste patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: Cururu; Política Cultural; Patrimônio Cultural Imaterial; Eventos.

ABSTRACT

This article attempts to resume the discussion about the limits and the focus of the cultural policies aimed at safeguarding the intangible heritage. In this discussion, we use empirical analysis of municipal policies and actions of Sorocaba (São Paulo, Brazil) that work in this regard, from the case study about intangible heritage of *cururu*. *Cururu* is a type of singing, in which a couple of singers, accompanied by some guitarist present a sequence of events that are sung alternately between *cururueiros* in the form of verses that rhyme. This research followed one monographical method or case study with a qualitative approach review. The data analysis shows that the current actions of the municipal sector tends to focus on those events as the main way of maintaining this heritage.

KEYWORDS: Cururu; Cultural Policy; Intangible Cultural Heritage; Events.

*Já cantêmo cururu, não é pra ficá parado;
Vocêis pode batê parma,
vocêis báta combinado.
(Cururueiro Horácio Neto)*

Introdução

Este artigo debruça sobre o estudo de um dos patrimônios culturais imateriais da cidade de Sorocaba (São Paulo), o canto do *cururu* (categoria: expressões, designação: canto repentista), assim como a discussão sobre os recentes apoios (seus limites e focos) da gestão pública municipal, em relação à salvaguarda desse patrimônio.

A abordagem aqui proposta passa pelo entendimento do patrimônio cultural imaterial enquanto construção social de um tempo histórico que se refere à memória coletiva de uma sociedade (CHOAY, 2001). E, nesse sentido, as políticas culturais, enquanto institucionalização do poder da cultura na agenda política, devem agir especialmente em razão de valorizar os patrimônios culturais em seu sentido amplo, que abrange a construção de diretrizes de identificação, proteção, educação patrimonial, registro, promoção e fomento dos processos e bens portadores de referência do patrimônio imaterial.

Embora essas indicações já sejam previstas em cartas patrimoniais (e. g. Carta de Fortaleza e Carta de Mar Del Plata) e outras diretrizes não institucionalizadas, a recente preocupação do setor público pela salvaguarda dos patrimônios e, ainda, o entendimento limitado sobre uma política cultural, com equívocos, vinculado a estratégias economicamente viáveis e com latente homogeneização dos bens identitários de uma comunidade, é o que parece ser lugar comum nas análises de políticas culturais (FONSECA, 2005).

Caldas (1999) descreve que a música é um dos elementos de fortes reflexos da cultura popular paulista, estreitamente ligada às manifestações indígenas, europeias e africanas. Ritmos, danças e canções são “parte do universo lúdico do homem rural paulista”. A origem da música caipira (denominação tipicamente paulista) é dada pelas transformações dessas músicas introduzidas no país, que passam por uma adaptação à realidade brasileira, juntamente com as peculiaridades e diferenças de cada região. Ikeda (2008) completa que a música caipira se expandiu por um amplo território da chamada Paulistânia - área que se estende pelas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, ocupada pelos paulistas nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Para Caldas (1999), a música caipira transcende seu valor poético, artístico e musical, já que a ela estaria ligado também o sentido de lazer, de ritual religioso, de produção econômica e, especialmente, de sociabilidade. No *cururu*, por exemplo, há o clima de competição falso, que fazem todos cantadores, violeiros e espectadores bastante envolvidos com a música e brincadeira. Embora com elementos comuns¹ entre as modalidades de música caipira e sertaneja, o rito caipira² difere-se do último, por justamente nunca aparecer só, enquanto música, estar sempre acompanhado de algum ritual de religião, de trabalho ou de lazer (MARTINS, 1975).

Estão entre as características da música caipira, a função de facilitar as relações entre as comunidades, anonimato da composição, criação coletiva da canção, acompanhamento vocal, música mais rítmica do que melódica e também a relação com o meio rural³ (CALDAS, 1999; MARTINS, 1975). Destaca-se, especialmente, a característica de sua forte tradição oral, fazendo com que muitos elementos históricos se percam ou se modifiquem ao passar dos anos. Infere-se daí a principal justificativa para a consolidação de políticas culturais atentas à salvaguarda desses bens imateriais.

Afinal, qual vem sendo o tratamento do poder público municipal ao *cururu*? Quais são as ações de salvaguarda? Há um privilégio ao isolamento temporal-espacial do patrimônio do *cururu* enquanto um evento cultural do município?

A partir dessas perguntas, a seguir apresentam-se uma historicização e dados sobre o *cururu* sorocabano, atentando-se a elementos de descrição, caracterização, informações históricas, possíveis intervenções e, por fim, uma exposição sobre o atual panorama de apoio da gestão pública municipal de Sorocaba.

Optou-se pela utilização do estudo de caso, que se configura como uma investigação empírica de fenômenos sociais complexos, e utilizou-se técnica de pesquisa documental e bibliográfica (dados primários e secundários); além de trabalho de campo, através de sete entrevistas qualitativas⁴ (local: Sorocaba-SP; com mídia digital pessoal), de maneira a melhor compreender as relações entre os atores sociais e o fenômeno da pesquisa. Por fim, análise e cruzamento dos dados coletados, na busca pela análise crítica ao problema previamente definido. O recorte delimitativo dado a essa pesquisa concerne em: políticas públicas e outras ações públicas, praticadas entre os anos de 2007-2010, e somente originadas do poder público (executivo e legislativo) municipal de Sorocaba.

O canto dos cururueiros de Sorocaba (SP)

Dentre as variadas categorias da música caipira, o autor Luyten (2000) estuda o desafio e repentismo do caipira de São Paulo, observados no fandango, no batuque, na cana-verde, no samba, no jongo, no calango e no *cururu*. Por repentismo se entende a improvisação poética no momento em que esta é apresentada e que, para ser considerada popular, teria como características a incorporação do ritmo como tradição do povo e transmissão oral, confirmando as proposições de Caldas (1999) acerca da música caipira.

O *cururu* é uma manifestação musical praticada pelo sertanejo de São Paulo, especialmente da periferia da capital e da baixa sorocabana, Goiás e Mato Grosso. Essencialmente é uma dança rodeada por homens, de saudação aos presentes, louvação aos santos e os desafios dos *cururueiros*⁵ visando derrotar o adversário na cantoria (CANDIDO, 1999).

Mesmo com divergências a respeito da inclusão da dança como elemento essencial à manifestação⁶, o *cururu* é uma forma de canto, em que as duplas de cantadores, acompanhados por alguns violeiros, apresentam uma sequência de fatos, que

são cantados alternadamente entre os cururueiros em forma de versos rimados. Esses cantos possuem temáticas diversas, bem como textos diversos, fazendo de cada cantoria, um espetáculo único, repleto de improvisos e repentes (ALLEONI, 2006).

A viola é o instrumento base da cantoria, juntamente com outros, como o pandeiro; é a viola quem dita o ritmo da cantoria, fazendo do violeiro um importante membro do grupo. Embora o número de acordes seja pequeno, com suas “habilidades especiais”, o violeiro deverá acompanhar o cururueiro em caso de enrosco, pulada de tempo do compasso ou atravessa do ritmo, sem que a plateia perceba. A sensibilidade auditiva do violeiro deve servir também no auxílio para o cantador de *cururu*; além disso, o violeiro ajuda nas cantorias com a segunda voz, pronunciando ininterruptamente a palavra “nai-nai-nai-nai” (GARUTI, 2003).

Santa Rosa (2007) apresenta diferentes teorias sobre a origem do desafio cantado, mas todos eles parecem convergir para um *cururu* originário da adaptação das danças cerimoniais indígenas, com posteriores fusões com o movimento catequético. “É fora de dúvida que os jesuítas aproveitaram cantos e danças dos índios para levá-los a compreender e aceitar mais depressa a doutrina cristã” (CANDIDO, 1999, p. 40).

Luyten (2000) apresenta algumas características do *cururu* que já eram observadas na cultura indígena: duração de evento de 12 horas e tempo de 20 minutos ou mais para cada cantador cantar o que desejar. Além desses, para o autor, folclorista e estudioso Mário de Andrade (*apud Ibid.*, p. 37):

Ora, os processos coreográficos deste dança tem um tal e tão forte sabor ameríndio, pelo que sabemos de danças brasileiras com a cinematografia atual, que não hesito em afirmar ser o Cururu uma primitiva dança ameríndia, introduzida pelos jesuítas nas suas festas religiosas, fora (e talvez dentro) do templo. E esse costume e dança permaneceram até agora.

Relatos de autores, como Luís da Câmara Cascudo, confirmam uma criação intencional dos jesuítas dessa manifestação para efeitos catequéticos. Quanto ao termo “*cururu*”, Escalante (1986) confirmaria a hipótese de significado de “a dança do sapo” com elementos cristãos, já que o animal, quando coacha, dá um pulo pra frente, assim como os cantadores o fariam a fins de entoar canções ligadas ao cristianismo. Para o autor, a ligação com a religiosidade seria satisfatória, em função da análise semântica das palavras, mostradas a seguir: *curuçú* é termo tupi, que significa cruz; *cururuc* é também termo tupi, que significa “falar entre dentes, resmungar, rosnar”. Pode-se, assim, entender que o *cururu* original teria fins religiosos, fazendo uso da cuíca, já amplamente utilizado em Portugal e Espanha, como instrumento para produzir som que o ritmava.

Alguns historiadores, como Alleoni (2006), apontam uma origem mais antiga para o *cururu*. Ela estaria relacionada ao próprio trovadorismo, forma musical entoada pelos nobres, já conhecida no século XIII, em Portugal. No século anterior (século XVII), a cantiga era chamada de poesia cantada, formada de redondilhas (estrofes em versos de cinco ou sete sílabas) ou versos menores, divididas em estrofes iguais. Em

Portugal, este gênero musical também ocorria em forma de competição, executado como um canto de desafio e improviso, até que se proclamasse o vencedor.

Chiarini (1978 *apud* LUYTEN, 2000) sugere que o cururu teria surgido em cultura muçulmana, e trazido para o país pelos portugueses. Esta seria a raiz mais remota do *cururu*, que teria sido trazido pelos jesuítas para o Brasil, como forma de catequização dos índios.

Sua disseminação foi feita pelos bandeirantes, tropeiros e monçoeiros na região do Médio Tietê, do estado de São Paulo, Mato Grosso e Paraná, ao longo dos séculos XVII e XVIII (*Ibidem*). Em relatos das tropas paulistas pela região de Sorocaba, o *cururu* já era entoado, como indica o trecho a seguir (ALMEIDA, 1971, p. 81):

Em viagem havia até cururu e minuano. O cururu é bem paulista. Sai um peão à roda, com a viola e improvisa toadas já comuns; os companheiros fazem o côro final. Também havia batuque, muito mais alegre. Com aquelas esporas! Viola para eles era “côcho”!

Tendo conhecimento das transformações na manifestação ao longo da história, Santa Rosa (2007) apresenta uma sequência dos principais categorias de *cururu* identificadas [com inclusões e modificações da autora]: 1. Trovadorismo (Portugal); 2. Dança cerimonial indígena; 3. Reinterpretação da dança cerimonial indígena para fins evangelizadores; 4. Cururu-dança, dançado em roda com canto religioso improvisado, comum ao ambiente rural; 5. Cururu-improviso, adaptado a zona urbana como espetáculo, sem dança e com temática profana; 6. Cururu-canção, gênero da canção sertaneja, caipira, com permanência do ritmo tradicional, rimas e improvisos.

Para Alleoni (2006), o *cururu* já foi parte de festas religiosas, diversão e meio de difusão de notícias, assim como também parte importante dos primeiros anos de rádio, especialmente na década de 50, quando a manifestação ganhou o território urbano por influência importante de Cornélio Pires. Nas décadas de 60 e 70, com a ampliação do acesso a TV e outros meios de comunicação, o *cururu* acentua suas modificações, desde a redução do número de intérpretes e mudanças na forma de apresentação.

Ikeda (2008) entende que, já a partir da década de 30, quando a música caipira se integra ao sistema de comunicação, como às rádios e às gravação de discos, esse gênero tenderá a fixar-se como música sertaneja, cujo objeto é a música popular enquanto produto de consumo. Martins (1975, p.123-124) complementa que estas transformações aconteceram quando o *cururu* deixa de ser rural, para adaptar-se ao rádio e ao disco:

Inicialmente foi apresentado em discos de 78 rpm como cântico, sem o desafio secularizado que hoje o caracteriza, surgindo daí uma modalidade de música sertaneja totalmente oposta ao *cururu* de origem, porque secular e destituída dos seus aspectos formais característicos. Com o aparecimento dos LPs tornou-se possível ampliar a presença

do cururu na indústria do disco: passou-se a gravar, em faixas comercialmente delimitadas, o desafio, a réplica, a tréplica e a resposta final. É verdade que, para tanto, o cururu passou por uma fase de ajustamento ao rádio que foi essencialmente uma fase de ajustamento ao tempo comercialmente regulado. Com o LP possibilitou-se a transposição de aspectos mais amplos do cururu, já agora quase que inteiramente descaracterizado e enquadrado nos aspectos formais de programas de rádio e televisão mais difundidos: disputas esportivas, gincanas entre grupos concorrentes ou, então, confrontos do tipo “cidade contra cidade” “ou bairro contra bairro”. De afirmação (e confirmação) pessoal do cantor repentista, como era originalmente, o cururu cedeu à circunstância das formas de competição urbanas manipuladas pelos meios de comunicação de massa.

Hoje o *cururu* ainda é identificado como um gênero musical da cultura caipira, que tem seu berço e resistência na região do Médio Tietê. O desafio atual apresenta poucos aspectos de religiosidade católica e alguns laços ao bucolismo, elementos encontrados na chamada cultura caipira tradicional. Para Luyten (2000), o abandono das ligações religiosas torna o cururu mais abrangente para o povo, já que hoje, por exemplo, os cururueiros cantam voltados para os espectadores, diferente de antigamente, que cantavam voltados para o altar.

A área de ocorrência mais significativa do *cururu* é a região conhecida por Vale do Médio Tietê, especialmente os municípios de Sorocaba, Piracicaba e Botucatu. A causa da origem e permanência nesta região é imprecisa, mas Alleoni (2006) entende que a principal justificativa para a origem está no fato de ser o rio Tietê a porta de entrada para a região oeste do estado de São Paulo e para a região sul e centro-oeste do país, em fase de colonização, sendo que sua permanência parece residir no fato de a região ser fundamentalmente agrícola e isolada da influência da metrópole, até a primeira metade do século XX, confirmando, assim, a “ilhota cultural”.

Os torneios de *cururu* existiam antigamente nas cidades de Tatuí, Sorocaba e Piracicaba. O torneio, que era realizado em duplas ou demandas (dois cantadores, um contra o outro), era importante para visualização dos cantores novos, e seguia certos procedimentos convencionais: inscrição, sorteio dos competidores, jurados para avaliação, etc. (*Ibidem*). Cavalheiro (1999, p.53-54), importante folclorista de Sorocaba, descreve o famoso torneio na cidade:

Até o final da década de 80 havia as festas de cururu na Associação Atlética Santa Rita, em Vila Santana. Nas décadas de 40 e 50 essa disputa lotava os locais, principalmente o Ginásio Municipal de Esportes, após sua inauguração [...].

Escalante (1986) e Alleoni (2006) apresentam as cinco partes do *cururu*, que ainda são seguidas até os dias de hoje, como uma sequência de fases da cantoria. Inicia-se pela licença ou introdução, a primeira cantoria; em seguida a louvação ou saudação, um louvor ao santo e ao dono da casa; depois o baixão, o canto que ante-

cede o desafio, como preparação, sem versos; e o desafio, canto de epítetos ou sátiras ao adversário. O desafio é o auge do *cururu*, quando cada cantor demonstra sua capacidade na improvisação e no fechamento na cantoria do antecessor. Por fim, há a carreira do dia, quando os cantadores despedem-se da plateia.

Em todas as partes do *cururu*, são introduzidas as carreiras, que são as rimas, sendo as mais usadas as de São João (ão), Sagrado (ado) e a rima do 'A', que são as mais fáceis. As mais difíceis são a do 'ido', 'ol', 'ina' e 'esa'. De modo geral, os versos são octossílabos, com rima entre a primeira e última estrofes, ou rima entre a 1ª, 3ª e 5ª estrofes, ou ainda rima entre 2ª, 4ª e 6ª estrofes (GARUTI, 2003, 2010; ALLEONI, 2006).

Atualmente, os cururueiros de Sorocaba e região se encontram mensalmente para apresentação da música no Clube Atlético Barcelona, e em outros eventos eventuais promovidos pela Secretaria de Cultura, como na Biblioteca Infantil. O *cururu* também é protagonista de um programa de rádio da cidade na Cacique AM aos domingos das 6h às 8h, comandada pelo Senhor Darci (GARUTI, 2010; PAES, 2010).

Em relação às políticas culturais associadas ao *cururu*, mapeamos as seguintes:

1. Proteção legal e políticas de salvaguarda: não há políticas e ações oficiais de salvaguarda.
2. Políticas e ações de financiamento:
 - a. financiamento⁷ pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LINC) de fitas K7, VHS, CDs e Livro “Cururu – Retratos de uma tradição” (Figura 1);

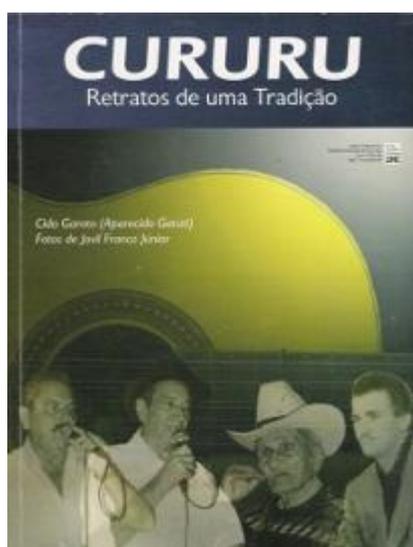


Figura 1: capa do livro “Cururu: retratos de uma tradição”.
Figure 1: Book Cover “Cururu: retratos de uma tradição”.

- b. emendas orçamentárias propostas pelo ex-vereador Paulo Mendes, para a entidade Clube Atlético Barcelona, que abriga apresentações mensais de *cururu* (Figura 2).



Figura 2: apresentação de *Cururu* (Clube Atlético Barcelona). Foto da autora, 2010.
Figure 2: Presentation of *Cururu* (Clube Atlético Barcelona). Photo: authoress, 2010.

1. Políticas e ações de promoção de eventos (apresentações públicas):
 - a. apresentações mensais de *cururu* no Clube Atlético Barcelona (embora não sejam inclusas no rol de ações da prefeitura, têm os cachês dos *cururueiros* e equipamentos de som financiados por verba garantida por emenda orçamentária nos anos de 2008, 2009 e 2010, proposta pelo ex-vereador Paulo Mendes);
 - b. eventuais apresentações de *cururu* aos sábados na Biblioteca Infantil, em evento de chorinho;
 - c. eventuais apresentações de *cururu* na Festa Junina da cidade de Sorocaba, que acontece anualmente no Parque das Águas;
 - d. eventuais apresentações de *cururu* no evento de Aniversário da cidade de Sorocaba: Se liga Sorocaba! 24 horas de Cultura;
 - e. apresentação de *cururu* na Semana do Tropeiro (Figura 3) (evento realizado na cidade de Sorocaba anualmente desde 1968 pela Secretaria Municipal de Cultura e Lazer, com o objetivo de divulgar os hábitos e costumes como forma de preservar a memória histórica tropeira);
 - f. apresentação de *cururu* no evento Revelando São Paulo (Figura 4) - Festival da Cultura Paulista Tradicional (evento realizado na cidade de São Paulo anualmente desde 1998 pela ONG Abaçáí Cultura e Arte, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, que busca trazer uma amostragem da cultura tradicional desconhecida do estado de São Paulo).



Figura 3: apresentação de *cururu* (Semana do Tropeiro 2009). Fonte: Foto da autora, 2009.

Figure 3: Presentation of Cururu, in the “Semana do Tropeiro (2009).
Photo: authoress, 2009.



Figura 4: apresentação de *cururu* (Revelando São Paulo 2005). Fonte: Abrano, 2012.

Figure 4: Presentation of Cururu, in the “Revelando |São Paulo (2005).
Source: Abrano, 2012.

Promover eventos para salvaguardar? O caso do Cururu

As discussões sobre a significação e, de forma consequente, a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, conta com importante ação da UNESCO, a qual realiza, desde a década de 1930, a cada dois anos, uma conferência geral sobre a temática, de amplitude internacional. Dessas conferências, vale o reconhecimento de seus documentos resultantes, que deram origem a uma compilação de “Cartas Patrimoniais” (PELEGRINI; FUNARI, 2008).

Esses documentos são hoje referência para a sanção de leis e políticas públicas em vários países. Mesmo com olhos voltados, sobretudo, aos bens naturais e edificados, na segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 60, iniciou-se um amplo questionamento acerca dessas cristalizações de conceitos, conduta e atenção (*Ibidem*).

É notória a evolução do pensamento das noções de patrimônio cultural e seus desdobramentos nas cartas patrimoniais, desde sua gênese até o momento presente. Conforme Pelegrini e Funari (2008, p.35), a expansão dos bens a serem reconhecidos amplia-se à “*percepção dos bens culturais como testemunhos do cotidiano e da concretização do insólito, do imaterial*”, e resulta em recomendações voltadas exclusivamente aos bens imateriais, recentes, mas significativas, a saber: Carta de Fortaleza (Seminário: Patrimônio Imaterial – Estratégias e Formas de Proteção, 1997); Carta de Mar del Plata (Documento do Mercosul sobre Patrimônio Intangível, 1997) e Recomendação de Paris (Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003) (CURY, 2000).

As cartas citadas, cujo foco é o patrimônio imaterial, além de conceituações, também expressam a necessidade de salvaguarda de manifestações culturais que expressam a diversidade cultural presente das comunidades, no tocante de diretrizes de identificação, proteção, promoção e fomento dos processos e bens portadores de referência do patrimônio imaterial (*Ibidem*).

A Carta de Fortaleza de 1997 é resultado do Seminário realizado em comemoração aos 60 anos de criação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e, logo, contém escritos propositivos à atuação do Instituto, apoiado pelo objetivo de “recolher subsídios que permitissem a elaboração de diretrizes e criação de instrumentos legais e administrativos visando identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens imateriais” (*Ibidem*).

Vale notar a ação imediata do IPHAN, o qual, sensível às recomendações e sugestões do Seminário de 1997, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. A atuação do IPHAN, na área do Patrimônio de natureza imaterial, volta-se a esse Programa, que prevê como política de preservação (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b):

- Ações de identificação, mapeamento e inventário de bens culturais de natureza imaterial, especialmente através da metodologia do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais;

- Reconhecimento de expressões da cultura como Patrimônio Cultural do país através do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que consiste na produção e sistematização de conhecimentos e documentação extensiva dos aspectos culturalmente relevantes sobre o bem;

- Implementação do Plano de Salvaguarda para o bem patrimonial e de outras ações de fomento e apoio às condições de produção e reprodução da manifestação.

Além da Convenção de Fortaleza no ano de 1997, tem-se também a publicação da Carta de Mar Del Plata, a qual apresenta quinze recomendações acerca da preservação do patrimônio, especialmente através de pesquisa e educação. São exemplos: registro documental e catalogação das expressões; banco de dados de publicações sobre as manifestações; cartilha informativa sobre o patrimônio; inclusão dos conteúdos das manifestações em currículos escolares; dentre outras proposições.

Destaca-se a importância da Recomendação de Paris, do ano de 2003, que tem por finalidades a salvaguarda, respeito, conscientização da importância e cooperação e assistência internacional no que tange o patrimônio cultural imaterial. A Carta de Paris foi promulgada, pelo Decreto Legislativo nº 5.753, em abril de 2006, após ser ratificada no mês de fevereiro do mesmo ano, quando este documento legalmente passou a ser uma política pública nacional (BRASIL, 2012c).

De todo modo, a evolução em termos de diretrizes e legislação federal parece não ter sido acompanhada nas escalas regionais e locais de maneira ampliada e satisfatória. É certo que, por muitas vezes, as conquistas de toda a história brasileira para essa temática, limitem-se à promulgação de leis e decretos específicos, ademais, é certo que a cultura, em sua problemática geral, ainda é relegada a um plano inferior nos orçamentos e prioridades dos governos (GUEDES; SANTOS, 2002).

O descrédito às políticas de salvaguarda, bem como o reducionismo desse termo nas políticas culturais dos governos municipais, são evidenciados de diversas maneiras, e em diversos exemplos. Em nosso estudo de caso, pudemos observar que as atuais ações do setor público municipal tendem a privilegiar os eventos como única forma de manutenção do patrimônio *cururu* – são exemplos o apoio logístico e/ou financiamento de apre-

sentações em Clubes, na Biblioteca Infantil Municipal, em Festa Junina, na Festa de Aniversário da Cidade, na “Semana do Tropeiro” e no “Revelando São Paulo”. De maneira tímida, teve-se o financiamento de um único registro escrito (Livro “Cururu – Retratos de uma tradição”) e alguns poucos registros audiovisuais (fitas K7, VHS e CDs) – os quais, aliás, são anteriores ao escopo temporal de análise deste trabalho.

Reduzir uma política cultural de salvaguarda de um patrimônio imaterial a uma política de promoção de eventos, para Coelho (2004, p. 300), é reduzi-la a uma política de eventos que apenas “*designa um conjunto de programas isolados [...] constituídos por eventos soltos uns em relação aos outros*”. Ao contrário, segundo o autor, a “política de eventos” configura-se como o oposto de uma política cultural, por ser “imediatista e oportunista”.

A análise do mapeamento, neste trabalho, das atuais ações públicas culturais, leva a considerar que o foco da política cultural, em relação ao *cururu*, é a divulgação, principalmente, pelo tipo de evento⁹ que acontece fora de seu contexto original, portanto, pinçado e exposto a contemplação em outro momento, local, e situação. Projetam-se “holofotes”. Este é o exemplo das edições dos eventos “Revelando São Paulo” e “Semana do Tropeiro”, nos quais as manifestações culturais são verdadeiros atrativos, objeto de curiosidade, admiração e consumo. São eventos considerados, pelos autores Ikeda e Pellegrini Filho (2008), como oficiais ou culturais-artísticos-comerciais¹⁰.

A respeito desses exemplos, que são tipos de festivais de folclore, de pequeno ou grande porte, os autores expõem:

Nos últimos anos, em especial, esses grupos podem ser vistos em eventos distintos daqueles mais convencionais, no geral de cunho religioso/sagrado. Eles passaram a circular como “atração turística” ou turística, ou mesmo “atração folclórica”. [...] Para isso, contribuiu bastante o interesse, senão o modismo, que esse tipo de “atração” passou a ter sobretudo pela década de 1990, por todo o Brasil. E atendendo principalmente a uma demanda de pessoas de formação mais intelectualizada, incluindo artistas diversos, educadores, estudantes, ativistas de movimentos sociais e organizações não-governamentais, preocupadas, pelo menos supostamente, em valorizar as tradições populares e “dar visibilidade” a elas. Tal movimento resultou na produção e organização de diversos tipos de encontros cultural-artísticos, shows mesmo, em que se incluem apresentações de grupos “folclóricos” ou étnicos, muitas vezes atuando ao lado de artistas dos meios de comunicação de massa voltados para as “raízes” (IKEDA; PELLEGRINI FILHO, 2008, p.176).

Entende-se aqui que, possibilitar o realce de certos elementos de uma manifestação cultural, através de um “holofote” apontado para o evento, tende a confirmar o caráter “espetacular” da manifestação. Ou seja, o holofote evidenciaria a exibição de uma manifestação coagulada, que finda em si (DEBORD, 1997), em detrimento do empreendimento de um trabalho, de um processo, de uma fruição cultural.

A crítica ao ato de espetacularização em torno de costumes, celebrações e expressões culturais é balizada pelo entendimento que a cultura é fluida e fruída por aqueles que delam fazem parte e, aos demais, caber-lhes-ia o consumo da parte “visível” dessa

fruição. Para Bosi (1987), assistir é consumir: “Numa noite de tédio: ‘Vamos assistir a esse fenômeno de cultura popular’. Eu acho que seria realmente, no mínimo, uma profanação, ou um ato de consumo, a gente iria ver aquelas coisas, não ia significar nada. Porque a cultura se constrói fazendo”.

Nesses termos, quando se opta pelo uso do patrimônio imaterial na atividade turística, é lugar comum a utilização dos eventos como mecanismo de atratividade e divulgação. A realização desses eventos, para Melo Neto (2009), funciona como estratégia de marketing cultural e turística, confirmando a parte “visível” da cultura como um “produto do consumo imediato” e, por assim dizer, espetacularizado. A esse fenômeno, o autor dá o nome de *eventismo*, ou seja, a opção limitada pela promoção de eventos como estratégia de salvaguarda de bens culturais.

Ouriques (2005), citando Debord (1997), também afirma a noção de espetacularização pelo turismo, já que este se utilizaria intencionalmente dos bens culturais os quais possuem uma função estética (que viria a gerar igualmente uma função turística), portanto, atraentes visualmente para os visitantes/turistas. O turismo os transformaria em mercadorias, em espetáculos lucrativos. O espetáculo seria, por excelência, “o fetichismo da mercadoria potencializado”.

Sobre a relação do turismo com o patrimônio cultural, Bosi (2000, p.11) completa que “o distanciamento começa quando o turismo [...] toma conta dessas práticas: a festa, exibida, mas não partilhada, torna-se espetáculo”. Parece-nos claro, portanto, que não deve se buscar o *eventismo* como processo de desenvolvimento e fortalecimento do patrimônio cultural e que a dimensão do entretenimento do evento não pode ser sobreposta à dimensão cultural (MELO-NETO, 2009).

Assim, pensar na viabilidade do uso turístico das manifestações culturais é considerar que a promoção da cultura deve ocorrer pela realização de eventos culturais sustentáveis, sem a força da ação do entretenimento. Ou seja, em se tratando de turismo, a discussão só faz sentido à medida que a busca pela utilização turística consciente induz o sentido de preservação do patrimônio, ligada à manutenção da memória e à conservação das tradições pela e para a população, além de possibilitar desenvolvimento social e significado à identidade coletiva (PORTUGUEZ, 2004).

Também a atividade turística sustentável já foi considerada mecanismo de proteção e promoção do patrimônio cultural, pelas Cartas Patrimoniais, sob organização da UNESCO. A Recomendação de Nova Déli de 1956, por exemplo, propõe ações educativas, além de formação e ampla divulgação de circuitos turísticos. Além da Carta Internacional de Turismo Cultural, de 1976, que propõe princípios a respeito do turismo e do patrimônio, bem como reforça o valor da atividade para a economia, educação, conscientização e conservação do patrimônio (CURY, 2000).

Nesse sentido, mesmo que naturalmente o fenômeno turístico transforme todo atrativo em produto comercial ou comercializável, também ele poderá ser forma de manter viva a cultura, a qual ele utiliza como matéria-prima. De acordo com Banducci e Barretto (2001), não seria sustentável atribuir exclusivamente ao turismo a causa das mudanças que acontecem nas culturas, visto que outros fatores também podem ser apontados, como a ação da mídia, a modernização e a urbanização. A complexi-

dade do turismo, ao contrário, pode permitir às comunidades, orgulhosas de suas peculiaridades, assegurarem a manutenção de alguns elementos característicos de sua cultura.

Ainda que o turismo venha sendo tratado como um uso polêmico do patrimônio, este poderá ser um fator de valorização de lugares degradados, assim como de afirmação cultural e econômica, de maneira a aguçar o debate sobre o avivamento do patrimônio, e não resistir à inércia da cultura do universo puro, do transcendente, do fim em si (BARRETTO, 2007). Para Coelho (2008), a tragédia mora aí: na redução da cultura como ação, à cultura como estado.

Considerações finais

A respeito do objetivo principal deste trabalho, pode-se observar que as atuais ações do setor público municipal tendem a privilegiar os eventos como principal forma de manutenção do patrimônio cultural do *cururu*. Ainda, conforme autores da área, sobre a característica dos eventos que são palco de apresentações do *cururu*, tratam-se de eventos oficiais ou culturais-artísticos-comerciais, que acontecem fora de seu contexto original, portanto, pinçados e expostos a contemplação em “palcos-vitrine”.

A partir dessa análise, propomos trazer a importante contribuição de Chauí, sobre qual deverá ser o papel ideal das políticas culturais no tocante da salvaguarda dos patrimônios. Para a autora (CHAUÍ, 2006) - que entende ser a política cultural um direito público, ligado à cidadania dos sujeitos -, esta política deve ser criticada em três condições: I) quando valoriza a cultura oficial; II) quando está de acordo a uma cultura neoliberal; III) quando privilegia a cultura populista (ilustrada, em nosso caso, pela promoção de eventos como foco de política pública).

Em se tratando de turismo, como propõe Rocha e Caldeira (2001, p.20), não se deve enxergar essa questão de maneira maniqueísta: se, por um lado, “*tem gente que quer ver*”, de outro, a manifestação é difundida. Embora se saiba que as transformações na dinâmica de uso e apropriação turística do patrimônio cultural levem a alterações significativas nas relações simbólicas existentes entre sociedade e patrimônio, é certo, com isso, que a compreensão dessas alterações deve viabilizar o desenvolvimento de propostas e estratégias de ação, que dinamizem a atividade e sociabilizem os benefícios sociais, econômicos e políticos a todos os envolvidos, inclusive, e principalmente, à comunidade detentora do saber.

Finalmente, as ações, e especialmente não-ações do poder público, debatidas nesse trabalho, confirmam a opção reducionista das políticas culturais que voltam-se tão-somente a materialidade “*invadida pela contemplação do espetáculo*” (DEBORD, 1997, p.15). Em decorrência, compreendemos que garantir uma política cultural ideal, como alerta Chauí, pressupõe incluir as diferentes e diversas formas de manifestações culturais nas políticas e/ou ações de salvaguarda e, portanto, não encerradas na promoção de eventos.

Referências bibliográficas

- ABRANO, S. **Apresentação de Cururu** (Revelando São Paulo 2005). 2005. 1 Fot., Color. *In: ____*. **Revista Raiz – Cultura do Brasil**. Disponível em: <http://revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=452&Itemid=184http://revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=452&Itemid=184>. Acesso em: 24 de junho de 2012.
- ALLEONI, O. N. **Cururu em Piracicaba**. Piracicaba: Degaspari, 2006.
- ALMEIDA, A. **Vida e Morte do Tropeiro**. São Paulo: Editora Martins, 1971.
- BANDUCCI JR., A.; BARRETTO, M. (Org.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas: Papyrus, 2001.
- BARRETTO, M. **Cultura e Turismo**: discussões contemporâneas. Campinas: Papyrus, 2007. (Coleção Turismo).
- BOSI, A. Cultura como tradição. *In: BORNHEIM, G. et al.* **Cultura brasileira**: tradição/contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- BOSI, A. Plural, mas não caótico. *In: BOSI, A.* **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>>. Acesso em: 24 de junho de 2012. 2012a.
- BRASIL. **Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5753.htm>. Acesso em: 24 de junho de 2012. 2012b.
- BRASIL. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=201>>. Acesso em: 24 de junho de 2012. 2012c.
- CALDAS, W. **O que é música sertaneja**. 1ª reimpr. da 1ª ed. de 1987. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos; 186).
- CANDIDO, A. Cururu. *In: CANDIDO, A.* Remate de Males. Número especial Antonio Cândido. **Revista do Departamento de Teoria Literária IEL/UNICAMP**. Campinas: UNICAMP, 1999.
- CAVALHEIRO, C. C. **Folclore em Sorocaba**. 1ª ed. Sorocaba: Terrasgada/Prefeitura Municipal, 1999.
- CHAUÍ, M. **Cidadania Cultural**: O direito à cultura. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- COELHO, J. T. **A cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2008.
- COELHO, J. T. **Dicionário crítico da política cultural**: Cultura e Imaginário. 3ª ed. São Paulo: Ed. Iluminuras/FAPESP, 2004.

- CURY, I. (org.) **Cartas patrimoniais**. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DÓRIA, C. A. **Os Federais da Cultura**. São Paulo: Biruta, 2003.
- ESCALANTE, E. A. A música no cururu do Médio Tietê Paulista. **Dissertação** (mestrado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo**: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.
- GARUTI, A. Aparecido Garuti: entrevista [out. 2010]. Sorocaba-SP. Mídia digital pessoal.
- GARUTI, A. **Cururu**: retratos de uma tradição. Sorocaba: Create Editora, 2003.
- GUEDES, K. D.; SANTOS, S. R. Políticas Federais de Preservação: uma abordagem histórica. *In*: SOUZA, M. J. de (org.). **Políticas Públicas e o lugar do turismo**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, Ministério do Meio Ambiente, 2002.
- IKEDA, A. T. Música na terra paulista: da viola caipira à guitarra elétrica. *In*: SETUBAL, M. A. (coord). **Manifestações artísticas e celebrações populares no Estado de São Paulo**. 1ª reimpressão. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. 3 v. (Coleção Terra Paulista: histórias, arte, costumes; v. 3).
- IKEDA, A. T.; PELLEGRINI FILHO, A. Celebrações populares paulistas: do sagrado ao profano. *In*: SETUBAL, M. A. (coord). **Manifestações artísticas e celebrações populares no Estado de São Paulo**. 1ª reimpressão. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. 3 v. (Coleção Terra Paulista: histórias, arte, costumes; v. 3).
- LUYTEN, J. M. Desafio e repentismo do caipira de São Paulo. *In*: BOSI, A. **Cultura Brasileira**: Temas e situações. 4ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Ed. Ática, 2000.
- MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MELO-NETO, F. P. Evento: de ação, de entretenimento a agente de promoção do patrimônio histórico-cultural. *In*: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (orgs.) **Turismo e patrimônio cultural**. 4ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2009. (Coleção Turismo Contexto).
- OURIQUES, H. R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas: Alínea, 2005.
- PAES, J. D. João Donizeti Paes: entrevista [set. 2010]. Sorocaba-SP. Mídia digital pessoal.
- PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. A. **O que é Patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos; 331).
- PORTUGUEZ, A. P. (org.) **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: Roca, 2004.
- ROCHA, J.; CALDEIRA, J. C. **Cultura sem fronteiras**. *In*: Revista E - SESC São Paulo, n. 1, ano 8, ago/2001.
- SANTA ROSA, S. H. **Prosa de Cantador**: a história e as histórias dos cururueiros paulistas. Botucatu: FEPAF, 2007.

Notas

¹Mesma área geográfica de proliferação e certos componentes formais da música.

²A música caipira paulista seria marcada então pela funcionalidade, comumente relacionada a outras expressões, como religiosas, de baile, ou folguedos. Os encontros passam a ser, então, práticas associativas fundamentais aos envolvidos, que se sentem parte integrante do grupo, e a música é a “amalgama de fixação, preservação e dinamização dos costumes” (IKEDA, 2008, p. 151).

³Para se aprofundar mais na relação entre a música e o meio rural e as respectivas projeções do capitalismo na formação do sujeito “caipira”, sugere-se a leitura do capítulo: Música Sertaneja: A Dissimulação na Linguagem dos Humilhados. In: MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

⁴Entrevistados: Aparecido Garuti “Cido Garoto” (Cururueiro da cidade de Sorocaba); José Donizeti Paes, Arlindo Mariano e Carlos Caetano Miranda (Cururueiros da cidade de Sorocaba e Votorantim); José Rubens Incao (Diretor da Biblioteca Infantil); Paulo Mendes (Ex-prefeito, ex-vereador); Carlos Carvalho Cavalheiro (Historiador de Sorocaba).

⁵Cururueiros são cantadores de *cururu*, que cantam sempre acompanhados de um violeiro e um pandeirista.

⁶Ikeda e Pellegrini Filho (2008) contam que a dança de roda junto com a cantoria ainda é praticada no estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

⁷Embora citado neste trabalho, o financiamento do livro “Cururu – Retratos de uma tradição” e dos registros audiovisuais (fitas K7, VHS e CDs) – todos anteriores ao ano de 2006 - estão fora do recorte de análise deste trabalho, que foi delimitado para os anos entre 2007-2010.

⁸Oportunista, já que eventualmente serve para promover políticos e beneficiar artistas.

⁹Um outro tipo de evento, que não se aplica ao objeto deste trabalho, é aquele que acontece em seu contexto original, mas recebe uma “roupagem extra”, uma superestrutura de um produto da cultura de massa. Costuma contar com uma estrutura semelhante a eventos de grande porte, inclusa nos calendários turísticos oficiais e considerada como evento oficial do município, ainda que se caracterize como um evento tradicional-popular, segundo tipologia proposta por Ikeda e Pellegrini Filho (2008).

¹⁰Uma pesquisa realizada por Dória (2003, p. 41-42) aponta a existência de uma publicação do MINC intitulada “Calendário de Eventos Culturais”. Este calendário, segundo o autor, é uma “coleção de informações que visa facilitar o acesso do público à cultura”. A coleção indica um elenco de mais de 2.000 eventos culturais, de frequência anual, classificados por diversos segmentos, e. g. artes cênicas, cultura popular e dimensão etnocultural. O segmento mais expressivo é a categoria da “cultura popular” que representa 60% do total, constituído, por sua vez das subcategorias: folclore, artesanato, manifestações religiosas, carnaval, gastronomia, festas cívicas e outros.

Angela Teberga de Paula: Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Email: angela.teberga@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3543811641636104>

Data de submissão: 28 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 17 de agosto de 2012

Data do aceite: 17 de agosto de 2012

Avaliado anonimamente

***Ludovicus*: Um estudo do Instituto Câmara Cascudo enquanto produto turístico da cidade do Natal (RN)**

Ludovicus: a study by the Câmara Cascudo Institute while the tourism product of the Natal City (RN, Brazil)

Patrícia Daliany Araújo do Amaral, Andreia Candida dos Santos, Josineide Silva Monteiro, Mickaella de Fátima Medeiros, Tatiana Gehlen Marodin

RESUMO

O artigo tem como objeto de pesquisa o *Ludovicus* – Instituto Câmara Cascudo, local de produção artística, e que concentra a maioria das obras do folclorista Câmara Cascudo. O trabalho propôs-se a estudar o espaço como atrativo turístico, abordando uma temática sobre o turismo atrelado à cultura como uma opção à necessidade de diversificar o segmento sol e mar, e ao fortalecimento de uma identidade cultural. Os procedimentos metodológicos envolveram uma pesquisa exploratória, que incluiu pesquisas bibliográficas, e de campo, tendo em vista que o trabalho teve como objetivo conhecer o prédio do Instituto, a sua gestão e infraestrutura. A pesquisa também contemplou a realização de entrevistas com gestores tanto do turismo quanto da cultura do estado do Rio Grande do Norte. Assim sendo, este trabalho analisa o instituto enquanto produto sustentável, assim como estuda a sua transformação em produto turístico para o turismo cultural da cidade de Natal e do Rio Grande do Norte. O resultado das pesquisas revelou a inexistência de ações práticas que valorizem a cultura local, de maneira a fortalecer o segmento do turismo cultural na localidade em estudo, posto que o Instituto é um equipamento pronto para receber a demanda, mas ele, por si só, não é suficiente para atrair um fluxo de turistas.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Cultura; Câmara Cascudo; Instituto *Ludovicus*.

ABSTRACT

This paper has a research subject the *Ludovicus* - Câmara Cascudo Institute, the place where Camara Cascudo's production and most of his works can be found. The paper studies it as a touristic attraction, approaching a tourism theme connected to the culture as an option to the need of sun and sea tourism diversification and to the strengthen of a cultural identity. The method's procedures involved an exploratory research, that included bibliographic and field researches, once the paper had as objective to know the Institute's building, it's management and infrastructure. The paper also have interviews with State's tourism and culture managers. Therefore, this paper analyzes the Institute while sustainable product and studies it's transformation in touristic product for Rio Grande do Norte and Natal, for its cultural tourism. Research's results reinforced the absence of practical actions that valorize local culture in a way to strengthen cultural tourism segment at the studied place, because the Institute is a ready equipment for the request, but it alone is not enough to attract a flow of tourists.

KEYWORDS: Tourism; Culture; Câmara Cascudo; *Ludovicus* Institute.

Introdução

Ao viajar, normalmente o turista tem como principal objetivo, entre outros motivos, a experiência de vivenciar novas culturas, o desfrute de seus momentos de lazer, ou mesmo o aprendizado ou aperfeiçoamento profissional. Mesmo quando não tem como foco central a questão cultural, ele acaba tendo um envolvimento com a mesma, pois a partir do momento no qual o indivíduo desloca-se de seu *habitat* com o intuito de conhecer novos lugares, ele passa a se socializar com modos de vida diferentes. Com isto, adquire novos conhecimentos, estabelece maiores condições de absorver comportamentos diversos, como também de influenciar outras pessoas. Assim, pode-se dizer que a cultura é uma das principais razões para a realização de viagens.

Pensando nesta questão, entende-se que, para a construção de um produto turístico atraente e sustentável, é preciso conservar os recursos naturais e os bens materiais e imateriais, bem como prepará-los para a exposição ao público. No caso dos bens culturais, isto só pode ser viabilizado através da participação efetiva na gestão cultural, e uma boa alternativa para tal são as parcerias, sejam elas realizadas com os setores público ou privado. Isto ocorre porque, para o turista ter essa vivência com a cultura e o patrimônio cultural, ele precisa encontrar lugares estruturados, bem conservados e valorizados pela comunidade local.

A cidade de Natal é o lugar onde nasceu uns dos personagens mais importantes da cultura brasileira, Luís da Câmara Cascudo, que foi estudioso da cultura nacional e deixou um valioso legado para o país. Em janeiro de 2010, foi aberta à visitação pública a casa onde ele viveu durante quarenta anos, agora na condição de Instituto. O *Ludovicus* – Instituto Câmara Cascudo, foi um dos principais laboratórios de sua produção artística, e atualmente concentra a maioria de suas obras.

No decorrer deste trabalho, será apresentado um levantamento sobre a vida e obra de Câmara Cascudo, assim como do Instituto *Ludovicus*, a fim de apresentar e analisar a sua infraestrutura, gestão, o acervo disposto aos visitantes, entre outras questões. Também são propostas ações com o objetivo de tornar o legado cultural de Câmara Cascudo, através do Instituto *Ludovicus*, um produto turístico sustentável para o turismo cultural na realidade estudada.

Diante do legado deixado por Câmara Cascudo para a cidade de Natal, destaca-se a importância do mesmo em tornar-se um patrimônio acessível à sociedade, para que haja um reconhecimento e valorização da memória cultural brasileira. Assim, coloca-se como problemática central desta pesquisa: como o legado cultural de Luis da Câmara Cascudo pode ser transformado em um conjunto de ações que tornem esse potencial um produto turístico sustentável? Para responder a esse questionamento, colocou-se como objetivo geral da pesquisa propor ações e tornar o legado cultural de Câmara Cascudo, através do Instituto *Ludovicus*, um produto turístico sustentável. Para que o mesmo fosse alcançado, foram elencados alguns objetivos específicos: levantar informações sobre a vida e obra de Câmara Cascudo e do Instituto *Ludovicus*, bem como sobre o local enquanto produto turístico; analisar a gestão do Instituto, assim como da infraestrutura física que o compõe; propor ações que busquem a inserção do objeto de estudo na atividade turística de forma ativa.

O presente trabalho justifica-se pela motivação de ser Câmara Cascudo o perso-

nagem do RN mais conhecido nacional e internacionalmente e pelo valor cultural do Instituto *Ludovicus*, a fim *deste* ser desenvolvido como atrativo cultural para atividade turística de Natal. Para as autoras, a importância desse trabalho dá-se devido à oportunidade de conhecer melhor a questão cultural e desenvolvê-la atrelada ao turismo. Para a sociedade, serve como fortalecimento da identidade cultural da comunidade, já que Cascudo foi um dos mais importantes relatores da cultura potiguar, sendo assim um potencial contribuinte para a formação da identidade da população local. Nesse sentido, Pires (2001, p.102) afirma:

[...] a identidade cultural é o conjunto de caracteres próprios, e exclusivos de um corpo de conhecimentos, seus elementos individualizadores e identificadores, enfim o conjunto dos traços psicológicos, o modo de ser, de sentir e de agir de um grupo, que se reflete nas ações e na cultura material.

Também há a possibilidade de geração de renda e o reconhecimento do valor artístico para a atividade turística local. Academicamente, a importância dá-se devido à percepção para identidade turística e cultural. Reconhecendo a importância deste trabalho, tem-se a oportunidade de conhecer melhor a cultura, notadamente através de uma personalidade local, que tem sua importância em âmbito nacional e internacional.

Para a efetivação deste trabalho, a pesquisa adotada foi exploratória, uma vez que o trabalho teve como objetivo conhecer o prédio do Instituto, sua gestão e infraestrutura. Este método limita-se a definir os objetivos, buscando informações sobre o assunto estudado (BERVIAN; CERVO; SILVA, 2002), servindo para familiarizar-se com o fenômeno ou problema, tornando-o mais explícito. Para o planejamento desta pesquisa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e o estudo de campo. A pesquisa bibliográfica diz respeito a toda bibliografia publicada relacionada ao tema do estudo. Esta é a fase de levantamento de dados, considerada o primeiro passo para qualquer pesquisa científica é realizada com o intuito de reunir informações sobre o campo de interesse (LAKATOS; MARCONI, 2007). Para isso, foram desenvolvidas leituras bibliográficas sobre diversas áreas, como gestão, sustentabilidade, turismo, patrimônio cultural e a biografia de Câmara Cascudo.

A observação sobre o patrimônio artístico e cultural do espaço e de seu entorno, foi realizada através da pesquisa de campo. A coleta dos dados foi realizada no prédio do Instituto, bem como na Secretaria Estadual de Turismo e na Secretaria Municipal de Cultura, onde foram realizadas entrevistas. A pesquisa buscou informações sobre como a atividade turística é vista e analisada pelos profissionais do turismo, são as potencialidades, como o turismo cultural é desenvolvido e se existe uma estrutura de apoio para o Instituto Câmara Cascudo se posiciona como atrativo turístico.

O público participante da pesquisa incluiu representantes de órgãos gestores do turismo, do Instituto, assim como dos órgãos fomentadores da cultura no Rio Grande do Norte. Os entrevistados foram escolhidos por serem tomadores de decisões e planejadores dos setores do turismo e da cultura na localidade em estudo, sendo eles: Daliana Cascudo (diretora administrativa do *Ludovicus*), Paulo Eduardo Pereira da Silva (colaborador do Instituto), Jurema Márcia Dantas da Silva (conselheira do Conselho Nacional de Turismo, representante do Fórum Nacional dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria, profissional atuante no setor turístico do RN), Carmen Vera de Lucena

(coordenadora técnica da Secretaria de Estado de Turismo do RN - SETUR), Marilene Brito (então subcoordenadora do Patrimônio Histórico e Cultural da SETUR) e Henrique Fontes (teatrólogo, ator e dramaturgo que desenvolveu um trabalho sobre o universo de Cascudo). As entrevistas permitiram construir gradativamente a compreensão a respeito da imagem e atuação do equipamento turístico.

Pensando no turismo cultural e no seu consumidor

Um pouco do segmento cultural no turismo

Com o surgimento dos estudos envolvendo os turistas e os classificando a partir de perfis, foram sendo desenvolvidas simultaneamente as tipologias do turismo. Smith mapeou cinco tipos da atividade, na qual dentre elas já existia o turismo cultural, que segundo a mesma “consiste em conhecer lugares pitorescos com “cor local”, comer “comidas típicas” e ver manifestações folclóricas” (SMITH, 1989 *apud* BARRETTO, 2007). Atualmente, o turismo cultural compreende uma variedade de atividades bem além dos três atos colocados pela autora, mais focados no conhecimento e valorização do patrimônio a que se refere, e menos desprendidos dos reflexos do universo contemporâneo.

O surgimento do turismo cultural foi ofuscado durante aproximadamente 20 anos pelo turismo de massa, que durante algum tempo mostrou-se um instrumento de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, mas que teve essa imagem invertida em razão da falta de compromisso, geralmente de empresas multinacionais, “[...] *com a problemática local, com as questões ambientais e com o retorno econômico para a população*” (BARRETTO, 2007, p.83).

Assim, esta segmentação do turismo veio ressurgir somente nas últimas décadas do século XX, juntamente com outras abordagens, como aborda Santana (2009, p.124): “*questões como a depredação do meio ambiente, o resgate da diversidade e especialmente do que se considera patrimônio cultural, a ecologia e o ‘orgânico’ são, na atualidade, aspectos consubstanciais a vida cotidiana [...]*”. Desta forma, o turismo cultural veio como um novo nicho para o mercado globalizado, apresentando uma demanda específica, atraída pelo cotidiano de outras culturas, em busca de experiências autênticas, enriquecimento educacional, e até da reconstrução de uma nova identidade, dispostos em uma paisagem cultural, dentro do turismo.

A exploração de atrações culturais através do turismo resultou no crescimento deste segmento. Segundo Santana (2009), quando essa exploração ocorre de forma planejada com base nos preceitos do turismo responsável, promove o amadurecimento da consciência de proteção da população, a geração de renda complementar, a construção de infraestrutura (transportes, vias de comunicação), entre outros benefícios. Já ao turista, todos esses aspectos atrelados ao equipamento poderão oferecer experiências únicas, satisfatórias e marcantes. É preciso também reconhecer e enfatizar o papel educativo do turismo cultural na sociedade, já que este se utiliza de um equipamento a fim de possibilitar desdobramentos importantes no público apreciador, desde a interação do indivíduo com o ambiente, até a reconstrução de visões e conhecimentos definidos. Segundo Dias (2006), é pelo qual se amplia e se consolida um conhecimento, o qual culmina em um contato direto do indivíduo com uma atividade cultural.

Através deste conhecimento adquirido, o homem pôde entender os fatos históricos que permitiram o surgimento de novos povos ou o desaparecimento de outros, conhecer a história das localidades e de seus antecedentes, as particularidades de grupos que vivem isolados, etc. O turismo cultural não está apenas relacionado à contemplação, mas também aos conhecimentos, atrelados ao desfrute do lazer e descanso, já que se está de férias.

Entendendo esse binômio turismo e cultura, cria-se a segmentação denominada turismo cultural, que segundo definição desenvolvida pelo Ministério do Turismo juntamente com o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, compreende “[...] *as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura*” (BRASIL, 2007, p.19). Assim, faz-se necessária uma maior compreensão deste segmento, que é considerado um dos principais mercados do turismo, devido ao fato de poder estar associado a outras atividades turísticas e de incorporar várias formas e espaços culturais, a exemplo de museus, galerias, eventos culturais, festivais, festas, arquiteturas, sítios históricos, apresentações artísticas e etc, conforme definição de Dias (2006).

A questão é que a maneira como a atividade foi implantada em alguns lugares resultou em danos ao patrimônio, assim como desrespeito à identidade cultural local em função da imposição de novos padrões. Desta forma, observou-se a necessidade de implantação de ações conjuntas entre os setores de turismo e cultura, para se obter o melhor aproveitamento da atividade turística (BRASIL, 2008, p. 15). Assim sendo, estas parcerias são importantes para proteção e valorização do patrimônio cultural e da identidade cultural local.

Além disso, o segmento em questão não depende de condições climáticas, para desenvolver-se, como é o caso do turismo de sol e praia ou de aventura, o que possibilita a sua realização ao longo do ano, sendo uma estratégia para melhorar a distribuição do fluxo turístico e a ocupação nos período conhecido como baixa estação. Como se pode ver, o turismo cultural, sendo compreendido em sua totalidade, deve ser visto como alternativa para o desenvolvimento de um turismo sustentável e agregador de valores para os outros segmentos, assim como para o fortalecimento da identidade cultural da comunidade.

O consumidor cultural

Por volta de 1970, falava-se do turista de uma forma generalizada, como se todos que viajassem apresentassem os mesmos interesses e finalidades. Porém, a partir da observação sobre as motivações dos usuários e elementos padrões do processo da viagem, como a duração, frequência, o transporte utilizado para o deslocamento, os atrativos mais visitados, a forma que se apresentavam (em grupos, família, individualmente) pesquisadores perceberam a existência de variadas formas de turismo, e, assim, turistas com diversos gostos. A partir de então, foram iniciados o mapeamento e caracterização das tipologias do turismo e seu principal alvo, o turista.

O turista cultural é levado pela significação dos processos de vivência, como mos-

tra Barretto (2007, p.81): “*Intelectuais, profissionais liberais, gerentes, trabalhadores independentes (white collars), ao contrário, procuram propostas culturais, a moderna peregrinação a locais significativos [...]*”. Os turistas motivados a visitar atrativos culturais valorizam a cultura em toda a sua complexidade e particularidade, buscam experiências, fatos históricos e elementos culturais comuns a um grupo ou comunidade. Segundo pesquisa realizada pelo México, existem dois tipos de turista: aqueles com interesse específico na cultura e aqueles com interesse ocasional. Os primeiros são os que desejam aprofundar-se na compreensão das culturas visitadas e se deslocam especialmente para esse fim, já o segundo relacionam-se com a cultura apenas como opção de lazer, muitas vezes visitam algum atrativo cultural, mesmo não tendo se deslocado para este fim México (200-*apud* BRASIL, 2008).

Segundo o ICOMOS/OMT (1993 *apud* DIAS, 2006) os turistas mais experientes preferem fazer contato com a cultura local. Esta é a principal motivação de sua viagem. Estes turistas têm um perfil particular, estão preocupados com o meio ambiente, são politicamente informados, interessados por culturas diferentes, viajam com frequência, são bem educados e aparentam ser amigáveis nos encontros com o estrangeiro. Existem também os que, ao viajar, não buscam o contato com a cultura como primeira opção. São chamados de clientes indiretos do turismo cultural, buscam conhecimento, mas não o científico, apenas o que permite entender o que está sendo apresentado. Limitado apenas ao momento da visita (TAVALERA, 2003 *apud* DIAS, 2006).

Apresentando Câmara Cascudo e o Instituto Ludovicus

Mestre Cascudo: vida e obra

Luis da Câmara Cascudo nasceu em 30 de dezembro de 1898 na Rua Senador José Bonifácio, mais conhecida como Rua das Virgens, no bairro da Ribeira, cidade do Natal. Teve uma infância bem restrita, não foi garoto de subir em árvores, de correr, em virtude de problemas de saúde, por isso dizia não ter recordações dessa fase. Porém, recordava-se que adorava ouvir as avós contarem histórias e de ir a espetáculos populares. E desse gosto pelo cotidiano e pelo normal, que ele atribuiu o surgimento das ideias para seus livros (LYRA, 1999).

Aos dezessete anos, terminou o ginásio e aos 18 entrou para Faculdade de Medicina (Bahia e Rio de Janeiro), cursando apenas até o quarto período. Quando morou no Rio de Janeiro trabalhou como oficial de gabinete do Ministro da Justiça, Joaquim Ferreira Chaves. Ao relatar esse tempo, Cascudo dizia que era um rapaz que usava “*polainas, monóculo [...] encantado com a vida*” (LYRA, 1999, p.39). No quarto período de Medicina, abandonou o curso por não ter dinheiro para montar um laboratório, então mudou para o curso de Direito em Recife, formando-se em 1928 (LYRA, 1999). No mesmo ano, assumiu como professor interino do antigo Atheneu Norte Riograndense, função essa que começara desde cedo em colégios e cursos particulares, e seguiu até a universidade. Destacou-se por ser um professor inovador, saindo dos conteúdos programados dos livros de sala de aula e por sua erudição, memória e conhecimento. Suas aulas chamavam a atenção dos alunos de outras classes, que eram atraídos à porta da sala, onde Cascudo expunha as palavras, com saber e emoção (AMERICA, 2008). Logo após esse início como professor, casou-se, em 1929, com a jovem, Dália Freire, e tiveram dois filhos, Fernando Luis e Anna Maria. Dália sabia da sua importância na criação do escritor,

dizia que esposa de escritor tem que se doar e renunciar (*Ibid.* 1999). Foram 57 anos de casamento (LIMA, 1998).

No ano de 1941, fundou a Sociedade Brasileira de Folclore, em Natal, na sua própria casa. Dentre os principais trabalhos desenvolvidos pela associação, está a fundação da Federação dos Folguedos Tradicionais, a representação nos Congressos de Folclore de Oslo e de Estocolmo, a publicação de uma classificação do conto popular, a campanha de valorização das bonecas de pano, e a proteção ao artesanato. O folclorista baiano Édison Carneiro diz que a preservação de toda a riqueza dos folguedos populares da cidade do Natal, deve-se ao trabalho da Sociedade Brasileira de Folclore (AMERICO, 2008).

A Sociedade Brasileira de Folclore tinha, em seu fundador, sua grande força, “*existira em função dele, de seu entusiasmo criador, de sua tenacidade*” (COSTA, 2008, p.84). A maioria de suas pesquisas foi registrada em suas obras como *Vaqueiros e Cantadores* (1939), *Geografia dos Mitos Brasileiros* (1947), *Anúbis e outros Ensaio* (1951), *Antropologia do Folclore Brasileiro* (1944), *Literatura Oral, História da Literatura Brasileira* (1952), *Folclore do Brasil* (1967), o *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954). Este último é seu livro mais completo, onde se encontra sua personalidade e sua obra (COSTA, 2008).

Há um destaque para o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, que se tornou a primeira compilação acadêmica sobre o folclore, “[...] *não é trabalho para ser feito por um só homem, mas por uma universidade. Cascudo fez tudo sozinho, sem sair de Natal*” (LIMA, 1998, p.12). Para Rabaçal a obra é uma:

[...] fonte de consulta indispensável a todos aqueles que querem conhecer, que querem estudar a chamada cultura brasileira, a cultura popular brasileira, aquela cultura espontânea, que não advém de pressões de nenhuma natureza, mas que brota, que advem como o próprio homem na sua formação (*apud* LYRA, 1999, p.22).

Seus estudos sobre a etnografia surgiram do grande interesse humano que Cascudo tinha em pesquisar as coisas controvertidas (LYRA, 1999). Na sua trajetória como escritor, ficou conhecido por gostar de trabalhar até a madrugada, fato esse que marcou na cidade de Natal, onde no período da II Guerra Mundial, sua biblioteca era a única iluminada durante o *black-out*, mediante autorização do comando militar. Nos seus mais de 150 livros e ensaios, ficam evidentes suas pesquisas sobre etnografia e folclore e a predileção por história, geografia e biografia. O folclorista recebeu inúmeras distinções, condecorações, títulos, honrarias que o consagram cidadão do mundo. Em 1977, recebeu o Prêmio Juca Pato, como o intelectual do ano, pelo livro *Antropologia da Alimentação Brasileira*. Para o amigo Carlos Lyra (1999) o Rio Grande do Norte, possuía dois grandes monumentos: um a Fortaleza do Reis Magos e outro Luis da Câmara Cascudo. Seus trabalhos de pesquisas o tornaram conhecido em todo o mundo. Zila Mamede costumava fazer uma colocação que pode resumir todo o seu conhecimento de mundo, algo que diria “independente do assunto pergunte a Cascudo”. É considerado, ainda, um dos últimos enciclopedistas. Homem de grande sabedoria, dominava vários idiomas como francês, italiano, espanhol, inglês e alemão; e ainda o latim e o grego (LYRA, 1999).

Instituto Ludovicus

O *Ludovicus* – Instituto Câmara Cascudo - tem como principal objetivo a divulgação e preservação do patrimônio cultural de Luis da Câmara Cascudo. Está situado no bairro da Cidade Alta, na cidade do Natal - RN. O nome *Ludovicus* significa Luis em latim, e apresenta um valor sentimental à família de Cascudo. A casa sempre foi um local de visitação, e após a morte de Cascudo, as pessoas sempre pediam para conhecê-la, pedido sempre concedido pelos familiares.

Assim, o Instituto foi nomeado e criado oficialmente em 2007 por sua família, tendo na presidência sua filha Anna Maria e funcionando na casa onde viveu durante quase 40 anos e produziu a maioria de suas obras. O prédio pertencera antes ao seu sogro, mas com o falecimento do mesmo, Câmara Cascudo comprou-o de sua sogra Dona Maria Leopoldina Vieira Freire e lá viveu até o fim dos seus dias. O edifício, que fora tombado desde 1990 em nível estadual, foi restaurado, e, por si só, pode ser considerado uma aula de história e cultura brasileira. Cada ambiente apresenta particularidades, impregnados por lembranças familiares.

Na sala, é possível visualizar fotografias de amigos ilustres. Na biblioteca, 10 mil volumes de obras literárias (tanto brasileiras como internacionais), além de 15 mil correspondências, 2 mil periódicos, 1.200 plaquetas, 2.000 fotografias, 1.000 artigos de jornal, diversos documentos, e em suas paredes autógrafos de visitas ilustres da casa. A sala de visitas conta com mobiliário de época, pinacoteca, coleções de arte popular e estrangeira, peças de arte sacra, etnografia africana e indígena, além de comendas, que também compõem o acervo. O prédio possui também uma loja que disponibiliza obras do autor e estudos, livros raros, dentre outros produtos interessantes sobre o universo de Cascudo.

Analisando o discurso dos profissionais sobre as possibilidades do turismo cultural e do Instituto *Ludovicus*

Turismo sobre a ótica dos profissionais do poder público e da iniciativa privada

Através da realização das entrevistas com os profissionais do turismo e cultura que fortemente atuam nos setores do turismo e da cultura no estado, principalmente na cidade do Natal, foi possível observar diversos pontos pertinentes à pesquisa.

Compreende-se que o turismo cultural na cidade do Natal ainda é incipiente, mesmo diante da oferta de atrativos culturais existentes. A atividade turística da cidade de Natal encontra-se arraigada no segmento de sol e mar, como foi citado por todos os entrevistados, o que torna urgente a sua diversificação. Conforme Dias (2006), o desenvolvimento do turismo cultural é importante, posto que o turista que viaja motivado pela cultura gera o aumento no desenvolvimento de outros setores, como a hotelaria, gastronomia e serviços de lazer e recreação. A exploração desse segmento, segundo Santana (2009), bem planejada, ainda proporciona o aumento da consciência de proteção da população, a construção de infraestrutura (transportes, vias de comunicação), dentre outros aspectos, os quais poderão oferecer experiências únicas, satisfatórias e marcantes.

Segundo Carmen Vera, coordenadora técnica da SETUR, existem as melhores expectativas possíveis com relação ao desenvolvimento do turismo, de maneira geral, na cidade, principalmente em relação ao turismo doméstico. A mesma aponta o clima da cidade, a hospitalidade e os atrativos naturais como suas principais potencialidades, apontando a necessidade de agregar o turismo cultural. Com relação ao Instituto *Ludovicus*, a entrevistada considera-o um atrativo turístico, mas que precisa se transformar em um produto comercial.

Marilene de Brito, que na época da pesquisa atuava enquanto subcoordenadora do Patrimônio Histórico e Cultural da SETUR, apontou as iniciativas que fazem parte do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS - como as principais ações para recuperar e estrutura o patrimônio histórico-cultural do Pólo Costa das Dunas (do qual Natal é município integrante). Dentre estas ações, destaca-se o fortalecimento do turismo cultural, diversificando a oferta turística disponível nos próximos anos. Essas ações serão realizadas através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE - que é financiado com os recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID - e têm o Banco Nordeste como órgão executor. As ações previstas que estão relacionadas ao desenvolvimento do segmento do turismo cultural envolvem aspectos como a implantação do Museu da Rampa e Memorial do Aviador, reforma e ampliação do Centro de Turismo e a elaboração e implantação do Projeto Executivo de Reabilitação Urbana do Corredor Cultural de Natal, bem como do Plano de Interpretação Integral do Corredor Cultural de Natal e elaboração do projeto e implantação do Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural de Natal, entre outras questões.

Em função das questões apresentadas, pode-se salientar a importância da realização dos projetos que envolvem o Corredor Cultural, que ao serem desenvolvidos, deverão fortalecer e estimular o desenvolvimento do turismo cultural na cidade, e fomentar atividades artísticas, tendo em vista a concentração destas no mesmo espaço pertencente ao corredor, e uma maior oferta de entretenimento para o público local. Em contrapartida sabe-se também que o projeto do corredor cultural em Natal, no qual está inserido o Instituto *Ludovicus*, foi reelaborado diversas vezes em um período de aproximadamente 20 anos, e que até então nenhuma ação referente à execução deste foi realizada.

A entrevistada avalia como inconsistente a estrutura de apoio ao turismo cultural no estado, e isso se dá como consequência da falta de políticas de apoio ao segmento. Para que existam as políticas, faz-se necessária a articulação entre agentes do turismo do setor cultural e o reconhecimento do segmento como uma nova opção de incremento da oferta turística e de combate à sazonalidade. Como alternativa ao exposto, a entrevistada informou que o Instituto atende a essa necessidade de diversificar a oferta turística, por já ser um atrativo ímpar. E que o diferencial está na valorização da personalidade potiguar, de seu ícone. Porém, ela colocou que a questão do nome *Ludovicus* dificultar a divulgação do equipamento, tornando-se bem mais prático apenas Casa de Câmara Cascudo, ao invés de Instituto *Ludovicus*.

A professora Jurema Dantas, do Conselho Nacional de Turismo e do Conselho

Estadual de Turismo – CONETUR – e ainda do Conselho de Turismo do Polo Costa das Dunas vê o turismo no estado com a característica de “familiaridade”. Segundo ela, as pessoas que visitam Natal geralmente já estiveram outras vezes na cidade, apreciam as belezas naturais, a hospitalidade, mas necessitam de novas possibilidades de visitação dentro do destino Natal, fortalecendo assim a afirmação de que “são raros os tipos puros de turismo, e de turistas (PEARCE,1982, *apud* SANTANA, 2009). Suas expectativas para o desenvolvimento do turismo no estado são excelentes, devido às potencialidades que possui, os recursos naturais, a cultura, os museus, que apesar de se encontrarem com uma estrutura precária det m interessantes acervos e os novos produtos que surgem originados de diferentes segmenta es. Todavia, reforça também o fato de não haver produtos com uma estrutura razoável que atenda ao visitante.

Jurema Dantas salientou que pesquisas apontam o turismo cultural como o diferencial nos países de primeiro mundo, destacando a necessidade de preparar e valorizar os potenciais culturais de uma região. Citou a atua o do Instituto *Ludovicus* como exemplo de um produto estruturado, mas ainda não constituído como atrativo, porém, se bem trabalhado, poderá trazer uma série de benefícios, como o conhecimento de uma cultura e a contribui o para a capta o de mais turistas. A mesma também reforçou as a es do PDTIS, já citadas anteriormente.

Observa-se no discurso dos entrevistados que existe uma compreensão sobre o segmento turismo cultural, mas que, na prática, ele ainda não   trabalhado na realidade local. Sugere-se pensar, ao implantar o Museu da Rampa e Memorial do Aviaador, assim como o Projeto Executivo de Reabilita o Urbana do Corredor Cultural de Natal, como esses novos atrativos serão trabalhados. Por diversas vezes, acredita-se ser este o gargalo no turismo: existe o produto, mas não há divulga o, estrutura de estacionamento, pessoas qualificadas para atendimento ao público, entre outras deficiências. Questões como essas dificulta, o acesso da demanda ao atrativo.

Daliana Cascudo, neta de Câmara Cascudo e diretora administrativa do Instituto, entende que o turismo cultural serve para mostrar o que do ponto de vista histórico, suas personalidades, fatos importantes e suas manifesta es culturais. Como o principal benefício da segmenta o, apontou a questão educacional. Segundo Dias (2006),   através desse contato direto do indivíduo com seu interesse particular, que pode ser um monumento, ou um artesanato ou até uma dança, que se amplia e constrói um conhecimento. A entrevistada também citou a valoriza o da identidade cultural e a possibilidade de melhoria na condi o de vida da comunidade envolvida na sua realiza o.

Segundo Daliana, não existe turismo cultural em Natal, e isso se concretiza pela inexistência de uma infraestrutura de apoio para o segmento. Contudo, a expectativa que o turismo do RN consiga vender o nome Câmara Cascudo, seus valores literários e também a temática da presença dos americanos na cidade do Natal no período da Segunda Guerra Mundial, potencialidades turísticas que ela aponta na cidade do Natal.

A entrevistada informou que a ideia de representar Câmara Cascudo surgiu da ne-

cessidade de diversificar o turismo de sol e mar. Assim, a família deu início ao trabalho para preparar a casa onde ele morou, transformando-a no Instituto. Para ela, o diferencial do atrativo turístico é ter sido o local onde Cascudo viveu por mais de 40 anos, local de produção de sua obra. Daliana apontou que, apesar do equipamento estar pronto para ser trabalhado como um produto turístico, ainda falta apoio externo, como divulgação em postos de informação turística, placas de sinalização turística, infraestrutura externa e a inclusão do Instituto nos roteiros comercializados, e vê como maior desafio a divulgação do produto para chegar até o público interessado.

Paulo Eduardo, monitor do Instituto Câmara Cascudo, reforçou ter o turismo local o perfil de sol e mar, e que isto se dá em função da falta de divulgação por parte do poder público, e que deveria haver mais iniciativas relacionadas ao turismo cultural. O entrevistado citou como potencialidade para o turismo em Natal o bairro da Ribeira, a Praia da Redinha e os bairros de Petrópolis e Tirol. Para ele, turismo cultural é um movimento de grupos à procura de marcas ou símbolos de outros povos, a busca pela trajetória de outras culturas. Conforme Barretto (2007, p. 81), esses grupos “[...] *procuram propostas culturais, a moderna peregrinação a locais significativos* [...]”.

O diretor artístico e educativo do Espaço Cultural Casa da Ribeira, Henrique Fontes, reconhece o turismo como a principal atividade econômica do estado, e as praias e belezas naturais como principais atrativos da cidade, mas percebe o desejo expresso por parte dos turistas em vivenciar os hábitos locais. Tal percepção deve-se também ao fato deste manter um contato cotidiano com os turistas, já que a Casa da Ribeira (instituição cultural tida como referência na cidade do Natal) é aberta à visita durante toda a semana. O entrevistado cita o bairro das Rocas como potencial turístico, por ser um território rico em manifestações e diversidade cultural, e avalia a gestão e atuação do Turismo Cultural no RN como precária e deficiente quando se trata dos quesitos divulgação, informação e pessoal qualificado para o atendimento, destacando ainda a falta de articulação entre os setores.

Ainda assim, reconhece o poder do turismo cultural, quando bem executado, em proporcionar momentos de encantamentos aos visitantes, o compromisso do segmento com a sustentabilidade e o destaque para o papel educativo que desempenha, construindo relações e derrubando preconceitos. O artista possui intimidade com a “casa e obra de Câmara Cascudo”, pois há algum tempo estuda e possui como inspiração esse universo. Para Henrique Fontes, Cascudo é a verdadeira representação do povo potiguar, exemplo de inteligência emocional, e sua casa traz memórias curiosas, boa estrutura física, e a disponibilidade dos gestores do Instituto a novas propostas de exposição e atividades.

Analisando o Instituto: gestão e infraestrutura

A criação do Instituto Câmara Cascudo partiu da filha do pesquisador, Anna Maria Cascudo, atualmente Presidente do equipamento, e da neta Daliana Cascudo, Diretora Administrativa. Em entrevista, Daliana informou que a ideia para instalação do Instituto surgiu como uma maneira de representá-lo a altura de Câmara Cascudo, e para isso a família teve que se desfazer de parte do patrimônio pessoal para investir na restauração e recuperação do mobiliário e da casa, que no período de 2005 estava com o telhado comprometido devido uma infestação de cupins, o que demandou um gasto financeiro.

Os recursos que mantêm o Instituto são gerados pela venda dos produtos comercializados na loja lá localizada. A taxa cobrada para visitação e os direitos autorais referentes à venda dos livros do pesquisador, que iriam para sua filha Anna Maria Cascudo, são revertidos para o Instituto. Quanto à gestão do equipamento, a Diretora Administrativa Daliana Cascudo expõe algumas dificuldades da gestão no que diz respeito ao poder público, que poderia dar um apoio maior para fortalecer o espaço enquanto produto turístico, citando como exemplo a solicitação das placas de sinalização turística, as quais poderiam permitir que os ônibus turísticos estacionassem em frente ao prédio. Trata-se de uma solicitação ainda não atendida, dificultando a visitação de grupos de turistas. Há também uma deficiência em relação à divulgação do produto dentro do próprio *trade* turístico. Esta fala foi reforçada quando um empresário do ramo do turismo receptivo expôs em reunião do Conselho de Turismo do Polo Costa das Dunas, que tem conhecimento do atrativo, mas que infelizmente não leva turistas para visitá-lo devido à falta de estacionamento.

Quanto à apresentação dos objetos no Instituto, trabalha-se sempre de forma temática. Por possuir um grande número de peças que fazem parte do acervo de artesanato popular e estrangeiro, comendas, peças de arte sacra, etnografia africana e indígena, periodicamente é realizada a renovação dessas exposições, o que possibilita que a cada visita seja visto algo novo. Todos os móveis da casa são os mesmos utilizados por Cascudo e família. Até mesmo a forma de organizá-los espacialmente na casa foi mantida. Como dito pela sua neta Daliana, o diferencial do Instituto é o fato de representar a memória de Câmara Cascudo, o ambiente em si traz a memória do objeto, que guarda a memória de seu dono.

A única alteração realizada na estrutura física do prédio foi a construção de um anexo, o pavilhão Dália Freire Cascudo, construído com o intuito de guardar o acervo da biblioteca com todos os cuidados necessários para sua conservação. Este pavilhão também abriga um auditório com capacidade para 40 pessoas, que serve para realização de eventos culturais. O acervo da biblioteca, após a morte de Cascudo, foi doado à Fundação José Augusto, que o remanejou para o Memorial Câmara Cascudo. Com a criação do Instituto, o mesmo foi devolvido aos cuidados da família. Neste acervo, encontram-se as correspondências que Cascudo mantinha com pessoas de diversas partes do mundo, as quais estão passando por um processo de digitalização.

O Instituto encontra-se bem equipado para receber os visitantes. O prédio conta com uma boa estrutura física de apoio ao turista, com guarda volumes, lanchonete e banheiros. O prédio conta com acessibilidade, para facilitar a entrada de pessoas com necessidades especiais, além da entrada parte frontal do prédio que é uma escada, na lateral existe outra entrada que dá para duas rampas que permitem livre acesso a boa parte do Instituto.

Já a visitação dentro da casa em alguns cômodos torna-se difícil devido à organização dos móveis. Acredita-se que pode haver uma nova arrumação, com vistas a facilitar a locomoção do visitante. Foi necessário adquirir um terreno localizado na lateral do Instituto, o qual estava abandonado e gerando insegurança. Com isso, foi possível equipar o local para receber as pessoas com deficiência, pois é por ali que ocorre a entrada com acessibilidade.

O terreno trata-se de um espaço amplo, o qual daria para fazer em uma parte estacionamento e em outro um espaço para entretenimento, como por exemplo, um café.

Daliana Cascudo informou que já existe este desejo, mas que é algo ainda muito incipiente e para um futuro ainda distante devido a outras prioridades do Instituto, como a criação de um banco de dados que contenha informações sobre o acervo da biblioteca, para consulta.

O Instituto é um local onde Câmara Cascudo é apresentado cordialmente, através da memória do objeto, suas obras e toda uma vida de pesquisas etnográficas, por isso diante de tamanho legado deixado por Câmara Cascudo para a cidade de Natal, destaca-se a importância do mesmo em tornar-se um patrimônio acessível à sociedade, para que haja um reconhecimento e valorização da memória cultural brasileira.

Propostas a serem pensadas para o equipamento turístico

Conforme mencionam os profissionais entrevistados, as principais barreiras encontradas para a atuação do *Ludovicus*, enquanto equipamento turístico, são a inexistência de um estacionamento, assim como a falta de sinalização turística. Neste sentido, propõe-se conceder permanentemente duas vagas para ônibus turísticos em frente ao Instituto, que inclusive leva o nome de Av. Câmara Cascudo, bem como liberar diariamente estacionamento no quarteirão que o circunda durante períodos que não choquem com os “horários de pico” do comércio natalense. Como o mesmo está situado em uma área comercial, tornaria o acesso ao Instituto mais viável e não atrapalharia o trânsito, já que estaria utilizando-se de uma via larga com quatro faixas, respeitando o comportamento do fluxo de transporte urbano.

Também é sugerido sinalizar o equipamento com placas e simbologias, assim como também o seu entorno, que compreende os bairros da Ribeira e Cidade Alta. Trata-se de uma ação que envolve orientação ao turista e visitante local, tão necessária ao Instituto quanto as estratégias de acesso.

As ações anteriormente citadas devem ser executadas envolvendo as instâncias culturais governamentais (Fundação Cultural Capitania das Artes –FUNCARTE e Fundação José Augusto -FJA), já que se trata da manipulação de espaços públicos, em conjunto com a SEMURB (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanização).

A falta de apoio externa citada pela diretora administrativa do *Ludovicus*, foi também sentida no decorrer das entrevistas realizadas. Vê-se que há um reconhecimento do legado cultural de Câmara Cascudo, mas ao que parece existe certo receio por parte do *trade* turístico em apostar no equipamento enquanto atividade de negócios, portanto faz-se fundamental que o Instituto seja incluído na Atividade Turística de forma ativa o mais breve possível, processo esse que pode ocorrer inicialmente através parceria com empresas do turismo, e a contrapartida de seus serviços.

Para que o Instituto *Ludovicus* seja bem promovido na cidade e no RN é preciso que ele esteja ativo na mídia local, que se faça conhecido da sociedade. Inserir o Instituto na rede virtual e em mídias sociais é uma forma barata e funcional de divulgar as atividades do equipamento, e quando alimentadas, essas ferramentas podem se tornar fomentadores do Universo de Câmara Cascudo e do turismo cultural.

Quando o turismo é trabalhado de forma planejada, ocorre um desenvolvimento local da área e da sociedade atuante. Tendo em vista a paixão que o mestre Cascudo

possuía pela educação, e os benefícios gerados por esta, pensou-se na possibilidade de implantação de um programa educacional. O mesmo poderia disponibilizar o acervo bibliotecário do Instituto, ou parte dele, a profissionais e estudantes universitários com fins de pesquisa ou trabalho acadêmico, serviço este realizado sob controle de cadastro, tanto das obras, como dos usuários, tornando-se assim instrumento de fomento à pesquisa e à educação cultural.

Propõe-se construir uma programação planejada semestralmente como uma atitude indispensável ao bom andamento do *Ludovicus*. Através de exposições e apresentações, o mesmo tornará a sua atividade mais dinamizada, e assim mais prazerosa na interação com o público apreciador.

Conclusões

Câmara Cascudo foi um homem além do seu tempo. Corresponhia-se com intelectuais do mundo. Estudioso da cultura potiguar, principalmente em suas manifestações populares, isto por si só é motivo para estudá-lo. Seu amor por Natal, sua cidade, está presente em seus escritos e falas, o que o fez conhecido por ser um provinciano incurável, por colecionar crepúsculos e valorizar os talentos populares (as apresentações folclóricas). Sentimentos estes que devem ser trabalhados na população local, na busca pela criação de uma identidade cultural que torne possível o fortalecimento das atividades voltadas para valorização dessa cultura. Diante do exposto, Câmara Cascudo é, e deve continuar sendo estudado, por toda sua contribuição para a formação do saber, não apenas o conhecimento científico, como também o empírico.

O Instituto *Ludovicus*, conforme análise realizada nesta pesquisa, já é um produto turístico pronto para receber a demanda de visitantes. A infraestrutura e os acessos com acessibilidade são satisfatórios. Portanto, espera-se que a implantação do corredor cultural de Natal, traga melhorias no que diz respeito à infraestrutura externa, como placa de sinalização turística, placa de estacionamento e até a própria viabilização de locais para estacionamento de ônibus turísticos.

Contudo, foi observado que ainda se trata de um produto isolado, e que se faz necessário que o segmento do turismo cultural seja planejado e realizado na cidade do Natal, de maneira que o equipamento possa ser fortalecido. Em todas as falas dos entrevistados, foi unânime a necessidade de diversificar o turismo de sol e mar, que é o carro-chefe da atividade turística desenvolvida na localidade em estudo.

A gestão do Instituto busca de todas as maneira consolidar esta parceria cultura e turismo, mas tem se deparado com falta de apoio, inclusive do poder público, agente importante nestas questões. Como se sabe, há uma necessidade do trabalho em parceria, com a iniciativa privada, poder público e comunidade local, é assim que se deve buscar efetivá-la, com vistas ao desenvolvimento de uma atividade sustentável.

Para efetivar ações que tornem o legado de Câmara Cascudo através do *Ludovicus* um produto sustentável, faz-se necessária a realização das demais ações que fortalecem o corredor cultural e o turismo cultural de modo geral. De nada adianta apresentar possibilidades de fomento do Instituto e o seu entorno, sem permitir a viabilidade do mesmo.

A presente pesquisa reforça a questão da falta de interesse do poder público em

fomentar iniciativas para aumento da consciência e valorização da cultura. E também mostra que ainda há um longo caminho a ser trabalhado, para que o segmento do turismo cultural se torne realidade no estado. O fator positivo percebido, é que estas são medidas simples, porém dependentes da atuação de pessoal capacitado, e que possuam uma visão crítica. Pois em alguns momentos têm-se a impressão que todos estão engessados numa zona de conforto, sabendo o que se deve fazer, mas sem atitude para começar. Fica demonstrado que já existe uma conscientização bem maior com relação à necessidade de diversificar a oferta de sol e mar, e que para isso o mais indicado seria o turismo cultural.

Diante do exposto, verifica-se a urgência em desenvolver estratégias bem planejadas e articuladas para o fortalecimento de uma identidade cultural. E que não seja apenas a família de Câmara Cascudo a preservar a sua memória, mas que a população seja despertada para a sua importância.

Referências bibliográficas

BARRETTO, M. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas**. Campinas: Papirus, 2007.

BERVIAN, P.A.; CERVO, A.L.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual, temas transversais**, Secretaria da Educação Fundamental. 3 ed. Brasília: SEF, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**./ Ministério do turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 22 maio 2010.

COSTA, A.O. **Viagem ao universo de Câmara Cascudo: tentativa de ensaio bibliográfico**. Natal: EDUFRN, 2008.

DIAS, R **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

LIMA, D.C. **Câmara Cascudo: um brasileiro feliz**. 3 ed. Rev. aum. Comemorativa dos 100 anos de nascimento de Luis da Câmara cascudo. Rio de Janeiro: Lidador, 1998.

LYRA, C. (org.). **Luís da Câmara Cascudo: depoimento**. Natal:EDUFRN, 1999.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamento da metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PIRES, M.J. **Lazer e patrimônio cultural**. Barueri: Manole, 2001.

SANTANA, A. **Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações**; tradutora Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

Patrícia Daliany Araújo do Amaral: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Email: pdaliany@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4172795219000524>

Andreia Candida dos Santos

Email: andreinhanat@hotmail.com

Josineide Silva Monteiro: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Email: josineide_s@hotmail.com

Mickaella de Fátima Medeiros

Email: mickaellafm@hotmail.com

Tatiana Gehlen Marodin: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Email: tatianagehlen@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1670419112826833>

Data de submissão: 28 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 17 de agosto de 2012

Data do aceite: 17 de agosto de 2012

Avaliado anonimamente

Caracterizando os visitantes do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP): subsídio para o planejamento de atividades turística-educacional em áreas de manguezal

Characterizing the visitors of the State Park of Cardoso Island (SP, Brazil): support for the planning of tourism and educational activities in mangrove areas

Hélita Maria Teixeira Moaes, Marília Cunha Lignon

RESUMO

O turismo tem causado impactos negativos em unidades de conservação costeiras no Brasil, decorrentes da falta de planejamento da atividade. O presente trabalho tem como objetivo caracterizar os visitantes do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), localizado no litoral sul do Estado de São Paulo, a fim de subsidiar o planejamento das atividades turística-educacional em áreas de manguezal. No período entre 2002 e 2006, o Núcleo Perequê, localizado na parte nordeste da Ilha do Cardoso, recebeu 210 grupos de visitantes, totalizando 8.420 pessoas. Os grupos de visitantes variaram entre 2 e 138 pessoas. Cada coordenador dos grupos visitantes preencheu um questionário elaborado por funcionários do PEIC, gerando um total de 210 questionários, entre 2002 e 2006. Informações sobre o número de visitantes, motivo da visita, atividades desenvolvidas, tempo de permanência entre outras eram registradas pelo responsável de cada grupo de visitantes. Os questionários eram preenchidos somente por grupos de visitantes que se hospedavam no PEIC. Os dados foram analisados de forma quantitativa. A maioria dos visitantes do PEIC era formada por grupos de escolas, acompanhadas por agências de turismo especializadas em estudo do meio ambiente. O Núcleo Perequê do PEIC recebeu 8.420 visitantes, entre 2002 e 2006, que pernoveram nessa UC. A visitação apresentou sazonalidade bem definida, influenciada pelo calendário escolar. A maioria dos grupos de escolas que mais frequentaram o Núcleo Perequê do PEIC foram instituições particulares, provenientes, principalmente das cidades de São Paulo, Campinas e Sorocaba, assim como de Curitiba. Os resultados do presente estudo poderão auxiliar na elaboração de recomendações de modo a minimizar os impactos negativos causados pelas atividades desenvolvidas e maximizar as qualidades das experiências turística-educacionais obtidas durante a visitação em áreas de manguezal.

PALAVRAS-CHAVE: Visitante; Manguezal; Unidade de Conservação.

ABSTRACT

Tourism has caused negative impacts on protected coastal areas in Brazil, due to lack of planning activity. The present work aims to characterize the visitors to the State Park of Cardoso Island (PEIC), located on the southern coast of São Paulo in order to support the planning of tourism and educational activities in mangrove areas. Between 2002 and 2006, the Perequê Center, located in the northeastern part of the Cardoso Island, received 210 groups of visitors, totaling 8,420 people. The visitor groups ranged from 2 to 138 people. Each coordinator of the visiting groups completed a questionnaire prepared by PEIC, generating a total of 210 questionnaires between 2002 and 2006. Information on the number of visitors, purpose of visit, activities, length of stay, among other were recorded only by the person responsible for each group of visitors. The questionnaires were filled only by groups of visitors who were staying in PEIC. Data were analyzed quantitatively. Most visitors PEIC was formed by groups of schools, accompanied by travel agencies specializing in the study of the environment. The Perequê Center received 8,420 visitors between 2002 and 2006, which stayed at this protected area. The visit showed well defined seasonality influenced by the school-year. The majority of school groups that attended most of the Perequê Center were private institutions, coming mainly from São Paulo, Campinas, Sorocaba and Curitiba cities. The results from this study can assist recommendations to minimize the negative impacts caused by activities and maximize the quality of tourism and educational experiences obtained during the visitation in mangrove areas.

KEYWORDS: Visitor; Mangrove; Protected Area.

Introdução

As regiões litorâneas e costeiras do Brasil apresentam uma multiplicidade de ecossistemas extremamente produtivos, onde se destacam os ecossistemas estuarinos, manguezais, recifes de corais e planícies inundáveis (DIEGUES, 1987). Os manguezais são considerados entre os ambientes costeiros mais importantes do planeta. São ecossistemas característicos das zonas estuarinas tropicais e subtropicais. As espécies vegetais típicas dos manguezais são denominadas mangues, as quais apresentam uma série de adaptações morfológicas, fisiológicas e reprodutivas comuns, que as permitem desenvolver-se em ambientes instáveis e estressantes. Sob condições ambientais apropriadas, os mangues podem formar bosques extensos e produtivos, sendo utilizados por populações humanas costeiras como um importante recurso econômico, há milhares de anos (DUGAN, 1992).

O ecossistema manguezal já foi muito associado ao mal cheiro, insetos e poluição. A medida que surge um turismo voltado para a vida silvestre e a pesca esportiva, essas áreas passam a ser valorizadas. Avau *et al.* (2011) afirma que passeios em manguezais tem sido apresentados em pacotes turísticos na Jamaica, Guadalupe e Martinica (Caribe). Satyanarayana *et al.* (2012) destacaram a im-

portância do ecoturismo em áreas de manguezal realizado em países da África, apresentando equilíbrio entre o uso de recursos naturais pelas comunidades humanas locais, conservação e gestão dos manguezais. No Brasil, esse ecossistema vem aos poucos sendo procurado para atividades turísticas, atraindo pessoas que realizam passeios de barco, observação de pássaros, fotografia e principalmente educação ambiental (DIEGUES, *op. cit.*).

Segundo Cintrón (1987), atividades de recreação, turismo, pesca, educação e pesquisa em manguezais são possíveis de serem desenvolvidas e compatibilizadas com a conservação e não requerem grandes manejos nos sistemas. Se não forem minimamente planejadas, estas atividades poderão ocasionar importantes alterações locais. Maciel (1987) enfatiza que o melhor uso para qualquer manguezal é continuar como área protegida, mantendo valores culturais, estéticos, paisagísticos, *recreacionais*, *educacionais*, estabilização da linha de costa, proteção da vida e dos recursos pesqueiros. Para isso, é necessário melhorar, tanto em quantidade como em qualidade, as informações sobre os manguezais e seus valores, funções e serviços. É fundamental que todos os níveis da sociedade (público em geral, comunidades locais, ONGS e governo) compreendam melhor a importância dos manguezais (DUGAN, 1992).

A análise dos impactos do turismo, tanto positivos como negativos tem revelado a necessidade de estabelecer critérios globais e multidimensionais nas políticas do turismo em diversas escalas (RODRIGUES, 1997). Segundo Lugo (2002), pesquisas considerando múltiplas escalas espaço-temporais, assim como a participação de todos os setores da sociedade na gestão de áreas de manguezal contribuem para melhorar de forma efetiva a conservação desse ecossistema. Davenport e Davenport (2006) alertam para a importância da gestão da atividade de ecoturismo na zona costeira, de modo a se evitar impacto-s na região visitada.

Os impactos negativos que o turismo pode ocasionar em uma dada região são inúmeros, podendo estar relacionados aos aspectos econômicos, socioculturais e ambientais (RUSCHMANN, 1999). Uma simples trilha em áreas naturais pode causar impactos ambientais negativos e o pisoteio pode compactar o solo, diminuir o teor de infiltração das águas e eliminar a vegetação. Seabra (2005) afirma que o reduzido número de estudos sobre os impactos causados pelo turismo no Brasil, restringe a implantação de medidas que possam estabelecer os limites de carga turística suportável em cada área. Segundo Costa *et al.* (2007), as caminhadas em trilhas oferecem grande contato do turista com a natureza e exigem infraestrutura e manejo apropriados a demanda dos usuários, sobretudo em áreas de elevado potencial turístico, sendo consideradas o principal veículo condutor das práticas ecoturísticas, de lazer e de recreação. Segundo os autores, as trilhas são os primeiros elementos de infraestrutura a serem instalados na implementação da UC, sendo a erosão das mesmas um dos principais impactos negativos decorrentes do uso público de UCs brasileiras (BRASIL, 2003).

Nas UCs passíveis de visitação, a prática do turismo de massa aliada a falta de infraestrutura precária e mão de obra limitada têm aumentado a degradação do meio natural nessas áreas (SEABRA, 2005). Para o manejo de UCs, a disponibilidade de conhecimento é essencial para subsidiar ações que visam à conservação da biodiversidade (GUAPYASSÚ, 2006). Pesquisas desenvolvidas nas UCs podem contribuir diretamente para a melhoria da compreensão das espécies animais e vegetais (GUAPYASSÚ, *op. cit.*), assim como das relações entre os visitantes e os ecossistemas visitados. Informações sobre as características básicas dos visitantes de uma UC auxiliam pesquisadores e administradores a compreenderem o comportamento dos usuários, bem como as causas e potenciais soluções dos impactos negativos causados (KATAOKA, 2004). A caracterização dos visitantes das UCs é ferramenta valiosa para auxiliar na administração e na conservação dessas áreas (NIEFER, 2000). Uma das etapas necessárias no processo de elaboração de diretrizes para visitação em UCs consiste em entender e diagnosticar a situação atual dessas atividades (BRASIL, 2003).

Hall (2001), a partir de compilação dos impactos ambientais e ecológicos do turismo em ecossistemas costeiros, destacou a destruição de manguezais por excessiva visitação, a falta de manejo sobre a exploração de recursos do ecossistema e substituição de áreas de manguezal por marinas e *resorts*. Ramsar (2004) cita estudos de caso na Malásia, Maurítânia, México e Tanzânia onde há impactos em área de manguezal, decorrentes do turismo sem planejamento, entre outras atividades humanas.

Objetivos

O presente estudo tem como objetivo caracterizar os visitantes do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), localizado no litoral sul do Estado de São Paulo, a fim de subsidiar o planejamento das atividades turística e educacional, em áreas de manguezal, as quais apresentavam impactos decorrentes da visitação.

Material e Métodos

Área de Estudo

O presente trabalho foi realizado no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), localizado no extremo sul do litoral do Estado de São Paulo, Município de Cananéia, entre as latitudes 25°03'05"S e 25°18'18"S e as longitudes 47°53'48"W e 48°05'42"W (Figura 1). A temperatura média anual na região é de 23,8°C, sendo a temperatura média mensal mais alta 27,8°C, ocorrendo em fevereiro, e a média mensal mais baixa 19,8°C, em julho (SILVA, 1989).

O Município de Cananéia fica a 258 km de distância da cidade de São Paulo, a 260 km de Curitiba e a 244 km da cidade de Santos. No período do estudo (2006), a população estimada de Cananéia era de 14.195 habitantes (IBGE, 2007). O PEIC possuía cerca de 400 habitantes, moradores tradicionais da Ilha do

Cardoso (SÃO PAULO, 1998).

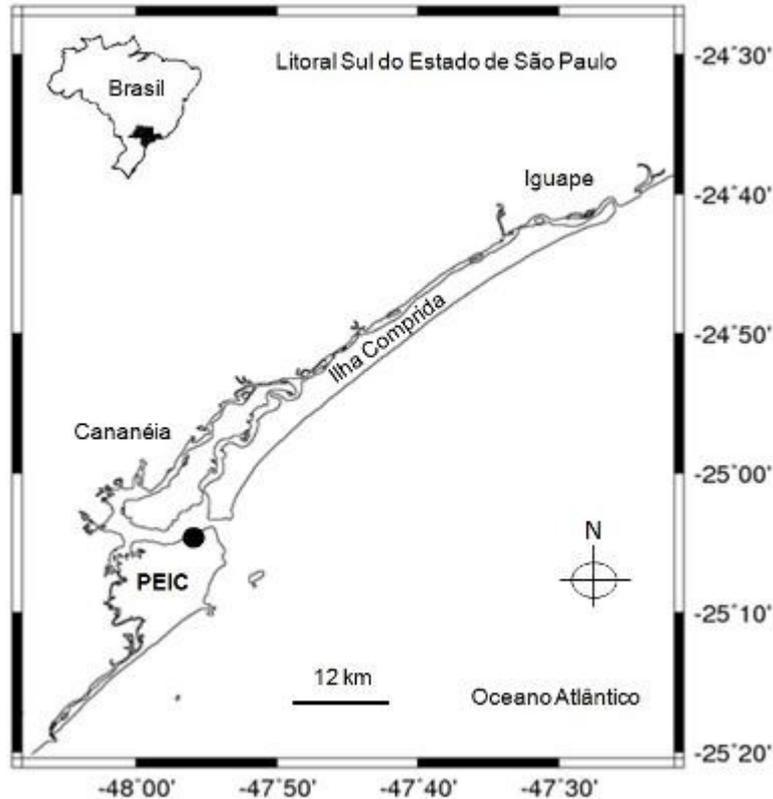


Figura 1: Localização do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), no litoral sul de São Paulo. Destaque para o Núcleo Perequê.

Figure 1: State Park of Cardoso Island (PEIC) location, on southern littoral of São Paulo. Focus on Perequê Nucleus.

A diversidade paisagística dessa região, formada por manguezais, restingas, floresta atlântica, praias, estuário, rios e alagados proporciona alta diversidade biológica e mosaicos de cenários que despertam grande interesse turístico. A íntima relação de espécies da fauna litorânea brasileira com os ecossistemas costeiros seja para abrigo, alimentação, reprodução e/ou nidificação, faz com que a conservação desses ambientes torne-se cada vez mais importante (CUNHA-LIGNON *et al.*, 2000).

Cunha-Lignon *et al.* (*op. cit.*) estudaram a relação entre os turistas e o sistema costeiro, traçando o perfil destes no litoral sul de São Paulo. Segundo os autores a porção norte do sistema costeiro recebe turismo de massa, com atividades sendo realizadas na praia da Ilha Comprida, enquanto que grande parte dos turistas da porção sul também realiza atividades no estuário, como passeios de barcos, caminhadas em trilhas da floresta atlântica e utilizam os serviços dos monitores ambientais locais.

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) foi criado em 1962, sendo o primeiro parque insular do Estado de São Paulo. O PEIC abrange uma área de 22.500

ha (SÃO PAULO, 1998). É uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, onde são mantidos os ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, como pesquisas científicas, educação, interpretação ambiental e turismo ecológico. Seu objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000). O Plano de Gestão Ambiental (PGA) do PEIC foi criado em 1997, com ampla participação de diversos setores da comunidade. O PGA tem por finalidade definir zoneamento, *programas de educação ambiental e ecoturismo*, pesquisa, conservação dos ecossistemas e interação socioambiental de modo a solucionar e minimizar conflitos nas UCs (SÃO PAULO, *op.cit.*).

O Núcleo Perequê (Figura 1), localizado na parte nordeste da ilha, possuía refeitório, museu, laboratórios, auditório, loja de souvenirs e aquários. Entre 2002 e 2006, tinha capacidade para hospedar até 102 pessoas e receber visitação durante todo o ano (CANANET, 2006). Para o atendimento aos visitantes e pesquisadores, o PEIC contava com os serviços de funcionários do parque, assim como de monitores ambientais locais. A maioria dos monitores locais faziam parte da Associação de Monitores Ambientais de Cananéia (AMOAMCA), criada em março de 2001, com sede na cidade de Cananéia.

Processamento dos Dados

O PEIC aplicava sistematicamente questionários aos seus visitantes, que se hospedavam no Núcleo Perequê, a fim de melhorar a qualidade dos equipamentos e infra-estrutura para visitação. Informações sobre o número de visitantes, monitoria ambiental e funcionários, motivo da visita, vínculo, tempo de permanência e sugestões eram registradas a cada visita. Os questionários não eram preenchidos pelos visitantes de um dia, ou seja, aqueles que não se hospedavam no PEIC.

A presente pesquisa utilizou as informações desses questionários citados para determinar o perfil do visitante no ecossistema manguezal do PEIC de janeiro de 2002 a junho de 2006. Os resultados dos questionários constituíram os dados principais, que foram analisados pelo presente estudo de forma quantitativa.

Segundo Pereira (2004), há necessidade de transformar dados qualitativos (amostragem) em quantitativos (tabulação dos resultados), processamento matemático e estatístico de dados, para permitir a revelação de informações que não estão imediatamente aparentes nas medidas originais feita de um objeto ou evento. Dessa forma, os dados qualitativos foram transformados em quantitativos, utilizando-se planilha *excel* em formas de tabelas. A partir destas, foram construídas outras tabelas que possuíam o valor absoluto amostrado e os valores em porcentagem. De modo a auxiliar na avaliação da visitação dos manguezais no PEIC, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os monitores ambientais.

Os monitores entrevistados foram escolhidos pelo tempo de trabalho na AMOAMCA “Associação dos Monitores Ambientais de Cananéia” e no PEIC, logo deu

-se prioridade aos monitores mais antigos da associação. Cada entrevista durou em média de 30 minutos e foi realizada no dia 12/08/2006.

Em março e abril de 2012 foram realizadas entrevistas com a atual diretora do PEIC, funcionários do PEIC e monitores ambientais, a fim de levantar informações sobre as condições atuais de turismo nessa UC.

Resultados e Discussão

Cada questionário foi preenchido apenas pelo responsável de cada grupo de visitantes, o que correspondeu a 210 questionários respondidos, entre 2002 e 2006. Nesse período, o Núcleo Perequê do PEIC recebeu 8.420 visitantes, que pernoveram nessa unidade de conservação (Tabela I).

Observa-se grande diferença no tamanho dos grupos, variando entre 2 e 138 visitantes por grupo (Tabela I). Os anos de 2002, 2003 e 2006 foram os mais regulares, em termos de visitação, com 2.339 visitantes por ano, em média (Figura 2 e Tabela I). A queda da visitação nos anos 2004 e 2005 refletiu o reduzido número de questionários respondidos nesse mesmo período (Figuras 2 e 3 e Tabela I). Esse fato não pôde ser explicado pelos funcionários do PEIC, não sendo possível definir se o número reduzido de questionários deve-se à baixa do turismo nessa UC, entre 2004 e 2005, ou à organização interna do parque, em relação ao arquivamento dos questionários aplicados.

Tabela I: Número de questionários respondidos por ano, menor e maior número de pessoas nos grupos e número total de visitantes no PEIC, de 2002 a 2006.

Table I: Number of answered questionnaires by year, the smallest and the biggest number of people in groups and total number of visitors on PEIC, from 2002 to 2006.

Ano	Nº de Questionários Res-pondidos	Maior e Menor Nº de Pessoas por Grupo	Total de Visitantes
2002	66	2 a 138	2.378
2003	58	2 a 127	2.306
2004	08	31 a 98	474
2005	23	11 a 81	929
2006	55	14 a 130	2.333
Total	210	---	8.420

O Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA), localizado no litoral norte do Estado de São Paulo, recebe 80.000 visitantes por ano, representando o 4º parque estadual brasileiro em número de visitantes (BRASIL, 2003). Pedrini *et al.* (2007) registraram inúmeros impactos negativos ocasionados por turistas na piscina natural na Praia do Engenho, no PEIA. Segundo os autores, o problema da visitação sem controle nessa UC é antigo e de solução conflitante, uma vez que há décadas todas as escunas que levam visitantes à ilha indicam essa região como atrativo para banho e lazer. Apesar do número de visitantes anual do PEIC ser muito inferior ao do PEIA, é funda-

mental considerar a fragilidade do ecossistema visitado, assim como a falta de equipamentos de infraestrutura para as atividades realizadas.

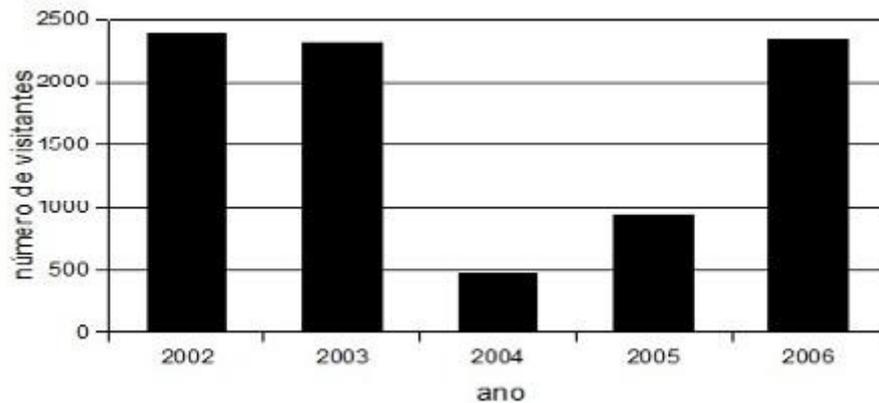


Figura 2: Número de visitantes hospedados no Núcleo Perequê do PEIC, por ano, entre 2002 e 2006.
Figure 2: Number of visitors staying in Perequê Nucleus of PEIC, per year, between 2002 and 2006.

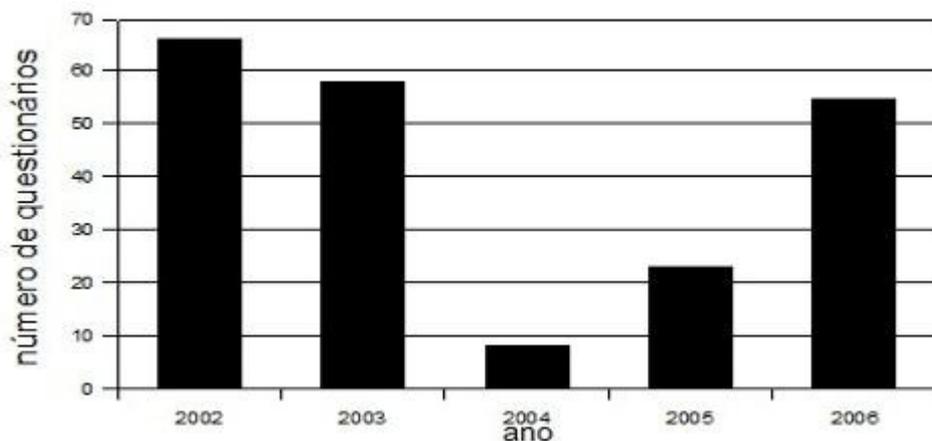


Figura 3: Número de questionários aplicados aos responsáveis dos grupos de visitantes no Núcleo Perequê do PEIC, entre 2002 e 2006.

Figure 3: Number of questionnaires applied to visitors' group leaders in Perequê Nucleus of PEIC, between 2002 and 2006.

A partir das respostas dos questionários do PEIC, as atividades desenvolvidas pelos visitantes foram agrupadas em três classes: *educativa*, *trabalho* e *lazer* (Figura 4). Observa-se claramente que a atividade *educativa* foi a mais importante, variando entre 77 e 100%. As atividades educativas desenvolvidas no PEIC são realizadas por grupos de escolas, universidades e outras instituições. Os grupos de escolas destacam-se com valores acima de 70% (Figuras 5 e 6). Os ecossistemas visitados pelos grupos de escolas no PEIC são manguezal (Figura 6), restinga, praia, floresta atlântica e costão rochoso.

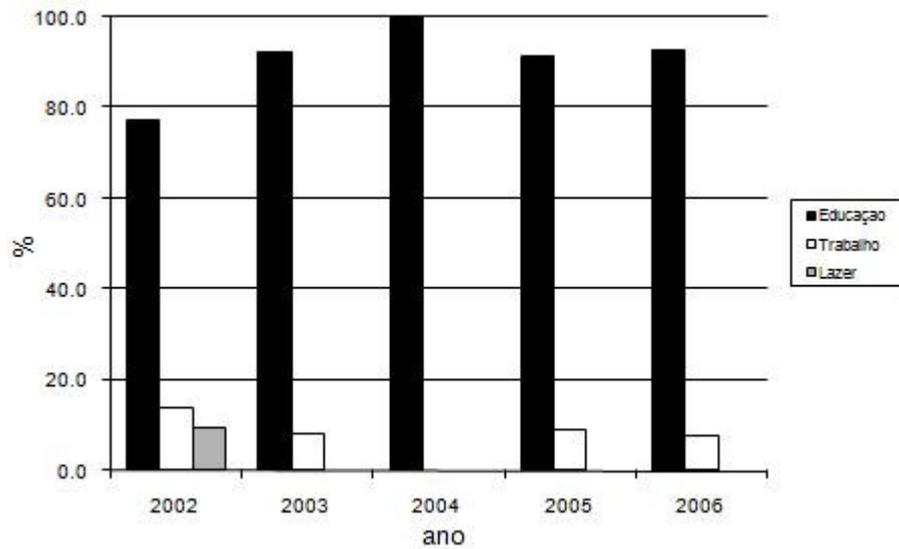


Figura 4: Atividades desenvolvidas pelos visitantes no Núcleo Perequê do PEIC, entre 2002 e 2006, em porcentagem.

Figure 4: Activities undertaken by visitors in Perequê Nucleus of PEIC, between 2002 and 2006, in percentage.

be-

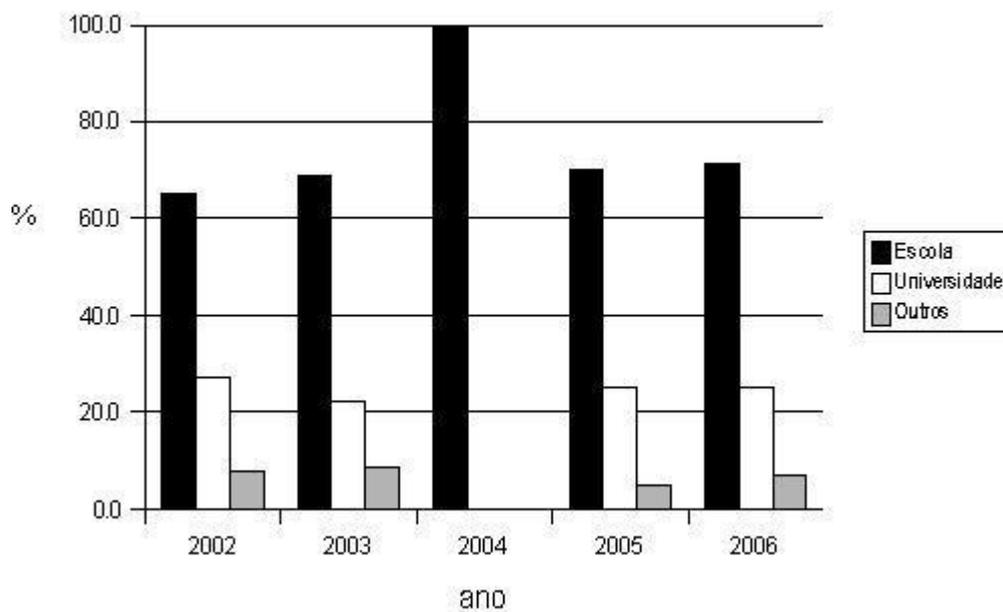


Figura 5: Instituições educacionais que visitaram o Núcleo Perequê do PEIC, entre 2002 e 2006, em porcentagem.

Figure 5: Educational institutions which visited Perequê Nucleus of PEIC, between 2002 and 2006, in percentage.



Figura 6: Visitação de alunos do ensino fundamental no manguezal do Núcleo Perequê do PEIC.
Foto: Rafael Xavier (2012).

Figure 6: Elementary school students visiting the mangrove of Perequê Nucleus.
Photo: Rafael Xavier (2012).

Observa-se que grande parte das escolas que visitavam o PEIC utilizavam os serviços de agências de turismo especializadas em estudo do meio ambiente, variando entre 65 e 87%, em 2003 e 2006, respectivamente (Figura 7). Além disso, essas agências contratavam o serviço de funcionários do próprio PEIC e de monitores ambientais locais, credenciados na Associação de Monitores Ambientais de Cananéia (AMOAMCA), como também monitores ambientais autônomos no entorno do parque estadual. Atualmente a AMOAMCA não presta mais serviços ao PEIC, os monitores ambientais trabalham como autônomos. A direção do PEIC afirmou ter interesse de que a associação continue existindo.

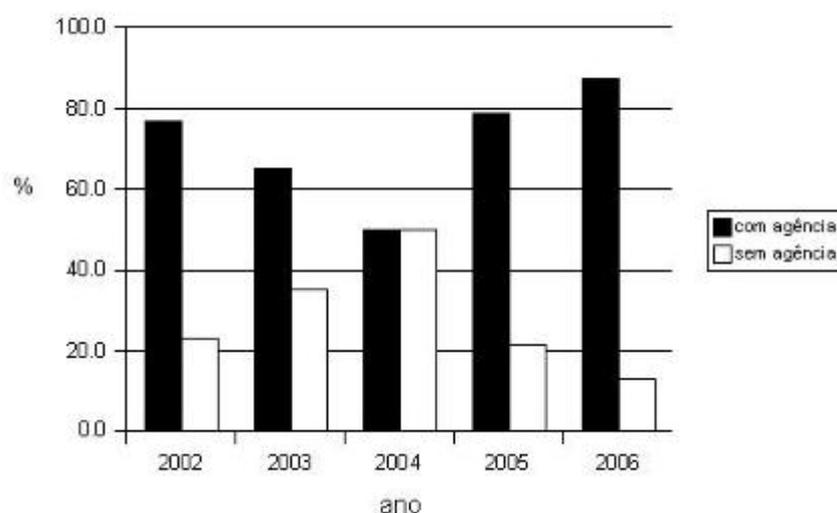


Figura 7: Porcentagem de escolas visitantes no Núcleo Perequê do PEIC, acompanhadas e não acompanhadas por agências especializadas em estudo do meio ambiente, entre 2002 e 2006.

Figure 7: Percentage of school visitors in Perequê Nucleus of PEIC, accompanied and unaccompanied by specialized agencies of the environmental study, between 2002 and 2006.

A maioria das atividades desenvolvidas nas UCs brasileiras está vinculada às caminhadas, trilhas interpretativas e visitas de escolas (BRASIL, 2003). Costa *et al.* (2007) afirmam que a trilha guiada requer a presença de um monitor ambiental ou guia treinado para acompanhar os visitantes e levá-los a observar, sentir e experimentar o ambiente visitado. Em relação à visita em UCs do país, a maioria dos parques nacionais não possuem seus próprios guias, sendo as atividades realizadas por guias provenientes do entorno do parque ou, em menor escala, por empresas de turismo locais ou de outras regiões (BRASIL, 2003). Por outro lado, a maioria das atividades de visita nos parques estaduais do país são realizadas com acompanhamento de guias, guarda-parque, estagiários e voluntários que atuam na UC no momento da visita (BRASIL, 2003). O credenciamento e a regulamentação dos prestadores de serviços turísticos dentro da UC (monitores, guias, operadoras e agentes de viagem) devem ser realizados pelos gestores da UC (BRASIL, 2006).

No PEIC, o questionário aplicado aos grupos de visitantes também faz referência à avaliação dos serviços dos guias da UC e monitores ambientais locais. Os resultados indicaram que as visitas guiadas foram consideradas *ótimas* entre 85 e 100% para os guias do parque e 87 e 100%, para os monitores ambientais (Figura 8). A avaliação positiva refletiu a dedicação e capacitação constantes dos guias do PEIC e monitores ambientais locais. O estreito contato do PEIC com os monitores ambientais da região valorizou o jovem morador do entorno dessa UC, envolvido com atividades de turismo e educação ambiental.

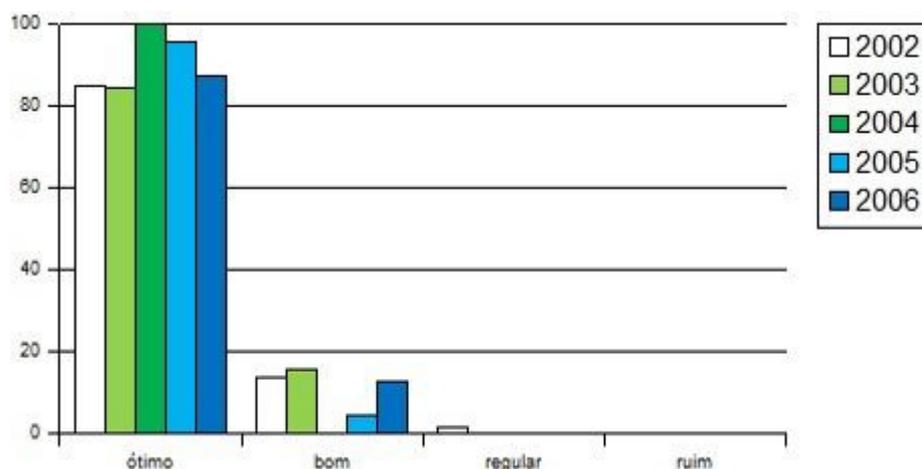


Figura 8: Avaliação dos monitores ambientais locais, pelos grupos de visitantes no PEIC, entre 2002 e 2006.

Figure 8: Assessment of local environmental monitors, by groups of visitors in PEIC, between 2002 and 2006.

Monitores ambientais e guias desempenham importante papel na experiência do visitante, proporcionando grande incremento educativo e interpretativo durante a visita (BRASIL, 2006). A capacitação dos mesmos deve ser estimulada, assim como

um sistema de avaliação e desempenho dos guias e monitores com vistas à qualificação e adequação dos serviços oferecidos devem ser efetuados. A carência de recursos humanos em geral, a falta de informação e orientação para o visitante e capacitação são considerados os principais entraves ao desenvolvimento da visitação em parques estaduais brasileiros (BRASIL, 2003).

As escolas que mais frequentaram o Núcleo Perequê do PEIC, durante o período estudado, foram instituições particulares, provenientes, principalmente das cidades de São Paulo, Campinas e Sorocaba, assim como de Curitiba. O item 'nível escolar' não foi solicitado no questionário elaborado pelo PEIC, mas de modo geral, os estudantes frequentavam o 7º ano do ensino fundamental quando estudam os seres vivos e suas interações no programa escolar. As agências especializadas, em sua grande maioria com sede na capital paulista, organizavam o transporte das cidades de origem até Cananéia e o PEIC, contratavam monitores com nível universitário, em geral vindos da cidade de São Paulo, assim como faziam o contato com os monitores locais.

Nos anos mais regulares (2002, 2003 e 2006), a visitação no PEIC apresentou sazonalidade bem marcada, influenciada pelo calendário escolar (Figura 9). Os meses de maior visitação foram abril, maio e junho, no 1º semestre de cada ano, e agosto, setembro, outubro e novembro, no 2º semestre (Figura 9). A visitação apresentou queda nos meses de janeiro, julho e dezembro, devido às férias escolares (Figura 9). Os grupos de visitantes, que se hospedaram no PEIC, ficaram entre 2 e 12 dias, sendo que destacou-se o tempo de permanência de três dias (Figura 10).

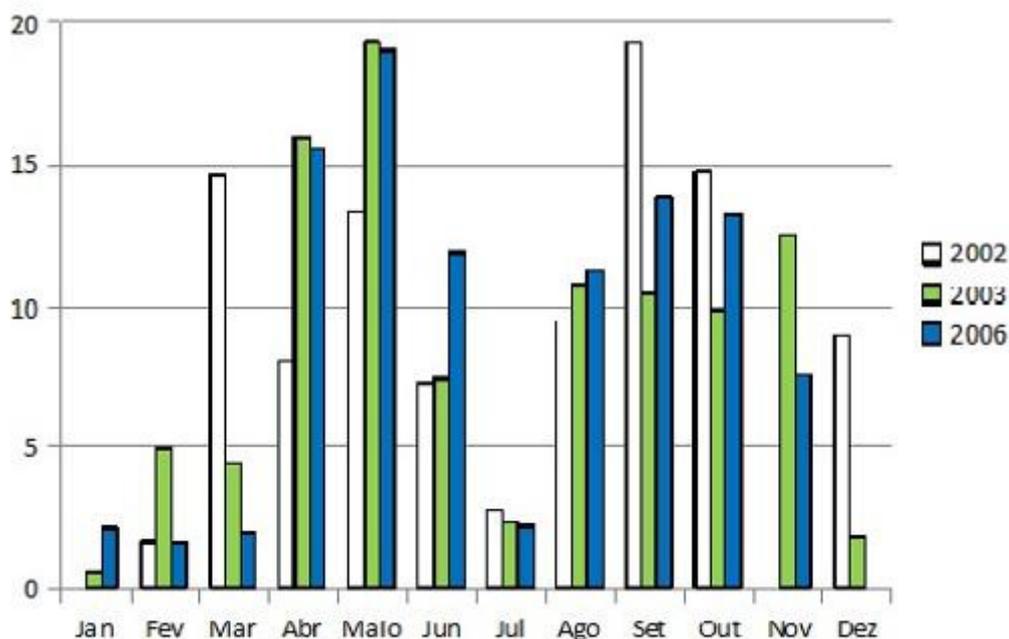


Figura 9: Porcentagem de visitantes no PEIC, por mês, nos anos de 2002, 2003 e 2006.

Figure 9: Percentage of visitors in PEIC, per month, in 2002, 2003 and 2006.

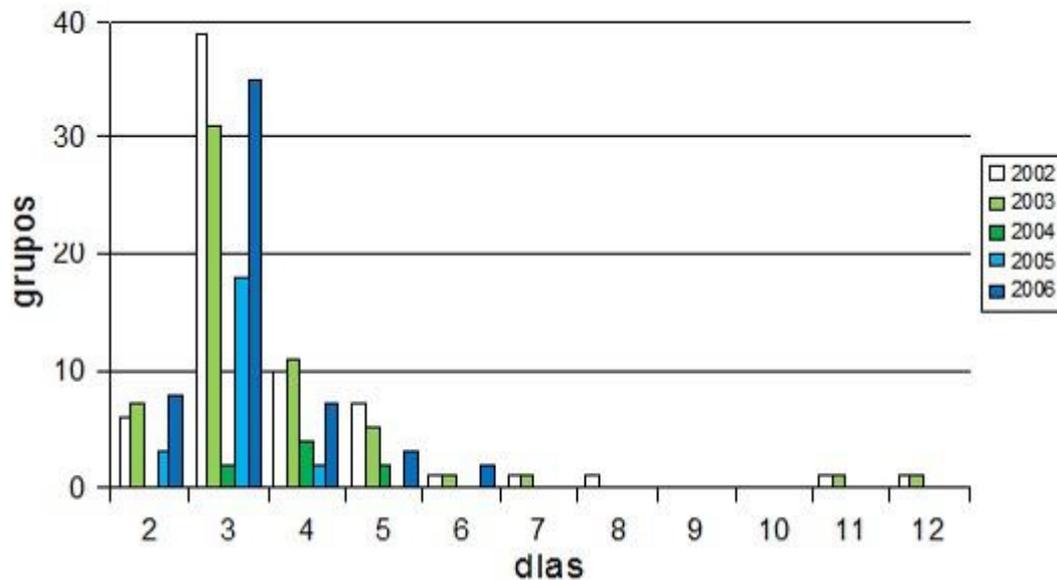


Figura 10: Tempo de permanência, em dias, dos grupos visitantes no Núcleo Perequê do PEIC, entre 2002 e 2006.

Figure 10: Length of staying in days, groups of visitors in Perequê Nucleus of PEIC, between 2002 and 2006.

Segundo a administração do Parque Estadual da Ilha Anchieta (KATAOKA, 2004), localizado no litoral norte do Estado de São Paulo, as médias mensais de visitantes, entre os anos de 2000 e 2003, variaram de 18.065 a 1.015 pessoas, sendo o verão o período de maior visitação, com médias de 18.065, 8.832 e 7.574 visitantes em dezembro, janeiro e fevereiro, respectivamente. Nesse caso, a visitação está relacionada à estação mais quente do ano e ao período de férias.

Segundo o Art. 4º do SNUC (2000), uma UC deve 'favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico'. Takahashi (1997 *apud* NIEFER, 2000.) afirma que maioria das áreas recreativas é estabelecida sem o adequado planejamento, colocando em risco a estabilidade dos ecossistemas afetados e provocando muitas vezes outros sérios danos ao ambiente.

Dados quantitativos sobre visitação em áreas de manguezal são raros na literatura. Dodemont (2006) realizou estudos sobre a visitação por escolas ao Parque Natural de Ilha Salamanca, localizado na costa caribenha da Colômbia. A autora aplicou questionários a professores e realizou entrevistas com funcionários do parque nacional e membros de ONGs, a fim de avaliar a percepção destes em relação ao ecossistema manguezal, e propor melhorias no enfoque pedagógico para a visitação nessa área natural. Segundo a autora, apesar dos manguezais fazerem parte da paisagem local, a relação dos entrevistados com esse ecossistema costeiro é limitada.

Segundo Cunha-Lignon (2007), o turismo em áreas de manguezal no Brasil,

deve ser valorizado e multiplicado, de modo que os futuros tomadores de decisão do país se conscientizem da riqueza e importância desse ecossistema. A autora destaca a necessidade do planejamento dessa atividade, a fim de se reduzir os impactos negativos, se aproveitar todo o potencial do ecossistema para conservação e para a prática da educação e do turismo ambiental. A visitação em áreas naturais deve procurar minimizar os impactos negativos da atividade e a maximizar a qualidade da experiência do visitante (BRASIL, 2003). Sendo necessária a adoção de mecanismos de monitoramento do impacto, assim como o estabelecimento de estratégias de manejo da visitação que busquem compatibilizar a conservação da natureza e a visitação em ambientes naturais.

Ainda não há qualquer referência a estudos sobre capacidade de carga ou de suporte em áreas de manguezal. O manguezal é um ecossistema complexo e altamente maleável. Ambientes com características distintas de granulometria do sedimento, temperatura, aporte de nutrientes dos rios, energia de rios e correntes de marés condicionam a zonation e o desenvolvimento estrutural da cobertura vegetal desse ecossistema (SCHAEFFER-NOVELLI *et al.*, 1990). Apesar da alta resiliência das espécies típicas de mangue, responsável pela recuperação desses vegetais após sofrerem perturbações, essa característica nem sempre garante a recomposição total do ecossistema (CINTRÓN; SCHAEFFER-NOVELLI, 1992).

Os manguezais do Parque Estadual da Ilha do Cardoso recebeu visitas sistemáticas desde meados dos anos 90. Os impactos da atividade turística nesse ecossistema foram monitorados, de 2001 a 2005. Ao longo do monitoramento, foram observadas as seguintes alterações nos bosques de mangue visitados: pisoteio de plântulas de espécies típicas de mangue, impacto na dinâmica de plântulas e propágulos, pisoteio de tocas de caranguejo, compactação do sedimento formando pequenos canais e alterando a circulação das marés, suspensão de sedimento fino e posterior deposição sobre raízes e troncos com sufocamento das estruturas respiratórias (lenticelas), quebras de raízes e troncos, entre outras (COELHO-JUNIOR, *com. pess.*, 2007).

O estabelecimento da capacidade de carga, utilizando metodologias distintas, assim como o fechamento temporário de algumas trilhas foram citados como possíveis procedimentos de monitoramento dos impactos em parques estaduais do país (BRASIL, 2003). No mesmo diagnóstico, o estudo da capacidade de suporte e controle do tamanho dos grupos e número de visitantes foram citados como indicações para o estabelecimento de diretrizes para a visitação. Em relação à atividade de caminhada realizada em UCs, há a necessidade de análise criteriosa para o estabelecimento de trilhas em locais de ambientes sensíveis (BRASIL, 2006). Há necessidade de se elaborar projetos específicos para a construção ou recuperação das trilhas e estruturá-las de acordo com seus objetivos e considerando os seguintes aspectos: mínimo impacto sobre os recursos naturais, recursos disponíveis, necessidade dos usuários e critérios para a manutenção (BRASIL, 2006). Segundo Takahashi (1997 *apud* NIEFER, 2000), a capacidade de carga recreativa busca um número ideal de visitantes que uma área poderia tolerar em um dado período de tempo, sem causar danos excessivos. A autora destaca que não existe relação direta entre o número de visitantes e a quantidade de impactos negativos em uma área. Estes impactos estão mais ligados ao *comportamento dos visitantes* do que ao número de pessoas. Segundo Kataoka (2004), o entendimento das relações entre visitantes e as áreas naturais auxilia o manejo do uso público em UCs.

Berchez *et al.* (2007), em sugestão de modelos de educação ambiental em UCs ligadas a ecossistemas marinhos, desenvolveram atividades em caiaques nos manguezais da Praia Dura (Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo), denominada 'Trilha em Caiaque'. Segundo os autores, esse modelo teve pequeno número de visitantes em virtude de problemas logísticos, incluindo a dificuldade de acesso ao manguezal. Apesar disso, os autores afirmam que as atividades podem ser desenvolvidas em grupos fechados em outras UCs.

O principal público do Núcleo Perequê no PEIC era constituído por crianças do ensino fundamental. Atualmente, o pernoite de grupos não é mais realizado no PEIC. As visitas guiadas nos manguezais ainda são realizadas diretamente sobre o sedimento lodoso do ecossistema. Em 2010, construiu-se uma passarela de madeira para visitaçao do manguezal, mas a mesma encontra-se desativada. A falta de infraestrutura adequada para realizaçao de tal atividade, as características intrínsecas ao manguezal e o comportamento dos visitantes ocasionaram inúmeros impactos negativos no ecossistema. Dessa forma, torna-se fundamental a definiçao de estratégias efetivas para reduzir os impactos sobre o ecossistema manguezal visitado nessa UC, de modo a se manter a visitaçao, sensibilizar os visitantes e promover conservaçao do ecossistema.

Conclusões e Recomendações

A grande maioria dos visitantes do Núcleo Perequê do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) participou de atividades educativas (estudo do meio ambiente), representados por grupos de escolas, que visitaram a UC com agências de turismo especializadas, durante o período do calendário escolar, permanecendo em torno de três dias.

Em média, 2.339 pessoas visitaram o PEIC, por ano. Considerando que apenas os grupos que pernoitaram no Núcleo Perequê do PEIC preencheram os questionários, a visitaçao efetiva nessa UC foi ainda maior, sendo realizada por grupos de excursionistas, que passaram somente o dia na UC e que também realizaram atividades nos ecossistemas.

Os dados quali-quantitativos da visitaçao no Núcleo Perequê do PEIC poderão dar subsídios ao planejamento das atividades turística-educacional, reduzindo os impactos negativos acarretados em áreas de manguezal, decorrentes da visitaçao.

A iniciativa do PEIC em aplicar questionários aos visitantes, que se hospedaram e pernoitaram na UC foi relevante. Seria de extrema importância que o mesmo fosse aplicado aos visitantes que não se hospedaram na UC, destacando-se os ecossistemas visitados por cada grupo, a fim de se obter dados mais fiéis sobre o número de pessoas que frequentaram os manguezais e os outros ecossistemas por unidade de tempo (mês, ano). A iniciativa poderia ser utilizada por outras UCs brasileiras, de modo a subsidiar medidas de gestão.

Por fim, sugere-se que a visitaçao nos manguezais do PEIC seja feita a partir de embarcações pequenas sem motor (canoas e caiaques) ou embarcações com motor, utilizando-se velocidade reduzida. Outras alternativas de infraestrutura, obedecendo as leis vigentes para o ecossistema manguezal em níveis nacional, estadual e municipal, também devem ser avaliadas, a fim de se atenuar os impactos negativos da visitaçao no ecossistema manguezal e se maximizar a qualidade da experiência do visitante.

Referências bibliográficas

- AMOAMCA. **Associação dos Monitores Ambientais de Cananéia**. Disponível em <http://www.amoamca.com.br>. Acesso em 12/08/2006, 2006.
- AVAU, J., CUNHA-LIGNON, M.; DE MYTTENAERE, B.; GODART, M.F.; DAHDOUN-GUEBAS, F. The commercial images promoting caribbean mangroves to tourists. **Journal of Coastal Research**, SI 64, v. II, pp.277-1281, 2011.
- BERCHEZ, F.; GHILARDI, N.; ROBIM, M.J.; PEDRINI, A.G.; HADEL, V.F.; FLUCKIGER, G.; SIMÕES, M.; MAZZARO, R.; KLAUSENER, C.; SANCHES, C.; BESPALÉC, P. Projeto trilha subaquática: sugestão de diretrizes para a criação de modelos de educação ambiental em Unidades de Conservação ligadas a ecossistemas marinhos. **OLAM Ciência & Tecnologia**, Rio Claro / SP, Ano VII, Vol. 7, No. 3, Dezembro, pp.181-209, 2007.
- BRASIL. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília-DF, 2003, 49p.
- BRASIL. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília-DF, 61p, 2006.
- CANANET. **Informações sobre Cananéia desde 1999**. Disponível em <http://www.cananet.com.br>. Acesso em 14/08/2006, 2006.
- CINTRÓN, G. Caracterización y manejo de areas de manglar. **Livro de Resumos** do Simpósio sobre Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira, 1987.
- CINTRÓN-MOLERO, G.; SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Ecology and management of New World mangroves. In: SEELIGER, U. (ed.), **Coastal Plant Communities of Latin America**. 1992.
- COSTA, C.M.N.; COSTA, V.C.; MELLO, F.A. Planejamento de trilhas no contexto do manejo e gestão do ecoturismo de unidades de conservação urbanas. **OLAM Ciência e Tecnologia**, Rio Claro – SP, Ano VII, Vol. 7, No 3, 115-136, 2007.
- CUNHA-LIGNON, M. Le tourisme dans la mangrove au Brésil – un outil pour la conservation de la zone côtière. **Panoramica Latinoamericana**. Édition belge. N° 39, nov-déc, pp.9-10, 2007.
- CUNHA-LIGNON, M.; ALMEIDA, R.; SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia: turismo x conservação. **Anais do V Simpósio de Ecossistemas Brasileiros: conservação**, Vol. I: 372-379, Vitória (ES), 2000.
- DAVENPORT, J.; DAVENPORT, J.L. The impact of tourism and personal leisure transport on coastal environments: a review. **Estuarine, Coastal and Shelf Science**, 67: 280–292, 2006.
- DIEGUES, A. C. Conservação e desenvolvimento sustentado dos ecossistemas litorâneos no Brasil. **Anais** do Simpósio sobre Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira, Vol. 3. São Paulo, 1987.
- DODEMONT, S. Les enjeux du tourisme et de l'éducation à l'environnement dans les Parcs Nationaux. Etude du Parc National colombien de la Vía Parque Isla de Salamanca (VIPIS). **Mémoire** de Licence en Tourisme. Institut de Gestion de l'Environnement et d'Aménagement du Territoire, Université Libre de Bruxelles, 2006, 110p.
- DUGAN, P.J. **Conservación de Humedales**: un análisis de temas de actualidad y acciones necesarias. IUCN, Gland, Suiza, 1992.

GUAPYASSÚ, SMS. Análise da efetividade das ações de manejo e da proteção da biodiversidade em seis parques do Estado do Paraná. **Dissertação** de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, , 2006, 232p.

HALL, C.M. Trends in ocean and coastal tourism: the end of the last frontier? **Ocean & Coastal Management**. V.44, pp.601-618, 2001.

IBGE. **População de Cananéia estimada em 01/07/2006**. Site Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 15 de junho de 2007, 2007.

KATAOKA, S.Y. Indicadores da qualidade da experiência do visitante no Parque Estadual da Ilha Anchieta. **Dissertação** de Mestrado, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004, 97p.

LUGO, A.E. Conserving Latin American and Caribbean mangroves: issues and challenges. **Madera y Bosques**. Número especial: pp.5-25, 2002.

MACIEL, N.C. Os manguezais e as unidades de preservação no Brasil. **Anais** do Simpósio sobre Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira: síntese dos conhecimentos, 1987.

NIEFER, I.A. Critérios para um ecoturismo, ambientalmente saudável. **Dissertação** de Mestrado em Engenharia Florestal - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.

PEDRINI, A.G.; COSTA, C.; NEWTON, T.; MANESCHY, F.S.; SILVA, V.G.; BERCHEZ, F.; SPELTA, L.; GUILARDI, N.P.; ROBIM, M.J. Efeitos, ambientais da visitação turística em áreas protegidas marinhas: estudo de caso na piscina natural marinha, Parque Estadual da Ilha Anchieta, Ubatuba, São Paulo, Brasil. **Revista OLAM, Ciência e Tecnologia**, Rio Claro (SP), v. 8, n. 1, maio/junho, 22p, 2007.

RAMSAR. **Ramsar Handbook for the wise use of wetlands**. Handbook 5: Establishing and Strengthening local communities' and indigenous peoples's participation in the management of wetlands. San José, Costa Rica, 2000, 92p.

RAMSAR. **Manuel Pour l'Utilisation Rationnelle de Zones Humides**. Manuel 5: Gestion Participative. 2^{ème} édition, Gland, Suisse, 2004, 97p.

RODRIGUES, A.A.B. **Turismo e Espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo, HUCITEC, 1997.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, Papirus Ed., 5^a ed., Coleção Turismo, 1999, 199p.

SÃO PAULO. **Planos de manejo das unidades de conservação**. Parque Estadual da do Cardoso. Fase 1-Plano de Gestão Ambiental. Secretaria de Meio Ambiente, São Paulo, 1998.

SÃO PAULO. **Síntese do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica**, São Paulo. Secretaria de Meio Ambiente, GESP, Nov, São Paulo, 3p. <http://www.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/SergioSalvati.pdf>. Acesso em 09/02/2008, 2005.

SATYANARAYANA, B.; BHANDERI, P.; DEBRY, M.; MANIATIS, D.; FORÉ, F.; BADGIE, D.; JAMMED, K.; VANWING, T.; FARCY, C.; KOEDAM, N.; DAHDOUH-GUEBAS, F. A Socio-Ecological Assessment Aiming at Improved Forest Resource Management and Sustainable Ecotourism Development in the Mangroves of Tanbi Wetland National Park, The Gambia, West Africa. **AMBIO**, pp.1-14, 2012.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; CINTRÓN-MOLERO, G.; ADAIME, R.R.; CAMARGO, T.M. Variability of mangrove ecosystems along the Brazilian coast. **Estuaries**, v.13, n.2, pp.204-219, 1990.

SEABRA, L. Turismo Sustentável: planejamento e gestão. Cap. 5. *In*: CUNHA, S.B.; GUERRA, A.J.T. (orgs.), **A questão ambiental**: diferentes abordagens.. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2ª ed., 2005, pp. 153–189.

SILVA, J.F. Dados climatológicos de Cananéia e Ubatuba (Estado de São Paulo). **Bolm. climatol. Inst. oceanogr**, São Paulo, 1989.

SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**, Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000, 2000.

Agradecimentos

As autoras agradecem Marcos Campolim, Diretor do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) entre 2004 a 2009, pela cessão dos questionários utilizados no presente trabalho. Aos funcionários do PEIC e monitores ambientais, da Associação de Monitores Ambientais de Cananéia (AMOAMCA), pelas importantes informações sobre as atividades realizadas nessa unidade de conservação. Ao Dr. Clemente Coelho Junior, presidente do Instituto Biomabrazil, pelas informações a respeito dos impactos e do monitoramento dos manguezais do PEIC.

Hélita Maria Teixeira Moaes: Prefeitura Municipal de Praia Grande, Praia Grande, SP, Brasil

Email: hetinha21@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9270546772912832>

Marília Cunha Lignon: Université Libre de Bruxelles (ULB), Bélgica, e Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Email: cunha.lignon@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6396735236608800>

Data de submissão: 05 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 26 de julho de 2012

Data do aceite: 26 de julho de 2012

Avaliado anonimamente

SEÇÃO
RESENHAS

Até que tenhamos coragem de reconhecer crueldade pelo que ela é - seja a vítima um animal humano ou não humano - não podemos esperar que as coisas melhorem neste mundo... não podemos ter paz vivendo entre homens cujos corações se deleitam em matar criaturas vivas. Para cada ato que glorifica o prazer de matar, estamos atrasando o progresso da humanidade.

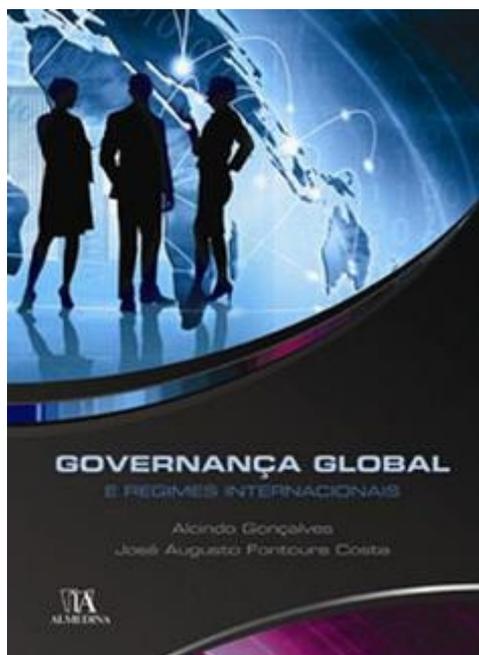
Rachel Carson



Governança e regimes internacionais: desafios contemporâneos e enfoques teóricos

Fernanda Sola

Gonçalves, Alcindo; Costa, José Augusto Fontoura. **Governança global e regimes internacionais**. São Paulo: Almedina, 2011.



A tradicional casa editorial portuguesa Almedina, dando continuidade a busca de maior participação no mercado brasileiro, lançou o interessantíssimo livro *Governança Global e Regimes Internacionais*, de autoria de Alcindo Gonçalves – professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Católica de Santos – e José Augusto Fontoura Costa – professor do Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Partindo da necessidade de sistematizar e apresentar as bases teóricas do estabelecimento de formas de gerenciamento de questões internacionais, assim como suas bases jurídicas e institucionais, os autores empreenderam a ousada e fundamental tarefa de discutir os fundamentos jurídicos, políticos e econômicos do tratamento integra-

do de problemas e alternativas que se tornaram internacionais e globais.

Decerto, já não existe aspecto da vida que não se relacione, mesmo que indiretamente, com alguma norma ou padrão estabelecido internacionalmente. Só de se mencionar as questões ambientais e o ecoturismo são, decerto, inúmeras as questões que se apresentam em um amplíssimo espectro que se espalha da liberalização internacional dos serviços no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da OMC (GATS) à possibilidade de financiar a manutenção dos ecossistemas e da biodiversidade a partir da atividade turística.

Basta examinar, rapidamente, nossos arredores e nossas últimas atividades atentamente para perceber uma verdadeira miríade de elementos da vida vinculados, de uma ou outra maneira, à internacionalidade. Isso é, normalmente, apresentado como uma consequência de um fenômeno amplo, apelidado de globalização. Com seu toque de Midas, ela aparece como uma explicação universalmente aceita e que apazigua os ânimos analíticos de seus mais dedicados acólitos, bem como de seus detratores e descontentes.

Como tudo que se converte em uma mesma matéria, mesmo que áurea, tais explicações favorecem a banalização e providenciam o realinhamento das questões em termos de um discurso geral e amplamente aceito. Assim, para retomar um de nossos exemplos, o emprego do ecoturismo para favorecer o uso sustentável da paisagem e das biotas será, por uns, visto como uma excelente oportunidade, alavancada pelos fluxos globais de dinheiro e informações, enquanto os outros criticarão a absorção dos valores pelo mercado e a homogeneização cultural decorrente da comoditização da natureza. Como peças de um jogo de montar, tais *topoi* podem ser aplicados a virtualmente qualquer objeto, construindo um mesmo discurso que se mimetiza a (e em) si próprio, de modo a reproduzir sua profunda banalidade como se fosse nova, significativa ou crítica.

O livro, partindo de uma cuidadosa e detalhada discussão do estado da arte, ousa por superar tais lugares comuns com muita tranquilidade. O foco nas efetivas dificuldades envolvidas na articulação da governança, bem como na criação, transformação e continuidade dos regimes internacionais ajuda o leitor interessado em qualquer temática global a encontrar subsídios para sua reflexão. Destarte, o presente livro se apresenta como um recurso fundamental para discutir de modo claro e consistente a maneira como tais instituições e regras se formam e passam a influenciar comportamentos.

Conceitos como governança global e regimes internacionais se firmaram, nas últimas décadas, como centrais para o entendimento dos aspectos institucionais tanto do agir internacional, compreendido como aquele que se dá entre Estados, quanto do global, ou seja, o que se realiza em âmbitos locais e mundial, para os quais as fronteiras já não têm mais tanta importância, e envolve uma gama mais ampla de atores, como empresas, organizações da sociedade civil e entidades públicas sub-estatais. É, porém, próprio de noções recentes e influentes o caráter polêmico e a dificuldade de estabelecer definições demasiado sintéticas e que sejam incapazes de refletir sua complexidade.

As realidades internacional e global, com as quais se busca lidar mediante governança e regimes, se recusam a ser corretamente descritas nos termos estreitos das construções teóricas que vêm compondo a corrente dominante do Direito internacional e das Relações Internacionais há muitas décadas: o positivismo voluntarista e o realismo, respectivamente. Na medida em que demandas sociais, políticas e econômicas se põem concretamente e não podem ser atendidas adequadamente a partir da orientação dada por arcabouços epistêmicos cuja conformação já não oferece suficiente correção para a miopia dos tomadores de decisão, surgem soluções que desafiam as balizas teóricas e parecem amalucadas ou heréticas aos olhos mais viciados e envelhecidos. *Eppur si muove*.

Nesse sentido, o livro busca desvelar um panorama teórico adequado às novas condições e percepções práticas da realidade. Para tanto, embora privilegie a perspectiva das Relações Internacionais com foco na institucionalização, lança mão de uma abordagem multidisciplinar que abrange noções da Teoria do Direito, da Sociologia e Ciência Política. Decerto, vale alertar desde logo, os próprios estatutos epistemológicos de tais ramos do conhecimento estão longe de se expressarem em termos inequívocos e abrigam importantes e intrincados dissensos. Não obstante, se obteve unidade a partir da coesão em torno do problema referente a como se criam e gerenciam organizações e instituições internacionais e globais capazes de estabilizar comportamentos e expectativas.

Trata-se, assim, de discutir e apresentar teorias, mas sempre com muita atenção

às efetivas necessidades práticas. Como fica muito bem expresso na parte referente à governança ambiental global, a atual e bem construída discussão teórica proposta pelos autores está muito longe de ser bizantina. Com efeito, a melhor leitura do presente texto que pode ser feita é aquela que traz subjacente a preocupação com uma questão internacional concreta cuja solução pode passar por formas organizacionais e jurídicas, clássicas ou não.

Deste modo, a exposição de diversas abordagens relevantes é feita para que estejam coerentemente atadas a partir das reflexões referentes às transformações decorrentes da redefinição do papel e das estruturas estatais e a possibilidade de novas formas organizacionais e institucionais em âmbitos territoriais e sociais diversos dos tradicionalmente predominantes. Assim, inicia-se a discussão a partir da noção de governança e governança global, as questões dos atores e sua legitimidade. Em seguida, ao longo de um percurso que parte do realismo das Relações Internacionais, para constatar sua impossibilidade de explicar a institucionalização e jurificação internacionais ou globais, seguindo por elaborações como o neoliberalismo institucionalista, o neorealismo e o construtivismo para estabelecer pontos de vista complementares, embora tensionados, a partir dos quais se pode tecer uma imagem complexa e reveladora de temas atuais.

Ao escapar dos lugares comuns tão frequentes no discurso da globalização, os autores abrem novas perspectivas para o estudioso ou o leitor interessado em temas internacionais. As mais diversas categorias de análise, apresentadas em linguagem precisa e agradável, se mostram essenciais para abrir novas perspectivas de análise e, o que talvez seja até mesmo mais importante, possibilita um tratamento teoricamente adequado que se mostra capaz de articular os vários aspectos de uma questão concreta posta em tela com as vicissitudes da internacionalidade.

Elaboram-se, com esse fim, conceitos capazes de orientar estratégias de estudo que mesclam uma abordagem estrutural com a compreensão cultural e construtivista. Da primeira perspectiva, característica do realismo e do neoliberalismo das Relações Internacionais, por exemplo, observa-se a possibilidade de generalizar e identificar regularidades a partir de variáveis presentes em várias situações e temáticas, as quais podem ser expressas em questões como: Quantos países estão envolvidos? Qual o poder relativo de cada um deles? Trata-se de temática essencial para a segurança (Estados refratários à participação de outros atores) ou de outra natureza (maior permeabilidade)? Já existe uma organização internacional ou tratados a respeito do tema?

Do outro ponto de vista, ganha corpo a importância da construção conjunta de identidades e sentidos a partir da interação entre Estados, com ou sem a participação de outros atores relevantes (ONGs, empresas multinacionais, partidos, sindicatos e comunidades epistêmicas, entre outros). Mais do que a avaliação e análise a partir dos elementos estruturais, busca-se compreender a importância da história e cultura resultante das efetivas relações.

Uma pausa para reflexão: como a questão que se tem em mente se coloca em face destes elementos de análise? O ecoturismo – e seus efeitos para a sustentabilidade e proteção ambiental – é um tema fortemente atrelado à segurança? Quais são os Estados interessados no funcionamento de esquemas de governança ou regimes internacionais nessa matéria? Eles estão agrupados em função de seus interesses (por exemplo, forne-

cedores e consumidores do serviço)? Há uma potência hegemônica? Há organizações internacionais sobre o tema? Há tratados internacionais a respeito? Há regras sugeridas por outros atores? Elas são seguidas? Como se articulou, historicamente, o discurso da proteção ambiental vinculada ao uso econômico de recursos ambientais? Há grupos de atores articulados, efetivamente, em torno de interesses e posições a respeito do tema?

Ora, não é difícil de notar que, assim, se vai além dos lugares comuns. A problemática se desloca para uma avaliação prática das ações possíveis, para a influência sobre os processos informados de tomada de decisão que, em face de ambientes concretos, mas em constante movimento, são capazes de estabelecer estratégias efetivas. O que é melhor? Isso ou aportar a moderníssima perspectiva crítica conforme a qual a globalização destrói os atores coletivos e favorece o capital? Enfrentar as questões ou recolher-se ao conforto do abrigo de opiniões como “é simples demais para ser discutido, pois basta por na conta do mercado” ou “é complexo demais para ser discutido, pois é preciso considerar todo e cada detalhe desde a perspectiva específica de todo e cada ator”?

As respostas podem variar, é claro. Fácil saber o que é fácil... É bem mais difícil compreender efetivamente os processos relevantes e, neste sentido, o livro analisado se apresenta como um instrumento útil, senão necessário. Tê-lo disponível é, decerto, uma vantagem para muitos pesquisadores, especialmente os interessados em gerar estudos e reflexões que venham a fazer diferença no tratamento de questões e problemas que já não podem ser confinados aos limites territoriais dos Estados.

Fernanda Sola: Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP, Brasil.

Email: fernandasola@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2265749626773521>

Data de submissão: 11 de setembro de 2012

Data de recebimento de correções: 20 de setembro de 2012

Data do aceite: 26 de setembro de 2012

Avaliado anonimamente